Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

A cidade do curto século vinte.

Uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade.

Pedro Francisco Rossetto

Orientador: profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

São Paulo, Julho de 2006

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

A cidade do curto século vinte.

Uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo.

Pedro Francisco Rossetto

Orientador: profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

São Paulo, Julho de 2006

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Pedro F. Rossetto
pedrorossetto@hotmail.com

Para Campinas,
e todos os que se aprazem com Campinas.

Agradecimentos

A minha orientadora, professora dra. Ana Lúcia Duarte Lanna, pela acolhida ao projeto, pela atenção e pela liberdade que me concedeu ao longo do processo de orientação, fundamentais para a realização do texto.

Aos profs. drs. Maria Lúcia Caira Gitahy e Antônio Luís Jorge, membros da banca de qualificação, pela leitura atenta e observações, dando chance a melhoras no texto.

A Daisy Serra Ribeiro, responsável pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) de Campinas, pela acolhida nesse órgão, onde, num estágio de um ano, teve início o contato com documentação que esteve na base do desenvolvimento desse projeto, bem como pelo incentivo dado à apresentação de um projeto de mestrado.

Aos drs. Geraldo Ferreira Mendes e Jorge Nicolau em reconhecimento pelo amplo esforço desenvolvido quando à frente da Diretoria de Informação, Documentação e Cadastro (DIDC) da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campinas, no sentido de digitalizar e facilitar o acesso a um amplo acervo de plantas e mais documentos do Município, esforço do qual estou longe de ter sido o único beneficiário. Ao Geraldo, ainda, pela amizade e pela solicitude.

Aos responsáveis e funcionários das bibliotecas e arquivos públicos e particulares onde pesquisei.

Aos amigos com quem tive o prazer de conviver, ainda quando em conversas espaçadas, ao longo dos anos deste trabalho; ao Baldomero, em especial, pela leitura de uma versão prévia do mesmo.

A meus pais, pelo apoio fundamental e multiforme.

À Graciela, ao João.

Este trabalho contou com o apoio do CNPq, na forma de uma bolsa de estudos.

O apoio e contribuições citadas tornaram possível a realização deste trabalho; as falhas são de minha exclusiva responsabilidade.

Resumo

O trabalho acompanha a difusão do padrão de casa isolada no lote. Essa difusão é a gradual constituição de um novo tecido, exclusivamente residencial, que envolve a antiga cidade. Crescentemente, a antiga cidade torna-se uma centralidade, até onde se vai, e desde onde se retorna, às residências dispersas em derredor. A difusão do padrão de casa urbana isolada é portanto afinal a transformação global de todo o aglomerado, desde um padrão dado como um conglomerado compacto de unidades covalentes a um padrão em que o antigo conglomerado deixa de sê-lo propriamente, tendendo a tornar-se um centro, em torno do qual gravita uma nebulosa residencial.

Abstract

The text leans over the outset and diffusion of the pattern of detached urban dwelling in Campinas. The gradual diffusion of this new sort of urban dwelling is the gradual constitution of a new urban tissue, encompassing the existing city. The plot of previous city increasingly becomes a center, towards which one goes and from which one returns to the dwellings stretched around. The diffusion of the detached urban dwelling is then, by the end, the global reshaping of the whole urban settlement, from a pattern where this settlement was given as a compact conglomerate of covalent unities to one where previous conglomerate ceases to exist as such, turning into a center around which gravitates a nebula of dwellings.

Abreviaturas

AC - Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

CMU - Centro de Memória da Unicamp.

DIDC - Departamento de Informação, Documentação e Cadastro da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama) da Prefeitura Municipal de Campinas.

MIS - Museu da Imagem e do Som (Campinas).

Fontes das ilustrações.

Acervo do DIDC. figs. 1, 24, 40 (reproduzida de foto em galeria do DIDC, creditada ao acervo do MIS)

Arquivo do Autor. fig. 43a-j.

Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. figs. 11a-b (originais do relatório da repartição de obras referente aos serviços executados em 1919), 19 (papéis da resolução 777), 36 (papéis da lei 428).

Arquivo Municipal de Campinas (reproduções do autor). figs. 3, 4a-e, 5, 7, 10a-f, 12, 13, 14a-b, 15a-f, 16a-c, 17, 26a-d, 27a-c, 28, 29a-c, 30a-c, 31, 34, 35e-f.

Álbum: Campinas: 1930. Cleso de Castro Mendes, Álvaro Paes e Márcio A. Biond (orgs.). Tipografia da Casa do Livro Azul, 1930. fig. 37a-f.

Álbum de Campinas: 1939. Aguinaldo Pinto Oliveira, Pompeo Tulio Sobrinho e José Garcia Filho (orgs.). Campinas: Tipografia Comercial Ltda, 1939. fig. 38.

Coleção M^a. Luísa Pinto de Moura – MIS. figs. 2a, 20, 22, 23, 33.

Coleção Biblioteca – MIS. figs. 2b, 18a.

Coleção MIS – MIS. fig. 41.

Coleção V8 – CMU. fig. 8.

Instituto Ophtalmico Penido Burnier. *Álbum: comemorativo do 6º aniversario da sua fundação: 1º de Junho de 1920: 1º de Junho de 1926.* s/l: s/e, s/d (1926?). fig. 18b.

Maria Cecília Naclério Homem, *O palacete paulistano e as outras formas de morar da elite cafeeira: 1867 - 1918.* São Paulo: Martins Fontes, 1996. fig. 6a-c.

Revista de engenharia. São Paulo, v1, n. 6, 9 e 10, 1911-1912. fig. 6d-f.

Ricardo Badaró. *Campinas: o despontar da modernidade.* Campinas: área de publicações CMU, UNICAMP, 1996. fig. 39a-b.

Vitor José Batista Campos. *O Art-déco na arquitetura paulistana: uma outra face do moderno.* São Paulo: FAU-USP (mestrado), 1996. fig. 42.

Sumário

INTRODUÇÃO

<u>A historiografia da cidade e arquitetura brasileiras.</u>	11
<u>Campinas como objeto de estudo.</u>	18
<u>Crítérios da narrativa, fontes da pesquisa e descrição dos capítulos.</u>	22
<u>Origens de Campinas e Campinas republicana, ou republicanista.</u>	26
<u>Início remoto da crise.</u>	37

1. EM 1917: POLÊMICA EM TORNO DE UM PROJETO HÍBRIDO.

<u>1.1. Polêmica em torno de um projeto híbrido.</u>	43
<u>1.2. Ascendência de José Augusto Quirino dos Santos.</u>	57
<u>1.3. De caminho a rua.</u>	64
<u>1.4. Heitor Penteado e a <i>belle-époque</i> campineira.</u>	73
<u>1.5. Ainda José Augusto.</u>	80
<u>1.6. O engenheiro municipal.</u>	82
<u>1.7. A lei 223.</u>	87

2. ATÉ 1922: CHEGADA DA INDÚSTRIA, CONVIVÊNCIA DE DIVERSOS.

<u>2.1. Limites de um modelo.</u>	91
<u>2.2. Novas alterações à lei 43.</u>	98
<u>2.3. O “ressurgimento” de Campinas, sob novas marcas.</u>	112
<u>2.4. Convivência de diversos, turbulências.</u>	115
<u>2.5. A solução modular, ou “democrática”.</u>	119
<u>2.6. Modularidade no ordenamento da cidade e das fachadas.</u>	123

3. MEADOS DOS ANOS 20: PRIMEIRA QUADRA A SER INTEGRALMENTE CONSTITUÍDA SEGUNDO O NOVO PADRÃO.

<u>3.1. Primeira quadra a ser integralmente constituída por residências isoladas.</u>	135
<u>3.2. Ascendência de Rogério de Freitas.</u>	144
<u>3.3. A abertura do setor Leste.</u>	155
<u>3.4. Um corpo avançado do novo setor cidade adentro.</u>	161
<u>3.5. A residência de Rogério de Freitas.</u>	168
<u>3.6. Unidade de vistas.</u>	176

4. DESDE 1926: VULGARIZAÇÃO DO NOVO PADRÃO E INÍCIO DA OCUPAÇÃO EXTENSIVA DOS ARRABALDES.

<u>4.1. Início da ocupação extensiva e padrão popular.</u>	187
<u>4.2. O primeiro arrabalde extensivamente ocupado nos novos padrões.</u>	196

5. A TRANSIÇÃO DEFINITIVA PARA OS NOVOS PADRÕES.

<u>5.1. Orosimbo e a cidade.</u>	211
<u>5.2. O esfalhar-se da comunidade política – em Orosimbo, na cidade.</u>	219
<u>5.3. Decadência da comunidade política, avanço de grandes capitais (norte-americanos).</u>	232
<u>5.4. O “urbanismo” como coroamento do processo.</u>	240

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

<u>1927 como marco pontual da passagem aos novos padrões.</u>	253
<u>Indicações sobre o horizonte final da vigência desses novos padrões.</u>	258
<u>Conclusão.</u>	265

<u>Referências.</u>	267
---------------------------	-----

Introdução

A historiografia da cidade e arquitetura brasileiras.

Não seria errado tomar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, como marco de início da historiografia nacional da arquitetura e cidade brasileiras.¹

O interesse naquele momento exclui necessariamente os fenômenos de desde meados do século XIX, voltando-se grosso modo para o período colonial. As cidades mineiras do período do ouro e suas arquiteturas são alvo de visitas e levantamentos. No estado de São Paulo, Mário de Andrade encarrega-se de elaborar uma listagem das obras de interesse para preservação. É proverbial – e expressiva – a sua consideração acerca dos entalhes da Catedral de Campinas: obra digna de ser preservada, *apesar* de datada já do século XIX.²

Desde meados do século XIX, em torno da nova economia cafeeira, estavam o dinheiro, os albos do capitalismo no Brasil e as influências européias. A arquitetura correlata teria representado uma degenerescência do espírito nacional autóctone. “Até meados do século XIX” a arquitetura mantivera uma simplicidade cheia de largueza, uma nobreza sóbria, um “ar despretensioso e puro”.³ Desde então, e notadamente com o ecletismo, já de fins do séc. XIX, uma superafetação, um predomínio condenável de apliques decorativos sobre a pureza inicial das fachadas anteriormente simplesmente caiadas, tal como nos espaços internos uma superabundância de adereços: bibelôs, papéis de parede, relógios de mesa e de parede, sofás, pianos... Aspectos dados como expressões de um “espírito burguês” a que a geração de 1937 nutria declarado desprezo (“ódio ao burguês”!).

Nesse primeiro momento portanto a historiografia restringiu-se ao reconhecimento das obras anteriores ao “advento do espírito burguês” no Brasil. E com declarado antagonismo em relação ao ecletismo, tido como expressão última daquele novo espírito, e que corresponde ao período do “complexo cafeeiro” e grosso modo ao da Primeira República (1889-1930) – Primeira República que aquela mesma geração de 1937 havia apelidado de “República Velha”, numa correlação pejorativa: a República dos “carcomidos”, do coronelismo ultrapassado, que a nova modernidade teria vindo definitivamente varrer do

¹ Pensamos aqui naquela historiografia a que Marcelo Puppi se contrapõe, em *Por uma historiografia não moderna da arquitetura brasileira*, e da qual o SPHAN serve de símbolo, porque constituída de trabalhos elaborados para o órgão ou por pessoas que a ele eram ou viriam a ser vinculadas, e ainda também porque dela o órgão se manteve um ícone e uma escola. O grande nome e o modelo é Lúcio Costa. Traços dessa historiografia são presentes já nos anos 20.

² “Em Campinas, apesar de datada do séc. XIX, há que tombar a célebre talha dos altares da catedral”. No 1º relatório enviado por Mário de Andrade ao Sphan, em 16.10.1937. In _____, *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Sphan: Fundação pró-memória, 1981, p. 105.

³ Lúcio Costa, “Documentação necessária”. In *Arquitetura Civil II (textos escolhidos da revista do Sphan, 2)*. São Paulo: FAU-USP, Rio de Janeiro: MEC-IPHAN, 1976, p. 91. Originalmente *Revista do Sphan*, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

mapa, fosse na política, com a revolução de 1930, fosse nas artes e na arquitetura, com o “modernismo” daqueles mesmos atores que davam início à historiografia da cidade e da arquitetura no Brasil.

É em meados da década de sessenta que temos conhecimento de pronunciamento no sentido de valorizar “a arquitetura do século XIX”, vítima de “preconceitos acadêmicos ou anti-acadêmicos que tornam a análise da matéria pouco objetiva”.⁴ No tempo até ali decorrido, a arquitetura modernista brasileira havia ganho a atenção internacional, e dado origem a alguma bibliografia a respeito.⁵ Se os arautos da arquitetura moderna destacavam precisamente aqueles aspectos em que as novas técnicas e a nova estética poderiam ser vistas como uma continuidade ou uma retomada das técnicas e da estética da arquitetura autóctone e “pura” dos tempos coloniais – as formas da concretagem reeditavam os taipais, as fachadas desnudas reeditavam a nobreza sóbria dos casarões solarengos –, o concreto e o vidro que imperavam não pareciam entretanto passíveis de concatenarem-se facilmente, como uma sequência natural, das técnicas dos tempos coloniais. Em meados de sessenta – quando, vale lembrar, o desenvolvimentismo e a defesa da industrialização estavam na ordem do dia – a propugnação pioneira pelo estudo do século XIX era a busca retroativa das raízes de um desenvolvimento técnico que encontrava na pregação modernista – onde a indústria tivera desde sempre notório destaque – a expressão plena, acabada. As “transformações de importância” da arquitetura brasileira no século XIX eram assim a passagem a um estado em que essa se fazia “capaz de absorver as inovações introduzidas nas sociedades industriais”, habilitando-nos a “compreender de que modo, menos de quatro décadas após o final do século XIX, já era possível àquela arquitetura iniciar o grande avanço que a tornou conhecida mundialmente”.⁶ Busca-se o ecletismo como “veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas de importância”, com a passagem de uma “fase de artesanato (...) para uma etapa de manufatura” – “ressalvadas as restrições de gosto”.⁷

Foi na década de oitenta que o ecletismo e o século XIX passam a ser reconhecidos como objetos dignos de estudo por si mesmos. A obra coletiva “Ecletismo na arquitetura brasileira”⁸ pode ser tomada como marco da consolidação do ecletismo como objeto de estudo que a si se basta.

Se a desvalorização do ecletismo pela historiografia modernista foi vista como resultado de uma “simples análise das formas através das condicionantes do meio, claramente incapaz de dar conta da

⁴ Nestor Goulart dos Reis Filho, “Arquitetura residencial no século XIX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XIX, p. 147-158, 1965. Datam desta época também ensaios do autor publicados n’*O estado de São Paulo*, depois reunidos no livro *Quadro da arquitetura no Brasil*.

⁵ Philip Goodwin. *Brazil Builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York, Museum of Modern Art (MOMA), 1943. Henrique Mindlin, *Modern architecture in Brazil*. 1956. Aos quais tradicionalmente agrega-se por familiaridade o trabalho de Yves Bruand, já dos anos 70:

⁶ Nestor Goulart dos Reis Filho, “Arquitetura residencial no século XIX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XIX, 1965, p. 158 (conclusão).

⁷ Nestor Goulart dos Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil* São Paulo: Perspectiva, 1995 (7ª ed.), p. 178, 180.

⁸ Annateresa Fabris (org.), *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, Edusp, 1987.

história da arte”,⁹ deve-se notar que também na valorização do ecletismo uma imbricação da “forma” com o “meio” está presente. Em “Ecletismo na arquitetura brasileira” tem-se que “O ecletismo é uma questão de firmação personalista de cada um na multidão”.¹⁰ Está presente uma amarração da arquitetura eclética com o quadro de crescimento urbano (“multidão”) e, de certo modo, o pensamento liberal-burguês (“firmação personalista”).¹¹ Entre a condenação e a valorização o que muda diz respeito à adoção de uma percepção renovada acerca do período do ecletismo no seu conjunto.¹²

Desde então, se bem a produção da historiografia nacional sobre a arquitetura e a cidade brasileiras não tenha parado de mover-se, pode-se afirmar que as grandes divisões do assunto permanecem as mesmas até aqui expostas: um período “pré-burguês”, ou “pré-capitalista”, ou simplesmente “pré-ecletismo”, no estudo do qual se inaugura a historiografia nacional sobre o tema, e um segundo período do “espírito burguês” e do ecletismo, já de início percebido como um limite ou uma pontuação, e que entretanto somente nos anos oitenta deixa de ser um limite meramente negativo para tornar-se também ele mesmo objeto de estudo.¹³

Internamente ao campo assim delimitado, trabalhos recentes (para o caso de São Paulo) esmiúçam e matizam a transição entre um e outro dos dois corpos aí compreendidos.¹⁴

Em direção ao período posterior ao ecletismo, nota-se já certo número de trabalhos, sobretudo de desde os anos 90. Se nos anos sessenta um primeiro movimento pela valorização do século XIX e do ecletismo se dava como uma busca retroativa de um chão para o modernismo, sem chegar de imediato a um reconhecimento do novo objeto nele mesmo, de modo semelhante, esses primeiros trabalhos que incursionam pelo período pós-ecletismo são o início de um processo que não chegou ainda, a nosso ver, ao reconhecimento das arquiteturas do novo período como uma nova unidade histórica, segundo suas próprias medidas.

O “neocolonial”, dos anos 20, é assim entendido, por um lado como uma derradeira manifestação do ecletismo – porque trata-se, tal como no ecletismo em geral, de um código de ornamentação que se aplica sobre uma edificação como uma roupagem, um “estilo” meramente sobreposto à construção. Por outro

⁹ Marcelo Puppi; *Para uma história não-moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes: Unicamp, 1998, p. 156 e passim.

¹⁰ Carlos Lemos, “Ecletismo em São Paulo”. In Annateresa Fabris (org.), op. cit., p. 70.

¹¹ Pode-se perguntar se a perspectiva de que a estética eclética “faz sentido” em relação a seu contexto social não estaria mesmo contribuindo para essa valorização.

¹² Percepção renovada que coincide, como veremos, com a crise do padrão “moderno” de cidade.

¹³ Pode-se invocar como testemunho de que o corpo posterior ao ecletismo não foi até o presente devidamente reconhecido a relação de bens tombados pelos órgãos de preservação. No caso de Campinas, foi certa vez observado que o mapa dos bens tombados assemelha-se ao mapa das obras na cidade do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo (como se sabe, expoente do ecletismo). Em 2001, foi aberto um processo de estudo de tombamento de extenso conjunto que contava (afora três imóveis institucionais) cerca de trinta residências, dos anos vinte, trinta e quarenta. No parecer ao conselho do órgão competente, a relatora indicava para efetivo tombamento aquelas residências que pôde designar “ecléticas” ou “neocoloniais” (também compatível com o conceito de “ecletismo”), desinteressando-se das demais. CSPC, processo 013/01.

¹⁴ Eudes de Melo Campos Junior, *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP (doutorado), 1997. Clara Correa d’Alambert, *Tijolo nas construções paulistanas do século XIX*. São Paulo: FAU-USP, (mestrado) 1996.

lado, tendo sido a busca de um código de ornamentação baseado em motivos nacionais, em reação contra a utilização exclusiva de códigos alienígenas, antecipa e relaciona-se com a valorização do nacional, a busca de uma identidade nacional, busca reconhecida como característica do modernismo brasileiro em geral e da arquitetura moderna brasileira em particular. Por sua intenção de valorização do nacional, e contando também com vinculações concretas,¹⁵ o neocolonial, visto por um lado como um último rebento do ecletismo, é visto por outro como um prenúncio do modernismo.¹⁶

Com relação ao art-déco, já dos anos 30, as medidas são novamente dadas em termos dos referenciais modernismo / ecletismo. Como uma “estética da máquina”, o déco é, novamente, um “prenúncio do modernismo”; como uma decoração aplicada por sobre as alvenarias e estruturas, que encobre, estaria ainda preso a procedimentos típicos do ecletismo.¹⁷

Num amplo estudo sobre as arquiteturas correntes em São Paulo entre as décadas de trinta e quarenta, trata-se ainda das mesmas lentes: baseada na “conceituação de Giulio Carlo Argan para o moderno”, a autora procura avaliar quando e até que ponto dito moderno teria afinal se instaurado, extirpando procedimentos de decoração aplicada típicos do ecletismo. Independentemente de quão matizado, quão minudente seja o estudo, a mudança continuaria sempre a ser dada como uma substituição, e não mais propriamente como uma transição historicamente condicionada, desde que o conceito de “moderno” com que se executam as medidas permaneça exterior à própria história. O “moderno” não é dado como sucedâneo histórico e historicamente condicionado, mas como um conceito pré-existente que, quando aparece na história, simplesmente antagoniza-se com a arquitetura de apliques ao modo do ecletismo.¹⁸

O presente trabalho, ao estudar a difusão de um novo padrão residencial, persegue a síntese – e aí, também, a natureza – de um novo padrão (um novo desenho) da cidade como um todo. Visto como esse

¹⁵ Lúcio Costa fizera parte do movimento neocolonial, eram projetos neocoloniais que se expunha na semana de arte moderna de 1922, Mário de Andrade expressou sua simpatia pela busca de um estilo nacional idealizada pelo neocolonial.

¹⁶ Carlos Lemos, op. cit., dispõe o neocolonial ao final do seu estudo sobre o ecletismo. Para a ambivalência (moderno / eclético), veja-se entre outros Aracy Amaral, “La invención del pasado”. In *Arquitectura neocolonial. América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Meorial: Fondo de Cultura Económica, 1994. Marianna Ramos Boghosian, “La arquitectura neocolonial y el abordaje de la historiografía tradicional de la historiografía brasileña del siglo XX”, comunicação apresentada ao... p. 10-15.

¹⁷ Vitor José Batista Campos aponta essa dicotomia quando afirma que sua pesquisa “situava a corrente [déco] como uma das vertentes do projeto moderno paulistano, contrariando a opinião de alguns autores que buscavam classificá-la como um último suspiro do ecletismo”. _____, *O art-deco na arquitetura paulistana: uma outra face do moderno*. São Paulo, FAU-USP (mestrado), 1996, p. 256. Já não trabalha entretanto segundo os termos estritos dessa mesma dicotomia: “O Art-déco não promoveu a ruptura nem tampouco a transição entre o eclético e o moderno. O Art-déco foi, acima de tudo, *uma outra face do moderno*” (idem; grifo do original). Concordamos com essa colocação do autor. Ressalve-se entretanto que se a identificação de “múltiplos modernos” sinaliza um enfraquecimento do entendimento canônico do moderno não significa já a sua superação. Hugo Segawa procura incorporar essa “diversidade” (fato anotado por Vitor Campos, *O art-deco e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica*. São Paulo: FAU-USP, 2003, p. 2), sem contudo que essa via o tenha incompatibilizado com um entendimento canônico do moderno, como referiremos logo adiante.

¹⁸ Maria Lúcia Bressan Pinheiro, *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-1945*. São Paulo: FAU-USP (doutorado), 1997.

novo padrão se dá a ver de maneira mais completa já nos anos 30, o trabalho se alinha aos esforços que desde os anos 90 tem se voltado, na historiografia da cidade e da arquitetura, para uma compreensão desse período, pós-ecletismo, ou “moderno”. Localizando as origens mais remotas do novo padrão na década de 1880-90, e estudando sobretudo a transição para os novos padrões em seu momento crítico – desde fins da primeira guerra e ao longo dos anos vinte –, poderá, espera-se, contribuir para que dito “moderno” – ou pelo menos uma parte do que aí se compreende –¹⁹ seja afinal religado e assente em chão histórico.

*

Vale notar que o reconhecimento da relação entre “moderno” e “ecletismo” (ou, em outros termos, da realidade pós-30 e República Velha) não mais como de simples antagonismo mas como de filiação histórica não constitui novidade, quando se tome em conta o estado existente em outros campos dos estudos históricos no Brasil.

O entendimento do moderno como objeto simplesmente antagônico à realidade do ecletismo, que lhe substitui sem com ele manter relação, é análogo e correspondente de tese tradicional em estudos de sociologia e história do Brasil que vê na Revolução de 30 a substituição de uma elite feudal / agrária por um grupo comprometido com a industrialização / modernidade.²⁰ Embora retome fatos de desde fins do século XIX, e embora substitua o singular pelo plural, fugindo de “uma visão totalizadora que apaga as diferenças (...) e dissimula a diversidade”, *Arquiteturas no Brasil*, de Hugo Segawa, se filia a um tratamento canônico do “moderno”, definido entre outros pela sua relação com a indústria e disposto em antagonismo ao ecletismo ou à arquitetura dos “estilos”, de que permanece historicamente descolado. É significativo que, ao tratar das condições sócio-econômicas do período, reproduza, em citação direta, passagem que se filia à “tese clássica” acerca da revolução de 30: com ela “a oligarquia agro-exportadora (...) teve que ceder o papel de fração hegemônica à coligação industrializante de tecnocratas, militares e empresários (...)”.²¹

Nesses outros campos de estudos, entretanto, essa tese já foi revista. Já em fins dos anos 60 trabalho de Boris Fausto mostrava a inconsistência desse entendimento.²² Em 1976, Sérgio Silva organizava uma exposição da “industrialização” brasileira – ou, mais precisamente, de “novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital”, de que a indústria viria a ser a expressão privilegiada –

¹⁹ O autor considera que sob o rótulo comum de “modernistas” incluem-se obras não apenas distintas mas por vezes essencialmente antagônicas, como as de Mies van der Rohe e Piet Mondrian. Para diferenciar convenientemente essas obras seria entretanto necessário diferenciar sentidos distintos de “racionalismo”, o que não cabe aqui. São apenas o “moderno” ou a “racionalidade” num sentido restrito que no presente trabalho resultam de um processo histórico, sentido restrito que não se identifica nem com a “racionalidade” em geral, nem com qualquer autor dito “modernista”.

²⁰ Essa tese “ganhou forças a partir do final dos anos 50”, e teve em Nelson Werneck Sodré – em *Formação histórica do Brasil*, e *História da burguesia brasileira* – o seu “mais conhecido defensor”. Cf. Boris Fausto, *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (1ª ed. 1970), p. 17.

²¹ Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 13, 23 e passim. O trecho citado é de Paul Singer, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional”. In Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, vol. 3, tomo 1. São Paulo: Difel, 1985.

²² Boris Fausto, op. cit. Originalmente tese acadêmica, 1967, 1ª edição em 1970.

como um desenvolvimento que tem início na economia cafeeira.²³ A negação das “teses tradicionais” prosseguiu.²⁴ Nesses termos, a disposição, no campo da história da cidade e da arquitetura brasileiras do período “moderno” (desde os anos 30) não mais como um fato em simples antagonismo com o período anterior, mas como um desenvolvimento e resultado histórico daquele período, poria os estudos neste campo de par com um já alcançado em estudos de sociologia e história em geral há pelo menos 30 anos.

*

A parte os trabalhos que, avançando rumo ao período pós-ecletismo, permanecem amarrados aos conceitos próprios do ecletismo e aos de um modernismo canônico ainda não estabelecido ele mesmo como parte da história, tem-se uma linhagem de trabalhos que, apoiados numa identidade entre “urbanização” e “capitalismo”, facultam o entendimento de um avanço indiferenciado ou contínuo desde fins do século XIX (ou o período do ecletismo) em diante. Se a ascensão de um “espírito burguês” estava ali consubstanciada na arquitetura eclética, que conhece seus limites nos anos 20, aqui a mesma ascensão de um “espírito burguês”, se dá como instauração de um “capitalismo”, uma “urbanização acelerada” e eventualmente um “caos urbano” que prosseguem século XX adentro. Se lá eram sobretudo arquitetos que tratavam o moderno como um cânone ainda não historicizado, aqui autores de formações mais diversificadas (historiadores, sociólogos, arquitetos) identificam a instauração progressiva da “modernidade” a partir da instauração das “relações capitalistas”, ou do “espírito burguês”. Comumente, sendo os primeiros sinais da instauração de relações burguesas datados de meados do século XIX (lei de terras, abolição do tráfico) e reconhecendo-se um momento crítico por volta de 1870, toma-se esse ano como marco de início desse processo de modernização / avanço do capitalismo / urbanização.²⁵

Também no caso de Campinas (matéria de que nos servimos) pudemos reconhecer a década entre 1870-80 como período de marcadas mudanças e de instauração de padrões, e de uma nova cidade, que já não são os da antiga vila, de caráter colonial, e que podem ser dados como “burgueses”. Entretanto, a cidade que vemos configurada em fins dos anos trinta, e cujas origens deita raízes em fins do século XIX,

²³ Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995 (1ª ed. 1976).

²⁴ A identificação da Primeira República com o predomínio de interesses agrários, em contraposição ao período pós-30, com o predomínio de interesses industrialistas, conjuga-se bem com o entendimento de uma identidade direta entre o Estado (os dirigentes) na Primeira República e os interesses dos cafeicultores. Para uma apreciação do modo como essa tese de uma identidade imediata entre Estado e cafeicultura / cafeicultores na Primeira República vem sendo revista, veja-se Renato M. Perissinotto, *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Unicamp, 2000, v.1, p. 35-47. Segundo o mesmo autor, o principal representante dessa tese de uma identidade direta entre Estado e cafeicultores na Primeira República é Joseph Love, *São Paulo na federação brasileira, 1889-1937: a locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²⁵ Dentre muitos possíveis exemplos, gostaríamos de apontar o texto de Raquel Rolnik, *A cidade e a lei*. São Paulo: Fapesp, Nobel, 1998. Isso porque, se comumente os estudos dessa classe se detêm sobretudo em fins do séc. XIX e inícios do séc. XX, a autora abre todo um capítulo para tratar em específico dos anos 20, chegando a registrar especificidades do momento – e entretanto para, de acordo com o entendimento geral da progressão contínua de uma mesma problemática desde fins do XIX, concluir que “tudo mudou para que nada mudasse” (p. 174). O fato torna-se mais sensível para nós na medida em que uma das especificidades registradas é que “entre 1914 e 1930” existe “um claro processo de horizontalização e desadensamento demográfico” (p. 165), constatação que na perspectiva do presente trabalho tem valor essencial, mas que, na perspectiva do trabalho citado não impede a conclusão referida, de que, no final das contas, “tudo continuou o mesmo”.

não é compreendida como simples continuidade da cidade de 1870, mas desenvolve-se não só a partir mas também *contra* aqueles padrões.

Afirmar que os padrões que se verificam em 1870 não se confundem nem com os de um período “pré-burguês”, nem com os de um período (digamos, provisoriamente) “moderno”, deixa esse padrão de 1870 em situação notavelmente efêmera. Se como “pré-burguês” fica dado tudo o que lhe antecede (mais de três séculos de história pátria), e o padrão posterior tem origens mais remotas já na década de 1880-90, a vigência desse padrão que localizamos por volta de 1870 fica reduzido ao quase-nada de uma única década. Essa ausência de duração, favorece a tendência a incorporar esse momento já como parte de uma única continuidade em que se processa o advento do padrão de cidade que emerge dos anos 20 (do século XX). Entretanto, por mais efêmera que fosse sua duração, sua diferenciação é necessária quando menos conceitualmente, posto que a “modernidade” que conhece um momento crítico nos anos 20 desenvolve-se como já afirmado em contraposição aos padrões de 1870; sem que esse momento seja diferenciado do padrões seguinte, o entendimento da própria natureza desse último e do seu desenvolvimento estaria nesse sentido comprometida.

Até ao final deste capítulo, e ao longo do trabalho como um todo, a natureza dessa contraposição estará, acreditamos, melhor estabelecida. Determiná-los, preliminarmente, é também introduzir, preliminarmente, os conteúdos do trabalho como um todo.

A difusão da casa isolada no lote culmina na constituição de bairros exclusivamente residenciais, de densidade mais rarefeita, que circundam a cidade até então existente. Desde um padrão em que a cidade é dada por um único tecido, dado como um aglomerado compacto de unidades indistintamente residenciais e econômicas (isto é, com função econômica – comércio, oficinas, etc.) passa-se a um padrão em que a antiga cidade, expelindo, por assim dizer, a “função” residencial, tende a se configurar como um centro “funcional” (serviços, comércio, instituições), em torno do qual gravita uma nebulosa exclusiva ou predominantemente residencial.

Aquele que habita um novo tecido exclusivamente residencial desloca-se até o local de trabalho, num outro setor do aglomerado. Há uma identidade distinta entre o habitar e o trabalhar, que antes não havia. Os bairros exclusivamente residenciais, de densidade mais rarefeita, são locais de refúgio não poucas vezes romantizado, em analogia com o verde e os campos, o ambiente rural. Seria no momento em que o trabalho executado pelo sujeito passa a ser uma “função”, num “sistema”, e não mais uma expressão de sua personalidade própria, que sua habitação passa a ser esse “refúgio”, quanto possível com ares campestres, e que os tecidos habitacionais se diferenciam e se separam do tecido tradicional da cidade.

No período anterior (na Campinas dos anos 70 e 80 do século XIX), o sobrado da elite na cidade não era um refúgio; não poderia significar um retorno a um ambiente de suposto ou pretenso bucolismo, no refluxo desde as atividades laborais cumpridas na “cidade”, ou no centro. Pelo contrário, tratava-se de famílias que, possuidoras de fazendas e vivendo em meio a uma economia de base rural, passavam a fixar

residência cidade adentro, naquelas unidades urbanas de suas propriedades. Era portanto o movimento inverso – um movimento centrípeto, desde o campo para a cidade.

O núcleo urbano se adensava; a gente que antes ali habitava e que prestava serviços a diferentes fazendas da região, ou que vivia de um comércio voltado para os tropeiros e demais viandantes do caminho a partir do qual o núcleo se desenvolvera (e portanto atividades voltadas para fora do aglomerado), passa a dispor de um mercado constituído cada vez mais por seus pares, habitantes do mesmo núcleo urbano. Diversificam-se os serviços; o aglomerado deixa de funcionar como um centro ou entreposto, para funcionar como um agregado de unidades econômicas mutuamente dependentes. Condizentemente, grassa uma valorização da especialização profissional. A reunião na cidade das famílias da elite econômica (antes dispersas nas fazendas) favorece a associação de capitais em empreendimentos. Grassa uma valorização do “espírito empreendedor”. Efetivamente, numerosas instituições (de cunho empresarial, mas também outras, como por exemplo clubes e associações culturais) são formadas.

Um conglomerado de unidades complementares, de uma mesma natureza, é substituído por um sistema em que passa a haver uma hierarquia entre dois elementos de natureza distinta: um elemento funcional, ocupando o centro, e uma massa funcionária, gravitando em torno. Essa frase poderia se referir tanto à mudança da forma da economia quanto à mudança do padrão (físico) do aglomerado urbano. Um e outro não seriam dois movimentos paralelos, mas um mesmo e único fenômeno.

*

Ao acompanhar o processo de difusão de um novo padrão residencial, o trabalho persegue a síntese de um novo padrão da cidade como um todo – com origens mais remotas em fins do século XIX, o novo padrão conhece o momento crítico de sua constituição pouco mais ou menos nos anos 20 e emerge em forma acabada nos anos trinta. Com relação à historiografia da arquitetura e da cidade brasileiras, o reconhecimento da síntese histórica desse novo padrão é, em parte ou de certa maneira, o assentamento em chão histórico do “moderno” (sobretudo do “urbanismo moderno”), que desde as origens dessa historiografia, e até hoje, comparece na historiografia como um “modelo” descolado da própria história. Por outro lado, com relação a outra linhagem de trabalhos também relativos à história da arquitetura e da cidade no Brasil, o estudo em causa sugere a necessidade de se diferenciar no período “pós-burguês”, ou no processo de estabelecimento progressivo da “urbanização” e das “relações capitalistas”, um primeiro momento, que, na medida em que seja uma origem do desenvolvimento do “moderno”, o será contudo como o corpo *contra o qual* o moderno se desenvolve.

Campinas como objeto de estudo.

Ao tratarmos da constituição desse novo padrão de cidade, se bem tenhamos falado em termos genéricos, temos por base o caso particular de Campinas. Sendo pretendido que o estudo desse caso particular apresente certo nível de universalidade, certo é que a ele nos circunscrevemos.

Campinas apresenta peculiaridades que lhe conferem um estatuto privilegiado, e mesmo único – pelo menos no âmbito das cidades paulistas – para o estudo das transformações e do momento em causa.

A capital, São Paulo, tem história mais antiga que a de Campinas. Diferentemente desta, foi centro de articulação de vias (para o sul, para a região das minas, para o interior da então província e para o litoral) ainda no período colonial. Nos estágios futuros, permanecem marcas dessa história anterior, como os traçados sinuosos dessas vias pré-existentes, que se sobrepõe, e borram em certa medida, o caráter mais específico da nova fase que interessa ao presente estudo. O relevo, mais acidentado, age no mesmo sentido. Mais importante, as fases (o crescimento da indústria moderna) são menos diferenciados que no caso de Campinas. Há muito mais bairros de ocupação mista. O que tem a ver também com as dimensões que São Paulo já atingira, e com o índice explosivo de crescimento que vinha registrando já há décadas quando do momento de transição em foco (anos 20). As dimensões dificultam uma percepção de conjunto e a maior concomitância de padrões distintos dificultaria a clareza na diferenciação dos mesmos.

De outro lado há muitas cidades do interior do Estado (São Carlos serve de exemplo), que, tendo atingido certo apogeu no período do café, guardaram muito das características de então, permanecendo relativamente infensas às estruturas características de períodos posteriores.

No caso de Campinas, tem-se que: 1) Por volta de 1870 a cidade desfruta de uma importância ímpar, apresentando correspondentemente uma formação particularmente bem caracterizada daquele padrão sobre o qual irá operar as mudanças em questão. 2) Não obstante a sólida formação que atingira no período anterior, a cidade tem seu crescimento relativamente congelado a seguir – com duas implicações para os fins do presente estudo: as dimensões são tais, chegado o momento mais agudo da crise em questão, que facilitam notavelmente o estudo da cidade (a apreensão de sua totalidade, sem perder a escala das partes), e o padrão anterior, tendo sido “preservado”, ao longo de décadas, de mudanças que alhures já vinham se acumulando e se sobrepondo, permanece relativamente “puro” chegado o momento da crise, o que viria a permitir (desde que as mudanças finalmente ocorram) uma percepção particularmente bem contrastada dessa transformação. 3) Finalmente, em Campinas, sobre aquele padrão anterior, particularmente bem constituído e bem preservado, as mudanças em questão efetivamente se processam, e de modo bem marcado, quando chegam os anos vinte.

Quanto ao primeiro aspecto, vale lembrar o destaque que Campinas teve no processo de propaganda e instauração do novo regime (República), e que lhe valeu a alcunha de “Meca da República”. Havendo ampla identidade entre os conteúdos da propaganda republicana e aspectos determinantes do padrão de cidade sobre o qual irá operar a mudança que pretendemos estudar, o fato de Campinas ter sido a “Meca da República” sugere que também do ponto de vista de sua constituição física o aglomerado tivesse ganho

traços característicos com o mesmo nível de distinção que os propagandistas locais alcançavam.²⁶ Em 1870, o município de Campinas era o principal produtor da principal riqueza do país – o café. O censo de 1872 chega a registrar população ligeiramente superior à da capital da Província, São Paulo. Mais que uma ligeira dianteira no volume de população, Campinas, acompanhando sua mais larga vantagem econômica, era centro de vida cívica e cultural mais pujante. “Em Campinas reina uma comunicabilidade extraordinária, sobretudo se lembrarmos que em São Paulo há uma tendência sobremodo forte ao retraimento”, anotava o Visconde de Taunay, em 1865;²⁷ o teatro local era “melhor do que o da capital”²⁸ e o município dado como “sem duvida, o mais importante hoje [1870] da provincia pelos elementos de vida que lhe são proprios”.²⁹ Nessa mesma linha, cabe lembrar que o arquiteto que viria a ser o responsável pela virtual totalidade dos novos prédios públicos da capital ao longo das primeiras décadas da República – Ramos de Azevedo – era não só um campineiro mas teria tido seus estudos na Bélgica patrocinados pelo círculo de republicanistas (e maçons) da cidade, de que fazia parte.³⁰ E ainda, fato simbólico, o “primeiro sobrado paulistano de que se tem notícia recuado do alinhamento, com jardim de frente” foi construído, em 1877, com tijolos de olaria campineira.³¹

Quanto ao segundo aspecto (o relativo “congelamento” da Campinas “republicana”, desde a constituição daqueles padrões, nos anos de 1870-1880, e até o período de estudo), o quadro comparativo da evolução populacional de Campinas e São Paulo é expressivo:

População do município - Campinas e São Paulo ³²						
	1836	1854	1874	1886	1900	1920
Campinas	6.689	14.201	31.397	41.253	67.694	115.602
São Paulo	21.933	31.559	31.385	47.697	239.820	579.033

²⁶ Pode-se pensar, aqui, entre outros, no traçado geral, tal como projetado na planta de 1878 (reproduzida adiante) e na presença e aspecto da arquitetura particular (residências) dita neoclássica, de que Campinas terá sido particularmente pródiga. A respeito dessas residências e da cultura material de Campinas no período, Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas, município no Império*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1981.

²⁷ Carta do visconde de Taunay, “enviada de Campinas ao Rio em 1865”, apud. Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, op. cit., p. 162.

²⁸ Augusto Emilio Zaluar. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975, p. 139.

²⁹ Rangel Pestana, “A indústria em Campinas”. In José Maria Lisboa (org.), *Almanak de Campinas para o ano de 1872*. Campinas, typ. da Gazeta, 1871.

³⁰ Sobre o possível patrocínio do círculo maçônico, cf. Ana Maria Reis de Góes Monteiro, *Ramos de Azevedo. Presença e atuação profissional. Campinas: 1879-1886*. Campinas: Puccamp (mestrado), 2000, p. 21-24.

³¹ Palacete de Rafael Tobias de Aguiar Paes de Barros, futuro Barão de Piracicaba II. Maria Cecília Naclério Homem, *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 91, 93.

³² Reproduz quadro in Ulisses Semeghini, *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991, p. 80, acrescentando-se os dados do censo de 1920. Semeghini por sua vez se baseia em trabalho de José Francisco de Camargo (doutorado, FFLCH-USP, 1954).

Até os anos de 1870 Campinas se desenvolve num ritmo mais acelerado que São Paulo, e de tal modo que a jovem Campinas alcança, chegando a ultrapassar ligeiramente, a população da capital nessa última década. Até à década seguinte, a população de ambas permanece comparável, mas em 1920 a da capital será de mais de cinco vezes a de Campinas – o que se credita sobretudo ao período de entre 1886 e 1900, quando a população de Campinas, que mais que dobrara nos entre de 1836-54 e 1854-74 aumenta de um terço apenas, ao passo que a de São Paulo, que até ali praticamente vegetava, tem incremento de mais de duas vezes e meia o total de 1886.

No relativo congelamento de Campinas importa um fator conjuntural, que também lhe serve de marco: naquele mesmo ano que conhece o coroamento do processo da referida propaganda republicana, com a instauração do novo regime (1889), Campinas é atingida por uma forte epidemia de febre amarela. Um primeiro e estrondoso surto, que se repetiria, se bem que com menor intensidade, por mais de uma vez ao longo década seguinte. A cidade despoeira-se. O impacto justifica a eleição da Fênix para o brasão da cidade – fazia-se votos de que, a exemplo da ave mitológica, a cidade “renascesse das cinzas”...

A par desse fato accidental opera um segundo aspecto de caráter mais estrutural. Desde meados de 1870 – precisamente quando Campinas alcançara e sobrepujava ligeiramente a população de São Paulo – tem início a extensão das linhas das estradas de ferro, que haviam ligado Santos a São Paulo em 1867 e desde São Paulo e Jundiaí atingido Campinas em 1872, para terras além. Campinas seria o local desde onde partiriam os dois grandes ramos que iriam abrir mais terras, interior adentro, para o café (tanto a Paulista quanto a Mogiana são incorporadas em Campinas, e entroncam-se nessa cidade, de onde segue um único tramo – da Paulista – para a capital). Não obstante, São Paulo configura-se como gargalo de passagem necessário até o porto de exportação, Santos, para esses e outros troncos do Estado.³³ Essa posição estratégica (que mais uma vez se faz valer), como que drenando todos os fluxos do interior do Estado, ganhava tanto maior relevância quanto maior a rede geral se tornava. E teve, sem dúvida, papel determinante no crescimento explosivo que São Paulo passaria a apresentar a seguir.

Nos anos de 1920, alguém que subisse à torre da Catedral poderia ainda ver toda a cidade de Campinas. E a um único pesquisador foi possível, em prazos relativamente curtos, abarcar a totalidade de dada documentação para períodos de mais de dez anos.³⁴

O mesmo quadro da evolução populacional serve de índice também para a maior sobreposição, no caso paulistano, como já referido, dos novos e antigos padrões, em contraste com a relativa conservação dos padrões de 1870-80 no caso campineiro – com efeito, no crescimento explosivo de São Paulo desde fins do XIX imbrica-se desde já a presença de estabelecimentos bancários e industriais de porte, ao passo que em Campinas, como veremos, a moderna indústria aporta somente já chegados os anos vinte, sendo o relativo congelamento do crescimento populacional analogamente indicativo desse atraso.

³³ A par da Paulista e da Mogiana, a Sorocabana (menos vinculada às áreas cafeeiras) perfaz o trio das principais redes ferroviárias paulistas.

³⁴ Mais à frente detalhamos a documentação compulsada.

Finalmente, quanto às mudanças que a cidade vem efetivamente a sofrer a seguir, é certo que será no desenrolar do trabalho que estas hão de ser melhor percebidas... Há uma mudança de orientação política (em direção a uma administração mais centralizada e personalista), há a passagem do automóvel a meio de transporte hegemônico e a instalação dos primeiros depósitos industriais de gasolina – com “Z” –, e pode-se acompanhar a difusão da nova tipologia residencial (casa isolada no lote) e a seguir o início do loteamento e ocupação extensiva dos arrabaldes com exemplares do novo padrão, redundando na formação de um “colar” de tecido exclusiva ou predominantemente residencial e de menor densidade que envolve a cidade de até então – tudo num espaço de tempo relativamente estreito e seguindo passos que se pode discernir com clareza.

Critérios da narrativa, fontes da pesquisa e descrição dos capítulos.

Se bem a narrativa do presente trabalho consubstancie, acreditemos, teses, nem sempre essas são explicitadas de imediato ou em separado; idealmente, resultariam da própria narrativa, no seu conjunto. A explicitação de resultados em antecipação comprometeria uma narrativa que ambicionava acompanhar o processo por assim dizer “desde dentro”. Acompanhar o nascimento, ou a constituição, de um “novo” em meio às suas tensões de origem, nos momentos em que ainda não era o que veio a ser, e ao longo dos diferentes momentos de sua síntese.

Uma narrativa que apresentasse o processo “desde dentro” não seria senão aquela que se detém suficientemente em cada passo do dito processo, restringindo-se, a cada vez, às perspectivas possíveis em cada um desses passos – reproduzindo (ou mimetizando), afinal, o próprio processo histórico.

*

As pesquisas em fontes primárias que permitiram o desenvolvimento desse trabalho têm por base destacadamente documentos do Arquivo Municipal de Campinas (arquivo do executivo municipal) e do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas (arquivo do legislativo). Para a reconstrução da ocupação de alguns logradouros e confirmação de hipóteses que já se faziam sentir, foram depois também consultados documentos do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Além dos dois primeiros arquivos citados, publicações da época da pesquisa (fontes impressas) puderam ser consultadas na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Biblioteca Pública Municipal “Mário de Andrade” (São Paulo), na Biblioteca Pública Municipal “prof. Ernesto Zink” (Campinas), na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp (CMU) e na Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) de Campinas. Informações biográficas foram obtidas nos arquivos do Cemitério da Saudade e nas fichas de aluno da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Os primeiros documentos compulsados foram os pedidos de alvará para realização de reformas e construções (requerimentos de reformas e construções) e respectivas plantas, usualmente encartadas nos

requerimentos, no Arquivo Municipal, tendo sido compulsados todos os requerimentos para reforma e construção de entre 1912 e 1929.³⁵ Aqui se encontram as bases para a reconstituição do advento e difusão do padrão de casa isolada no lote na cidade, eixo do trabalho.³⁶ Esses requerimentos não estavam à época de todo separados de requerimentos de outra ordem – requerimentos de cidadãos à Prefeitura, na maior parte relativos à fatura de serviços públicos, memorandos internos e demais correspondência recebida pela Prefeitura – que foram assim também compulsados e anotados.³⁷

Foram lidas e anotadas as Atas da Câmara de entre 1908 e Outubro de 1930 (instauração do novo regime), sendo consultadas outras de até 1937 (Estado Novo), bem como lidos os relatórios anuais dos Prefeitos à Câmara e os dos engenheiros-chefe da Repartição de Obras ao Prefeito (anexos aos primeiros), de entre 1908 e 1929.³⁸ No Arquivo da Câmara foram ainda compulsadas diversas caixas de documentos avulsos do período da pesquisa.³⁹

*

Os critérios adotados para a narrativa, referidos, implicam a disposição do assunto em capítulos que seguem uma ordem cronológica. Cada capítulo tem uma data-limite, e em cada um procuramos evitar referências que implicassem o conhecimento de fatos posteriores a essa data-limite.

O conteúdo dos capítulos, num certo sentido, é um único: a transição para os novos padrões – novo padrão (físico) do aglomerado urbano, mas também outros novos padrões, o primeiro e esses outros dados afinal como constituintes e expressões diversas de uma única mudança. Cada capítulo por outro lado é haurido do tratamento de um objeto ou conjunto de objetos particulares e concretos. Deve-se notar que a escolha desses objetos concretos se reveste de particular importância – os “conteúdos” desse conjunto é que facultarão ao trabalho a sua abrangência, maior ou menor. A escolha desses objetos emerge do processo da pesquisa.⁴⁰

³⁵ Ao longo do processo de compulsação foram tomadas notas de grande parte desses requerimentos, bem como fotografados diversas plantas e elevações de construções, em imagens que, tratadas e ordenadas, formaram um arquivo pessoal de mais de mil imagens a que pudemos retornar em diferentes ocasiões ao longo do trabalho. Os critérios para a tomada das notas e reproduções foram em parte definidos ao longo da própria pesquisa. Anteriormente ao ingresso no curso da pós, havíamos compulsado as caixas de entre 1930 e 1938, entretanto de modo muito menos detido.

³⁶ Em Campinas a apresentação desses requerimentos, com plantas, é obrigatória desde 1894. Nem todos os municípios possuem esses registros históricos – quanto a São Carlos, somos informados de que somente encontram-se sistematicamente os requerimentos e plantas das casas construídas a partir de meados do século XX.

³⁷ Hoje o Arquivo Municipal já procedeu à completa separação dessa documentação em caixas por assuntos. Fosse hoje, o autor corria o risco de compulsar apenas as caixas relativas a reforma e construção de residências. A compulsação dos demais documentos entretanto muito serviu ao trabalho, pelo entendimento geral mais amplo que facultou, tendo havido inclusive aproveitamento direto de alguns desses outros documentos na construção da narrativa.

³⁸ Esses relatórios eram publicados, e são encontráveis em diversos dos arquivos e bibliotecas consultados; no caso dessa pesquisa, foram consultados os originais manuscritos e datilografados arquivados no Arquivo da Câmara – daí não darmos a referência da paginação. Cabe notar que do relatório referente ao ano de 1925 não se encontram os originais, e, diferentemente dos demais, há um único volume impresso disponível, guardado no Arquivo da Câmara.

³⁹ Requerimentos de particulares à Câmara, ofícios de Companhias, pastas dos processos de leis promulgadas, etc.

⁴⁰ Assim por exemplo de início tínhamos por hipótese desenvolver a narrativa a partir de objetos (no caso, casas) pertencentes exclusivamente à av. Júlio de Mesquita; embora o destaque desse logradouro como representativo das

O primeiro capítulo articula-se em torno da residência de José Augusto Quirino dos Santos e da polêmica havida em torno da aprovação desse projeto, polêmica de que resulta a primeira lei de Campinas a contemplar o caso de residência isolada no lote. Sendo o requerimento para a construção do início de 1917, e a promulgação da referida lei do final do mesmo ano, a data-limite desse capítulo é 1917 – nada posterior deveria ser “conhecido” aqui. São tratados entre outros a identidade do proprietário, filho de um republicano histórico, a ocupação (que se iniciara há pouco) do logradouro, aspectos da administração, do estado e das mudanças da cidade de então, o engenheiro municipal (que se opõe à aprovação do projeto) etc., facultando-se perspectivas sobretudo sobre o período desde 1911. Esforço foi feito no sentido de articular esses assuntos em relativa continuidade, ou de tal modo que os seguintes fossem “puxados” pelos imediatamente anteriores.

No segundo capítulo os objetos em torno dos quais se articula a narrativa não se atém a uma casa ou logradouro. A data-limite é 1922; o capítulo “corre” o quinquênio 1917-22. Esse período compreende o “ressurgimento” econômico da cidade, depois de um período de letargia e já sob novos marcos – notadamente, o marco da “moderna indústria”. Tanto com relação à economia quanto a outros elementos (inclusive residências – isoladas e alinhadas) identifica-se aqui uma convivência em regra conturbada de novos e antigos padrões. Sugere-se que é frente a essa turbulência, em resposta a ela, que emergem princípios a que a época chamou de “democráticos”, sugerindo-se ainda, na sessão final, que esses mesmos princípios podem ser identificados em formas de composição estética então em voga.

O cap. 3 novamente se articula em torno de uma residência e logradouro em específico – trata-se aqui daquela que, segundo as evidências, foi a primeira quadra da cidade a dar os novos padrões (casas isoladas) como regra e como conjunto, e da residência e respectivo proprietário que foram pioneiros e articuladores da ocupação dessa quadra. Embora de início locado em 1925, o vértice fixa-se a seguir em meados de 1924, tratando-se sobretudo de acontecimentos dos anos de 1923-4. Trata-se da identidade do proprietário – novamente um descendente, agora neto, de republicano histórico –, procurando-se por em relevo as diferenças que sua situação apresenta com relação à da geração anterior, representada no caso pelo seu ascendente direto, seu pai, também figura de destaque.⁴¹ Identifica-se um grupo de jovens profissionais, muitos com mandatos de vereador, de que faz parte, todos ligados à propugnação dos novos padrões. Trata-se da disposição física da residência em relação à cidade, e em comparação com a situação existente no caso da de José Augusto, sete anos antes. A sessão final registra o início de uma centralização

mudanças em curso fosse confirmada (trata-se da antiga rua Augusto César, tratada no cap. 3), a eleição final já não seguiu a hipótese inicial.

⁴¹ Esse esforço vai contra tendência ainda corrente de se identificar a Primeira República como um corpo mais ou menos homogêneo, e seus protagonistas políticos, que abarcam grosso modo três gerações sucessivas, como um corpo igualmente homogêneo, homogeneidade que se fundamenta na constatação da perpetuação de um mesmo grupo no poder e de formas oligárquicas de governo. Sem negar a perpetuidade que, sob esses aspectos, existe, procuramos dar relevo a diferenças capazes de apontar como já dentro do grupo que se perpetua no poder mudanças de forma se operam – antecipando, analogamente ao que ocorre com a própria cidade, a “revolução” creditada por vezes somente a Outubro de 30. Como exemplo da tendência referida, José Ênio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

política e mais outros fatos, todos em sequência dos temas já abordados nos capítulos anteriores e dados como correlatos da mesma mudança percebida na evolução da disposição física das partes na cidade.

O capítulo 4 trata do momento em que tem início a ocupação extensiva dos arrabaldes, por casas do novo padrão (isoladas), já agora não mais exemplares relativamente abastados, mas populares, comumente de três ou quatro cômodos. “Houve em Campinas uma época deliciosamente romântica, que perdurou até fins do primeiro quartel do século [XX]”.⁴² Os últimos laivos do romantismo da “cidade pobre” dão lugar desde 1926 a uma cidade mais pragmática, já plenamente engendrada em sua conversão ao “moderno”. A data-limite do capítulo é 1928 – data da 1ª lei a tornar obrigatório o recuo frontal (índice, no caso, de casas isoladas) já não mais para dado logradouro ou conjunto discreto de logradouros, mas para todo um arrabalde. Lei promulgada, como demonstra o capítulo, na esteira de uma ocupação crescente desse arrabalde já por casas isoladas, intensificada desde 1926.⁴³

O capítulo 5 trata dos momentos finais da conversão aos novos padrões, e das características finais desses. Sendo o último capítulo do corpo principal do trabalho, sua data-limite é mais espaçada. As sessões iniciais, em torno de Orosimbo Maia e sua administração – momento de conversão final aos novos padrões – abarcam os anos dessa administração, 1926-30. No tratamento da figura de Orosimbo ter-se-á aproximado uma das ambições do trabalho, já perseguidas quando do tratamento das figuras de José Augusto Quirino dos Santos e Rogério de Freitas: sugerir que os novos padrões da cidade são também um novo padrão humano – ou, em outras palavras, que um dos aspectos correlatos das mudanças do padrão físico da cidade é a personalidade dos que ali habitam. A sessão seguinte é dedicada ao “plano de urbanismo”, já preconizado naquela administração, mas somente entregue em 1938. O plano (e o próprio urbanismo) é visto como resultante histórica e como coroamento do processo de mudanças estudado (disposição inversa àquela que tende a ver nos planos marcos inaugurais).

Nas considerações finais tratamos de, retrospectivamente, indicar 1927 como data a ser invocada (pelo menos no caso de Campinas) quando se trate de lançar mão de um referencial pontual para a passagem dos antigos aos novos padrões de que o trabalho trata. A seguir, procuramos vislumbrar os horizontes de vigência dos novos padrões, ou do padrão de cidade cujo advento se estudou. Seguindo a lógica do restante do trabalho, isso é feito de início com base na vigência da tipologia residencial característica da casa isolada, anotando-se a seguir outros aspectos correlatos que reforçam o entendimento já ali presente. Uma breve conclusão retoma sumariamente o percurso da síntese do novo padrão.

⁴² Júlio Mariano, “Flauta, cavaquinho e violão”. In _____, *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Maranata, 1970, p. 194.

⁴³ O projeto a que se havia chegado previa aqui, a seguir, o tratamento do padrão “suburbano” de urbanização, e padrões sociais correlatos, como típicos dos EUA. Dados os prazos, essa sessão não pôde ser desenvolvida a contento, o que explica a extensão comparativamente menor desse capítulo.

Origens de Campinas e Campinas republicana, ou republicanista.

Campinas nasceu a partir da abertura de uma nova rota de acesso para as minas de Goiás.

O “caminho dos goiases”, mandado abrir pelo governo da então Província em 1722, atravessava, entre Jundiaí e Mogi, uma região virgem, de mata densa, em que as tropas de mulas demoravam quatro dias em viagem.

Ficaram conhecidos, pela oportunidade de boas pastagens que ofereciam às tropas em meio desse traslado, três “campinas”, ou “campinhos”. Junto desses “campinhos” se fundou um pouso – o pouso dos três campinhos”, que foi o primeiro núcleo no território da futura cidade. Aos poucos, as matas em derredor passaram a abrigar sitiantes – processo intensificado a partir do refluxo da população mineira, na década de 1760. Em 1772 esses sitiantes solicitavam a constituição de uma freguesia independente da de Jundiaí (à qual a região pertencia), de modo a poderem enterrar seus mortos legitimamente, em terreno santo, sem a necessidade de até dois dias de viagem, até Jundiaí. Não sem alguma controvérsia, o pedido é atendido, o local para a ereção de uma primeira capela, provisória, determinado, e nessa é rezada a primeira missa da nova freguesia a 14 de Julho de 1774 (data oficial da fundação de Campinas).⁴⁴

Até meados do século seguinte, o aglomerado cresceu ao modo de um entreposto, tributário da estrada que lhe dera origem. Núcleo que abriga, a par de gente sem profissão definida, artífices que servem, não uns aos outros, mas às fazendas em redor. Núcleo sem vida econômica autônoma, mas voltado para fora de si mesmo, numa lógica exógena.⁴⁵

Como o local de ereção da capela não coincidiu com o do antigo pouso, o curso da estrada foi com o tempo alterado (atraído pelo novo núcleo, junto da capela); independentemente do traçado do caminho, importa notar que o aglomerado apresentava um caráter linear, seguindo justamente esse caminho de transcurso. Em meados do século XIX, sendo uma das ruas o próprio trajeto de transcurso da estrada, duas outras haviam se formado, rebatimentos da primeira, correndo paralelamente a ela. As quadras eram alongadas, e as ligações transversais entre essas três ruas principais, então conhecidas como “do meio”, “de cima” e “de baixo”, pinguelas estreitas e espaçadas.

A década de 1870 marca a passagem desse aglomerado linear, tributário da estrada, a um novo padrão – que será aquele sobre (e contra) o qual se operarão as mudanças que o presente trabalho se propõe estudar. Convém portanto nos determos um pouco na caracterização desse padrão, que se configurara, em Campinas, marcadamente na década de 1870.⁴⁶

⁴⁴ Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. Teodoro de Souza Campos Jr., “História da fundação de Campinas (subsídios)”. In IBGE, *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

⁴⁵ Valter Martins, *Nem senhores nem escravos...*. Campinas: CMU/ Unicamp, 1996, traz exemplos desses abitantes. Os casos fazem lembrar os daquelas mulheres do caso paulistano tratadas em Maria Odila Leite da Silva Dias, *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁶ Luís Cláudio Bittencourt, *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução histórica*. São Paulo: FFLCH (mestrado), 1990, identifica esse momento como uma unidade, a que dá o nome de “cidade imperial” (_____, op.

A década de 1870 e o início da seguinte – momento em que a cidade tinha em termos aproximados 10 mil habitantes (33 mil o município, sendo 20 mil escravos) –,⁴⁷ concentram a incorporação de uma série de empresas e associações na cidade. Dado que o novo padrão diz respeito estreitamente a um dado “espírito de associação”, a mera listagem dessa série constitui um dos melhores testemunhos da passagem a esse novo padrão.

Uma primeira manifestação desse associativismo é a construção do teatro municipal, o “São Carlos”, “por meio de ações”, ainda em 1847.⁴⁸ Ao modo de complementos mais discretos e igualmente de relativa precocidade, podemos lembrar a criação do “clube semanal”, destinado a promover reuniões dançantes (1857), e a existência, “lá por 1863”, de uma *philorphenica*, cujos músicos “em sua maioria, pertenciam ao commercio”.⁴⁹

A maior parte e algumas das mais ambiciosas realizações desta espécie concentram-se entretanto entre fins dos anos de 1860 e meados dos de 1880. A par de numerosos grêmios literários e artísticos, e deixando de lado colégios cuja fundação, embora expressiva do novo momento, não podemos afirmar como resultado de associação de uma variedade de indivíduos e capitais, listamos: a incorporação da Cia. Paulista (1868) – sendo inaugurada a ligação por trem até São Paulo em 1872 – e da Cia. Mogiana (1872), o hospital da Santa Casa (1871), da Beneficência Portuguesa (1873) e do Circolo Italiani Unitti (1882), o colégio Culto à Ciência (1873), o Hipódromo Campineiro (1878), as Cias. de iluminação a gás (1872), de bondes a burro (1878), do serviço de Águas e Esgotos (1883), do Matadouro Municipal (1885).

Um difundido espírito de civismo, ou de amizade, entre os diferentes atores (malgrado as diferenças, de partido político por exemplo, que entre eles houvesse) seria também característico desse momento. Em visita à cidade, entre 1860 e 1861, o jornalista carioca Augusto Emílio Zaluar anota: “Nesta terra as lutas políticas não tem separado os indivíduos, e, seja qual for a parcialidade a que pertençam, todos, com raras exceções, se dão, se visitam, convivem, e formam por assim dizer uma única família”.⁵⁰ Em termos muito semelhantes, e referindo-se também a fins do Império, Leopoldo Amaral refere a “harmonia” e “cordialidade” que se verificava na “família campineira”. Relata como depois dos pleitos, Liberais, Conservadores e Republicanos se reuniam indistintamente num mesmo café – o café do Eloy – para, em

cit., cap. 2, “A emergência da cidade imperial”). Entretanto, em outro exemplo de trabalhos que dispõe a “modernidade” como seqüência progressiva única desde meados do XIX, o autor identifica já aqui o ideal de uma “cidade racional” (p. 54), prefigurando a “racionalidade” daquela dos anos 30, de que também trata (op. cit., cap. 4. “A nova cidade”).

⁴⁷ Francisco Quirino dos Santos, “Campinas (noticia historica)”. in José Maria Lisboa (org.), *Almanak de Campinas para o anno de 1871*. Campinas, Typographia da Gazeta, 1870, p.72.

⁴⁸ Coincidindo portanto proximamente com o que são, a nível nacional, os primeiros marcos de início de uma conversão a uma sociedade burguesa, a lei de terras e a abolição do tráfico, ambos em 1850.

⁴⁹ Leopoldo Amaral, “Philorphenica”. _____, op. cit., p. 482-496.

⁵⁰ Augusto Emílio Zaluar. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975, p. 141.

torno do mote dos resultados do pleito ou outro qualquer, como de costume, palestrar, jogar bilhar, tomar café, pilheriar etc.⁵¹

Em 1870 ou 1880 Campinas não era desprovida de indústrias. Disposta no entroncamento das duas ferrovias que serviam às regiões do “ouro verde” (o café), a cidade era estrategicamente bem posicionada para abastecer, inclusive com produtos ditos industriais, esse “complexo cafeeiro”. Desde 1869 contava com uma fundição. Houve três delas (produzindo máquinas e ferramentas para a extensa e rica hinterlândia cafeeira que as linhas da Paulista e da Mogiana iam perseguindo e promovendo). Há notícia apenas uma indústria desse período na cidade que chegou a contar mais de cem funcionários – a dos Irmãos Bierrembach, com fábrica de chapéus, fundição e oficina de fabricação e concertos de carroças. Nela, como nas demais, os serviços eram feitos por artífices, e não por operários em linha. Mesmo naquela com maior número de trabalhadores não se tratava portanto da “lógica de fábrica” (a linha de produção), que viria apenas com os anos de 1920. Por outro lado, essas indústrias na cidade do período anterior se colocavam como mais uma atividade especializada dentre as demais que, no seu conjunto, constituíam a cidade. Não havia um privilégio ou uma diferenciação maior. A própria palavra “indústria” não necessariamente se referia a fábrica (manufatura) ou produção mecanizada. “Chamo indústria ao trabalho que, pela sua alienação, cria um equivalente geral”⁵² – definição que acreditamos convir ao caso de Campinas nos anos de 1870.

Uma valorização, e mesmo fetiche, do registro escrito parece também ter sido parte desse momento e desses padrões – na introdução do seu primeiro Almanak da cidade, para 1871, o organizador dizia de sua motivação, que não teria sido “nem o dinheiro nem a glória”, mas sim “o desejo de mostrar aos incredulos, *por um meio innegavel*, a real importancia desse município (...)” (grifo nosso).⁵³

De resto, o primeiro jornal (afora os efêmeros números do “Aurora”, de quando da revolução liberal de 1842) data de 1869, e o primeiro jornal diário de 1875.⁵⁴

O associativismo, a iniciativa individual, a liberdade, fenômenos morais e sociais, não poderiam entretanto ter se dado não fosse uma base econômica, ou financeira, que lhes dava sustentação. À realização das obras pela associação dos agentes locais, congregados no núcleo urbano, dava lastro a elevada rentabilidade da (nova) economia cafeeira. As primeiras plantações comerciais se estabelecem no município por volta de 1835; “nos annos de 1842 e 1843 já se fizeram colheitas importantes”. Em 1851, havia no município 76 fazendas de café, convivendo ainda com 51 engenhos de açúcar. Em 1860, as fazendas de café haviam passado a 189 e os engenhos regredido para 22. Nesse ano, o município era o

⁵¹ Leopoldo Amaral, “Ninho da República”. In _____, *Campinas, recordações*. São Paulo: secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1927, p. 519-526 (especialmente p. 520-521).

⁵² Sir James Stewart, apud. Karl Marx, “Crítica da economia política”. In _____, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 58.

⁵³ José Maria Lisboa, “Ao leitor” (apresentação). In _____, *Almanak de Campinas para o anno de 1871*. Campinas: typ. da Gazeta, 1870.

⁵⁴ Respectivamente, a “Gazeta de Campinas” e o “Diário de Campinas”. Júlio Mariano, “História da imprensa em Campinas”. in IBGE, op. cit., p. 301-313 (p.305-6).

maior produtor de café da Província, com 700 mil arrobas ou cerca de 1/5 da produção total da província. Em 1870, eram 1300 arrobas. Ainda nos anos de 1880 o município era conhecido como a “capital agrícola” da Província.⁵⁵

Segundo Semeghini, o valor da produção de café do município no início dos anos 70 (1300 arrobas) poderia ser avaliado em “cerca de oito mil contos, no mínimo. A título de comparação, o capital realizado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro era de quatro mil contos, e o da Companhia Mogiana, de três mil contos”.⁵⁶

Note-se que se a cultura do café dava bases para a efetividade do associativismo seu valor econômico beneficia-se dos desenvolvimentos desse, sendo assim também um produto do mesmo associativismo a que dava bases.⁵⁷

A relação entre a presença desses capitais e as iniciativas em curso aparece por vezes de maneira explícita na documentação. Em 1871, artigo na Gazeta defendendo a construção de um prado fechado para as corridas de cavalos lembrava, a par da “bastante inclinação”, a “bastante riqueza” que havia para tanto na cidade.⁵⁸ As primeiras temporadas de companhias líricas, no São Carlos, datam de 1875. As temporadas das duas primeiras companhias – na cidade de dez mil habitantes, dos quais porcentagem certamente minoritária constituía os freqüentadores das operetas – duram três meses cada. A par do “gosto pela música”, havia “aquillo com que se comprou os melões”.⁵⁹ Os capitais privados locais, que associados criavam essas entidades públicas, eram grandes o suficiente para mantê-las eventualmente até mesmo em conta própria, como atestam depoimentos referentes a empréstimos a juro zero ou mesmo doações por parte de membros das diretorias quando de crises financeiras em alguns desses institutos.⁶⁰

Ao passo que a economia local passava a girar em torno de associações, de capitais e indivíduos, o desenho geral do aglomerado passava desde o aspecto tendente a um mero alinhamento de unidades, relativamente esparsas, ao longo de um caminho (e de outros dois rebatimentos desse, paralelos a ele), a

⁵⁵ Celso Maria de Melo Pupo, seção “O alvorecer” do capítulo “A influência do café”. In _____, op.cit., p. 140-146. Ulysses Cidade Semeghini, *Do café à indústria, uma cidade e seu tempo*. Campinas: ed. da Unicamp, 1991, p. 26, 31, 39, 40, 51.

⁵⁶ Ulysses Cidade Semeghini, op. cit., p. 40.

⁵⁷ Não só produzia a terra, mas também a indústria do beneficiamento – “no beneficio do café (...) o progresso aqui é notavel”, escrevia-se em 1871. Termos corroborados por outro contemporâneo, que mais tarde se recordaria: “Houve um tempo que o café deste município destacava-se no mercado, mesmo no estrangeiro, com a denominação de «café Campinas», pela superioridade que apresentava, não só quanto à qualidade, mas também, e principalmente, pelo beneficiamento”. Em 1878, “tendo o governo geral declarado que não tomaria parte na exposição que se realizaria em Paris”, os fazendeiros de Campinas, consorciados no “Club da Lavoura” local, trataram por si da representação, que se efetiva. Leopoldo Amaral, “Primeira plantação de café”. In _____, op. cit., p. 36-38.

⁵⁸ Dr. Joaquim de Paula Souza, “As corridas”. Campinas, *Gazeta de Campinas*, 20.08.1871. Apud. Leopoldo Amaral, op. cit., p. 356-357.

⁵⁹ Leopoldo Amaral, “Theatro”. In _____, op. cit., p. 408-410.

⁶⁰ Ainda nos anos de 1870, durante a construção do Culto à Ciência, e quando “circunstancias que sobrevieram, acarretando certo desanimo á lavoura do paiz” obrigaram a uma interrupção do empreendimento, Joaquim Bonifácio do Amaral, então presidente da diretoria, empresta “sem juro algum” 32 contos para a consecução das obras, cujo custo total seria de 70 contos. Leopoldo Amaral, op. cit., p. 47. Há também relatos de injeções financeiras salvadoras de parte de Bento Quirino dos Santos a diferentes instituições, quando parte das respectivas diretorias. Veja-se mais à frente, cap. 2.

um entremeado (no caso, reticulado ortogonal), não mais de caminhos, mas propriamente de ruas. De um fio, passa-se a um tecido.

As casas não mais dependuram-se ao longo de um dado caminho, mas sim aglomeram-se por sobre uma dada área. Buscam aproximar-se uma das outras, e cada uma do maior número de outras.

Num relato de 1865 ainda se percebe Campinas predominantemente como um aglomerado de caráter linear: o viajante percorre a rua principal, por ela atravessa todo o aglomerado e a partir dela é capaz de descrever todo ele.⁶¹ Na conhecida planta de 1878, o caráter do desenho é completamente distinto: um tabuleiro de xadrez (com alguma “imperfeição” por conta do traçado das ruas mais antigas). (fig. 1).

Há evidência de que em 1878 apenas uma pequena parcela dessa planta correspondia a uma cidade efetivamente existente (quadras edificadas). Em 1872, o imposto de “mil reis annual” sobre cada metro de muros de fecho de terrenos restringia-se às propriedades de um perímetro que compreendia apenas as quadras entre as ruas Marechal Deodoro (então “rua do Imperador”), Ferreira Penteado (então “rua do Pórtico”), Luzitana e Regente Feijó,⁶² ou cerca de 1/7 da área representada na planta. José Roberto do Amaral Lapa, que trabalhou extensamente com documentação do século XIX em Campinas, também se coloca no mesmo sentido: “Parece-nos exagero a afirmação de que «praticamente toda a área urbana delimitada no mapa da cidade de 1878 já estava ocupada nesta época»”; a “ocupação efetiva” dessa área “avançaria até o nosso século [séc. XX]”.⁶³ É o que, de resto, o caso da rua Culto à Ciência, constante do capítulo seguinte, demonstra: via que já aparece na planta de 1878, somente foi ocupada na segunda década do século XX.

A planta, se poderia ser enganosa quanto ao aspecto físico de uma ocupação efetivamente existente, registra contudo a cidade tal como os agentes de então a idealizavam, a projetavam e a iam constituindo. Registra, senão o estado físico atual (em 1878), a nova concepção – a cidade como um aglomerado – já presente e atuante.

É nessa nova forma da aglomeração que passa a haver quarteirões, propriamente. Antes, tratava-se apenas do intervalo entre duas pinguelas (duas travessas), espaçadas, ao longo do caminho. Era esse caminho o princípio ordenador – não as quadras. Agora, não é mais o transcurso vazio, mas as massas compactas, formando quarteirões, que respondem pelo princípio organizativo. Da reunião dos quarteirões – aliás quadrados –, vai-se formando o aglomerado. As ruas são o espaço necessário para a circulação

⁶¹ Alfredo Maria Adriano d’Escragnotle Taunay (Visconde de). *Marcha das Forças (expedição do Mato Grosso): 1865-1866: do Rio de Janeiro ao Coxim*. São Paulo: Melhoramentos, [1928?], p. 19. A expedição atravessa a cidade pela rua Direita (primitivamente “rua de cima”, atual Barão de Jaguara), que a essa altura havia tomado o lugar da “rua de baixo” (atual Luzitana) como trecho de transcurso urbano da estrada que vindo de Jundiá prosseguia rumo a Mogi.

⁶² Cf. livro de lançamento do referido imposto, 1872-1873. Apenas as 7 primeiras folhas desse livro estão escrituradas. Os registros trazem a extensão dos muros e a identidade dos proprietários. AC, livro 98.

⁶³ José Roberto do Amaral Lapa, *A cidade, os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 51. A afirmação por ele citada é de Ivone Salgado, *Urbanismo sanitário em Campinas no final do século XIX*. Campinas: Puccamp (relatório final – projeto integrado – CNPq), 1992.

Fig. 1. Planta de Campinas em 1878. Em meio ao traçado ortogonal as duas exceções, junto de uma terceira, a essas imediata, constituem os caminhos dos tempos de vila. Apenas uma pequena parte da área representada corresponde a quadras já ocupadas. Enganosa quanto ao estado físico efetivo na data, registra contudo o modo idealizado pelo período e que ia sendo constituído: já não mais um feixe de caminhos, mas um conglomerado de quadras.

entre essas massas que buscam a proximidade necessária e correlata de sua associação e mútua dependência.

Estudos sobre a cidade “colonial” ou do período pré-burguês no Brasil dizem desse caráter linear, correlacionado a uma arquitetura que se conforma a lotes estreitos e alongados, sem recuos frontais ou afastamentos laterais, e com telhados de duas águas apenas, ou seja, com uma metade inclinada para a rua e outra para o quintal.⁶⁴ Também em Campinas as frentes estreitas predominaram.⁶⁵ Embora esse padrão se perpetuasse, a arquitetura característica da cidade que se forma a partir de meados do XIX e notadamente nos anos de 1870 são residências de sobrado (dois andares) ou assobradadas (com pisos de madeira, elevados do chão) não só de maiores dimensões, mas de formato distinto: com frentes maiores,

⁶⁴ Nestor G. Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*, op. cit..

⁶⁵ “as casas na sua quase totalidade (havia todavia exceções) eram de frentes estreitas”. Ricardo Gumbleton Daunt, apud. Celso Maria de Melo Pupo, op. cit., p. 88.

as plantas tendem a quadrados. Em 1822 haveria já um – único – sobrado na cidade.⁶⁶ Não há pesquisas já publicadas que permitam saber do número de residências de sobrado e/ou assobradadas nas décadas de 1870 e 1880; admite-se que os sobrados não tenham chegado a meia centena.⁶⁷ Além das dimensões e formatos, as residências de sobrado e assobradadas distinguem-se por volta de 1870 por influências estéticas da arquitetura oficial da corte, o neoclássico da missão francesa: janelas não mais de vergas retas mas de arco pleno (meio-círculo), platibandas encobrindo os telhados ao invés dos largos beirais.

O aspecto geral dessa nova arquitetura conjuga-se com o sentido que também o novo traçado da cidade apresentava. Se as casas, alongadas, que correspondem comumente ao padrão anterior tinham telhados de apenas duas águas (para frente e para trás), pode-se dizer que não conheciam esquinas. Nas novas residências, tem-se águas caindo para cada uma das quatro faces. Os beirais (logo escondidos atrás de platibandas), e com eles as paredes, mantêm-se numa mesma altura. De tal modo que a fachada pode prolongar-se por duas faces consecutivas, sem que um perfil triangular das paredes laterais (como nas casas com telhados de duas águas ocorre) diferenciassse de antemão uma face preferencial. A arquitetura executava soluções de canto, na cidade que, com essa nova arquitetura, passava a conhecer as esquinas.⁶⁸

A introdução das platibandas, escondendo os beirais e fazendo com que os limites laterais da edificação pudessem corresponder, em cada face, a um único plano vertical, contribui para um aspecto mais condizente com esse espírito de coesão (sem os beirais, tende-se a um paralelepípedo puro, forma que pode-se justapor a outra sua semelhante). O controle da medida máxima de elementos que porventura se projetassem para fora desse plano vertical, introduzido em lei no código de posturas de 1880, mas já prefigurado na arquitetura das residências de sobrado e assobradadas da década anterior, fala no mesmo sentido.

O controle sobre os limites da edificação, e portanto sobre os limites das propriedades privadas, já foi dado como sendo o mesmo que uma preponderância das ruas sobre as propriedades, e assim o mesmo que uma preponderância do poder do Estado sobre os indivíduos.⁶⁹ O que aqui se expõe fala num outro sentido: esse controle – esse regramento das propriedades privadas – era dado na Campinas dos anos de 1870 e 1880 não por ingerência de um poder centralizado e distante, mas como um acerto entre os próprios munícipes, pela sua Câmara. Um acerto endógeno, relativo a regras de convívio, resultado de deliberações de uma fração daqueles 10.000 habitantes que constituía efetivamente a comunidade política

⁶⁶ “diz a tradição que o primeiro sobrado urbano de Campinas se construiu na rua Barão de Jaguará, esquina de General Osório, único existente em 1822, como afirmou Benedito Octávio”. Celso Maria de Mello Pupo, op. cit., p. 92. Quando d’Alincourt passa por Campinas, em 1818, anota a existência de um único edifício particular que não era térreo. Apud. Celso Maria de Melo Pupo, op. cit., p. 88.

⁶⁷ Perguntada autor a respeito Maria Joana Tonon, diretora do Arquivo Municipal e autora de estudo sobre um dos sobrados da época, (_____, *O palácio dos azulejos...*, Campinas: Unicamp, 2003), avalia em cerca de 40 o número de sobrados do gênero então existentes.

⁶⁸ A foto de uma antiga residência de pau-a-pique em Celso Maria de Melo Pupo, op. cit., p. 87, é de esquina, aquadrada e com telhado de quatro águas. Apesar disso pode-se perceber a predominância da fachada fronteira, com suas três aberturas (porta e duas janelas) e beiral todo numa única altura, ao passo que a elevação lateral, de extensão semelhante, conta uma única janela e beiral que, mais para os fundos, começa a cair.

⁶⁹ Paulo César Garcez Marins, *Através da rótula*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, passim.

do município e que tinha a si mesma como objeto. No século XVIII, a regularização e os regramentos impostos às propriedades e ao traçado das cidades pode ser visto como desejo imposto desde um poder central – que o era, de fato, como parte da política pombalina. E assim como correlativo de uma dominância das ruas, ou espaço público, em primazia sobre as propriedades privadas. Na Campinas de fins do XIX, esse mesmo regramento – na verdade, um regramento com resultados formais distintos, embora igualmente identificáveis como “presença de regra” ou “traçado geométrico”, resulta, pelo contrário, de uma primazia da propriedade particular – das propriedades particulares interessadas e seduzidas, conscientemente ou não, por uma máxima aproximação, adensamento, para cuja otimização chegam a dadas regras. Regras que são as novas normas de edificação, e que são também, numa outra expressão, as regras de civilidade – de civilidade burguesa, se preferirmos –, tanto umas quanto outras objeto dos mesmos “códigos de posturas”.

Até onde se pôde verificar, a difusão do estilo neoclássico, referenciado na arquitetura da corte carioca, se dá em Campinas por volta dos anos de 1870.⁷⁰ O “palácio dos azulejos”, antigo sobrado do “nhô Ferreira bravo”, desde 1908 sede da Prefeitura e único sobrado neoclássico remanescente na cidade que fora detentora de um plantel particularmente notável da espécie, resulta da união de dois sobrados independentes, o primeiro da década de 1850. Os azulejos, a platibanda – o aspecto neoclássico – datam entretanto de quando da construção do sobrado anexo, com reforma geral do conjunto, fundido numa única unidade estética, em obra cuja data está registrada na bandeira da porta de entrada: 1878. A “casa grande”, com porta e doze janelas na frente que abre para o largo da Matriz Nova (depois Catedral de Campinas), esquina da Francisco Glicério (hoje demolida), já existia em 1812. O aspecto original, com vergas retas e beiral, havia sido substituído quando ali se hospedaram a princesa Isabel e o conde d’Eu, em 1884, “tornando-se mais vistoso pela fachada mais alta e pelo revestimento de azulejos”, “suprimindo os beirais substituídos por platibandas adornadas, e as vergas retas por vergas em semi-círculo”. Reformas que Celso Maria de Melo Pupo localiza como sendo de “por volta de 1880”, e que o memorialista Leopoldo Amaral diz apenas serem posteriores ao falecimento do segundo proprietário, em 1860.⁷¹ Nos últimos 20 anos do século XIX três “palácios”, sem dúvida das construções mais destacadas do período, já não se faziam no “estilo Império”, mas num classicismo de inspiração renascentista, posteriormente incluído junto do demais “ecletismo” de até a segunda década do século seguinte.⁷² (fig. 2)

⁷⁰ “(...) é possível encontrar algumas residências campineiras construídas no período colonial que receberam significativas reformas classicizantes (...) por volta de 1870 (...)”. Maria Joana Tonon, *O palácio dos azulejos: de residência a Paço Municipal, 1878-1968*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2003, p. 176 (trecho citado), p. 176-178 (exemplos).

⁷¹ Leopoldo Amaral, “Tradição que desaparece”. In _____, op. cit., p. 463. Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas, município no Império*. São Paulo: Imesp, 1983, p. 47-8.

⁷² Referimo-nos ao palacete Chaves (demolido), “construção de 1882”, ao do Barão de Itapura (atual prédio do direito da Puccamp), “construção iniciada em 1880 e festivamente inaugurado em 1883”, e ao “palácio da Mogiana” (sede da empresa, ainda existente), “construído desde o findar do século XIX”. Celso Maria de Melo Pupo, op. cit., p. 51-53.

Se o neoclássico da corte carioca, ou “estilo Império”, costuma apresentar forte simetria, correlativa por sua vez de certa monumentalidade, cabe observar que em Campinas essa simetria em torno de um eixo não se traduzia num domínio do edifício por sobre um espaço público ou sobre seu entorno edificado. As ruas da cidade eram notoriamente estreitas. Na implantação dos edifícios em meio a um aglomerado de quadras que tendia a um reticulado homogêneo e à vista ainda da estreiteza das ruas, tem-se que qualquer simetria, própria do neoclássico, fica restrita apenas ao próprio edifício, sem por assim dizer propagar-se em seu entorno.

Em Campinas, a simetria do edifício não corresponde a uma colocação privilegiada, monumental, do mesmo – o edifício não centraliza ou polariza um dado espaço para além de si. No caso dos sobrados de tendência neoclássica em Campinas, pode-se dizer que haveria um *centrar-se da unidade em si mesma*, sem que qualquer unidade se constituísse em centro privilegiado de um conjunto maior.

Quanto às técnicas construtivas, o período conhece a difusão do uso do tijolo.

Os equipamentos para produção mecanizada de tijolos, inventados na Inglaterra em 1886 e que “só esporadicamente foram utilizadas naquele país”, já em 1867 eram instalados em Campinas, na olaria de Sampaio Peixoto, fundada em Dezembro daquele ano, e depois agraciada por D. Pedro com o título de “Imperial”.⁷³ Segundo anúncio de 1871, até aquela data somente essa olaria já havia produzido “mais de 6 milhões de tijolos”.⁷⁴ Foi a olaria que em 1877 fornecia os tijolos para o “primeiro sobrado paulistano de que se tem notícia recuado do alinhamento, com jardim de frente”, como acima referido.⁷⁵

Nos sobrados, o tijolo é empregado revestido, e o aspecto final não se diferencia daquele de outros sobrados executados em taipa, havendo-os em técnica mista, igualmente. Entretanto alguns edifícios públicos, especialmente representativos das mudanças em curso e do espírito emergente, são executados já nos anos de 1870 em tijolo aparente: o prédio do colégio Culto à Ciência, inaugurado em 1874 (ainda existente), o do Colégio Internacional, “funcionando em prédio próprio no ano de 1874”.⁷⁶ Na década seguinte, contam-se diversos outros edifícios em tijolo aparente.⁷⁷

⁷³ Paulo César Xavier Pereira, *São Paulo: a construção da cidade: 1872-1914*. São Carlos: Rima, 2004, p. 98 nota 6.

⁷⁴ Contam-se aqui possivelmente “tijolos” não apenas para paredes, mas dos diversos tipos que a fábrica produzia, “a saber: construção, sólidos, de 2 tamanhos, tubulares de 3 qualidades (...)”. Cf. anúncio em José Maria Lisboa (org.), *Almanak de Campinas para o anno de 1872*, op. cit., p. 144, reproduzido em Ema Camillo, op. cit., p. 70.

⁷⁵ Maria Cecília Naclério Homem, op. cit., p. 91, 93.

⁷⁶ Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, op. cit., p. 157.

⁷⁷ Na década seguinte, foram construídos com tijolos aparentes os edifícios industriais da Cia. Mac. Hardy, “no início da década de 1880”, e da Cia. Lidgerwood, “construído em 1884”. Antonio Carlos Rodrigues Lorette, Levantamento histórico e arquitetônico do edifício da Companhia Lidgerwood em Campinas (1º relatório). Campinas, Junho de 1991 (CSPC - Centro de Documentação), p. 9. O mesmo autor dá ainda o primeiro edifício da Cia. Paulista de estradas de Ferro, de 1872, como construção em tijolo aparente, o que é equívoco, pois não condiz com as imagens existentes (conhecida gravura, reproduzida entre outros no *Almanak de Campinas para o anno de 1872*, op. cit., e sobretudo pouco conhecida fotografia deste prédio, na coleção do MIS-Campinas). O segundo edifício da estação da Paulista, ainda hoje existente (com acréscimos de diversos períodos), foi executado em tijolo aparente. Normalmente datado de 1884, somos entretanto alertados por Guilherme Pozzer (mestrado em andamento, IFCH-Unicamp) ser a construção posterior. Podemos acrescentar as instalações da Cia. Campineira de Águas e Esgotos, incluindo o reservatório semi-subterrâneo (ainda existentes), tendo sido a Cia. fundada em 1882 e os serviços inaugurados em

Fig. 2. a) Em meio à procissão e a casas de vergas retas, edifício assobradado já “vestido” segundo o neoclássico que irradiava desde o Rio de Janeiro, para onde fora trazido com a vinda da corte e da missão artística francesa: vergas de arco pleno, platibanda encobrindo os beirais do telhado, adornos sobre platibanda. As datas de que dispomos indicam que esse “estilo império” foi comum em Campinas por volta de 1870. **b)** Sobrado dos Alves, construído em 1882. Se a regularidade geométrica permite falar também aqui em neoclássico, já não se trata do “estilo império”. Com empréstimos à renascença, um “neo-renascimento”, primeiro de muitos “neos” que viriam a caracterizar o ecletismo.

A presença do tijolo ganha um sentido especial se considerarmos que esse sistema guarda certa analogia com o associativismo em evidência.⁷⁸

1891. E o matadouro municipal, projeto de Ramos de Azevedo, obras iniciadas em 1882. Ana Maria Reis de G. Monteiro, op. cit., p. 56.

⁷⁸ Em inglês a palavra usada para designar o “aparelho” de uma parede de tijolos, “bond”, é também aquela que denomina certo tipo de operações bancárias. Em português denomina-se “aparelhos” às diferentes padronagens de encaixe de tijolos que se fazem possíveis na construção de uma parede. Há o “aparelho inglês”, o “flamengo”, o “perpiano” etc. Em inglês, são o “english bond”, “flemish bond” etc. “Bond” pode ser em geral traduzido por ligação

A ascendência desses padrões dos anos de 1870 estavam ainda particularmente relacionadas a um grupo de homens em específico: os republicanos da cidade.

Data de 1870, como se sabe, o manifesto republicano; “em 1870 iniciou-se franca a propaganda [republicana]”. “Mais brilhante e mais intensa do que em qualquer outro lugar do Império, ella se desenvolveu em Campinas”.⁷⁹ Um diretório republicano local é criado em Novembro de 1872⁸⁰ – antes da criação do PRP, em 1873, mesmo ano em que a nova Câmara Municipal eleita contava pela primeira vez dois vereadores republicanos.⁸¹

Posto que os empreendimentos referidos acima não houvessem sido necessariamente constituídos por republicanistas exclusiva ou majoritariamente,⁸² era o republicanismo que encarnava, traduzia e propalava os ideais compatíveis e correlatos do associativismo, do novo espírito, da nova cidade. Eram eles quem pronunciavam em geral os encômios ao espírito de iniciativa local.⁸³ No elogio da capacidade de iniciativa própria dos cidadãos campineiros, e paulistas, para perseguir suas metas e realizar melhoramentos, criticavam e se contrapunham à centralização monárquica, e afinal à própria Monarquia.

João Alberto Salles chega a ser bastante específico: em artigo intitulado “o grupo dos 5”, publicado ainda em 1900, elenca João Quirino, Francisco Quirino, Francisco Glicério, Jorge Miranda e Campos Salles como os responsáveis diretos por aquela mudança de espírito – “foi d’esse pequeno grupo, composto de homens inteligentes, resolutos e patriotas, amantes sinceros de sua terra, que partio o grande e poderoso impulso que, de (18)68 para cá, lançou Campinas na vereda franca e decisiva do progresso”.⁸⁴ Como se sabe, eram todos do grupo republicano; lembrando que Jorge Miranda era irmão de Francisco Glicério, e incluindo na lista o autor daquelas linhas, irmão de Campos Salles, vê-se que o grupo constituiu-se de três pares de irmãos, das famílias Quirino dos Santos, Cerqueira Leite e Salles.

ou laços – familiares, por exemplo. Mas designa também contratos em geral (e relativos a obrigações de pagamentos futuros em especial), bem como certo tipo de as operações com títulos bancários. A coincidência dos termos, no inglês aponta a referida analogia entre o sistema construtivo por tijolos e uma certa lógica associativa – “amarração” –, tanto da sociedade, nos moldes burgueses, em geral, quanto do capital liberal-burguês em particular.

⁷⁹ Paulo Nogueira Filho, *O club republicano de Campinas*. São Paulo: Casa Espíndola, 1916. (conferência realizada a 1º de Agosto de 1916, no grêmio literário Álvares Machado). p. 5-6. “Centro principal do republicanismo brasileiro”, em frase de Maritinho Prado Jr., citado por Leopoldo Amaral, op. cit. p. 60 e Paulo Nogueira Filho, op. cit., p. _.

⁸⁰ Leopoldo Amaral, “Republicanos de outr’ora”. In _____, op. cit., p. 345, 348.

⁸¹ Eram Campos Salles e Bento Quirino. Leopoldo Amaral, op. cit., p. 480-481. Cf. precisa Jolumá Brito (“Bento Quirino dos Santos”, texto datilografado, CMU - Arquivo Jolumá Brito), Bento Quirino elegera-se pelo Partido Liberal, aderindo ao PRP quando de sua criação, ao final daquele ano de 1873.

⁸² Esse parece entretanto ter sido o caso quanto às empresas de serviços públicos locais, como a cia. de águas e esgotos, presidida por Bento Quirino (cf. diversas fontes) e o matadouro municipal, de cuja associação era presidente Glicério (cf. Ana M. Reis de Góes Monteiro, op. cit.).

⁸³ As referências utilizadas no início deste bloco a respeito são retiradas de escritos de republicanos, publicados nos *Almanaks* organizados por José Maria Lisboa, membro da *Gazeta*, órgão de propaganda republicana.

⁸⁴ João Alberto Salles, “O grupo dos 5”. In Leopoldo Amaral (org.), *Campinas em 1901*. Campinas: typ. Casa do Livro Azul, 1900.

Início remoto da crise.

Não deixa de ter um quê de ironia que o mesmo ano que conheceria a derrubada da Monarquia, com a vitória dos republicanos, fosse também aquele em que a “Meca da República” sofre um primeiro e devastador surto de febre amarela. O mesmo ano em que o regime propugnado pelos principais (ou pelo menos os mais emblemáticos) atores dos novos padrões e do desenvolvimento da cidade, foi o ano em que esse desenvolvimento conheceu, em certa medida, seu ponto-limite.

Essa coincidência serve de símbolo para um fato mais amplo: a instauração do novo regime corresponde de perto ao começo do fim das práticas que os propagandistas tomavam como bandeira, e que até há pouco se via ganharem terreno.

Se bem a Primeira República já tenha sido dada pela historiografia como um período de liberalismo político e econômico, a percepção de que a República traía essas bandeiras, caras aos propagandistas, é bastante difundida entre contemporâneos dos fatos. Para Tristão de Athayde, escrevendo em 1924, se por um lado “a republicanização do Império” ou mesmo “o período republicano” “começa em 1870”, de tal modo que “quando em 89 se proclamou a República, a república já existia no Brasil”, entretanto “as transformações políticas que houve [no 15 de Novembro] (...) deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento”: “o poder central voltou à consciência de sua autoridade”.⁸⁵ No prefácio de livro dado a lume em 1937, Eugênio Lefèvre, que durante 40 anos havia sido diretor-geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, via “um consolo” em que a República tivesse propiciado o “progresso e engrandecimento do Estado, sabendo aproveitar as facilidades e larguezas de meios que a republica federativa facultou às antigas províncias do Império”. Consolado com o aspecto administrativo, pois que a política propriamente “deixou de ter para mim sedução desde que, feita a abolição da escravatura em 13 de Maio de 1888, e proclamada a República em 15 de novembro de 1889, perdi a esperança de ver realizados, nesta ultima, os ideais que me alentaram, como modesto auxiliar da propaganda para a implantação no Brasil do novo regimen”.⁸⁶ E Álvaro Ribeiro, vereador em Campinas em sete legislaturas sucessivas desde 1908, em livro de 1927: “Com a proclamação da República os ideais, sob a forma partidária, desapareceram”. E acrescenta: “Para esse afastamento, censuravelmente, contribuiu a intolerância dos republicanos que muito ciosos dos seus direitos no Império, não tiveram a mesma condescendência na vigência da nova democracia”.⁸⁷

Embora 1889, com a implantação do novo regime, possa ser tomado, ironicamente, como marco da derrocada dos princípios liberais propalados pelos propagandistas, um relativo arrefecimento da prática desses princípios pode ser notada já ao longo da década de 1880.

⁸⁵ Tristão de Athayde, “Política e letras”. In Vicente Licínio Cardoso (org.), *À margem da história da República*. Recife: Fundaj: ed. Massangana, 1990. (1ª. ed. 1924). p. 215-6, 222-3.

⁸⁶ Eugenio Lefèvre, *A administração do Estado de São Paulo na Republica Velha*. São Paulo: typ. Cupolo, 1937, prefácio.

⁸⁷ Álvaro Ribeiro, *Falsa democracia*. Rio de Janeiro: Piro...[página danificada]& Cia., 1927, p. 47.

Já referimos o entendimento de Sérgio Silva, para quem os dez anos entre 1880-90 marcam a passagem a “novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital”. A nosso ver Eduardo Kugelmas se põe de acordo com esse entendimento, sendo mais específico quanto às datas, quando, apoiando-se entre outros fatores na evolução do volume de entrada de imigrantes – até 1886, média de 6.000 por ano, pulando para 32.000 em 1887 e 91.000 em 1888 –, afirma: “Podemos interpretar a conjuntura de 1886-7 como o momento decisivo para o encaminhamento definitivo para a transição para uma economia de trabalho assalariado, com a conversão final do senhor de escravos em *empresário capitalista*” (grifo nosso).⁸⁸

O sempre presente elogio da capacidade de iniciativa própria que encontrávamos nos anos de 1870 decanta, na década seguinte sob uma forma mais estrita, eventualmente burocrática: a defesa do federalismo. Se é verdade que a defesa da autonomia dos Estados colocada contra o centralismo monárquico combina com os princípios de livre-iniciativa e liberdade individual propalados, como visto, na Campinas dos anos 70 do séc. XIX, na defesa do federalismo trata-se entretanto muito mais de uma questão financeira: “com o surto das exportações, acentuado a partir de 1870, (...) o governo central passa a arrecadar muito mais do que aplicava na província paulista”⁸⁹. Em 1887, São Paulo (província) era dado como o “pagador geral do Império”.⁹⁰ “Que estado rico, poderoso e florescente não seria São Paulo se em seu proveito fossem aplicados os dezessete mil contos que todos os anos desaparecem na voragem imperial?”.⁹¹ Na defesa do federalismo, o reconhecimento, o elogio e o incentivo da capacidade de atuação autônoma dos próprios concidadãos se transmutara (ou se decantara, mas nisso também se reduzira) a uma crítica de uma esfera de governo. Há uma relação estreita entre os dois discursos (aquele em elogio da capacidade de iniciativa própria e aquele em defesa do federalismo), que por vezes se entremeiam; mas há uma diferença, expressiva: uma questão que era local (relativa à atuação dos concidadãos) passa a ser uma questão administrativa abstrata (relativa a uma forma de governo), distanciada desses. Uma diversidade de

⁸⁸ Eduardo Kugelmas, *Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p. 27.

⁸⁹ Eduardo Kugelmas, op. cit., p. 35. “Como não será bonito quando São Paulo puder anunciar no Times ou no New York Herald e outros jornais do antigo e do novo mundo o seguinte: A província de São Paulo, tendo liquidado os seus negócios com a antiga firma Brasil Bragantino Corrupção & Cia. declara que constituiu-se em nação independente, com a sua firma individual. Promete em suas relações com outras nações manter a boa-fé em seus negócios, retidão, altivez e dignidade, em vez de duplicidade, velhacarias e covardias da velha firma”

⁹⁰ Martim Francisco, *São Paulo independente, propaganda separatista*. Citado por Renato Lessa, *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988, p. 40.

⁹¹ Alberto Salles, *A pátria paulista*. Brasília: ed. da Unb, 1983, p. 55 (1ª ed. 1887). Mais à frente, p. 79: “Segundo as informações que temos colhido, a renda total da província, incluído a geral e a provincial, sobe a cerca de 25 mil contos, sendo para a renda provincial mais de 4 mil contos (...). Quer isto dizer que São Paulo concorre todos os nos com uma parcela superior a 20 mil contos para a sustentação dos pesados encargos da união monárquica”. O interesse pelo domínio sobre os recursos dos impostos gerados na província ultrapassava o federalismo e chegava à defesa da declaração de independência, separatismo de que o livro citado fez a propaganda, bem como o de Martim Francisco, referido na nota anterior, e do mesmo ano de 1887.

bandeiras agitadas pelos propagandistas na década anterior arrefece, privilegiando-se a questão mais institucional do federalismo.⁹²

A progressão política do grupo republicano também segue caminho paralelo. Ao longo da década de 1870, eram um grupo político dentre os demais e em debate com esses. Em 1882 elegem-se os primeiros cinco deputados provinciais do partido – fato comemorado em Campinas, no Teatro São Carlos, com um lauto banquete, que ficou registrado na história local e do partido.⁹³ Em 1886, os monarquistas (antes divididos em liberais e conservadores) se unem – “não mais havia liberais e conservadores, mas sim republicanos e monarquistas”.⁹⁴ Se em 1889 tem-se uma mudança pontual bem marcada com a constituição de um partido único (situação que vai obviamente contra os pressupostos das práticas liberais), há indícios portanto de que o partido republicano, com o relativo abandono de parte de suas bandeiras, privilegiando-se a questão do federalismo, já se tornava hegemônico por volta de 1886-7.

No plano econômico, embora a doutrina liberal reinasse ainda até pelo menos o final do governo Campos Salles, é em 1889 que o “espírito de iniciativa” dos Campineiros se vê, pela primeira vez desde o início das mudanças e da nova pregação, necessitado de ir buscar numa instância externa ao próprio município recursos de que precisava. A fatura da rede de esgotos e demais obras sanitárias tidas como solução inescapável para livrar a cidade da febre amarela dependeram largamente de recursos do governo estadual; já durante o primeiro e mais forte dos surtos, no início de 1889, republicanos de Campinas procuravam assegurar junto ao governo da então Província um empréstimo que assegurasse a fatura de tais obras.⁹⁵ Não era ao monarca ou à instância mais central que se dirigiam os *lobbies* campineiros, mas tratava-se já, de todo modo, de uma exceção, e um óbice, à capacidade de iniciativa endógena que havia sido tão proclamada e que vinha até então efetivamente dando conta de grandes e diversas obras.

Se a pregação da propaganda havia sido contra a centralização, pelo federalismo, a “república federalista brasileira” trouxe para muitos municípios uma contraposição a aspectos de sua autonomia até então inexistentes, tanto no plano econômico quanto político. Na constituinte de 1891, as emendas de Rui Barbosa em defesa da autonomia municipal são vencidas pelos que viam aí medidas restritivas da autonomia dos Estados. “Como notou Faoro, a constituinte entregou os municípios à ação dos Estados,

⁹² E. Kugelmas, op. cit., cap. 1, dá o federalismo como a bandeira que permitiu ao PRP congregar forças em São Paulo – quando também os partidos monárquicos defendiam maior autonomia para as províncias, o federalismo era a a única bandeira sustentada incontinenti pelo PRP, que adotava posições dúbias quanto a outros pontos programáticos. Em Kugelmas entretanto essa observação se estende também para a década de 70.

⁹³ Leopoldo Amaral, “Banquete memorável”. In _____, op.cit., p. 59-67.

⁹⁴ Paulo Nogueira Filho, op. cit., p. 4.

⁹⁵ “Você, Moraes, Campos Salles e outros filhos desta terra que aí estão com o espírito fresco e calmo ponham em prática tudo o que for para facilitar o empréstimo da Comp. De Águas e Esgotos, que é a única salvação desta cidade”. Carta de José Paulino Nogueira (que ficara em Campinas combatendo a epidemia) a Francisco Glicério (em São Paulo), Abril de 1889. Cf. Pelágio Lobo, “José Paulino Nogueira”. In _____, op. cit., p. 40. O empréstimo foi concedido em Setembro; proclamada a República em Novembro, o processo não sofreu interrupção; as obras estenderam-se, sempre com verbas do agora governo do Estado, até 1891.

pois pela concisão e vaguidade do art. 68 ficava aberta a nomeação de intendentes por parte dos governadores”.⁹⁶

Em Santos, na década de 1890, a firma Gaffré-Guinle, concessionária das obras do porto antagoniza interesses de capitais locais. A grande empresa, de capital e controle exterior ao Município, demole os trapiches, com sustentação do governo do Estado e contra a posição da Câmara Municipal, que se alinha aos interesses dos capitais locais, representados nos trapiches.⁹⁷ Acreditamos poder ver aqui conjugados ambos os planos, econômico e político, de uma subjugação das iniciativas e da autonomia da cidade, comunidade local ou município, que a república instalada consubstancia.

O governo de Campos Salles (1898-1902) é tido como aquele em que, depois das turbulências iniciais (nos governos militares, perdurando ainda no primeiro governo civil, de Prudente), teria se chegado a um desenho mais acabado do funcionamento do novo regime. A solução política adotada foi batizada como se sabe de “política dos governadores”. Rui Barbosa denunciaria que, com esta, as minorias de cada Estado ficavam entregues a um completo despotismo do grupo dominante – novamente, um aspecto em contradição com os princípios liberais dos tempos da propaganda. Para Renato Lessa, a política implantada por Campos Salles é uma “verticalização da política” que retoma padrões centralistas do Império; Campos Sales teria buscado “um equivalente funcional do poder moderador”.⁹⁸

Tanto política quanto economicamente a administração estadual ganha novo peso com a República, sobrepondo-se aos municípios. Como ilustra o exemplo de Campinas, já desde 1889, quando comparado com as duas décadas anteriores à instauração do novo regime, nota-se certo nível de alienação da capacidade de decisão econômica do município sobre as obras de que necessita. No caso de Santos, a administração estadual aparece solidária ao grande capital, em contraposição à administração municipal, ligada aos capitais locais. A ideologia da livre-iniciativa, que assim já estaria de fato relativizada, restaria não obstante ideologia oficial, intocada, até o final do governo Campos Salles, como já referido. Cairia em 1906, ano da primeira intervenção coordenada para reter produção cafeeira e assegurar preços para o produto. “Segundo a perspectiva da ideologia corrente entre a elite brasileira, o primeiro programa de apoio ao preço do café representava uma inovação no papel econômico que o Estado desempenhara até então: o abandono de uma política de “laissez-faire” por uma intervenção direta”.⁹⁹ “O aparente sucesso da operação de 1906 incitou governos posteriores a empreender esquemas ainda mais ambiciosos, e doutrina econômica liberal da era precedente deu lugar a considerações pragmáticas de possibilidades

⁹⁶ Renato Lessa, op. cit., p. 65.

⁹⁷ Ana Lúcia Duarte Lanna, *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura, 1996, p. 45-48.

⁹⁸ Renato Lessa, op. cit., p. 93, 138. Ver também p. 165 (e passim).

⁹⁹ Thomas H. Holloway. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 14. O mesmo autor anota que o esquema de sustentação artificial de preços de 1906 não representara, na prática, uma verdadeira novidade: fora empreendido “pelas mesmas firmas que controlavam o comércio cafeeiro sob o laissez-faire”. Sendo fatos constituintes da ascensão das “novas formas de acumulação”, trata-se de firmas que teriam certamente ascendido desde meados dos anos de 1880.

financeiras e viabilidades econômicas”.¹⁰⁰ Nas prévias para escolha do candidato ao governo do Estado, em Setembro de 1907 (o que equivale à escolha do futuro presidente do Estado, posto que ao pleito final era apresentada uma chapa única, como já referido) Campos Salles, malgrado o reconhecimento de que desfrutava, era derrotado por Albuquerque Lins, relativamente um ilustre desconhecido, mas que havia sido Secretário da Fazenda do governo de Jorge Tibiriçá, responsável pela sustentação do plano de valorização do café.¹⁰¹

Desse processo de mudanças, é a Primeira Guerra (1914-1918), entretanto, o marco definitivo.

“Quando rebentou a guerra em 1914, ela não veio como uma catástrofe que destruiu o sólido mundo burguês, (...). Veio como um alívio da crise, um coisa nova, talvez até mesmo uma solução”.¹⁰²

Conforme já sugerimos preliminarmente, a passagem a um novo padrão ou caráter do aglomerado urbano, que se pode acompanhar através da difusão do padrão de residência isolada no lote, é também constituinte e correlato dessas mudanças. Pode-se também nesse campo do padrão da aglomeração urbana identificar desde os albores da Primeira República traços prévios de afastamento dos padrões de 1870. A introdução de corredores laterais para ventilar e iluminar os cômodos intermédios de construções populares, que comumente ocupavam lotes estreitos e compridos, e que pode ser tomada como um traço preliminar do futuro isolamento total do volume construído em meio ao lote, torna-se comum na cidade de São Paulo desde os anos de 1880, sendo relacionado à imigração italiana.¹⁰³ Nas habitações da elite, é também desde a mesma época que se conta (de início e mais destacadamente em São Paulo - cidade) o uso das villas e palacetes isolados em chácaras, fora das áreas adensadas da cidade.¹⁰⁴ Assim, se o processo de conversão do aglomerado urbano desde um padrão em tecido único e compacto para um outro dado como um centro rodeado por tecidos residenciais de baixa densidade conhece momentos críticos desde o período da 1ª guerra e ao longo dos anos 20, também aqui vale a afirmação de que essa transformação “veio como

¹⁰⁰ Thomas H. Holloway, op. cit., p. 15.

¹⁰¹ Eduardo Kugelman, op. cit., p. 131. Para uma crônica a respeito da convenção que escolheu Albuquerque Lins, a 25.09.1907, Pelágio Lobo, “Campos Salles”. In _____, op. cit..

¹⁰² E. P. Hobsbawm. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 179. Corrobora a afirmação distanciada do historiador a fala de um europeu contemporaneamente à guerra sobre os efeitos positivos da mesma: “Despimo-nos de roupagens inúteis. Eis-nos a desenvolver a musculatura pela gymnastica. Estamos em pleno exercício. Somos um povo diferente do que éramos”. Destaque-se que era aqui um cidadão da Inglaterra, pátria do liberalismo clássico, político e econômico, que via nesse marco de passagem efeitos positivos. Citado em V. S. Freire, “A valorização do engenheiro nacional”. *Boletim do Instituto de engenharia de São Paulo*, São Paulo, v.1, n.1, 1916, p.25.

¹⁰³ A relação entre a chegada dos italianos e a introdução dos corredores laterais, ainda antes da edição das leis que proibiriam (em tese) as alcovas (quartos sem janelas) foi apontada em sala pelo professor Dr. Gustavo Neves da Rocha Filho. Salmoni & Debenedetti, *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981, dispõem dados sobre a presença crescente dos italianos nos pedidos de construção: “Em 1875 aparece algum italiano (...) Em 1886 os nomes de italianos já são numerosos; em 1888 (...) mais de dois terços [dos pedidos para construção] são assinados por italianos” (p. 59-60). Embora na seção que aqui vem ao caso, intitulada “mestres de obras”, as autoras estejam interessadas mais nos elementos de estilo (influências neoclássicas) trazidos pelo italiano que nos aspectos tipológicos (com afastamento lateral), referem (p. 59) que a “entrada lateral” aparece “sempre” nas plantas em questão.

¹⁰⁴ Maria Cecília Naclério Homem, op. cit..

alívio da crise”, “como solução” – como desfecho de um processo cujas origens mais remotas remontam aos anos de 1880-90.

De todo modo, é a Primeira Guerra (1914-1918) o marco da derrocada final daqueles padrões – econômicos, políticos e também relativos ao desenho da cidade –, e da passagem para um novo padrão. Aqui começa a nossa história.

1. EM 1917: POLÊMICA EM TORNO DE UM PROJETO HÍBRIDO.

1.1. Polêmica em torno de um projeto híbrido.

É a 29 de Janeiro de 1917 que dá entrada, na prefeitura, requerimento para construção do qual resultaria a primeira lei edilícia de Campinas a dizer sobre residência isolada no lote.

O requerimento, manuscrito, vinha assinado pelo engenheiro-arquiteto Euclides Vieira, autor do projeto, e pedia autorização para construção de “uma residência” para José Augusto Quirino dos Santos, à rua Culto à Ciência nº 1-C. Parte dos desenhos que hoje se encontram anexos ao requerimento não correspondem aos originais – como veremos, houve substituições ao longo do processo de aprovação. O desenho da elevação frontal ou fachada (fig. 3), não teria sofrido alterações. Junto do canto inferior direito dele lê-se a data: “10-01-917”.¹⁰⁵

Fig. 3. Projeto de residência para José Augusto Quirino dos Santos.

Num procedimento padrão, o prefeito dá a sua cota: “À repartição de Obras, em termos”, e ainda no mesmo dia 29, o engenheiro municipal Acrísio Paes Cruz anota:

“Examinando o projecto junto de construção a rua Culto a Sciencia em seu corte longitudinal ve-se que é elle composto de um porão de 80 cms. - um primeiro pavimento de 2m80 de alto e segundo pavimento com 4 metros de altura. O caracteristico dessa construção é positivamente um sobrado. Assim o ingresso geral da casa é feito pelo primeiro pavimento; deste para o segundo é feito por escada, não havendo portanto nada que difira de um sobrado./ Nestas ultimas construcções exige o nosso codigo de posturas 5 mts. ao primeiro pavimento e 4,50 ao segundo cfme artigo 8º do regulamento da lei 43. Sendo assim penso estar a planta apresentada em completo desaccordo com o codigo. / Campinas / 29.1.17 / APCruz”

¹⁰⁵ Requerimento nº 116, de 29.01.1917. Arquivo Municipal.

A lei nº43 é de 1895, e seu regulamento, a que o engenheiro se refere, fora publicado em 1896. É esse regulamento que havia introduzido a exigência de desenhos técnicos (plantas, elevações e “secções”, ou cortes) para a aprovação de novas construções e reformas. Adendo ao código de 1880, e nesse sentido entendido ainda como parte dos códigos de posturas, era ao mesmo tempo o primeiro código editado a tratar exclusivamente de questões de construção. Como adendo ao derradeiro dos códigos de posturas (o de 1880), pode ser considerado o último dos códigos de Campinas comprometidos com aquela cidade, burguesa, que tivera, como visto, nos anos de 1870 seu momento-chave. Como primeiro código especificamente concernente à construção, posterior à epidemia de 1889, pode ser considerado o primeiro código de uma nova etapa do desenvolvimento urbano, então nos seus primórdios.

Em continuidade com os códigos anteriores, trata da garantia de certos aspectos de urbanidade – como o manter-se as ruas limpas e desimpedidas. No caso, livres de materiais de construção (arts. 27, 34 e 35), e das águas dos telhados, que deveriam ser conduzidas às sarjetas por “conductores de ferro, de modelo especial” por baixo dos passeios (art. 9, § 1, e art. 20).

Editado quando a cidade não havia ainda de todo se livrado dos famigerados surtos de febre amarela, tem também presença destacada normas de ordem sanitária. O artigo 22 diz que “é proibida a construção de cortiços no município”, estabelecendo entretanto a seguir uma série de condições segundo as quais seriam aceitos. O artigo 32 trata de normalizar as fossas sépticas, necessárias nos “subúrbios”. Sobretudo, e com maior abrangência, tem-se o artigo 5 e suas 6 seções, bem como o art. 11, regulando condições mínimas de insolação e ventilação. Já não seria admitido a construção de alcovas.¹⁰⁶

Há, por fim, um forte conteúdo de determinações de cunho eminentemente estético – talvez a mais notável a do caput do artigo 9: “as casas dentro do perímetro da cidade não terão beirada de telhado saliente (...)”. Uma exigência que pressupõe a técnica tijoleira (como se sabe, somente com o tijolo, e não com a taipa, era possível ter-se platibandas encobrindo os telhados).

Também de cunho estético temos o artigo 8º, referido por Acrísio P. Cruz:

“A altura dos edifícios e dos seus diferentes pavimentos, bem como as dimensões exteriores das portas e janellas, que se abrirem, serão reguladas pelo padrão seguinte: / Para o 1º pavimento 5,00 / » o 2º pavimento 4,50 / » o 3º pavimento 4,00 / § Unico. Estas alturas serão as minimas e podem variar para edificios publicos ou de estylo especial.”

¹⁰⁶ Alcovas eram os quartos de dormir que, localizados na parte central dos volumes dos prédios, que não tinham pátios, ficavam sem janelas. Condenadas pelo sanitarismo em voga, o primeiro código sanitário do Estado, de 1894, já as havia proibido “terminantemente” – mas tão-somente como lugar de dormir, ou seja, o texto “proíbe que se permaneça muito tempo nesses lugares sem ventilação”. De modo que afinal de contas não as proibia de fato. Carlos Lemos, *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo, Hucitec: 1999, p. 30. O texto do regulamento campineiro, artigo 11, lê: “Nenhum aposento ou divisão terá menos de sete metros quadrados de área livre, salvo os destinados a latrinas, banheiros, dispensas e pasagens, as quais [sic.] terão entrada de direta de ar e luz do exterior, por meio de quaesquer aberturas, comtanto que a área total dessas aberturas esteja, pelo menos, na relação de 1/5 da área livre do quarto que devem ventilar, quando esta for menor superior a 10 metros quadrados, e de 1/3 quando for menor”.

As alturas especificadas não se justificam tendo em conta apenas a garantia de volumes mínimos de ar, visto como são diferentes para os diferentes andares; teria-se aqui, entre outros fatores, um determinante de ordem estética. O mesmo pode ser dito com relação às especificações quanto às dimensões de portas e janelas, quando se prescreve não apenas as áreas da abertura, mas as proporções (art. 10º). Nesses casos, a par de outras questões, trataria-se também da garantia de uma determinada escala, e de determinadas proporções, para a composição estética do cenário urbano. Precisamente a mesma questão com que também lida o artigo 29, que determinava que nas ruas e praças “novamente abertas” as construções deveriam ter testada mínima de sete metros.¹⁰⁷

Junto de questões sanitárias e de urbanidade, o código em questão tinha em vista uma determinada cidade também em termos estéticos, fugindo dos resquícios “roceiros” que na Campinas de 1917, e tanto mais naquela de fins do XIX, ainda tinha larga presença. Consta que foi baseado num estudo anterior, de Ramos de Azevedo e do então engenheiro municipal.¹⁰⁸ Se as escalas, e a obrigatoriedade das platibandas, seriam compatíveis com os sobradões de 1870 e arredores, a estética aqui implicada seria já mais francamente aquela do ecletismo – já pela data de sua edição, quando o padrão das novas construções já não era o neoclássico da corte, já porque derivado (pelo menos em parte) de projeto de posturas de Ramos, que era o grande representante do novo aspecto estético.

Em 1917, os códigos de postura do século anterior, e o código de construções em particular, eram vistos como ultrapassadas. Em fins da primeira década do novo século o então engenheiro municipal já havia procedido a estudos para um novo regulamento de construções. No relatório dos serviços de 1911, primeiro ano de seu longo período de governo, o prefeito Heitor Penteado apontava a necessidade de se modificar “o código de posturas de 1880, que, como é natural, contém dispositivos verdadeiramente extravagantes”. “Urge também a promulgação de uma nova lei de construções, não satisfazendo já às necessidades atuais a lei existente [nº 43], com o respectivo regulamento”.¹⁰⁹ Aqui, atendia às considerações de Acrísio P. Cruz, em seu relatório daquele mesmo ano referente aos serviços da Repartição de Obras, a seu cargo:

“A dificuldade em que se acham os funcionarios da Repartição de Obras na fiel applicação do codigo ou melhor dos codigos ora em vigor devido a sua deficiência e má especificação dos artigos e parágraphos fazem-nos commeter as vezes absurdo ou soluções que apenas o bom senso indicam sem contudo terem um apoio seguro das leis. Seria justo, plausivel (...) que tivessesmos um

¹⁰⁷ Não concordamos portanto com Ana Maria Reis de Góis Monteiro, *Ramos de Azevedo. Presença e atuação profissional. Campinas: 1879-1886*. Campinas: Puccamp, 2000, quando afirma (p. 194), a respeito da lei 43 e seu regulamento, que “tal legislação omitia-se sobre um olhar mais estético com relação ao meio urbano e os edificios”. Que a lei 43, promulgada sob o impacto da epidemia de 1889 e quando os surtos subseqüentes ainda não haviam sido eliminados, volta-se especialmente para os cuidados cabíveis, é fato, e nesse sentido não discordamos quanto a que “a lei 43 se mostrava uma legislação técnica por excelência, evidenciando um conjunto de regras que visavam a um fim estabelecido: a cidade saneada, salubre”. Entretanto, ocorre, como de costume, que técnica e estética aparecem mutuamente imbricadas, justificando-se e sustentando-se mutuamente.

¹⁰⁸ Ana Maria Reis de Góes Monteiro, op. cit., capítulo “projeto de um código de posturas”.

¹⁰⁹ RPM, 1911.

regulamento mais explicito e mais de accordo com as necessidades locais e hygienicas. Para isso apello para com vosso concurso a Camara se resolva a elaboração e aprovação de um regulamento como este”.¹¹⁰

Em 1915, publicava-se no Correio de Campinas, de 19 de Março, extenso artigo de crítica ao regulamento de construções em vigor, dado por “um código de posturas cheio de paradoxos e de exigências que não dizem nem de leve ao efeito estético das habitações nem ao aproveitamento racional do terreno e material, nem às condições climáticas do local”. Se para o engenheiro municipal tratava-se de buscar “um apoio seguro nas leis”, o autor do artigo – assinado “M” – vinha especialmente sugerir “algumas reformas que, feitas (...) sobre o nosso Código de Posturas [leia-se, no caso, regulamento da lei 43] viriam ao menos abrandar o custo da edificação, sem sacrificar nem a estabilidade, nem a higiene e nem a comodidade”. Ao cabo, trata-se de defender a diminuição dos pés-direitos – mesma questão que rondava a aprovação do projeto de José Augusto.

Apoiando-se em estudos do chefe da Repartição de Obras da capital, “preclaro mestre dr. Victor da Silva Freire”¹¹¹, defende que “podemos nos contentar perfeitamente com o pé-direito de 3 metros (...) resultando assim uma economia considerável no custo da edificação e nos libertando da ascensão incômoda em escadarias sem fim, no caso dos sobrados”. Aplicando essa medida de pé-direito ao caso de “de um predio com porão habitável”, calcula, e pondera:

“Dando-se a este a altura de 2m,50, já satisfactoria para certos commodos (cozinha, escriptorio, refeitório etc.) accrecente-se a altura de 3m. que, com a altura do vigamento, daria 3m,16. O predio terá 5m65 de altura. / Entretanto as nossas posturas exigem o minimo de 5m. para as casas terreas. Vê-se, pois, que com pequeno accrescimo consegue-se fazer uma casa sensivelmente duas vezes maior”.

Uma vez tomado o valor proposto de 3,00m para os pés-direitos, e confrontando-se, fosse o caso de residências com um pavimento sobre “porão habitável”, fosse mesmo o caso, que o autor considera a seguir, de residências com dois pavimentos regulares, com o caso das residências térreas que pelo código em vigor deveriam ter o mínimo de 5 metros de altura, teria-se igualmente “que com pequeno acréscimo consegue-se fazer uma residência sensivelmente duas vezes maior”. Assim que

“A nossa persuasão (...) é que melhorado convenientemente o nosso Codigo de Posturas as casas térreas para habitação tendem a desaparecer do centro como o burro cargueiro e o carro de bois já se acham quase totalmente impellidos para as fronteiras do nosso Estado altamente progressista. / Quem não preferirá um sobrado a uma casa terrea, podendo esta comportar na mesma área um

¹¹⁰ RRO, 1911.

¹¹¹ Chefe da repartição de obras da cidade de S. Paulo durante a maior parte da Primeira República, responsável pela elaboração de peças importantes da legislação edilícia da cidade no período, professor da Politécnica, era autoridade comumente invocada, e a ele ainda tornaremos. O autor no caso se apóia em “conferência realizada pelo preclaro mestre dr. Victor da Silva Freire, cuja reprodução se acha no «Estado» de 14 de março”.

numero múltiplo de commodos, uma vez que o edificio não fique pelo custo da hora da morte e as commodidades não sejam alteradas pela ascensão em escadaria de comprimento infinito?”

Construções com pés-direitos menores que os especificados no código não eram novidade, na cidade. Não se tem notícia de “sobrados”, ou seja, prédios de dois pavimentos regulares, com os pés-direitos diferentes dos especificados pelo regulamento da lei 43. Contavam-se já entretanto, em Campinas, na segunda década do século, alguns exemplares das referidas casas com “porão habitável”, em que os antigos porões, previstos no código, ganhando um pouco em altura, passavam a ser utilizados como habitação. Previstos como meio de afastar os soalhos da umidade do chão, ventilando-os, e assim garantindo maior salubridade, davam agora margem a que se constituíssem pavimentos com pés-direitos reduzidos em relação aos previstos pelo código, propiciando menor consumo de capital para uma mesma área útil construída, e evitando as escadarias “de comprimento infinito”. De quebra, o piso principal, sobre o porão, não sendo o “térreo”, podia pleitear ser executado com alturas menores que os 5 metros previstos para os pavimentos térreos.

Cinco anos antes do pedido para a construção da residência de José Augusto, o mesmo Euclides Vieira, então assinando os projetos em conjunto com o engenheiro Guilherme Winter, dera entrada em três pedidos para casas dessa espécie em pouco mais de dois meses, entre 13 de julho e 15 de outubro de 1912¹¹². Dois desses projetos eram em terrenos de Izabel Barbosa de Oliveira, à rua Dr. Quirino, entre Marechal Deodoro e o canal do Saneamento. Fato de exceção para a época, eram casas construídas recuadas dos alinhamentos, ou “dentro dos terrenos”, como por vezes se diria. O terceiro, de Euzébio Carlos Dias, ficava na rua Barão de Jaguará, no alinhamento, vizinho da farmácia Mertz, essa na esquina com Ferreira Penteado. Todos tinham por padrão porões de 2,20 de altura (medidos do solo ao piso do pavimento principal), e pavimento principal com pé-direito de 4 metros (figs. 4a-c).¹¹³

Nesses, como em geral nos demais projetos de casas com porão habitável que encontramos no período, não comparece a planta do andar inferior. Embora o uso de cômodos do porão esteja denunciado, já pelas alturas com que são feitos, já pela eventual presença de escadas internas de ligação, os cômodos do porão se mantêm como cômodos de uso anexo, secundário ou eventual. De fato, todo o programa da habitação, com o setor social, o de repouso e o de serviço, comparece, completo, no piso principal – de resto como se disse, o único a ser representado nas plantas. Fugia a essa regra geral, e assim merecendo destaque, o caso do projeto que o engenheiro, industrial, comerciante e então vereador Pedro Anderson dera entrada em 1916, de residência para si, com porão habitável, na José Paulino, canto da Ferreira Penteado (fig. 4d). O projeto trazia as plantas de ambos os pavimentos, e em ambos nomeava os cômodos. No porão ficavam os diversos cômodos do serviço profissional do requerente – “Escriptorio”,

¹¹² Protocolos n^{os} 369, 592 e 630 do ano de 1912. Arquivo Municipal.

¹¹³ Vale notar que o código exigia 4,5 de pé-direito para os segundos pavimentos, sendo 4 a medida permitida a rigor para os terceiros.

Fig.4. Projetos de “casas com porão elevado”: **a)** e **b)** para D. Isabel Barbosa de Oliveira, à rua Dr. Quirino (1912); **c)** à rua Barão de Jaguará (1912); **d)** de Pedro Anderson (1916); **e)** para Carlos Coelho, à rua Barão de Jaguará, ao lado da Matriz do Carmo (1915).

“Qto. de Engen^o”, “Qto. de Photographia” –, uma adega, w.c, e ainda o setor de serviços da casa, ou seja, copa e cozinha.

Quanto às medidas de pés-direitos, já não era portanto de todo incomum projetos como o apresentado por Euclides Vieira para a residência de José Augusto, em que a um primeiro pavimento de altura reduzida, dado (nesses outros casos inequivocamente) como porão habitável, se sobrepunha o principal. Euclides já apresentara como visto projetos em que o piso superior, como no caso do de José

Augusto, contavam 4 metros de pé-direito, e o porão habitável, cerca de 2 metros – menos que os 2,80 do projeto da residência de José Augusto. Aqueles projetos, como outros de casas com porão habitável, haviam sempre sido aprovados, sem quaisquer objeções quanto às medidas das alturas. Entretanto, no caso deste último projeto, o acesso não se dava diretamente ao piso principal, por meio de escada externa, tal como ocorre com todos aqueles outros, sem exceção. Como notava o engenheiro municipal, ao negar aprovação ao projeto, “o ingresso geral da casa é feito pelo primeiro pavimento; deste para o segundo é feito por escada, não havendo portanto nada que difira de um sobrado”.

*

No dia seguinte à entrada do requerimento em questão, a 30 de Janeiro, encontramos um memorando, assinado pelo engenheiro, ao prefeito, pedindo a “esclarecida opinião” deste, para que pudesse “ser melhor interpretado o Código de Posturas Municipaes”.

“Sobre porões, existe o artigo 12 §1º, onde diz que: o espaço livre entre o cimentado e o soalho nunca será inferior a 0^m,20 de altura, porem em todo o restante dos artigos não menciona o maximo de altura a dar aos porões. / É um grave defeito que nesses ultimos tempos têm aproveitado a varios constructores, fazendo casas semi-assobradadas, com porões de tres metros, servindo-se delles os proprietarios como moradia”.

Além da crítica a esse “grave defeito”, por conta do qual os porões, habitáveis, iam se constituindo dependência da casa sobre a qual “nenhuma exigencia sobre luz e ar temos direito a impôr, ficando portanto commodos que são occupados sem a ventilação sufficiente”, abre ainda um parágrafo para considerar o caso em que se quisesse eventualmente permitir a construção

“dos typos denominados «Villa», em que o primeiro pavimento, com pequena altura, é destinado a moradia diurna, onde quasi sempre as janellas e portas se conservam abertas, pode ser feita uma legislação á parte, porem esses typos só devem ser permittidos quando a edificação seja ao menos retirada 5^m,00 (cinco metros) do alinhamento das vias publicas”.

Nessa referência ao “caso em que se queira permittir a construcção dos typos denominados «Villa»” se patenteia que entre o proprietário e o engenheiro já teria havido entendimentos verbais: a alegação de que se trataria de uma “villa”, “estilo especial”, e daí isento das exigências quanto aos pés-direitos mínimos, é argumento *sui-generis* do proprietário, registrado em carta deste, datada de 31 de janeiro.

Recorrendo do parecer negativo do engenheiro a respeito do projeto, afirmava primeiramente que o “espaço livre” que aparecia no desenho em corte sob o soalho de parte dos cômodos do pavimento inferior se devia “meramente a um erro ou engano do desenhista”, pois que havia contratado “fazer o soalho diretamente sobre o solo impermeabilizado”.

A cópia do desenho em corte que encontramos no requerimento é versão já corrigida, sem o dito “espaço livre” e respectivos óculos de ventilação, a que também se referia. Leves marcas permitem

Fig.5. Projeto de residência para José Augusto Quirino dos Santos, destacando-se os “espaços livres” por debaixo do primeiro piso, depois eliminados.

retomar o desenho desse “espaço livre” (fig. 5).¹¹⁴ Tratava-se de uma sobra, em alguns dos cômodos, entre o piso inferior, feito em nível com a rua, e o terreno, que cai para o fundo. Os cômodos já desde o início aterrados, são os cômodos de serviço.¹¹⁵ Como se vê, essa área livre sob o soalho, e os respectivos óculos, não apareciam portanto na elevação frontal, permitindo que restasse inalterada.

Convinha eliminar essa área, caso se pretendesse, no fito de aproveitar dos benefícios econômicos de alturas menores, que o primeiro pavimento fosse ele próprio considerado porão. Sem ser de todo descabida, essa alegação do proprietário entretanto não resolvia decerto a questão. Seria estranhável que pretendo porão, habitável ou não, de um prédio feito em terreno com declive para o fundo fosse todo ele executado, ao nível da rua, sobre um aterro. O principal entretanto era que não se tocava no ponto, fundamental, de que a entrada era feita pelo piso inferior, “e deste para o segundo pavimento por escada interna”.

Ciente, decerto, dessa limitação, é que, tendo afirmado que “o prédio não será um sobrado” já como corolário da mera retirada do espaço livre sob parte do pavimento inferior, o proprietário em sua petição acrescentava a seguir, moto contínuo, uma nova classificação ao prédio: “(...) não será um sobrado, como supôs o dr. engenheiro municipal, baseado naquele erro ou engano aludido. O prédio poderá ser classificado como – Villa, com porão habitável” (grifo do original).

“Ainda, porém, que se tratasse de um sobrado, a impugnação do Sr. Dr. Engenheiro Municipal, quanto á altura dos pés direitos de ambos os pavimentos (altura do soalho ao tecto) não tem razão de ser, em vista do que claramente dispõe o § unico do Art. 8 do Reg. Da lei 43, dizendo que taes alturas, longe de serem absolutamente as constantes do mesmo Art., podem variar «para edificios

¹¹⁴ As cópias que se encontram, comuns na época, são as executadas pelo processo denominado “cianotipia”. Tal como no processo de cópia heliográfica, trata-se de uma cópia em negativo, obtida por sensibilização por luz do papel da cópia, a partir do original em papel transparente. Na cianotipia, a cópia é azul-escura (daí o nome do processo), e as linhas aparecem em branco. As linhas, sendo raspadas do vegetal original, deixam ainda leves marcas, na nova cópia.

¹¹⁵ Em que os pisos, em ladrilho, caso afastados do solo, demandariam a fatura de uma laje, sendo nesse caso mais barato o aterro. Era comum em casas elevadas sobre porões baixos, de ventilação, que as áreas de serviço fossem executadas sobre aterros.

publicos ou de estylo especial». Tractando-se de uma «Villa», gênero de architectura especial, obedecendo a requisitos ou tendências especiaes, é esse precisamente um dos casos de excepção do referido § unico”.

Eis portanto o principal argumento expendido pelo proprietário em prol da aprovação do projeto, em sua petição: trataria-se de uma “villa”, prédio de “estilo especial” e como tal objeto de exceções previstas pelo código aos valores ali especificados para altura dos pavimentos.

*

Palavra de origem latina, “villa” em tempos do império romano designava simplesmente “habitação rural”¹¹⁶. Logo passará a ser empregada mais especificamente referindo-se a uma habitação rural de alto padrão. É nesse sentido que é empregada no Renascimento, quando, por outro lado, sob os influxos do humanismo, ganha a dimensão de um “*locus amenus*”, propício ao recolhimento e ao estudo. Sem perder de vista esse aspecto de “retiro”, o século XVIII viria acrescentar tintas de bucolismo à noção de “Villa”. Com a ascensão da sociedade burguesa e o processo de urbanização correlato, a “villa” teria se banalizado, e na França, em meados do séc. XIX, era, ao lado do “*hotel privé*”, ou palacete, uma das tipologias características da habitação burguesa de alto padrão.¹¹⁷

No Brasil, a existência de “*villas*” e “palacetes”, bem como o emprego desses vocábulos, se dera sob o influxo dos modelos europeus; não apenas ao passo da ascensão da sociedade burguesa e da economia cafeeira, mas, mais especificamente, já nos tempos da República e do “grande capital cafeeiro”. Foram os modelos de uma nova maneira de morar, “à francesa”, ou seja, com a divisão do espaço doméstico nas zonas de estar, repouso e serviços, autônomas, articuladas pelo hall – separação posteriormente usual, mas que não se verificava nos sobradões dos tempos coloniais. Elevados sobre porões, com o setor de repouso comumente ocupando um segundo andar e contando com recuos dos alinhamentos, eram também edifícios de apelo monumental.¹¹⁸

Na França, o “*hotel privé*”, ou palacete, “encontro da casa burguesa (...) com o castelo dos nobres”, teria maiores dimensões que as villas, e localização mais francamente urbana. Assim, seriam

¹¹⁶ O “Novíssimo dicionário Latim-Portuguez”, de F. R. dos Santos, baseado na edição francesa de Quicherat, traz entre outras as seguintes acepções para “Villa”: “casa de campo”, “predio”, “quinta” ou “granja” (cf Cato e Cícero) e “casa no campo em que mora o proprietário” (cf. Plínio). Segundo o mesmo dicionário, “Villa” encontra-se ainda como sinônimo de “campo”, simplesmente (cf. Plínio, o jovem), bem como de “hortas, pomares, jardins” (cf. Plínio). Tem-se ainda: por “Villa rustica”, “habitação do caseiro” e por “Villa fructaria”, “celeiro” (cf. Columella). Agradeço ao prof. Antônio Muniz de Rezende a indicação e o empréstimo desse dicionário.

¹¹⁷ Cf. Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira*, p. 29-31. A autora nesse ponto se baseia em César Denis Daly, *L’architecture privée au XIXème siècle sous Napoléon III*, Paris, Duscier, 1867-1870.

¹¹⁸ Sobre a introdução do morar à francesa, das vilas e palacetes, Carlos Lemos, *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985, e Maria Cecília Naclério Homem, op. cit.. Essa, baseando-se na análise de “mais de trezentas plantas”, propõe a seguinte conceituação para “palacete”, no caso brasileiro: “(...) constitui um tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir do vestibulo ou de um *hall* com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso.” (op. cit., pg 14).

característicos de fortunas de primeira categoria, ao passo que as *villas*, com programas menos extensos e localização suburbana ou semi-rural seriam a opção das fortunas médias. Entre *villas* e palacetes havia também uma diferenciação estilística: “o *hôtel privé* devia ser no estilo do Renascimento francês, com telhados de ardósia e mansardas”, ao passo que nas *villas* “os estilos deveriam ser os românticos nacionais ou os pitorescos”. As *villas*, nesse momento, seriam assim uma espécie de palacete suburbano, de segunda ordem quanto à dimensão e riqueza, diferenciando-se ainda do palacete por ocuparem glebas mais retiradas, de caráter semi-rural, e por aspecto mais romântico ou pitoresco em sua arquitetura.¹¹⁹

No Brasil a diferenciação em termos de classe de fortuna não se aplicaria. Com efeito, muitas das mais ricas e famosas propriedades, no caso de São Paulo, são *villas*, e outros, denominados “palacetes”, ocupam entretanto “chácaras”, nos arrabaldes da cidade¹²⁰ – a diferença teria ficado por conta do estilo da construção, apenas. Sem perder a vinculação a “retiro”, “rural” ou “bucolismo”, o caso brasileiro não deixa a “villa” atrás do “palacete” como representante de padrões abastadas.

Difundindo-se desde o advento da República, irônico marco do eclipse da “meca da república” (introdução) e momento de crescimento explosivo de São Paulo, os principais exemplos de vilas e palacetes são dessa capital, sendo os de Campinas – onde a arquitetura de maior destaque permanecerá sendo a dos sobradões de fins do Império – relativamente modestos. (figs. 6a-c)

Desses exemplos, de Campinas ou São Paulo indistintamente, vê-se que o que se poderia entender por “villa” quando da edição do regulamento de construções de Campinas, em 1896, era compatível com as medidas de pé-direito ali determinadas, em seu artigo 8º. Não se trataria portanto de um dos casos de exceção a que se aquele mesmo artigo, § único, fazia referência.¹²¹

Mais recentemente o padrão de “villa” se vulgarizara, emprestando-se a distinção do termo a residências de dimensões e riqueza já não tão exclusivas, e que, embora construídas “dentro dos terrenos”, já não ocupavam chácaras, mas meros lotes urbanos. Fato que se teria tornado comum em São Paulo, com seu crescimento explosivo (figs. 6d-f).

Em Campinas a residência de José Augusto era o primeiro projeto de que temos notícia que, não reproduzindo propriamente os padrões do que se entendia por vila até pelo menos fins do século XIX ostentava aquela designação. Numa cidade marcada por aquele passado recente, e que, no sentido inverso do ocorrido em São Paulo, perdera o ímpeto desde então, algum contraste entre o título alegado e o projeto apresentado talvez fosse mais sensível. Por outro lado, mesmo se comparada com os exemplos das “vilas” mais recentes e diminutas, possivelmente ainda inexistentes em Campinas, a residência de José Augusto

¹¹⁹ Maria Cecília Naclério Homem, op. cit..

¹²⁰ Veja-se o caso da “chácara do carvalho”, palacete de residência de Antônio da Silva Prado, personagem da maior relevância política e das maiores fortunas pecuniárias do período – não apenas “fazendeiro”, mas representante do “grande capital cafeeiro”: co-proprietário da “Prado&Chaves”, única das grandes firmas de comércio de exportação de café de capital nacional. T. Holloway, *Vida e morte do convênio de Taubaté*. S. Paulo: Paz e Terra, 1978. Sobre a “chácara do carvalho”, Maria Cecília Naclério Homem, op. cit., p. 134-157.

¹²¹ Em documento posterior, da própria prefeitura, se afirmava de fato que os casos ali visados eram os de “Hospitais, Teatros, Estações da Estrada de Ferro etc.”. Veja-se mais à frente, cap. 2.

Fig. 6. Villas e palacetes. **a)** Palacete de Antônio Prado, na chácara do Carvalho (São Paulo). **b)** Palacete de Veridiana Valéria da Silva Prado, pioneiro do gênero em São Paulo, construído em 1884. **c)** Palacete Rocha Brito, em Campinas. **d, e, f)** “villas”, em Santos (a primeira) e São Paulo, publicadas na revista de engenharia no ano de 1913.

apresentava peculiaridades. Naqueles exemplos, ou bem os prédios, tendo dois andares, mimetizavam o aspecto das vilas mais tradicionais, quanto às proporções, elevando-se ambos os pisos sobre pequeno porão (figs. 6d-e), ou bem, tendo um único piso principal, eram em tudo semelhantes às casas com porão habitável, com acesso direto ao piso principal por meio de escada externa (fig. 6f).

A disposição da entrada pelo pavimento inferior num projeto com dimensões e proporções de “casa com porão habitável”, de um lado potencializava a economia já contemplada nesse último padrão, ao possibilitar uma maior incorporação daquele piso aos usos regulares da casa. De outro lado, a unificação dos pisos num único volume, tanto funcionalmente, quanto com relação ao aspecto externo, favoreceria certa monumentalidade, favorecendo um dos vieses característicos do padrão das *villae* a que o projeto se referia. Eis o hibridismo da dita “villa, com porão habitável” – termo eventualmente inexistente, em que o proprietário se vira compelido a enquadrar o projeto: de um lado, a “casa com porão habitável” e suas razões de economia; de outro, a “villa”, com sua distinção e monumentalidade. Uma “villa” que encolhera até as dimensões (e formato de planta) típicas de uma “casa com porão habitável”, ou uma “casa com porão habitável” que, adotando entrada pelo piso inferior, emulava uma “villa”.

*

Sem que os argumentos exarados pelo proprietário – o principal, o de que se tratasse de uma “villa” e que como tal estivesse isento das exigências quanto aos pés-direitos – tivessem podido convencer, a polêmica e os entendimentos em torno da aprovação do projeto prosseguem. Passados mais três dias, é o engenheiro-arquiteto Euclides Vieira, autor do projeto e do requerimento original, quem volta a se pronunciar, por escrito, a respeito.

Euclides Vieira havia se formado engenheiro civil e engenheiro-arquiteto pela escola Politécnica de São Paulo, em 1907.¹²² No ano seguinte era admitido como estagiário da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, em Campinas.¹²³ Quando do projeto em questão tinha 34 anos incompletos,¹²⁴ havia ascendido a chefe de escritório da mesma companhia¹²⁵ e se casara com Isabel (ou “Isabelita”) Barbosa de Oliveira¹²⁶, prima de Rui Barbosa e pelo que se entende neta da também Isabel Barbosa de Oliveira para quem Euclides havia projetado duas das residências com porão elevado de 1912 (figs. _) acima referidas.¹²⁷ Em

¹²² Silvia Ficher, *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Edusp, 2005, p. 114.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Silvia Ficher, op. cit., dá como data do nascimento 02.05.1885, mas 02.03.1883 é a data que consta na lápide de Euclides, no cemitério da Saudade, em Campinas. Quanto ao ano, 1883 é o que se pode inferir também do registro do sepultamento, nos arquivos do mesmo cemitério (sepultado 06.09.1967, com 84 anos). A diferença pode ser resultado da semelhança que o “3” e o “5” por vezes apresentam em documentos manuscritos; optamos pela data da lápide.

¹²⁵ Cf. assinatura de Euclides, “chefe do escriptorio”, datada de 27.12.1916, em planta anexa a requerimento da Cia. Mogiana, protocolo nº 2 de 1917. Arquivo Municipal.

¹²⁶ Cf. lápide de Euclides e arquivos, no cemitério da Saudade, Campinas.

¹²⁷ D. Izabel Augusta de Souza Queiroz Oliveira era casada com o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, ministro do Supremo Tribunal de Justiça no Império, irmão do pai de Rui Barbosa e “tio que se incumbira de sua educação”. Os três filhos do casal eram primos-irmãos de Rui Barbosa, e Izabelita Barbosa, prima. Seria, pode-se inferir, neta de D. Izabel Augusta. J. C. Ataliba Nogueira, *Rui Barbosa e Campinas*. São Paulo, s/e, 1970. Separata

1917, era ainda presidente da primeira diretoria da Liga Campineira de Foot-Ball, fundada em fins de 1915¹²⁸ e membro, no cargo de secretário, da diretoria do “Club Campineiro”,¹²⁹ tradicional convívio da elite masculina da cidade, fundado em fins do século XIX, e de que José Augusto, cuja casa agora projetava, era também um associado.¹³⁰

A 3 de fevereiro de 1917, Euclides entra com novo requerimento a respeito desse projeto – agora datilografado, quiçá em máquina dos escritórios da Mogiana, quando em Campinas os requerimentos eram ainda quase sempre manuscritos:

“O abaixo assignado, engenheiro architecto, tendo requerido aprovação de plantas para construção de um predio para o Dr. José Augusto Quirino dos Santos, á rua Culto á Sciencia, desta cidade, para evitar duvidas quanto ao typo de construcção, tractando-se de casa de porão habitavel, semelhante a muitas outras recentemente construidas em Campinas e especialmente a do Sr. Carlos Coelho, que se acha no alinhamento da rua Barão de Jaguará, apresenta as plantas /juntas indicando modificação das anteriormente apresentadas quanto ao ingresso principal do edificio, que assim deixa de ser feito pelo porão para ser feito pela fachada lateral, sem prejuizo da distribuição interna dos cômodos”.¹³¹

Acrescentava ainda: “O edificio será construído no interior do terreno, que terá fechos artisticos, com porão de 1^m,40 de largura a 10^m,14 do alinhamento da rua Culto à Ciência”. Posto que não se encontra desenho de implantação nas pranchas, é aqui que vimos conhecer o valor do recuo frontal. No corte longitudinal datado de 29 de janeiro (fig. 3) aparecem elementos semelhantes a toldos, em concreto, na parte fronteira, que nos indicam seguramente que o edificio era já de início previsto recuado.¹³² Não há razão para duvidar que o valor de recuo frontal de dez metros não fosse já o original. Valor inédito, ao que se saiba, para as residências mais recentes de Campinas, onde de resto o recuo era ainda de todo exceção, era o valor mínimo especificado para as residências à emblemática av. Paulista, em São Paulo.¹³³

Quanto às casas “recentemente construídas em Campinas, e especialmente a do Snr. Carlos Coelho”, não se tem novidades. Carlos Coelho era comerciante, proprietário da “Casa Barroso”, á rua General Osório, esquina da Dr. Quirino, local de um conhecido incêndio em 1914, sendo o estabelecimento reconstruído no ano seguinte, quando também, em outubro, dava entrada em requerimento para construção de sua nova residência (fig. 2e). Projeto assinado por Mariano Montesanti –

da revista da Academia Paulista de Letras, n° 75, p.126, 143 e passim. “Isabelita” Barbosa de Oliveira aparece também em crônica de Leopoldo Amaral sobre a visita de Santos Dumont a Campinas, em 1905. Leopoldo Amaral, “Santos Dumont”. In _____, *Campinas, recordações*. São Paulo: OESP, p. 335.

¹²⁸ Sérgio Rossi, *História da Associação Atlética Ponte Preta, volume I, os primeiros 35 anos, 1900-1935*, p. 132, 143.

¹²⁹ Cf. pedido de reforma, assinado pelo secretário E. Vieira. Protocolo n° 4038, 1916. Arquivo Municipal.

¹³⁰ Livros de registro de pagamento de mensalidades, compulsados na antiga sede do Clube Campineiro, atual Jockey Clube de Campinas.

¹³¹ Anexo ao requerimento n° 116, doc. cit.

¹³² Esses elementos não foram executados, como se vê pela obra executada, no local.

¹³³ Cf. Lei n. 111, de 21.09.1894, reafirmada no art. 29, § 8° do Ato n° 849, de 27.01.1916 (legislação municipal da cidade de São Paulo).

possivelmente o “M” do artigo supra referido –, ficava na primeira quadra da rua Barão de Jaguará, à praça onde a cidade fora fundada (praça Bento Quirino), abrindo frente para uma das laterais da antiga matriz. Como as demais casas com porão habitável, tinha entrada por escada externa diretamente ao pavimento principal que de resto, como de costume, é a única que comparece.

Entre essa casa de Carlos Coelho, construída no alinhamento, e as “villas” e palacetes da Av. Paulista de São Paulo, a que o recuo de 10 metros remete, ia contudo grande diferença. E de fato a dubiedade, ou o hibridismo do projeto, indicados (ainda uma vez) nessa dupla referência, permaneciam.

No século XIX “casa” contrapunha-se a “sobrado” – esse era o habitar sobre soalhos, afastado do chão, e assim um padrão diferenciado, abastado, aquela, a habitação térrea, e portanto pobre.¹³⁴ Tendo-se em conta essa diferenciação, a afirmação de que se tratasse de uma “casa”, não apenas deixa de lado a pretensão de que se tratasse de uma “villa”, mas mesmo nega em parte, ainda que implicitamente, o que ali se tinha em vista.

Entretanto, se de um lado o engenheiro estrategicamente afastava-se da alegação, controversa, de que se tratasse de uma “villa”, e mesmo a negava, implicitamente, ao afirmar tratar-se de uma mera “casa”, por outro lado nas pranchas que acompanhavam esse novo requerimento lia-se ainda: “Villa Quirino dos Santos”.

Fig.7. Projeto de residência para José Augusto Quirino dos Santos (prancha).

No mesmo sentido, a nova escada que acrescenta coloca-se escondida, lateralmente, por trás da fachada – enquanto que, frontalmente, permanecia a entrada direta ao pavimento inferior.

¹³⁴ Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p. 90.

A planta, embora alongada (tal como a do comum das “casas”, ou seja, da arquitetura residencial corrente, não especialmente abastada), apresenta (diferentemente dessa) uma parte fronteira mais larga que o demais do corpo. Como que a apresentar, para a rua, uma fachada, na medida do possível, autônoma com relação ao seu corpo de simples “casa”.

A mesma dubiedade ou hibridismo do projeto que o termo “villa, com porão habitável” empregado pelo proprietário já identificava permanecem – agora como identidades voltadas a atores e ou finalidades específicas: de um lado, frente à prefeitura, alega-se tratar-se simplesmente de uma “casa” (com porão habitável), “semelhante a muitas outras construídas recentemente em Campinas”, ao passo que de outro lado, frente ao proprietário, e à rua, mantêm-se os diferenciais que procuram atender à pretensão confessa de que se trataria de uma “villa”.

*

Não há mais registros de novas argumentações em torno do projeto e de sua viabilidade legal. Há entretanto indícios de que a polêmica teria ainda prosseguido. Embora o próximo registro referente ao processo seja já apenas o carimbo “aprovado” (sem mais cotas ou comentários a respeito), este data de quase duas semanas a seguir à carta supra, do engenheiro-arquiteto – numa época em que as cotas eram exaradas quase sempre no mesmo dia em que eram protocolados os requerimentos.

Nota-se ainda que o projeto executado (conforme se verifica em visita ao mesmo) não corresponde ao último desenho apresentado, com as modificações introduzidas por Euclides, mas sofre novas mudanças. Se Euclides introduzira uma escada externa, por detrás do ressalto do corpo fronteiro, mantendo a escada interna, na obra executada elimina-se a escada externa, modificando-se o agenciamento da interna. Deslocada mais para o fundo, fica provida de acesso exclusivamente externo – interna ao volume construído, obriga porém a que, para passar do primeiro ao segundo pavimento, o usuário tivesse que sair do edifício. Como se vê, mudanças ainda no sentido de procurar fazer passar por porão habitável o primeiro pavimento – sugerindo que as *démarches* em torno da aprovação do projeto não haviam se encerrado com a apresentação da planta modificada por Euclides, no início de Fevereiro.

A demora do carimbo de “aprovado”, a ausência de novo registro por parte do engenheiro da prefeitura e a permanência do projeto (não obstante as alterações sofridas) como um elemento estranho ao código municipal, faz pensar que o engenheiro municipal não tenha aquiescido, mas simplesmente se dado por vencido.

O requerimento dera entrada a 29 de Janeiro; o carimbo “aprovado” é datado de 12 de Fevereiro, de 1917.

1.2. Ascendência de José Augusto Quirino dos Santos.

Naquele início do ano de 1917, boa parte dos principais nomes da propaganda republicana – os agentes mais emblemáticos daquela cidade perseguida e constituída nos anos de 1870 e 1880 – vinha de falecer. O primeiro fora Campos Salles, em abril de 1913. Seguem-se Bento Quirino, Bernardino de Campos, José Paulino e Francisco Glicério, entre 1914 e 1916.

José Augusto Quirino dos Santos, o proprietário, que perseguindo a “villa”, mas construindo com pés-direitos reduzidos e em um terreno de frente relativamente estreita, põe em jogo no tabuleiro das tipologias de residência existentes um híbrido inédito, era filho de um republicano histórico de Campinas. Seu avô paterno, Joaquim Quirino dos Santos, major da guarda nacional, deixara 27 filhos, de dois casamentos. Dessa ampla descendência, três, dois tios e o pai de José Augusto, eram, em 1917, nomes de logradouros públicos na cidade.

A rua “Coronel Quirino”, no Frontão (ainda em 1917 um local ermo), fazia referência a Joaquim Quirino dos Santos, tio de José Augusto e nascido em 1820.¹³⁵ O nome de uma das principais ruas da cidade (a antiga “rua do meio”, das três com que a aglomeração contava nos seus primórdios) havia sido trocado para “Dr. Quirino” em homenagem ao pai de José Augusto, Francisco Quirino dos Santos. O próprio marco de fundação da cidade – a praça onde tivera início o aglomerado – ganhara o nome de outro tio de José Augusto: “praça Bento Quirino”.

Nascido em Campinas, a 14 de Julho de 1841 – “trinta e oito anos depois da queda da Bastilha”, como se assinalava nos faustos da propaganda, em fins da década de 1880 – Francisco Quirino formara-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1863. Ainda durante o curso, trabalha no “Correio Paulistano”, jornal do qual se torna diretor em Janeiro de 1864, casando-se nesse mesmo ano, em Abril, com a filha do proprietário e fundador daquela folha, capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

Em fins de 1865 logra ser nomeado promotor público em Santos, sendo demitido, ao que consta por perseguição política (a folha do sogro era de oposição) por edital de 10 de Setembro de 1867.

“(…) protestou renunciar a todos os cargos publicos, retirando-se immediatamente para a sua cidade natal onde, associando-se na advocacia ao seu illustrado irmão dr. João Quirino, soube ganhar as sympathias dos seus conterraneos e firmar-se naquelle importantissimo ramo de trabalhos”.¹³⁶

¹³⁵ Participara da criação do Teatro S. Carlos, da fundação da Cia. Mogiana, de cuja primeira diretoria foi membro, da Companhia de Iluminação a Gás, e da de águas e esgotos. Júlio Mariano, *Badulaques*. Campinas: Maranata, 1979. Leopoldo Amaral, “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro”. In Leopoldo Amaral, *Campinas, recordações*. São Paulo: oficinas gráficas d’O Estado de São Paulo, 1927, p. 163-178. Neste último encontra-se transcrito o seguinte anúncio, de Abril de 1872, da *Gazeta de Campinas*: “Quem quizer inscrever-se como accionista da Companhia de Estrada de Ferro para Mogy-Mirim e Amparo, póde dirigir-se á casa do capitão Joaquim Quirino dos Santos ou Bento Quirino dos Santos. A inscrição está aberta até o fim do corrente mez”.

¹³⁶ “O Dr. F. Quirino dos Santos (traços biographicos)”. Texto datado “São Paulo, 17de Setembro de 1875”, e incluso em Francisco Quirino dos Santos, “Estrelas errantes”, 3ª edição, p. 149-166. A cópia consultada, na pasta “Francisco Quirino dos Santos” da hemeroteca da Biblioteca Municipal de Campinas, avulsa do volume original, não identifica a autoria do texto. Jolumá Brito, em seu “O Dr. Quirino dos Santos” (datilografado, arquivo pessoal de Jolumá Brito, CMU), aproveita-se amplamente desse texto, creditando a sua autoria, por mais de uma vez, a Carlos Ferreira.

Pouco depois, em 1869, funda a “Gazeta de Campinas”, primeira folha de periodicidade regular da cidade. Projeto de seu sogro, “a quem pertencia a propriedade do estabelecimento typographico”¹³⁷, visando organizar um órgão de propaganda (republicana) no município, em franco crescimento econômico. Órgão da propaganda, é também órgão de conagração dos republicanos de Campinas. Junto a Quirino dos Santos, escrevendo na Gazeta, estava todo o círculo dos propagandistas da cidade (Campos Salles, Glycerio etc.).

É curiosa a comparação os escritos de Quirino dos Santos com os de Campos Salles – os dois principais atores da pena, do movimento da propaganda, na cidade –, e com relação ao movimento da propaganda em geral. Os escritos de Campos Salles, são sempre de convencimento, metódicos. Os de Quirino dos Santos são muito carregados de figuras de linguagem, e quase sempre com um acento trágico: “Oh almas privilegiadas que vos perdeis nos sonhos doirados do infinito!”, por exemplo, escrevia o Dr. Quirino ao dar início a uma breve biografia de Joaquim Correa de Melo, em 1872.¹³⁸

“Orador torrencial” na tribuna do Júri,¹³⁹ Francisco Quirino era também um literato. Quando cursava a faculdade de direito, “colaborou em quase todos os jornais acadêmicos (...) nesse tempo em que também as associações literárias estiveram muito em voga na Paulicéia”. Pouco depois de formado, publicara um volume de poesias, “Estrelas Errantes”. Poeta, advogado e jornalista – segundo um contemporâneo, “caso este que tem feito com que muita gente exclame em transportes de admiração: _Poeta e advogado!”.¹⁴⁰

Para quem era um propagandista, chega a ser excêntrica sua postura marcadamente romântica. Se Antônio Lisboa, ligado aos republicanistas e com a colaboração desses, dava início em 1870 à publicação de almanaques com dados da cidade, num esforço de registro em letra impressa justificado, conforme palavras suas, pelo “desejo de mostrar aos incrédulos, por um meio inegável, a real importância deste opulento município”, Francisco Quirino, por seu lado teria recordado os seus doze anos como o tempo em que “se sentiu verdadeiramente poeta, poeta sem a necessidade de materializar sobre o papel as suas aprazíveis impressões”.¹⁴¹ Se a mudança de que fazem parte a abolição e o republicanismo era também a mudança desde um universo rural para o “mundo das cidades”,¹⁴² Francisco Quirino dos Santos, criado na

¹³⁷ “O Dr. F. Quirino dos Santos (traços biographicos)” (1875), op.cit., p. 162.

¹³⁸ Francisco Quirino dos Santos, “Joaquim Correa de Melo”. In Joaquim Maria Lisboa (org.), *Almanaque de Campinas para o anno de 1873*. Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas: 1872, p. 81-90. O mesmo almanaque, nessa que era sua terceira edição, bem como nas duas edições anteriores, apresenta sempre textos tanto do Dr. Quirino quanto de Campos Salles, onde se pode avaliar da diferença apontada.

¹³⁹ Pelágio Lobo, “O foro de Campinas, no Império e na República. Vila, Termo e Comarca. Juizes, advogados, promotores, curadores e serventuários forenses”, São Paulo, Campinas: setembro de 1949. In Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Monografia histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, IBGE: 1952, p. 328-345 (p. 330).

¹⁴⁰ “O Dr. F. Quirino dos Santos (traços biographicos)” (1875), op. cit., p.152-3.

¹⁴¹ Idem, p. 157.

¹⁴² Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. O autor destaca essa mudança, ocorrida no último quartel do séc. XIX, como tendo sido “a nossa única verdadeira revolução”. Escrito em 1936 (refundido em 1954), o livro data

fazenda paterna, tinha alegadamente “tal culto por esse belo e saudável sistema de vida que” – nominalmente: – “não havia de arranca-lo daí nem mesmo as seduições do viver nas cidades”.¹⁴³ Se o republicanismo cultuava o progresso, positivo, noção à qual se ligava visceralmente, Francisco Quirino, no mesmo escrito de 1872 a que nos temos referido, reconhecendo que “aí vem as indústrias, com a sua vertiginosa fúria de melhoramentos reais”, detinha-se naquilo que com as mudanças se haveria de esvaír. Pondera que “a nossa prosperidade positiva implica diametralmente com o desaparecimento das mattas”, e como que pranteia:

“As selvas! Eu me queria sempre com ellas. Aquelle delirio de sons, de cantos, de sussurros longinquos! Aquele perfume intenso, escaldando as auras da encosta! E aquella atmospherica tremula de seiva, como um vasto seio de mãe – alma parens! – inundando tudo nos beijos de um profundo amor!”¹⁴⁴

Sem ser propriamente caso de exceção, é verdade que o texto acima é exemplo particularmente agudo dos sentimentos trágicos do autor.¹⁴⁵ Trazia para ali (como escreveu) “doridas recordações”.¹⁴⁶

Desde que se mudara para Campinas e até 1872 haviam-lhe falecido precoce e sucessivamente os três primeiros filhos – Felix, Maria e Helena –¹⁴⁷, além de uma “jovem e prezada irmã” e do irmão, sócio, amigo e (verossimilmente) mestre¹⁴⁸ João Quirino. José Augusto, quarto filho, nascia a 04 de Setembro de 1871.

A tragicidade imanente das perdas sofridas acompanha no caso a tragicidade própria do poeta romântico Francisco Quirino, tragicidade que alimenta e junto da qual se move. De resto, fatos trágicos a castigarem sua alma trágica prosseguem: o quinto filho, Alexandre, nascido em 1874, faleceria aos quatro anos “em meio dos mais cruciantes e atrozes sofrimentos”.¹⁴⁹ Já morando em São Paulo, morria-lhe o

entretanto da época em que, na perspectiva do presente trabalho, novas mudanças vinham em parte inverter os sentidos do “mundo das cidades” tal como conhecido (em Campinas) nos anos de 1870.

¹⁴³ “O Dr. F. Quirino dos Santos (traços biographicos)” (1875), op. cit., p. 157.

¹⁴⁴ Francisco Quirino dos Santos, op. cit., p. 90.

¹⁴⁵ Compare-se por exemplo com o texto sobre as origens de Campinas, no *Almanak* para 1871, onde, menos agudos que o transcrito, também se pode contar arroubos de romantismo / tragicidade.

¹⁴⁶ “Nossos filhos!... Como essa phrase me enche de pungentissimas saudades!... Eu digo por que trago para aqui as minhas doridas recordações (...).” Francisco Quirino dos Santos, “Joaquim Correa de Mello”, op. cit., p. 90.

¹⁴⁷ Nascidos respectivamente em 1865, 1867 e 1868 (essa última já em Campinas). “Francisco Quirino dos Santos. Dados extraídos da publicação «Homenagem posthuma a F. Quirino dos Santos, do editor J. Salles Pinto de Campinas»”. Texto de duas páginas, datilografado, na pasta “Francisco Quirino dos Santos” da hemeroteca da Biblioteca Municipal de Campinas. Não apresenta data, mas na listagem dos filhos do dr. Quirino aponta “José, que vive e conta hoje 17 anos”. Sabendo que José (José Augusto Quirino dos Santos) nascera a 09 de setembro de 1871, conclui-se que o texto data de entre setembro de 1888 e setembro de 1889. Texto ora em diante referido apenas como “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

¹⁴⁸ João Quirino, irmão mais velho, antecederia Francisco Quirino na Faculdade de Direito das arcadas, onde ambos estudaram. É a João Quirino que o irmão mais novo passa procuração quando adoentado (cf. documentos na ficha de aluno, Arquivos da FD-USP). Co-habitam em república onde também moravam Campos Salles e Rangel Pestana. Nessas condições, o irmão mais velho teria exercido natural influência sobre o mais novo.

¹⁴⁹ “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

sétimo filho, de nome Leão (nascido depois de Ester, a sexta).¹⁵⁰ “Datou daí o seu retraimento das letras e o quase abandono da imprensa”.¹⁵¹

Francisco Quirino dos Santos morria em São Paulo, a 6 de Maio de 1886 – contando 45 anos.

Deixara ainda outros três filhos (todas mulheres), mais jovens que Leão (e que José Augusto): pela ordem, Cristina, Ana e Lucinda.¹⁵²

José Augusto era portanto o mais velho dos filhos sobreviventes de Quirino dos Santos, e dentre esses o único filho homem. Em fins dos anos de 1880 – quando contava 17 anos –, escrevia-se a seu respeito: “parece ser o herdeiro da vigorosa intelectualidade de seu saudoso pai”.¹⁵³ Por essa época, no ano da proclamação do novo regime (1889), ingressava na mesma Faculdade que o pai freqüentara – a de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.¹⁵⁴

Consta que Francisco Quirino amealhara “considerável fortuna” no seu ofício de advogado, mas que “nos últimos anos de sua vida (...), envolvendo-se em negócios agrícolas perdeu o melhor do que possuiu, deixando em precárias circunstâncias sua mulher e seus filhos”.¹⁵⁵ Assim, se já não anteriormente ao falecimento do pai, é certo que em 1889, quando ingressava na faculdade de Direito, José Augusto devia estar sendo auxiliado financeiramente por algum outro esteio.

É bastante provável que tenha sido seu tio, Bento Quirino.

Bento Quirino dos Santos, irmão de Francisco Quirino e tio de José Augusto, era o terceiro dos antepassados deste que haviam como homenagem tido seus nomes conferidos a logradouros públicos. Embora o “Dr. Quirino” estivesse longe de ser figura apagada, a presença do irmão Bento Quirino era ainda mais forte, na cidade.

Bento Quirino 14º e último filho do primeiro casamento do Major Joaquim Quirino dos Santos, nascera a 14 Abril de 1837. Como recordaria um vereador quando do seu falecimento, “o seu nome vinculou-se a todos os empreendimentos de caráter social” da cidade, “tomou parte muito ativa em todas as empresas locais”. Pode-se duvidar que esses termos sejam mera força de expressão. Fora o bombardino da “Philorphenica”, banda formada por rapazes da cidade, sob a regência de Sant’Ana Gomes, irmão do depois notório Carlos Gomes. Em 1857 fundara com outros dois colegas uma sociedade dançante e recreativa, o “Club Semanal”. Em 1873 – a cidade crescia, as sociedades iam ganhando cunhos mais institucionais – esse mesmo grêmio deixava de se reunir em casa de seus sócios, ganhando sede própria,

¹⁵⁰ “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

¹⁵¹ “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

¹⁵² Cf. listagem no testamento, manuscrito, de Bento Quirino dos Santos, datado de 08.03.1912. Na listagem dos filhos que consta de “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit., constam apenas 9, faltando Ester. Essa falta deve-se aparentemente a um lapso por parte de quem copiou o texto do registro original, pois que nesse mesmo texto, logo em seguida à listagem, lê-se: “Dos dez filhos nascidos, vivem portanto ainda [em fins dos anos de 1880] cinco (...)”.

¹⁵³ “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

¹⁵⁴ Matriculado a 01.03.1889. Cf. pasta do aluno José Augusto Quirino dos Santos, nos arquivos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁵⁵ “Francisco Quirino dos Santos” (1888?), op. cit.

cujas construções eram novamente obra do mesmo trio. Tomou parte na idealização e incorporação do Colégio Culto à Ciência, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, do Matadouro Municipal, da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Asilo de Órfãos, da Sociedade Maximiano de Castro “e outras”.¹⁵⁶

Com Bento Quirino temos também um bom apanhado de exemplos da relação, já referida, entre esses rebentos daquele “espírito de associativismo” tão característico daquela época – e então tão celebrado – e “aquilo com que se compram os melões”:

Fundador do Colégio Culto à Ciência, como referido, em 1869, é o tesoureiro da segunda diretoria. “A administração era onerosa e quatro anos depois o tesoureiro verificou que havia um déficit de cinco contos. Recomposta a diretoria em 1882, Bento Quirino fez simplesmente isto – levou a sua conta particular aquela importância, isto é, fez doação dela ao colégio”.¹⁵⁷

Pouco depois da fundação da Santa Casa (de que participara, em 1875), é eleito provedor; “certa feita, subscrevera sozinho 5 contos”.¹⁵⁸

A Empresa de Águas e Esgotos “não seria realidade se ele, quando os acionistas deixaram de acudir à chamada de capitais, não tivesse só por si tomado mil e quinhentas ações para garantir o adiantamento que o presidente [da então Província] general Couto de Magalhães dava para esse utilíssimo melhoramento”. (idem)¹⁵⁹

“Alguém já o chamou de pae de Campinas”, escrevia-se, em 1897.¹⁶⁰

Quando da epidemia de 1889, permanece na cidade. A casa comercial de que era sócio presta serviços de socorro. Em decorrência desses sua casa ganharia, por subscrição popular, uma placa de mármore, com dizeres de agradecimento.¹⁶¹ Ainda no mesmo ano, a praça onde tivera origem a cidade passa a se chamar “praça Bento Quirino”.

Ali residia, num sobrado, esquina da rua Benjamin Constant, que era também o endereço de sua casa comercial – a “Santos, Irmão e Nogueira”. Bento Quirino começara a trabalhar ali ainda criança, junto do irmão mais velho, então proprietário. Torna-se sócio, passando o empreendimento a se chamar “Santos&Irmão”. Ainda depois agrega-se José Paulino Nogueira – passando o empreendimento a se chamar “Santos, Irmão &Nogueira”.

¹⁵⁶ Discurso do então vereador Rafael Duarte, por ocasião do falecimento de Bento Quirino dos Santos, transcrito nas atas da Câmara. AC, livro nº 166 fls. 6-7. Leopoldo Amaral, “Philorphencia”. In Leopoldo Amaral, op. cit., p. 493-496. Bento Quirino participara também da fundação da Companhia Campineira de Carris de Ferro, em 1872. Gabriel de Carvalho, em artigo no Correio de Campinas de 18.04.1897, refere-se ainda à participação de Bento Quirino na sociedade do Teatro Municipal e do Liceu Salesiano.

¹⁵⁷ Gabriel de Carvalho, “A Bento Quirino dos Santos, sincero tributo de amizade”. Campinas, *Correio de Campinas*, 18.04.1897. Recorte no arquivo pessoal de Jolumá Brito, CMU.

¹⁵⁸ Gabriel de Carvalho, op. cit..

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Embora demolido o sobrado, foi conservada a placa, na fachada do novo edifício, à esquina das ruas Sacramento e Benjamin Constant, e ainda hoje ali se encontra.

Essa casa foi centro de reunião dos homens da propaganda. O “café do Nhô Bento” ganhou fama – “(...) tu passarás à história como o Nicola, que Bocage ilustrou, ou como o café de Hanover de que brotou a revolução francesa!”.¹⁶² Quando a propaganda ganhava força, e, em 1886, era fundado o “Club Republicano”, este ocupava o sobrado vizinho, mais estreito que o da esquina e perfazendo junto com esse e em meio das demais edificações, térreas, daquela quadra, um único e destacado volume: desdobramento que era do café do nhô Bento, as instalações do *Club* apareciam como verdadeiro anexo da Santos&Irmão.¹⁶³

Bento Quirino formara, em 1873, ao lado de Campos Salles, a dupla dos primeiros vereadores republicanos a serem eleitos na cidade.¹⁶⁴ Foi também “durante muitos anos” o venerável da loja Maçônica “Liberdade”.¹⁶⁵ Proclamada a República, “o primeiro telegrama que aqui chegou tinha o endereço de Santos, Irmão &Nogueira”.¹⁶⁶ Torna-se chefe “incontestado e incontestável” do Partido Republicano na cidade,¹⁶⁷ sem entretanto voltar a assumir qualquer cargo eletivo.

“(...) podendo fazer valer a influência do seu caráter e o prestígio do seu nome, ele se contenta com viver só para sua virtuosa e exma. família, para os seus amigos e para as empresas que dirigia (...)”.¹⁶⁸

A “exma. família” a que se refere o articulista não é, entretanto, a de esposa e filhos – Além de se manter longe do exercício de cargos eletivos, Bento Quirino – ou, já então, “Nhô Bento” – mantinha-se solteiro.

“Celibatário inveterado, era ele, entretanto, homem da família. E, se não constituiu um lar próprio, formou aquele em que longamente viveu, com a reunião, ao seu lado, de suas irmãs e sobrinhas, a quem dedicava um carinhoso afeto.”¹⁶⁹

“Pai de Campinas”, rico, “vivendo para suas empresas e sua família”, solteiro, rodeado de (e certamente prestando auxílio a) seus parentes e amigos – entre os quais se incluiria também o sobrinho José Augusto.

A Bento Quirino não faltavam posses (e as tinha em quantidade crescente) para que a imagem de “pai de Campinas” fosse pertinente também quanto à sua capacidade econômica. Há indício de que sua

¹⁶² Gabriel de Carvalho, op. cit..

¹⁶³ Uma foto do sobrado “onde funcionou o Clube Republicano” aparece em José de Castro Mendes, “História de Campinas”. Campinas, *Correio Popular*, 14.11.1968 (suplemento especial). Na mesma série, no suplemento da edição de 03.11.1968, encontra-se foto da praça Bento Quirino em que se pode avaliar da relação dos dois sobrados em questão entre si e com o entorno.

¹⁶⁴ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 400-401.

¹⁶⁵ Jolumá Brito, “Bento Quirino dos Santos”, texto datilografado. Arquivo Jolumá Brito, CMU.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ “Bento Quirino”. Campinas, *Correio de Campinas*, 18.04.1897. Arquivo Jolumá Brito, CMU. No recorte consultado, em nota manuscrita, é indicado J. Gomes Pinto como autor desse artigo. Como entretanto nova nota manuscrita atribui ao mesmo autor ainda outro artigo dessa mesma edição do *Correio de Campinas*, sobre o mesmo assunto, mas com expressão distinta, fica sob suspeita a atribuição da autoria. Artigo doravante indicado “Bento Quirino” (1897).

¹⁶⁸ “Bento Quirino” (1897).

¹⁶⁹ Revista do CCLA, número extra, comemorativo do centenário de nascimento de Bento Quirino, dezembro de 1938. Apud João Plutarco Rodrigues de Lima, *História da Maternidade de Campinas*. Campinas: Komedi: 2003, p. 47.

fortuna multiplicara-se enormemente desde a última década do século XIX.¹⁷⁰ Falecendo, em Dezembro de 1914, deixava em legado a dezenas de parentes, amigos e instituições criteriosamente elencados mais de 8.655 contos de réis – afora o perdão de dívidas e a divisão de “remanescentes”.

Quando aquele testamento era aberto, a 26.12.1914, a lei do orçamento fixava o gasto total da prefeitura para ano de 1915 em pouco mais de 1.140 contos. O sobrado em que funcionava o Paço municipal fora adquirido, em 1908, por 50 contos – uma centésima heptagésima parte do montante do testamento. Esse montante equivalia, portanto, a mais de oito vezes o orçamento anual da municipalidade, e talvez o triplo do valor conjunto da totalidade dos sobradões solarengos que às vésperas da proclamação da República davam testemunho da pujança e dos foros de civilização de Campinas.¹⁷¹

Esse legado foi criteriosamente repartido entre as dezenas de legatários – irmãos, sobrinhos e amigos, bem como instituições. 1.000 contos de réis eram destinados “para a fundação de um Instituto Profissional masculino em Campinas, isto é, para a construção de um prédio apropriado e mais elementos de patrimônio”.¹⁷²

José Augusto Quirino dos Santos era contemplado, nesse legado, com a quantia de 120 contos de réis (sua irmã Ester recebia 110 contos, e as três caçulas 100 contos cada uma).¹⁷³

É com esse dinheiro que iria (entre outras aplicações) adquirir o terreno e efetuar a construção do prédio para sua residência, à rua Culto à Ciência, cujo projeto, em 1917, originava a polêmica que acima acompanhamos.

1.3. De caminho a rua.

Na fig. 8, foto que data de cerca de 1910, tem-se ao fundo a rua Culto à Ciência e a gleba que, desmembrada a partir de 1911, incluiria o lote em que José Augusto, no início de 1917, pleiteava construir sua residência.

A foto é tirada, seguramente, desde a torre da matriz, visando os extremos da região edificada, em direção noroeste. Ou ainda: visando, precisamente, a região do “brejo do poente”.¹⁷⁴ O edifício que se destaca, ao centro, é o novo Mercado Municipal, construído ao longo de 1907, e inaugurado em Abril de

¹⁷⁰ Os legados discriminados na primeira versão de seu testamento, de 1894, somavam 1.002 contos. Dezoito anos depois, na versão atualizada, eram 8.655 (afora, em ambos os casos, perdão de dívidas, bens de caráter sentimental e “remanescentes”). Testamento de Bento Quirino dos Santos, texto manuscrito, e mais documentos anexos. TJC, 3º ofício, cx. 684, processo 10.832.

¹⁷¹ Resolução 276, de 18 de Setembro de 1908 (autoriza verba para a compra do sobrado para o paço). Lei 202, de 28.10.1914 (orçamento para 1915).

¹⁷² Testamento de Bento Quirino, doc. cit..

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Como já referido (introdução), o aglomerado, desde a fundação da capela provisória, no último quartel do séc. XVIII, se desenvolvera num terreno ligeiramente elevado e escarpado, entre os vales do Tanquinho, a leste, e do Serafim, a norte-noroeste – ou: os brejos do nascente e do poente.

Fig. 8. Foto de cerca de 1910, tirada desde a torre da Catedral, visando a NE. Aparece com destaque o edifício do Mercado, na baixada do antigo “brejo do poente”. Logo atrás do mercado vê-se a pequena estação terminal da Estrada de ferro Funilense (caminho de ferro que, vindo desde a região de Cosmópolis, abastecia o mesmo mercado). Mais à esquerda na foto, o caminho que sobe pela encosta, também para além do mercado (quase na vertical, na perspectiva da foto) é a rua Culto à Ciência. Entre a rua Culto à Ciência e a linha da Funilense, amplo descampado – parte da gleba adquirida por Orosimbo Maia em fins de 1911. Esse descampado constitui a quadra da rua Culto à Ciência, entre as ruas Marechal Deodoro e Hércules Florence, onde José Augusto viria a construir sua residência.

1908,¹⁷⁵ já no início da conturbada gestão de Orosimbo Maia, Prefeito (1908-1910). A baixada em que se coloca (parte do brejo do poente) ficara também conhecida como a da “bica do Serafim”, um dos mais antigos chafarizes da cidade.¹⁷⁶

Aos fundos do Mercado, vê-se a linha da Estrada de Ferro Funilense, e uma sua pequenina estação. (A estrada, vindo desde a região “agrícola” da atual Cosmópolis, tinha seu ponto final junto ao Mercado, que abastecia).

Como de praxe, essa estrada serpenteia por um fundo de vale. À sua esquerda, e ainda para além do Mercado, vê-se que o terreno volta a se erguer. Essa nova colina, para além do “brejo do poente”, vai sendo vencida pela rua Culto à Ciência (à esquerda e ao fundo, num traçado que se aproxima da vertical, na foto).

¹⁷⁵ Histórico do edifício no respectivo processo de tombamento. Centro de Documentação, CSPC.

¹⁷⁶ Júlio Mariano, *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Maranata, 1970, p. 94-96.

Disposta para além da quadrícula da planta de 1878, e ainda quando da foto para além da área edificada, tratava-se certamente de um dos “caminhos” que ligavam chácaras e sítios do entorno ao aglomerado. No caso possivelmente a chacara do tenente Antonio Rodrigues de Almeida, que em 1869 era adquirida para a construção do Colégio Culto à Ciência¹⁷⁷, de que a rua (naquela data, “rua Alegre”) ganharia o nome.

Em 14 de fevereiro de 1911, o então prefeito, Orosimbo,¹⁷⁸ adquiria “uma parte” da “chacara, terrenos e benfeitorias, denominada «Chacara do Seraphim»”. Essa parte (ampla gleba), tinha por limite, de um dos lados, a rua Culto à Ciência, e era “atravessada pela linha e terrenos da Estrada de Ferro Funilense”. Juntamente com uma casa em ruína à rua Dr. Quirino, tudo por 40 contos.¹⁷⁹

Orosimbo desmembraria a parte dessa gleba entre a rua Culto à Ciência e a linha da Funilense, vendendo compridas faixas com frente para a rua Culto à Ciência e fundos “até a cerca de arame da Estrada de Ferro Funilense”. Sem loteamento prévio, vendia-se as faixas na largura desejada. As larguras, uniformes da frente aos fundos, foram portanto variadas. As profundidades, também variáveis, visto como a dita rua e a Estrada de Ferro não eram paralelas, chegavam a 130 metros.¹⁸⁰

A primeira dessas faixas, de 10 metros de frente, marcados desde o “canto do lado esquerdo da rua Sebastião de Souza, para baixo em direção à rua Marechal Deodoro”, vendia, ainda ao final daquele ano de 1911, a Amadeu Nogueira. Seguiram-se vendas: ao dr. João da Silva Telles Rudge, funcionário da Cia. Mogiana (12 metros), Miguel Penteado, médico (20 m.), José Barbosa de Barros, também médico e um dos fundadores da maternidade de Campinas (30 m.), José Benedicto de Oliveira Soares (8 m.), Emília de Paiva Meira, quem o próprio Orosimbo havia escolhido para dirigir o colégio feminino que se fundara sob sua iniciativa anos antes¹⁸¹ (junto da esquina da rua Marechal Deodoro, com aproximadamente 45 m. de frente para a rua cultu à Ciência, e largura, neste caso em específico, variável, visto ser obtuso o ângulo formado pelas duas ruas), Arlindo Ferraz de Andrade (12 m.), Mário Pinto de Moraes (15 m.), Paulo Décourt, professor de história natural do Colégio Culto à Ciência (38 m.), Felix de Moraes Salles, titular do 3º cartório de notas da cidade (40 m., junto da esquina com a rua Hércules Florence), e Anna Guathemosin Nogueira (25 m.).¹⁸²

¹⁷⁷ Leopoldo Amaral, “Culto á Sciencia, gymnasio (noticia historica)”. In _____, op. cit., p. 41-58 (p. 43).

¹⁷⁸ A posse do novo Prefeito, eleito em Outubro, se daria a 15.01.1911.

¹⁷⁹ 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-G, registro nº 8.876. O registro data 17.04.1911, e a escritura de 17.02.1911.

¹⁸⁰ Idem. As medidas de fundos constam das escrituras de venda das diversas faixas, e respectivos registros, cuja referência está especificada duas notas abaixo. A medida de 130 m. era a de uma das laterais da faixa vendida a D. Anna Guathemosin Nogueira.

¹⁸¹ Trata-se do Colégio Progresso, cuja sede própria viria era construída no mesmo ano de 1917 em terreno à então rua Augusto César (atual Júlio de Mesquita; prédio ainda existente) obtido ao Major Antônio Correa de Lemos em permuta com este outro da rua Culto à Ciência. Adquirido por Emília de Paiva Meira o terreno à rua Culto à Ciência a 10.06.1912, foi permutado pelo da (atual) av. Júlio de Mesquita a 02.09.1913. 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livros 3-H, registros nº 9.635 (compra), nº 10.008 e 10.009 (permuta).

¹⁸² 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livros 3-G, 3-H e 3-I, registros nº 9.234, 9.528, nº 9.554, nº 9.554, nº 9.567, nº 9.635, nº 9.777, nº 10.009, nº 10.016, nº 10.025, e nº 10.082, o primeiro datado de 29.11.1911 e o

Em outubro de 1913, Orosimbo passava, por “doação em avanço de legítima”, ao sogro, Armando da Rocha Brito,¹⁸³ a derradeira faixa, remanescente, com vinte metros de frente.¹⁸⁴ (fig. 9)

Havia arrecadado mais de 80 contos. O dobro do valor da compra, na venda de apenas uma parte da gleba que havia adquirido.¹⁸⁵

O local tornara-se talvez, desde o movimento de adensamento, característico dos anos de 1870-1880, o primeiro “caminho”, para fora dos limites da área edificada e para além dos marcos geográficos que determinavam os limites tradicionais da cidade, a ser ocupada, não por uma ou outra casa dispersa, numa e noutra “chácara”, mas por uma série de casas alinhadas – e que faziam do caminho, uma rua. Rua “airosa”,¹⁸⁶ característica do período em que se ia constituindo, como se verá.

Ao tempo em que José Augusto adquire sua faixa de terreno no local, aquele trecho, desocupado e marginal até pouco antes (não obstante a vizinhança do Colégio Culto à Ciência), teria se tornado um local valorizado, contando residências “modernas”, “de estilo”. A rua fora alargada e arborizada, o calçamento reparado – num processo que remete ao legado de Bento Quirino.

Já em Maio de 1912, os então proprietários (Orosimbo, e os quatro adquirentes de primeiras faixas de terrenos daquela quadra), enviavam proposta à Prefeitura visando o alargamento da rua, naquele trecho. Propunham fosse alargada para 13 metros. Cederiam gratuitamente para tal os terrenos necessários – uma faixa de quatro metros, ao longo da quadra. A proposta foi aceita sem maiores rodeios ou atrasos, sendo editada ainda em fins de 1912 a lei 175, declarando a referida faixa de quatro metros de utilidade pública e autorizando o recebimento dos terrenos.¹⁸⁷ As obras de melhoria seguiriam entretanto tempos em espera. Seu início relaciona-se à escolha daquele mesmo trecho de rua para a construção do edifício do “Instituto Profissional Bento Quirino”.

Já se referiu que Bento separara a polpuda quantia de 1.000 contos para que fosse fundado um instituto de ensino profissional. José Paulino Nogueira fora o testamenteiro indicado por Bento, e assume

último de 01.02.1913. Não encontramos o registro da venda da faixa de terreno ao Dr. José Barbosa de Barros. Contudo. Essa transação é anterior a 29.05.1912, quando Orosimbo envia requerimento pedindo “transferir do seu para os nomes dos d^{rs}. João da Silva Telles Rudge, Miguel de Barros Penteado e José Barbosa de Barros partes de seus terrenos a rua Culto á Sciencia, nesta cidade, a saber: (...) ao terceiro, 30 metros de frente, que lhes vendeo, conforme escripturas passadas e constantes dos inclusos docs.” (os referidos documentos inclusos foram posteriormente retirados). Arquivo Municipal, protocolo n° 159 de 1912, cx. 25.

¹⁸³ Talvez futuro sogro, posto que não conhecemos a data do casamento.

¹⁸⁴ 1° Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-I, registro n° 10.630, de 06.10.1913.

¹⁸⁵ Os valores de cada transação constam dos registros citados nas notas anteriores.

¹⁸⁶ Com edificações em parte recuadas, arborização, e projetando-se para fora da região adensada.

¹⁸⁷ Carta ao Prefeito, de 30.05.1912, assinada por Orosimbo Maia, Miguel Penteado, José Barbosa de Barros, João da Silva Telles Rudge e Amadeu Nogueira. AC, cx. 47, papéis da lei 175. A obrigação de cessão da faixa fronteira de 4 metros está gravada nos registros das escrituras das vendas posteriores de faixas no local (registros já listados). O alargamento da quadra seguinte seria feito à custa dos terrenos do colégio Culto à Ciência, já então (1912) pertencente ao Governo do Estado (o texto da lei 175 autoriza o recebimento dessa outra faixa de terrenos para o alargamento na quadra seguinte). Essas duas quadras perfaziam a totalidade da rua. A largura final de 13 metros é referida no RRO, 1916.

formalmente essa função no início do ano de 1915.¹⁸⁸ Em 25 de Junho daquele ano, dava-se uma “ampla assembléia de amigos”, no sobrado de antiga residência de Bento Quirino, à praça de mesmo nome, convocada pelo inventariante, que desejava “dar a mais ampla participação e conhecimento dos elevados intuitos do testador”. Constitui-se a “Associação Instituto Profissional Bento Quirino”, para dirigir a realização do mesmo, administrando a verba de 1.000 contos – maior quinhão do singularmente vasto legado.¹⁸⁹

Dessa sociedade, José Augusto Quirino dos Santos é o segundo secretário. Orosimbo faz parte do conselho.¹⁹⁰

A chácara com frentes para as ruas Culto à Ciência, Sebastião de Souza e Saldanha Marinho – defronte à gleba que ia sendo vendida em faixas por Orosimbo – é escolhida para a construção da sede do Instituto Profissional.¹⁹¹ A 23 e 24 de Dezembro de 1915, e a 10 de Abril de 1916 a sociedade compra alguns terrenos anexos àquela chácara, propriedades (então) n^{os} 34 e 36 da Culto à Ciência, e n^{os} 53 e 55 da rua Saldanha Marinho.¹⁹² A essa época, falecido José Paulino em Novembro de 1915, fora substituído pelo segundo testamenteiro, Antônio Carlos da Silva Teles, que prestava juramento a 22 do mesmo mês, e seria eleito para a presidência da associação, no lugar do mesmo José Paulino, a 12 de Março de 1916.¹⁹³

É somente por volta desse momento, em que se dão os trâmites para a instalação do Instituto Profissional naqueles terrenos, que a demanda pelo alargamento ressuscita e as obras da Prefeitura no local vão afinal sendo executadas.

Em fins de Março de 1915, chega à Câmara o requerimento em que 33 “proprietários e moradores dos predios da rua Culto á Sciencia”, vinham pedir fosse “sem mais demora autorizada a execução do

¹⁸⁸ Requerimento de José Paulino Nogueira para prestar compromisso, datado de 12.01.1915, cota do juiz ao escrivão, mandando marcar local e data, de 15.01.1915. Inventário de Bento Quirino e documentos anexos. TJC, 3º ofício, cx. 684 processo n° 10.832.

¹⁸⁹ Leopoldo Amaral, “Instituto Profissional Bento Quirino”, in _____, op. cit., p. 497-503, e testamento de Bento Quirino, doc. cit.

¹⁹⁰ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 498, traz a composição de toda a diretoria e conselho.

¹⁹¹ Embora a chácara tivesse pertencido a Bento Quirino e fizesse parte do legado do mesmo a escolha do local não teria sido determinação sua. Em seu testamento, afora poucos bens de valor sentimental, descriminava apenas valores em moeda, ficando presumivelmente a cargo do testamenteiro o modo de execução dos legados. Assim, é lícito supor que a escolha tenha se dado de modo vinculado ao processo de constituição da Associação do Instituto, encabeçado pelo próprio testamenteiro, e fundada a 25 de Junho de 1915, como se viu. Lembre-se que Álvaro Ribeiro, vereador, viria protestar que a aplicação do legado fora feita “sem audiência da Municipalidade” – reclamação que poderia se referir tão somente à escolha do projeto do edificio e mais distribuição da verba, mas cujo sentido ganha força se considerarmos que a escolha envolvia também a localização do investimento. Sessão de 23.04.1923. AC, livro 170, f. 23. A “chácara, compreendendo casa e mais benfeitorias, acessórios terreno e quintal” à rua Saldanha Marinho (então) n° 59, “confrontando por um lado com a rua Sebastião de Souza, nos fundos com a rua Culto à Ciência (...)”, no valor de 30 contos havia sido adquirida por Bento Quirino em 1909, não por compra, mas em ação (de recebimento de dívidas?). Escritura de 04.12.1909, do 1º cartório de notas de Campinas. Registro n° 8.237, livro 3-E, 1º cartório de registro de imóveis de Campinas. Ana M. R. de Góes Monteiro afirma que o terreno para a construção do Instituto “foi adquirido do espólio de Bento Quirino”. _____, op. cit., p. 263.

¹⁹² 1º cartório de registro de imóveis de Campinas, livros 3 K e 3L, registro n° 11.912 e n° 11.913, de 28.12.1915, e n° 12.084, de 12.04.1916.

¹⁹³ “Juramento do testamenteiro”, testamento de Bento Quirino dos Santos e documentos anexos, doc. cit., e Leopoldo Amaral, op. cit., p. 499.

Fig. 9. Quadra da rua Culto à Ciência, entre Hércules Florece e Marechal Deodoro. À esquerda, diagrama das vendas das faixas (adquirente, data e valor da transação). À direita, data (ano-mês) dos projetos realizados até o de José Augusto. O livro de estatística predial (primeira série disponível, intitulada “1918-1919”, lançada desde 1917) acusa uma construção no terreno de José Benedicto de Oliveira Soares, de que não localizamos o projeto. A mancha da construção aqui apresentada baseia-se nesse caso na que se encontra na planta cadastral de 1943. (escala: 1: 1.500)

zalongamento da referida rua, na qual já foram construídos, com o devido recuo, seis bellos predios, existindo um outro em construção” (figs. 9, 10). O pedido vinha encabeçado por Alberto Sarmiento – quem não chegamos a conhecer como proprietário no local ao longo das varreduras a que procedemos, mas que seria também membro do conselho da Associação do Instituto, eleito pouco depois (a 25 de Junho).¹⁹⁴

Na sessão de seis de Setembro daquele mesmo ano, um vereador se pronuncia a respeito – o que não se havia dado até então. A indicação de Omar Simões Magro (irmão daquele que seria o primeiro diretor do Instituto Profissional), “no sentido de lembrar á Prefeitura a conveniencia da factura do alargamento da rua Culto à Ciência”, é aprovada.¹⁹⁵

A 17 de Junho do ano seguinte (1916), Antonio Carlos da Silva Telles – o novo testamenteiro, e consequentemente o novo presidente da Associação do Instituto – solicitava à Câmara decretar de utilidade pública a propriedade da rua Saldanha Marinho n° 57, que restara encravada, no terreno que a dita associação ia constituindo para a ereção do prédio do Instituto Profissional. É atendido, promulgando-se lei a respeito ainda no mesmo ano.¹⁹⁶

É também em 1916 que as obras de alargamento e mais melhoramentos naquele logradouro, no trecho entre Marechal Deodoro e Hercules Florence, são afinal executadas, “ficando esta via publica com 13 metros no logar e arborizada com exemplares de ligustrum”, dos quais plantam-se 60 mudas.¹⁹⁷

No requerimento encabeçado por Alberto Sarmiento, lembrava-se que aquele melhoramento havia sido projetado “há muitos anos”, e que dele dependia o início da construção de outros prédios. No entanto, se desde a construção da residência de Amadeu Nogueira, em 1912 e até a data do requerimento encabeçado por Alberto Sarmiento conhecemos outros 5 requerimentos para construção naquele trecho (todos na quadra desmembrada por Orosimbo), desde então e ao longo de todo o ano de 1916 o único novo requerimento na espécie é o do prédio do próprio Instituto (na quadra fronteira).¹⁹⁸

É nesse momento, quando as obras públicas de melhoria iam (ao cabo de alguns anos de espera) sendo executadas, e a construção do edificio do Instituto já acertada para o local, que José Augusto, sobrinho do finado Bento Quirino, vem a adquirir sua faixa de terreno no local. Já não o faz diretamente de Orosimbo Maia. Nem compra uma faixa inteira, de alguém que a estivesse revendendo. Em 19 de junho de 1916, compra uma faixa de cinco metros a D. Anna Guathemosin Nogueira (subtraída à faixa de vinte e cinco metros que aquela senhora havia adquirido a Orosimbo), e outra, contígua, de dez metros, a

¹⁹⁴ Alberto Sarmiento & outros, 05.03.1915. AC, cx. 39. A chegada do requerimento ao plenário da Câmara deu-se a 23 de Março, cf. o registro das atas. AC, livro 166 f. 18. Assinavam o requerimento, além de Alberto Sarmiento, pela ordem: Vicente Melillo, Dr. Miguel de Barros Penteado, Amadeu Nogueira, Paulo Décourt, Dr. Armando da Rovha Brito, Benjamin Pazinato, Francisco Calvi, Belarmino da Silva, Octacílio de Campos, Francisco Siqueira, José Jamuzzi, Andrea Masini, Giacomo Masini, Abel Carvalho de Moura, Luis Pazinato, Gughelmo Luchesi, Brasílio Machado da Luz, Luiz Barnabé, Lazaro [2° nome ilegível] de Souza, José Antonio dos Santos, Maximo dos Santos, Colatino Fidelis, Amador de Moraes, Antonio Rui Matto, Henrique Barbanera, Manoel Damas Jr., Germano Serafim, José Napoleão, Martinho Frey, Romeu Zülke e Guilherme Zülke.

¹⁹⁵ Atas da sessão de 06.09.1915. AC, livro n° 166, f. 36.

¹⁹⁶ AC, livro n° 166, fl 73. Lei 215, de 28. 10.1916.

¹⁹⁷ RRO, 1916.

¹⁹⁸ Projeto de Ramos de Azevedo. Protocolo n° 3.183, de 25.05.1916. Arquivo Municipal.

Fig.10. Projetos de residências na quadra da rua Culto à Ciência anteriores ao de José Augusto. **a, b, c** – projetos de Raphael Mauro, respectivamente para Amadeu Nogueira, Miguel de Barros Penteado e João da Silva Telles Rudge (todos de 1912). **d, e** – projetos da “Empresa Constructora Predial”, de Bischoff, Cony & Cia., respectivamente para Paulo Décourt e Arlindo Ferraz de Andrade (ambos de 1913). **f** – projeto de Raphael Mauro, de 4 casas geminadas duas a duas, na esquina da rua Hércules Florence, para Benjamin Pazinato. Os 4 primeiros desses projetos foram construídos; o projeto para Arlindo Ferraz aparentemente não foi executado, pois o terreno consta vazio nos livros de estatística predial da série “1918-1919” (a primeira série disponível), com dados lançados em 1917. Do último projeto foi construído apenas um dos dois blocos de duas casas cada (o da esquerda do desenho em elevação acima, que faz esquina com Hércules Florence).

Felix de Moraes Salles (subtraída da faixa de trinta metros que aquele havia adquirido do mesmo Orosimbo).¹⁹⁹ Fica vizinho ao lote de esquina com a rua Hercules Florence, para a qual o seu lote também terá uma saída, lateralmente. Nos fundos, faz divisa em parte com a Estrada de Ferro Funilense, como os demais, em parte com terrenos remanescentes, pertencentes a Orosimbo, com acesso pela rua Hercules Florence, que por ali terminava.²⁰⁰

¹⁹⁹ 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3 K, registro nº 12.238, de 15.07.1916.

²⁰⁰ Somente mais tarde a rua Hercules Florence seria prolongada, até o Guanabara, atravessando o vale que em 1917 era ainda ocupado pela linha da Estrada de Ferro. Sabe-se que quando já afastado de suas atividades políticas, Orosimbo retirou-se para a “chácara do vovô”, “no bairro do Bomfim”, situação que poderia ser a deste

Quando as primeiras faixas daqueles terrenos iam sendo vendidas por Orosimbo, em 1912, José Augusto comprava para si um terreno, à rua General Osório, “antiga chácara de João Mourthé” – portanto, ao que parece, também relativamente retirado. Ali, e não à rua Culto à Ciência, naquele momento, pretendia construir sua residência, conforme declarava em requerimento daquele mesmo ano.²⁰¹ O falecimento de Bento Quirino, e os 120 contos com que é contemplado, é que parece terem mudado seus planos. É com parte dessa verba (conforme atesta o registro das condições impostas à propriedade, ditadas pelo legatário, e reproduzidas no registro de compra daquele terreno) que efetua a compra. José Augusto insere-se por assim dizer a posteriori naquela quadra – que ia conhecendo desenvolvimento, e valorizando-se. Introjeta-se de permeio, formando para si um lote extra, a partir da junção de dois fragmentos que subtrai a duas das faixas já vendidas. Efetuada a 19 de Junho de 1916, quando as obras naquele trecho da rua estariam sendo executadas, e o Instituto – de cuja Associação era o segundo secretário – ancorava também ali outros 1.000 contos legados pelo mesmo Bento Quirino.²⁰²

Tanto sua residência, quanto o prédio do Instituto, beneficiando-se do legado de uma das maiores (senão a maior) fortunas de então, e relativa aos empreendimentos dos “tempos heróicos da propaganda”, utilizavam-se dela para buscar certo desejo de distinção, monumentalidade, suntuosidade. Quanto à residência, já vimos como se pretendia uma “villa”, padrão que não reproduzia mais propriamente, mas cuja monumentalidade efetivamente mimetizava, com a introdução de atributos como o recuo de dez metros e uma fachada que, malgrado construída sobre as dimensões das casas com porão habitável, correntes, se apresentava contudo, diferentemente daquelas, como um volume de dois andares. Quanto ao edifício do Instituto, dele viria a ser dito que “não corresponde aos fins de sua criação”, pois “em vez de grandes oficinas” se aplicara “a maior parte do legado” em fazer um “suntuoso edifício”...²⁰³

remanescente, não fosse a afirmação de que a dita “chácara do vovô” fora comprada em 1933. Octavia Maia, “Meu Pai”, p. 45. in *Orosimbo Maia, o homem, o administrador. Conferências pronunciadas por ocasião do primeiro centenário de nascimento de Orosimbo Maia*. Campinas: Prefeitura Municipal, 1963.

²⁰¹ Requerimento de José Augusto, datado de 30.09.1912, pedindo para “estabelecer no muro daquele terreno (...) um portão provisório, obrigando-se o supPLICANTE a requerer a licença para a substituição d’esse por um outro definitivo caso não inicie a aludida obra [de uma residência no local] dentro d’esse mesmo praso”. Arquivo Municipal. Uma primeira parte desse terreno, com 17 metros de frente por 34,5 de fundos, havia sido adquirida a William J. Scheldon, residente em S. Paulo, a 03.04.1912. Outras duas faixas anexas com três metros de frente cada e mesma medida de fundos foram adquiridas em seguida, em Junho, perfazendo no total um terreno de 23 x 34,5 metros. 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, livro 3 K, registros nº 9.440, de 10.04.1912, e nºs 9.638 e 9639, de 15.07.1912. Nesses registros temos ainda que esses terrenos, eram “parte da chácara á rua General Osório nº 29, conhecida por chácara «João Mourthé»”. Apesar desta referência à numeração, não foi possível determinar a numeração posterior correspondente, e conseqüentemente a localização desses terrenos, através, como de costume, do caderno do re-emplacamento de 1929, visto como não consta na coluna correspondente nenhum nº 29. Na coluna da numeração anterior a 1893 existe um nº 29. Poderia ter constado ainda esse número antigo num registro cartorial de 1916? A propriedade que anteriormente a 1893 tinha o nº 29 da rua General Osório corresponde entretanto a uma localização central, na quadra da General Osório entre as ruas Luzitana e Dr. Quirino, sendo portanto em qualquer caso pouco provável que fosse esse o local de terrenos que ainda em 1916 eram referidos como parte de uma chácara.

²⁰² No registro cartorial já citado tem-se expressamente: “Sendo a presente compra destinada a aplicação de uma parte do legado deixado ao comprador pelo seu finado tio Bento Quirino dos Santos (...)” – com o que, conforme determinação do testamento, a propriedade ficava gravada da condição de inalienabilidade, entre outras.

²⁰³ Atas da Câmara, sessão de 23.04.1923. AC, livro 166, f. 23.

Não foi isenta de polêmica a construção do “suntuoso edifício” do Instituto, “perfeito typo de construção monumental”²⁰⁴ em que a Associação consumiria “a maior parte do legado”. A municipalidade, “que deveria interessar-se pela aplicação do legado do benemerito”, não teria sido ouvida. O próprio Prefeito, Heitor Penteado, presente à referida reunião de 25 de Junho de 1915, de que consta ter sido o secretário, teria sido hostilizado ao longo do desenrolar dos procedimentos da mesma: “teve de retirar-se, por lhe haverem faltado com a deferência devida”.²⁰⁵

1.4. Heitor Penteado e a *belle-époque* campineira.

Heitor Penteado àquela altura estava no seu segundo mandato consecutivo.

Sucedera a Orosimbo, em 1911. “Recebera um triste e avariado espólio. Após lutas políticas, estereis, por pessoas, quase criminosas, por prejudiciais e inúteis, o município de Campinas era entregue (...) em lastimável estado: sem dinheiro e, o que pior, sem hygiene, sem obras de embelezamento, sem disciplina, sem nada. O chão era a imagem da administração municipal”.²⁰⁶

De fato, quase todos os vereadores haviam renunciado, sucessivamente, ao longo da gestão de Orosimbo. Suplentes, chamados, renunciavam a seguir ou, mais à frente, já recusavam a posse, chegando a situação ao ponto de a Câmara fazer uma consulta ao governo do estado, pois já não havia previsão regimental do que fazer frente à falta de nomes para completar a gestão.²⁰⁷

Orosimbo fora eleito para vereador em 1911, mas não fora tomar posse da cadeira.

A exclusão do “interesse da municipalidade” na gestão do legado de 1.000 contos para o Instituto Profissional, a ancoragem desse legado num trecho de logradouro em que Orosimbo havia operado seus interesses (e onde mantivera uma pequena chácara para si), o caso de que Heitor Penteado teria sido hostilizado na reunião de constituição da Associação do Instituto, não sendo seu nome incluso nessa Associação, onde Orosimbo participava como conselheiro – é possível que um antagonismo entre Orosimbo (e seus aliados) e seu sucessor houvesse estado presente na forma como o legado ao Instituto foi gerido.

Um certo espírito comum sobrepassa entretanto as determinações desses eventuais antagonismos. A administração Heitor Penteado, emblemática, define para Campinas um período, e a rua Culto à Ciência,

²⁰⁴ RRO, 1918.

²⁰⁵ Atas da Câmara, sessões de 23.04 e 16.05.1923. AC, livro 166 f. 23, 30v-31v. Leopoldo Amaral, op. cit., p. 498. Heitor Penteado consta do conselho da associação, eleito na mesma ocasião. Leopoldo Amaral, idem, ibidem.

²⁰⁶ Eugênio Egas. *Quatriênio presidencial do dr. Washington Luís*. S. Paulo: OESP, 1924, p. 66. “A Câmara de 1908-1910, eleita e empossada aos sons de todos os clangores da fama, foi uma arena para o combate das paixões e, ao deixar o posto, ficava o município em medonha crise”. *Almanak de Campinas*, 1914.

²⁰⁷ Atas da Câmara, 1908-1910. AC, livro 165, passim. Ofício da Câmara nº 624, de 28.10.1910. AC, livro 15, f. 31v.

cuja gênese, como tal, corresponde precisamente ao início do governo Heitor Penteado, seria uma boa imagem desse período.

A administração Heitor Penteado confunde-se com a “belle-époque” campineira.

Já em 1913, escrevia-se:

“Campinas, que sempre foi uma terra patriarchal por excellencia, pacata, mesmo em épocas eleitoraes, de luctas effervescentes (...); Campinas está, nestes ultimos tempos, tomando uma feição nova, offerecendo aos olhos do visitante um outro aspecto em seu viver costumeiro. As suas ruas movimentam-se dia a dia, principalmente á tarde, quando os passeios se adornam com a presença de famílias, que lhes emprestam esse tom peculiar ás grandes cidades, augmentado agora pela brilhante illuminação electrica e pelo continuo perpassar dos bonds electricos, limpos, cheios de luz, que vieram tomar o lugar dos antigos carros por tracção animal.”²⁰⁸

Brilho e limpeza, correlacionados à nova fonte de energia – a eletricidade. Esta, propiciando ainda de um transporte que prescindia da tração animal. São traços muito expressivos dessa “belle-époque”. A esses dois caberia ainda acrescentar um terceiro: os ajardinamentos, que em 1917 já se haviam tornado uma marca registrada da administração Heitor Penteado.

Em certa medida esses aspectos – a “limpeza” ou o “asseio” da cidade – já eram tributados tradicionalmente à cidade anteriormente a Heitor Penteado.

As epidemias que castigaram a cidade, e haviam determinado, ou ao menos marcado, o fim do período em que a cidade fora a “capital agrícola” da então província, e rivalizara em tamanho com a capital, motivaram cuidados especialmente zelosos com o saneamento da cidade. Já naturalmente dotada de um clima “ameno, salubre, temperado, delicioso”, a cidade tornaria-se “um verdadeiro sanatório, segundo entendidos”.²⁰⁹ Concluídas as obras de saneamento, no início do século, um jornalista teria dito das ruas da cidade, que se apresentavam “tão assejadas quanto um salão de casa nobre”.²¹⁰ Em 1914, repetia-se (aproximadamente) a fórmula: “Na maioria, as ruas de Campinas são bem alinhadas e calçadas a paralelepípedos de pedra, sendo extraordinario o asseio que nellas se observa, na opinião dos seus visitantes”.²¹¹

A “fênix” que renascera depois das epidemias já não era a mesma ave de antes. Campinas nunca voltaria a ser o principal centro econômico do Estado, ou rivalizar em dimensão demográfica com a capital, por exemplo. Mas, agarrava-se a certa tradição aristocrática, que o bairrismo – este sim, vivo – continuaria a cultivar: Campinas já não era “capital agrícola”, mas tinha um serviço sanitário exemplar, um clima “ameno, salubre, temperado, delicioso”, sendo “verdadeiro sanatório”, reunia estabelecimentos de ensino numerosos, alguns de qualidade amplamente reconhecida.

²⁰⁸ Leopoldo Amaral, “Os bonds”. Novembro de 1913. in _____, op. cit., p. 425-430 (p. 425-6).

²⁰⁹ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 6.

²¹⁰ Henrique de Barcellos, apud. Júlio Mariano, *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Maranata: 1970, p. 173.

²¹¹ *Almanak de Campinas*, 1914.

É sob Heitor Penteado, em especial, que a cidade, que já não era o principal centro do “ouro verde”, se firmava como um “brinco”.

Administrava uma cidade que, em 1916, contava 6.573 prédios, avaliando-se a população em 46.011.²¹² O valor efetivo se revelaria pouco menor, próximo dos 40 mil – ou cerca de quatro vezes o número que contara nos anos de 1870.²¹³

Desde 1908 a Municipalidade voltara a ganhar um edifício próprio – um dos velhos sobrados dos tempos da “capital agrícola”. Em fins do sé XIX o antigo prédio da Câmara e Cadeia, de longa data em estado periclitante, havia sido finalmente demolido, passando a Câmara passa a funcionar em prédio alugado.²¹⁴ Comprado na gestão anterior, o sobrado, no canto das ruas Ferreira Penteado e Regente Feijó ganharia a mobília indispensável, e mais elementos de decoração, “com relativo luxo e dentro do orçamento”²¹⁵, já sob Heitor Penteado.

O contrato para os serviços de eletricidade datava de fins da gestão anterior, mas eram inaugurados já sob Heitor Penteado.²¹⁶ Os bondes elétricos a 24 de Junho de 1912, e o serviço de iluminação pública também, aparentemente, no mesmo ano, quando, em abril, ascendiam-se as “240 luminárias de 60w pertencentes à primeira seção urbana”²¹⁷. Em 1913, a iluminação elétrica era parte imprescindível do espetáculo de inauguração do antigo largo, agora jardim, Carlos Gomes. Para o carnaval do ano seguinte, a Prefeitura patrocinava a iluminação das “ruas centrais e praças ajardinadas”.²¹⁸

Entre 1911 e 1915, virtualmente todas as principais praças da cidade haviam sido convertidas em “jardins”. O caso mais emblemático sendo o da já citada praça Carlos Gomes – ou, o do “jardim da praça Carlos Gomes” –, “um dos seus maiores títulos à benemerência ante o público”²¹⁹, inaugurada a 7 de setembro de 1913. Em 1915 passara para propriedade da Prefeitura (por compra), e era franqueado ao público, o “Bosque dos Jequitibás” – já então utilizado para passeios, mas até então de propriedade

²¹² RPM, 1916. A avaliação considera 7 habitantes por prédio.

²¹³ Em 1918, em decorrência de requerimento dos moradores de Vila Americana, junto ao Congresso estadual, para desmembramento do município de Campinas, o que só poderia ser efetivado, entre outras condições, caso a população do local excedesse dez mil almas, a municipalidade de Campinas procede a um censo da população, não só de Vila Americana, mas de todo o Município. Nessa ocasião, a população da cidade (“população urbana”) era de 41.004 habitantes. Uma tabela com os resultados do censo encontra-se no Arquivo Municipal, cx. 1918-2 (dezembro), e a razão do recenseamento pode ser acompanhada através das Atas da Câmara.

²¹⁴ Ana Maria Reis de Góes Monteiro, op. cit., p. 254-155; veja-se também p. 212-222.

²¹⁵ *Almanak de Campinas*, 1914.

²¹⁶ Depois de anos de acirrada polêmica, era aprovado o contrato promissório, datado de 1908, pela resolução 374, de 7 de Janeiro de 1911, poucos dias antes da posse da nova Câmara (e do novo Prefeito), a 15 de Janeiro. Voltaremos a esse assunto (cap. 5).

²¹⁷ Amaral, op. cit., p.426. José de Castro Mendes, “A iluminação elétrica”. Campinas, *Correio Popular*, 28.11.1968, suplemento “História de Campinas”.

²¹⁸ Resolução 446, de 13.04.1914.

²¹⁹ A citação é do *Almanak de Campinas*, 1914. A iluminação foi acendida às 18:20, com a chegada do Prefeito, e a frase “Parabéns ao Prefeito” era também composta por luzes, coloridas. Siomara Barbosa de Lima, op. cit., p. 115. A autora baseia-se nas edições do *Correio de Campinas* e do *Diário Popular*, de 07.09.1913.

particular, e acesso mediante compra de ingressos.²²⁰

À noite, a eletricidade era também, eventualmente, o cinema. Havia seis salas em Campinas, mais uma em cada um dos “bairros” – posteriormente conhecidos por “distritos” – de Souza, Cosmópolis, Rebouças, Valinhos etc.²²¹

Eletricidade e natureza compunham um único idílio. Ambas, conjuntamente – nos bondes, nos jardins e com a iluminação elétrica – propiciavam o “passeio”, idílico.

Idílica parecia ser até mesmo a vida política naquele momento. Depois do “chaos” de 1908-1910, Heitor Penteado era um administrador unanimemente aprovado e reconhecido.

Fora reeleito para seu segundo mandato por 1603 votos em 1750 votantes. “Campinas ainda não havia presenciado semelhante votação nas eleições de Prefeito. «Foi uma verdadeira apoteose», escreveu alguém”²²². Na sessão de 07 de Outubro de 1916, a Câmara consignara em ata um voto de louvor ao Prefeito pela aquisição do prédio anexo ao Paço.²²³ A 15 de Janeiro de 1917, tomava posse em seu terceiro triênio consecutivo, com aprovação ainda maior, e os encômios à “brilhante administração” do Prefeito se multiplicavam.²²⁴

Mesmo Álvaro Ribeiro – único vereador extra-chapa, isto é, independente, não indicado pelo PRP, proprietário de um dos jornais locais (o “Diário Popular”), tradicional agitador e defensor de causas populares, e que infernizara particularmente a Orosimbo, na administração anterior – mesmo ele emprestava seu apoio ao então Prefeito, em quem reconhecia uma pessoa “honesta”, e interessada no desenvolvimento local.²²⁵

²²⁰ As praças ajardinadas foram, pela ordem: Largo do Teatro, em 1911, pça. Luís de Camões, entre março e Agosto de 1912; pça. Imprensa Fluminense, também em 1912, pça Carlos Gomes, serviço “bem adiantado” em fins de 1912, inaugurada oficialmente a 07.09.1913, pça 15 de Novembro, “aberta à frequência em Agosto”, de 1913, largo do Riachuelo e praça Anita Garibaldi, anexa, em 1913, pça Bento Quirino, em 1916. Foi também reformado o Largo do Rosário (pça. Visconde de Indaiatuba), em 1914, onde havia então um verdadeiro bosque (cercado, algo ao modo do que é ainda hoje o parque Siqueira Campos, em frente ao MASP, em S. Paulo, somente que em menores dimensões) sendo retirados os gradis e alargados os passeios. RPM e RRO, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915 e 1916. O ajardinamento do largo do Pará datava de fins do século XIX. Siomara Barbosa de Lima, op. cit., p.88-89.

²²¹ As salas de Campinas eram: Teatro São Carlos, Teatro São João, Teatro Cassino Carlos Gomes, Teatro Rink, Salão Recreio e Coliseu. Resposta a ofício da Rep. De Estatística e Arquivo do Estado, Arquivo Municipal, cx 1917-1. O documento indica que todos esses locais funcionavam como cinemas. Pode-se ter por certo que as salas dos bairros, e pelo menos uma parte das da cidade, eram salas com cadeiras soltas, levando o espectador por vezes a própria cadeira, de casa.

²²² Eugênio Egas, op. cit., p. 67.

²²³ Os dois prédios, Ferreira Penteado 100, comprado em 1908, e Ferreira Penteado 102, comprado em 1916, formam conjuntamente uma única construção, o “Palácio dos Azulejos” – o segundo fora construído para a família do genro do proprietário do primeiro, sendo as fachadas unificadas. Internamente, permaneciam por essa época edifícios independentes, sendo a unificação mediante abertura do amplo saguão no térreo reforma dos anos 30. Sobre a compra do prédio da Ferreira Penteado, 102, por 26:630\$000, RPM, 1916, e Ata da sessão de 17.06.1916, AC livro 166, f. 73. O voto de louvor encontra-se consignado no mesmo livro, f. 87.

²²⁴ A sessão de 15 de Janeiro de 1918, dia da sessão anual de eleição da mesa da Câmara, Prefeito e sub-prefeitos, foi também uma sessão de homenagem a Heitor Penteado, com discursos dos vereadores Rafael Duarte e Álvaro Ribeiro. AC, livro 166 fls. 8-10. A 16 de Agosto era aprovado o relatório da prefeitura referente àquele mesmo ano, consignando-se “mais uma vez” um voto de louvor ao Prefeito. AC, livro 167, f. 40v.

²²⁵ Veja-se o discurso referido na nota anterior.

Há referências à sua atuação quando promotor público, anteriormente a seu ingresso na política, quando teria “contrariando interesses”; nota-se uma mesma independência quando de sua atuação como Prefeito. Assumiu antagonismo com a empresa de águas e esgotos – de que Bento Quirino era o presidente –, que não se movia a ampliar o fornecimento, necessidade cada vez mais pungente. Insistiu em cobrar os impostos devidos pela Companhia Agrícola e Pastoril, que se recusava a pagá-los, pretendendo forçar privilégios. Manteve autonomia também com relação à empresa de eletricidade.²²⁶

“Honestidade” seria também parte das divisas do Prefeito: em seu relatório para o ano de 1916, em que retomava as realizações de seu segundo triênio de governo, e antevia o terceiro, para o qual viria a ser efetivamente reeleito, como já referido, lembrava que não lhe faltava apoio dos vereadores para “(...) realizar o programa que tive sempre diante dos meus olhos na gestão dos negócios municipais: conseguir a exacta arrecadação dos dinheiros publicos e dar-lhes applicação honesta”.²²⁷

A frase diz bem do caráter daquela administração, e da *belle-époque* que ela propiciava e à qual correspondia. Nos diz não apenas da virtude desse caráter mas também do seu limite, enquanto virtude formal, por vezes formalista.

Os primeiros atos de governo a merecerem o registro e os comentários de Heitor Penteado em seu primeiro relatório anual à frente da Prefeitura foram a reorganização e regulamentação de algumas das repartições municipais. A primeira de todas a Secretaria da Câmara, com a reorganização geral dos serviços e a criação de uma segunda secretaria, em separado, para o executivo, e datando daqui a introdução dos “protocolos”. Seguiram-se a regulamentação do corpo de bombeiros e da Repartição de Obras, ainda em 1911, e a da Repartição Fiscal, no início de 1912. Os serviços do Tesouro e da Repartição de Rendas também foram reorganizados. O primeiro sofrera um desfalque na administração anterior, por parte do tesoureiro, “o mais antigo funcionário municipal da Câmara”, contra quem a nova administração instaurou processo. O tesouro ficou subordinado à Repartição de Rendas, “facilitando a fiscalização”, e o sistema de escrituração dessa última foi reformado.²²⁸

O estado financeiro da municipalidade “era precário ao iniciar-se o exercício de 1911, tanto que se achava esta Câmara em risco de não poder solver seus compromissos”²²⁹. De ordinário, a receita municipal ficava abaixo da despesa, e os empréstimos se haviam avolumado. Um último, na administração anterior, fora feito em condições particularmente desvantajosas. Posto a par da situação, Heitor Penteado convence-se “sem demora” da necessidade de um novo empréstimo, não só para fazer frente aos compromissos mais urgentes, mas para converter e unificar o total da dívida em condições de juros e prazos mais vantajosas, dando algum desafogo à administração. Não conseguindo boas condições no

²²⁶ Sobre a atuação quando promotor, Eugênio Egas, op. cit., e Pelágio Lobo, op. cit.. Sobre o antagonismo com a Companhia Campineira de Águas e Esgotos, RPM, 1913, e demais relatórios do período. Voltaremos a tratar da relação da Prefeitura com a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força no cap. 5.

²²⁷ RPM, 1916.

²²⁸ RPM, 1911 e 1912.

²²⁹ RPM, 1912.

“empréstimo indireto”, junto a bancos ou outras instituições, parte para o sistema “mais raramente empregado” de “empréstimo direto” (lançamento de títulos da Prefeitura no mercado), conseguindo, “depois de incidentes provocados na maioria por interesses contrariados”, “uma das operações mais vantajosas realizadas no país nos ultimos annos”.²³⁰

Autorizada pela lei 152, de 14 de Novembro de 1911, essa operação foi calculada de tal modo que, feita a conversão de toda a dívida do município (resgatando-se os títulos antigos com o dinheiro do novo lançamento), sobravam ainda 1000 contos. É o dinheiro com que irá realizar os muitos melhoramentos dos anos seguintes.

Já em fins de 1912, o estado do erário municipal havia se revertido por completo, passando a um “invejável grau de prosperidade”, tanto à vista da conversão realizada (empréstimo autorizado pela lei 152), quanto pela melhora do movimento financeiro. Melhora que se beneficiava do próprio crescimento da cidade que, anulado pelas epidemias que se repetiram entre 1889 e 1896, começara a ser retomado desde o sucesso da política de valorização do café, em 1906, e vinha certamente num crescendo, com conseqüente aumento das rendas.²³¹ Mas onde se destaca a melhora da arrecadação que resultara da própria reorganização dos serviços da Prefeitura, em especial da fiscalização, do tesouro e da repartição de rendas: se desde pelo menos 1903 a receita orçada ficava aquém da arrecadada, em 1911 esses valores se aproximavam, e desde 1912 os valores arrecadados sistematicamente superavam os orçados.²³²

A documentação corrobora o traço de “honestidade” da gestão Heitor Penteado, bem como dá corpo à sua bandeira, “arrecadar com exatidão e aplicar honestamente”. Mas “conseguir a exacta arrecadação dos dinheiros publicos e dar-lhes applicação honesta”, frase em que o próprio Prefeito definiu a virtude da sua administração, era, como referido, também o limite dessa virtude (e da do período). Trata-se, de uma parte, de uma virtude contábil ou burocrática (conseguir arrecadação exata), e, de outra parte, de uma virtude meramente negativa (não malversar dos dinheiros públicos). Falta fosse contemplado um como que “núcleo motor”.

Os melhoramentos levados a cabo no período nem eram fruto de um crescimento efetivo, propiciados como foram pelo saldo de um empréstimo regularizador, nem tinham em vista favorecer por sua vez o crescimento. Não são mais as obras para o “engrandecimento moral e material” da cidade, como se soia dizer nos tempos do republicanismo. Nem as obras eminentemente sanitárias de fins do século, provocadas em Campinas especialmente pelas epidemias de febre amarela. São obras de “embelezamento” – “cosméticas”, embora não necessariamente “superficiais”.²³³

²³⁰ RPM, 1911. Esse relatório traz longo relato acerca da operação, e dados sobre outros empréstimos públicos, para confirmação das vantagens alcançadas no caso do empréstimo de Campinas (5.500 contos, tipo 90 e juros de 6% ao ano).

²³¹ RPM, 1912.

²³² RPM, 1912.

²³³ Seria cabível a lembrança da elegância que caracterizava aquela “segunda geração republicana”, da qual o maior expoente seria Washington Luís, secretário de Estado, prefeito de São Paulo, presidente do Estado e da Federação. “Não se pense, porém, que tal homem anda mettido em roupas e gravatas de cor escura, não. O presidente gosta de

Tampouco a indústria era vista como possível núcleo motor, veículo de crescimento. Ao apontar a necessidade de se incrementar o suprimento de água da cidade, Heitor Penteado não deixou de se referir ao óbice que a falta d'água, “já apontada por meus antecessores”, representava para a instalação de “novas indústrias”, que “precisamos estabelecer” – “como testemunhos de progresso”. Como “testemunhos”, a posteriori, portanto, ao modo de um ornamento, e não como causa, ou motor.

De resto, um afastamento do que seriam verdadeiros princípios motores era geral.

O bonde elétrico não somente se movia sem o emprego de força animal – também os homens abdicavam de andar por si. A atração do novo meio superara em muito a dos bondes a burro; os elétricos não eram usados para deslocamentos necessários – eram procurados por um prazer sem finalidade, pelo gosto de mover-se neles, por ociosidade.²³⁴

Houve gente que apostara que Campinas não sustentaria a nova empresa. A grande procura desmentiu essas previsões.²³⁵ Contudo, de fato a cidade (com poucas e esparsas casas para além dos limites naturais de início, concentrando-se ainda na “suave colina estendida de norte a sul”, entre os antigos brejos do nascente e do poente) impunha distâncias que eram perfeitamente compatíveis com deslocamentos à pé. (Desde a nova casa de José Augusto, numa situação relativamente marginal, até a prefeitura, a caminhada era de dez minutos, a passo despreocupado).

Precederam os ajardinamentos o alargamento do passeio de algumas ruas. A seqüência compõe uma única idéia: com os jardins, a “praça”, sinônimo de local de comércio, lugar emblemático das trocas, não apenas econômicas, que caracterizam e determinam a existência da cidade como tal, era substituída pelo “passeio” – idílico, sem finalidade econômica e propício a uma fruição solitária, meramente subjetiva.

O anúncio de uma máquina de calcular, no *almanak* da cidade para 1914, dizia: “poupa o cérebro e prolonga a vida” – uma vida de passeios nos elétricos, de conversas amenas por entre os perfumes dos jardins...

colletes á phantasia, de gravatas bem escolhidas, e traz, com apurado gosto e fina distincção, um alfinete de perola na gravata azul-escura, ou meia dúzia de botões de platina e saphiras no colete claro, muito bem posto”. Eugênio Egas, op. cit., p. 33. Heitor Penteado seria seu secretário da Agricultura, quando aquele assume a presidência do Estado, havendo marcadas semelhanças entre as identidades, pessoal e política, de ambos. Tal como a administração Heitor Penteado em Campinas, Washington Luís quando Prefeito de S. Paulo (1916-1919) trata de empréstimo de estabilização e de prover a Prefeitura de instalações “dignas”; de modo semelhante a Heitor Penteado, W. Luís é visto como administrador “honesto”, de escrúpulo “proverbial”, “mais administrador que político”. Célio Debes, *Washington Luís. Primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: Imesp, 1994, capítulos 8 e 9.

²³⁴ “Ao princípio, ao tempo das grandes circulares, o viajar de bonde entre nós chegava a proporcionar um divertimento de ócio; sentava-se muito comodamente num banco do elétrico – da linha do Taquaral, por exemplo –, aqui no Largo do Rosário, deixava-se conduzir até o alto do Liceu, retornando de lá, completando a volta, por um níquel de duzentos réis”. Júlio Mariano, “Condução e transportes”. In IBGE, op. cit., p. 540. O professor dr. Gustavo Neves da Rocha Filho, que freqüentou a cidade quando criança, lembra-se também do expediente de tomar o bonde, por diversão, num passeio circular que possibilitava ir vendo toda a cidade. diríamos: era como ir ao cinema, somente que no caso o movimento não era propiciado pelo cinematógrafo, mas pelo bonde – ambos elétricos, de resto.

²³⁵ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 426.

Heitor Penteado declarou: a Secretaria era o “centro” de todas as repartições municipais.²³⁶ Por ela passavam todos os requerimentos e processos. Ela despachava as resoluções. Fora por ele criada, como já referido, e era sempre o seu o primeiro da série de relatórios das diferentes repartições que seguiam em anexo ao relatório anual do Prefeito.

Essa afinidade eletiva (e seletiva) condiz com o norteamento que o Prefeito seguia na gestão dos negócios municipais: “conseguir a exacta arrecadação dos dinheiros publicos e dar-lhes applicação honesta”. A “exacta arrecadação” não discrimina a fonte, nem a “aplicação honesta” a finalidade. Assim também os processos, na secretaria, são antes de mais a forma vazia. Como centro de organizador de todos os atos e processos da Prefeitura, sem, ao mesmo tempo, ser a responsável pela natureza, o conteúdo ou a realização final de nenhum deles, a secretaria era um verdadeiro símbolo, e o principal lugar, da virtude, formal, daquela administração.

Apesar da reorganização que tornava “menos pessoal” e mais eficiente o trabalho das repartições— e apesar do anúncio constante do almanaque de 1914, supra referido —, toda a escrituração, cálculos e cópias eram feitos manualmente, pelo menos até meados da década. Quando da emissão dos títulos da lei 152, a Repartição de Rendas tivera trabalho redobrado, fazendo-se na ponta do lápis “as tabelas, cálculos dos seus juros e dos juros dos títulos vencidos, expedição de cautelas etc.”. Também o então secretário, Benedito Octavio, em dois dias, expedira “55 cartas-circulares manuscritas, relativamente ao assunto”.²³⁷

Já o novo secretário, José Augusto Quirino dos Santos, por sua vez, correspondia tanto a essa demanda de uma organização mais formalizada, quanto à tendência geral para uma atividade que “poupava o cérebro e prolongava a vida” quando anunciava, no relatório de seu primeiro ano à frente do cargo:

“Foi estabelecido um novo livro de cargas, demonstrando com facilidade o destino e os tramites que vão tendo os papeis e documentos encaminhados por esta repartição ás diversas outras da Prefeitura. / Coincidiu que no ultimo dia de 1916 fosse escripturada a ultima pagina do livro que estava servindo para o registro de correspondência, registro que vinha sendo feito á mão. No anno que entra, vae ser iniciado o registro directo da correspondencia expedida, por meio de prensa de copiar. Com esse systema, adoptado nas repartições estadoaes, ao mesmo tempo que se tem uma fidelidade completa na reproducção, simplifica-se o serviço, que se torna mais rápido, authenticando-se perfeitamente o registro”.²³⁸

1.5. Ainda José Augusto.

²³⁶ RPM, 1912.

²³⁷ RPM, 1911.

²³⁸ Relatório da Secretaria da Prefeitura, referente ao ano de 1916, anexo ao RPM, 1916.

Quando José Augusto Quirino dos Santos matriculara-se na faculdade de Direito, a primeiro de Março de 1889, encontrara um ambiente já bastante diferente daquele que seu pai conhecera. São Paulo se tornara centro de entroncamento das vias férreas que se iam espalhando pelo interior, e começava a crescer de maneira explosiva. A proclamação da República, ao final daquele ano, certamente não agiria no sentido de maior estabilidade. A nova política econômica emissionista geraria uma febre de operações financeiras com vistas a fortunas fáceis.²³⁹

Também na Faculdade o clima sofre instabilidades. Um professor é hostilizado pelos alunos por não comparecer a festejos promovidos por esses em saudação ao novo regime. Cria-se um impasse. Levado o caso ao ministro da instrução pública, o professor é exonerado.²⁴⁰

O mesmo ministro (Benjamin Constant), baixava um decreto, reestruturando os cursos de nível superior, que permitia aos alunos se apresentarem aos exames independentemente da frequência aos respectivos cursos. Na Faculdade de São Paulo, seguia-se uma onda de alunos que compareciam apenas aos exames, e completavam o curso, de cinco anos, regularmente, em apenas dois. Ficaram conhecidos como “alunos-cometa”.²⁴¹

José Augusto (assim como Washington Luís²⁴²) foi um desses. Já a primeiro de Março de 1890, requeria ser incluído entre os examinandos não do primeiro, mas do segundo ano. Ao longo do ano de 1890 seria entretanto aluno do segundo ano do curso, e em 1891 do terceiro (como em situação regular). A 31 de Outubro de 1891 requeria prestar exame das matérias do terceiro ano, e, menos de um mês depois, a 27 de Novembro do mesmo ano, requeria o mesmo – para as matérias do quarto ano. A 2 de Abril de 1892 requeria matrícula para o quinto ano (sublinhando, no requerimento, a palavra “quinto”). A 29 do mesmo mês solicitava prestar os exames do quinto ano, e a 28 de Maio, ao meio-dia, receberia o grau de Bacharel – três anos e dois meses depois de haver ingressado.²⁴³

Não temos notícias de suas atividades desde então e até meados da primeira década do século XX.

Quando seu pai viera desde Santos a Campinas, em 1868, deixando lá o cargo de procurador e abrindo aqui banca de advocacia com o irmão João Quirino, protestava (como vimos) “renunciar a todos os cargos públicos”.

²³⁹ Referimo-nos ao encilhamento. Também a ordem política era instável, não só com a ameaça, suposta ou real, da restauração da Monarquia, mas também porque “o veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu (...) foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos”. Renato Lessa, *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p.43 e passim.

²⁴⁰ Spencer Vampré, “Tradições e reminiscências da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco”. São Paulo,

²⁴¹ Spencer Vampré, op. cit.. Sobre o episódio dos alunos-cometa na Faculdade de Direito de São Paulo Célio Debes nos remete a: Everardo Vallim Pereira de Souza, “Reminiscências Acadêmicas. 1887-1891”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 44 (1ª parte)/ 67. Célio Debes, op. cit., p. 18, nota 28.

²⁴² Célio Debes, op. cit., p. 18.

²⁴³ Pasta do aluno José Augusto Quirino dos Santos. Arquivos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O filho fazia, uma geração depois, eventualmente, o caminho inverso. Se chegara a ter banca própria na primeira década depois de formado (do que não temos notícia), o vemos a seguir apenas como usufrutuário de uma concessão pública, ou funcionário de órgão público – em nenhum dos casos, um profissional liberal.

Em junho de 1906, “tendo sido provido da serventia do primeiro ofício de tabelião, e respectivos anexos, desta comarca”, escrevia ao juiz da primeira vara pedindo mandasse fazer o inventário “do cartório daquele ofício”, de modo a poder prestar compromisso e tomar posse do cargo.²⁴⁴

No ano seguinte, quando em Campinas pela primeira vez o chefe do executivo, que passava a se chamar “prefeito”, seria escolhido mediante eleição direta, José Augusto era o secretário da junta do alistamento eleitoral.²⁴⁵

Em outubro de 1914, quando já teria sido destituído do primeiro tabelionato da cidade²⁴⁶, José Augusto é nomeado, por Heitor Penteado, para trabalhar na procuradoria judicial da Prefeitura, no cargo de solicitador.²⁴⁷

Passado um ano, em setembro de 1915 Leopoldo Amaral, secretário da Câmara desde os tempos das epidemias, aposenta-se.²⁴⁸ Benedito Otávio, então secretário da Prefeitura, acumula por alguns meses as duas funções, até ser deslocado para a secretaria da Câmara, sendo nomeado José Augusto para a secretaria da Prefeitura, cargo que começa a exercer no início de 1916.²⁴⁹

Quando da polêmica entre José Augusto e o engenheiro municipal, Acrísio Paes Cruz, quanto à aprovação do projeto para a residência do primeiro, eram portanto colegas, no reduzido quadro de servidores da municipalidade.

1.6. O engenheiro municipal.

²⁴⁴ TJC, processo 9502. José Augusto tornava-se portanto titular do primeiro cartório de notas de Campinas, de concessão pública, hoje dependente de concurso público, mas que então, e até a bem pouco tempo, era provido por simples nomeação.

²⁴⁵ Volume impresso do alistamento eleitoral. AC, cx. 59. Foi nessa eleição, de 1907, que Orosimbo Maia assumiria o cargo de prefeito da cidade, para o triênio de 1908-1910. Já nas eleições seguintes, a escolha do chefe do executivo voltava a se dar, como antes, por eleição indireta, sendo escolhido dentre os vereadores, pelos seus pares. A nova denominação, “prefeito”, aqui inaugurada, contudo, continuaria. Segundo Rodolpho Telarolli, a supressão das eleições autônomas para prefeito, de resto uma “experiência” que tinha lugar apenas em São Paulo, Santos e Campinas, fora em seguida abolida em precaução contra a possibilidade de vitória das minorias locais, que nas eleições de 1909 se associavam ao Hermismo. Rodolpho Telarolli, *A organização Municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP, 1981, v. 1 p. 167-169.

²⁴⁶ “Conheci também os primeiros serventuários do regime republicano, que ocuparam 4 cartórios e tabelionatos: no primeiro o velho Antônio Duarte Pimentel, voluntário do Paraguai, dono de veneráveis barbas brancas, austero e afável, como esses velhos contos de fadas. Com a sua morte, a serventia foi ocupada pelo dr. José Augusto Quirino dos Santos; anos após, três ou quatro, pelo dr. Hugo Duarte de Arruda (...)” (grifo nosso). Pelágio Lobo, op. cit., p. 343.

²⁴⁷ Portaria nº 162, de 15.10.1914. cf. RPM 1914.

²⁴⁸ Lei 207, de 30.09.1915.

²⁴⁹ RPM, 1916, e Relatório da Secretaria da Prefeitura, anexo.

Acrísio Paes Cruz fora nomeado pela portaria nº 13, de 16 de maio de 1911 quatro meses depois da posse de Heitor Penteado como Prefeito, em seu primeiro mandato.²⁵⁰

Ao que parece, não era de origem abastada – no mesmo ano de 1911, Acrísio e seu irmão caçula, Armio Paes Cruz, procuravam dispor de uma propriedade da família, para pagar impostos devidos à Prefeitura.²⁵¹

Quando de sua contratação, a repartição de obras da prefeitura era constituída tão somente por ele próprio; pouco depois, pela lei 148, promulgada a 10.11.1911, era criado o cargo de engenheiro-ajudante. Em 1914 o quadro da repartição de obras era acrescido ainda de um escriturário.²⁵² Em 1912, e possivelmente ainda em 1917, ocupavam uma “dependência sem espaço e quase sem luz” do sobrado da rua Regente Feijó (então) nº 100.²⁵³

Referindo-se a Acrísio, o prefeito lançaria mão de três predicados: “seu zelo, sua competência e seu severo modo de encarar o cumprimento do dever”.²⁵⁴

Os seus memorandos, sempre interessados no trabalho a seu cargo, a letra miúda, testemunham nesse mesmo sentido.

Em 1913, tratava-se de prover o Arraial dos Souzas (um dos “bairros” de Campinas) de uma obra de travessia segura e perene sobre um pequeno curso d’água, em substituição à que havia ruído. Pretendia-se fazer uma ponte, mas o engenheiro apontava que esta ficaria muito mais cara que um bueiro, sem oferecer solução de melhor efeito. “(...) pensando assim, é claro que não posso cooperar para que se faça uma obra no valor de 5 a 6 contos quando uma de 1:600\$000 proximamente dá o mesmo resultado. / Lembro-vos, como medida economica, racional e suficiente a reconstrucção do boeiro, pois acho preferível mil vezes ao sarcasmo dos leigos a critica dos entendidos”.²⁵⁵

A região do “arrabalde” de Vila Industrial (a oeste da linha da estrada de ferro) era cindida ao meio por uma grande vossoroca, interrompendo a rua Sales de Oliveira. Relembrando as obras mais importantes do triênio que findava, o Prefeito, em seu relatório referente ao ano de 1916, apontava:

²⁵⁰ RPM 1911.

²⁵¹ TJC, 3º ofício, cx.120, processo nº 2198. Eram réus Acrísio e seu irmão caçula, Armio Paes Cruz. Esse último, então com 19 anos, teve de efetuar pedido de emancipação, para somente então dirigir ao juiz da primeira vara pedido para que autorizasse a venda “do predio 208 da rua Regente Feijó”, que possuía “juntamente com os seus irmãos maiores Alceu Cruz, dr. Acrísio Paes Cruz e d. Hermengarda Cruz”. TJC, 4º ofício cx 292 processo nº 6752 e 3º ofício cx.39 processo nº 569.

²⁵² Cargo criado em fins de 1913, mas efetivo a partir de 1914: no relatório da repartição de obras referente ao ano de 1913, datado de 31.12.1913, Acrísio apontava ter o prefeito mandado incluir verba “no orçamento futuro”, para um escriturário. AC, cx. 58.

²⁵³ Ofício da prefeitura, de 02.09.1912, à Câmara. Arquivo Municipal, livro de registro de correspondência. Transcrito no relatório da prefeitura referente ao ano de 1912. AC, cx. 58. (o ofício procurava convencer os vereadores da conveniência de se autorizar a construção de um novo Paço municipal).

²⁵⁴ RPM, 1917.

²⁵⁵ Acrísio ao Prefeito, 03.04.1913. Arquivo Municipal, cx. 29.

“Em 1914, como é sabido, conseguiu-se realizar a factura de uma passagem na rua Salles de Oliveira, problema de difficil solução até aquella data. O projecto do dr. Engenheiro municipal, constante de um boeiro encabeçado por paredões de arrimo foi effectuado á risca, com grande vantagem, tanto para o publico quanto para o erário, pois somente custou 22:963\$570, menos do que a verba autorizada, quando qualquer obra a ser feita alli se avaliava em centenas de contos”.²⁵⁶

Eram também dele os projetos de “embelezamento” e “ajardinamento” das praças da cidade, que haviam impresso uma marca particularmente característica à administração Heitor Penteado. O mais oneroso e emblemático destes projetos – o da praça Carlos Gomes – seria, por iniciativa do próprio Acrísio, “submetido à competente avaliação do dr. Ramos de Azevedo”, que teria oferecido à prefeitura um novo projeto. Ainda nesse caso, entretanto, o resultado final levava a marca do engenheiro municipal.²⁵⁷

Acrísio dispunha de uma foto “em ponto grande” desse jardim, no Paço municipal. Juntamente com outras dez fotos de menor formato, consta do Inventário dos bens da Prefeitura Municipal.²⁵⁸ É de se supor que pendesse, com as demais, das paredes do único cômodo a que, aparentemente, se resumia a repartição, e seus três funcionários. Decorava, nesse caso, o que seria afinal a sala de trabalho do próprio Acrísio.

Interessava-se não somente pelas obras públicas, mas pelo aspecto da cidade como um todo. Em seu relatório de 1915, elogiava a melhora no aspecto estético dos projetos residenciais – até então insatisfatórios, no seu parecer. Sugeriu a criação de um prêmio, para incentivar aos construtores particulares uma maior atenção à estética dos edificios.²⁵⁹

O zelo com que Acrísio tomava a cargo seus serviços, a foto da principal obra de ajardinamento afixada (presumivelmente) em sua sala, a atenção dada ao aspecto das construções particulares – tudo dá mostras de que Acrísio ligava-se organicamente às realizações da administração Heitor Penteado (que eram também as suas), e mesmo ao movimento que a cidade como um todo ia sofrendo sob a marca daquela administração.

Nem por isso sua relação com a Prefeitura havia sido de todo isenta de melindres.

Zeloso das obras a seu cargo, Acrísio era também cioso do cumprimento dos códigos que regulamentavam as construções particulares. Malgrado as críticas feitas à “deficiência” do regulamento de construções em vigor, registradas no início de 1912 em seu relatório referente ao ano anterior, pedia ao

²⁵⁶ RPM, 1916.

²⁵⁷ Siomara Barbosa de Lima, op. cit., p. 112-113, chega a afirmar que Acrísio “em nada modificou o desenho original de Ramos”. Entretanto, acrescenta: “necessitou adequá-lo ao terreno, evitando a grande modificação de terra proposta”. Baseada em reportagem do Correio de Campinas de 13.07.1913, afirma ainda ter sido o lago, ainda hoje existente, “modificação realizada pelo engenheiro da Repartição de Obras”. Por fim, o “largo circular” “no centro”, que aparece na descrição por Acrísio de seu projeto anterior à consulta a Ramos, transcrito por Siomara de Lima, é uma descrição compatível com o que hoje existe no local. Não se conhecem as plantas de quaisquer dos dois projetos – o de Acrísio e o de Ramos.

²⁵⁸ AC, cx. 95.

²⁵⁹ RPM, 1915 (volume impresso), p. 69. O original do relatório da Prefeitura referente ao ano de 1915 encontra-se na cx. 57 do AC, e os originais dos relatórios anexos (das diferentes repartições) excepcionalmente numa caixa diferente, a cx. 95, à exceção do da Repartição de Obras, que não foi localizado.

Prefeito, a 15 de Abril de 1912 que mandasse imprimir novos exemplares do dito regulamento, “para serem fornecidos aos constructores e empreiteiros que constantemente reclamam desconhecer o regulamento”.²⁶⁰

A 9 de Maio, formulava um pedido de exoneração, “pedindo relevância das faltas e deficiências que houvesse cometido no desempenho desse encargo, faltas e deficiências havidas sempre na firme convicção de bem desempenhar o elevado cargo (...)”.²⁶¹

O Prefeito dirige-lhe carta, elogiando-lhe o zelo profissional e exortando-o a não abandonar o cargo em período, de tantas obras de melhoria, em que sua colaboração seria tão necessária, e Acrísio permanece.²⁶²

Não sabemos do motivo mais particular daquele pedido de exoneração. Há no entanto um ocorrido, a seguir, que pudemos acompanhar, caso em que se pode ver do seu “zelo” e do seu “severo modo” de encarar seus deveres, e que seria talvez um novo exemplo daquelas “faltas e deficiências havidas sempre na firme convicção de bem desempenhar o elevado cargo”.²⁶³

A 19 de agosto a obra do “Instituto Santa Maria” fora vistoriada pelo engenheiro auxiliar, João Valladão, que constatará algumas irregularidades – em desacordo com a planta que havia sido aprovada e com o Código de Posturas. No dia seguinte Acrísio enviara memorando ao chefe da Repartição Fiscal, fiscal-geral Benedito Claudino Gomes da Graça, pedindo o embargo da obra e a aplicação da multa cabível.

A 21, o Padre José de Almeida e Silva encaminhava requerimento pedindo aprovação das modificações havidas e relevação da multa “que em certo terá sido lavrada”. E finalizava pedindo o deferimento “em face da bondade e caridade que a Camara dispensa sempre com os institutos de caridade”.

Esse documento, tendo recebido a cota de praxe do Prefeito, chegava à sala da Repartição de Obras, no piso superior do sobrado do Paço, na manhã do dia seguinte. A cota que Acrísio então exara lê:

“Snr. Dr. Prefeito Municipal / Diz o requerimento que a obra está concluída o que não é verdade, porquanto no dia em que foi vistoriada não estava coberta nem rebocada. / Existem certos detalhes na obra em construção que não podem ser aprovados, porem, como já foi a mesma embargada até apresentação e conseguinte aprovação das modificações não ha mais providencias ao caso. / Embora a obra estivesse concluída ainda seria cabido o pretender-se que o constructor a puzesse de

²⁶⁰ Memorando ao Prefeito. Arquivo Municipal, cx. 25.

²⁶¹ Arquivo Municipal, cx. 25.

²⁶² Ofício da Prefeitura nº ___ de 1912. Arquivo Municipal, livro de registro de correspondência. Agradeço a Maria Joana Tonon a indicação deste registro.

²⁶³ A narrativa do caso a seguir baseia-se nos três documentos seguintes: petição do Padre José de Almeida e Silva ao Prefeito, datado de 21.08.1912, memorando da Repartição Fiscal a Acrísio Cruz, datado de 22.08.1912 e memorando de Acrísio Cruz ao Prefeito, também datado de 22.08.1912. Os dois últimos se encontram anexados ao primeiro, que é o protocolo nº 499 de 1912. Arquivo Municipal cx. 29. As “plantas anexas” referidas nesse protocolo não se encontram aqui, nem nos são de outro modo conhecidas.

acordo com a planta aprovada, em face do artº [10 ?] do código de posturas em vigor. / Campinas, 22-8-912 / AP Cruz”

No mesmo dia 22, o fiscal-geral Benedito Claudino Gomes da Graça enviava a Acrísio o seguinte memorando – que esse terá recebido momentos depois de haver redigido a cota acima transcrita:

“Sciente de seu memorando de 20 de Agosto de 1912, devo comunicar a V. S. que relativo a construção do Instituto S. Maria, o fiscal do Distrito lavrou o auto de multa, porém o Exmo Snr dr Prefeito Municipal não os subscreveu”

Com o que tem-se novo memorando, agora de Acrísio ao Prefeito:

“(…)/ Com surpresa recebo comunicação do Snr. Fiscal Geral e que junto, de que V. Excia. Não quis tornar effectivo o embargo e competente multa, que são de toda justiça no caso (no meu fraco modo de ver). / Esperando que V. Excia indicará o modo de proceder desta Repartição em caso semelhante, sou com alta consideração / Engº Municipal / AP Cruz”

Heitor Penteado dá cota ao secretário (então Benedito Otávio), pedindo informar “si a petição hontem presente à Prefeitura já foi enviada á Repartição de Obras”. Dada a afirmativa (o havia sido dois dias antes), Heitor Penteado justifica não ter subscrito o auto “de embargo” porque teria esperado pronunciamento da Repartição de Obras a respeito daquele requerimento do interessado, Padre José de Almeida e Silva, já referido. E, respondendo à pergunta do Engenheiro, finaliza: “De conformidade com as instrucções que sempre tenho dado, cumpre á Repartição de Obras, em casos identicos, agir de conformidade com as leis, regulamentos e posturas municipais”.

Não obstante, o predio do Instituto Santa Maria ia ficando em desacordo com as ditas posturas. Passados mais dois dias, Acrísio mantém-se irredutível:

“Snr. Dr Prefeito Municipal / Na informação que tive ocasião de enviar a V. Excia adiantei que a obra estava embargada, porque só depois da informação, foi que recebi o memorando da Rep^{ção} Fiscal em que contava não haver sido feito o embargo. / Assim sendo peço-vos mandeis proceder ao embargo até que seja cumprida a lei. / Camp^s, 24-8-912 / AP Cruz”

Desse mesmo dia, encontra-se uma cota do Prefeito no requerimento do Padre José de Almeida e Silva, deferindo o pedido quanto à relevação da multa. Quanto à adequação do edificio às posturas, nada mais se encontra nesses documentos.

O Prefeito (conta-se, e nada nos autoriza a duvidar) guiara-se pela “cega justiça” quando de sua atuação como promotor, por vezes batendo contra interesses de poderosos. Como Prefeito, sua atuação em geral, e na crescente contraposição que assumia frente à empresa de Águas e Esgotos, dizia no mesmo sentido. Fosse ou não por conta do apelo à “bondade e caridade que a Camara dispensa sempre com os institutos de caridade”, flexibilizara-se – fato inédito, ao que saibamos.

Passados quatro meses, em seu relatório anual ao Prefeito, Acrísio voltaria ao assunto:

“Em dias do mez de Agosto foi embargado o serviço do predio n. 72, da rua Moraes Salles, por parecer a esta Repartição que estava sendo infringido o art 10º do código de posturas. Porém, foi o

embargo sustado e não mais se falou no caso, continuando a obra como se acha e dando-se, de então para cá, interpretação contrária da que até então se dava ao art. 10º do código. / Foi há pouco, em Novembro, pedido á Repartição Fiscal que se fizesse embargar um casa construída no instituto «Santa Maria» e multasse o constructor da mesma, por estar completamente em desaccordo com a planta approvada e tambem com as leis em vigor. Porém, não se deu a devida importancia ao caso e ficou de pé o exemplo da inobservância das leis na época em que esta Repartição se esforça para o possivel cumprimento do código”.²⁶⁴

No mesmo relatório, Acrísio se mostrava ainda contrafeito com o fato de os embargos e a aplicação de multas a obras particulares que não respeitassem o código, estarem a cargo, não da própria Repartição de Obras, mas da Repartição Fiscal – como ficara sacramentado pelo regulamento da Repartição Fiscal, um dos regulamentos que iam tornando a administração “menos pessoal”.

Acrísio mostra-se particularmente cioso do cumprimento das posturas municipais; contrafeito com o fato de esse controle (com a prerrogativa do embargo e da aplicação de multa) escapar das prerrogativas da Repartição que dirigia, contrafeito ainda com o fato de, em 1912, mais de um caso de contravenção ao código ter “ficado de pé”. Chegara já a formular pedido de exoneração, referente a “falhas” havidas “sempre na firme convicção de bem desempenhar o elevado cargo”.

Esses melindres teriam ficado talvez em segundo plano ao longo dos anos seguintes, em que Acrísio ia desenvolvendo os projetos dos diversos ajardinamentos, e outros, sempre bem recebidos.²⁶⁵

Retornavam, entretanto, no caso do pedido para a construção da residência de seu colega na administração municipal, titular da repartição que era o “centro” de todas as outras e funcionário mais próximo ao Prefeito, José Augusto Quirino dos Santos.

A assinatura do engenheiro no carimbo “aprovado” data de 12 de Fevereiro. A segunda carta do engenheiro-arquiteto datava de 3 daquele mês. É o último documento a respeito das controvérsias em torno do projeto – cuja aprovação Acrísio assinava com uma demora não de todo usual de mais 9 dias, ao longo dos quais não acrescenta mais nenhuma cota sua a respeito.

Seu pedido de exoneração (cuja data não conhecemos) era aceito a 10 de Maio.²⁶⁶

²⁶⁴ RRO, 1912. Os dois primeiros períodos do trecho transcrito – “Em dias do mês de agosto...” – parecem se referir ao caso narrado. Nesse caso, o referido nº 72 da rua Moraes Salles deveria corresponder ao endereço do Instituto Santa Maria. Nada encontramos nos papéis do mês de Novembro, quanto a um novo pedido de embargo, ou processos a respeito. Seria curioso que um segundo contencioso houvesse tido lugar com relação a obras no mesmo Instituto. Datado de 26 de Junho, há um parecer da Procuradoria Municipal a respeito da interpretação do artigo 10º do código – anteriormente, portanto, ao contencioso de Agosto.

²⁶⁵ Tem-se um novo pedido de exoneração em Janeiro de 1914, motivado entretanto, segundo se pode inferir, pelas críticas recebidas, inclusive pelos jornais, por conta do rompimento de obras da galeria da rua César Bierrembach durante fortes chuvas, e que portanto nada tem a ver com divergências internas. Pedido de exoneração, de 15 de Janeiro, e relatório dos incidentes na galeria da rua César Bierrembach, de 10 de Janeiro, de 1914. Arquivo Municipal, cx 25.

²⁶⁶ “Em portaria nº 235, de 10 de Maio, a Prefeitura concedeu a demissão pedida pelo Snr. Dr. Acrísio Paes Cruz. (...) Realmente, é mistér que fique consignado em documento publico, como este, que em quase todos os

1.7. A lei 223.

A 22 de dezembro de 1917 era promulgada a lei n. 223, “regulando a altura de porões”.

O processo dessa lei tem por origem o memorando de Acrísio ao Prefeito, em que, no dia seguinte ao recebimento do requerimento para a construção da residência de José Augusto, a 30 de Janeiro de 1917, sugeria regular a altura dos porões habitáveis e considerava “o caso em que se queira permittir a construcção dos typos denominados «Villa»”. O engenheiro finalizara aquele documento pedindo “orientação” ao Prefeito, “e mesmo pedindo á Exma. Camara uma lei qualquer sobre o assumpto”.²⁶⁷

Somente a 24 de Março Heitor Penteado encaminhava aquele memorando à Câmara, pedindo o estudo de uma lei a respeito (quando portanto o projeto da residência de José Augusto já fora há meses aprovado, à revelia do código e contra o parecer do Engenheiro Municipal).

Não se encontra nenhum registro de discussões a respeito em sessão da Câmara. A 10 de Outubro a Comissão de Obras da mesma apresentava parecer a respeito, com um projeto de lei, baseado nas sugestões do memorando de Acrísio – e no que em parte já se tornara (com as casas de porão habitável), e em parte vinha de se tornar (com o caso híbrido de José Augusto), prática estabelecida.

O projeto é aprovado em votação a 3 de Novembro, vai à Comissão de Legislação, a redação final é aprovada a 15 de Dezembro, e a lei finalmente promulgada pelo Prefeito, sob o nº 223, a 22 de Dezembro.

A altura dos porões, que o código de 1895, época em que não se vislumbrava seu aproveitamento para habitação, não se preocupara em determinar, ficava regulada entre o mínimo de 0,50m e o máximo de 2,50m para o caso de porões não-habitáveis. Os habitáveis deveriam ter o mínimo de 2,50m e o máximo de 3,60m.

Até aqui, ratificava-se a existência dos porões habitáveis – que não eram grande novidade. Tomando-se apenas a oportunidade de garantir-lhes pés-direitos mínimos.

O projeto da residência de José Augusto Quirino dos Santos, que terminara dando origem à nova lei não era entretanto tão-somente uma “casa com porão habitável” (como pretendeu Euclides Vieira, buscando, já em meio à polêmica estabelecida, a aprovação do projeto). Sua entrada, frontal, dava-se pelo andar inferior, e o acesso ao segundo piso era feito por meio de escada interna. Não se encaixava em nenhuma das categorias mais tradicionais, existentes a 1870 – não era nem a “casa”, popular e térrea, nem o “sobrado”, abastado, dos tempos do republicanismo; nem bem a “villa” – nem mesmo se comparada com as mais recentes, já reduzidas –, nem tão-somente a “casa com porão habitável”.²⁶⁸

melhoramentos locais realizados desde o início do meu mandato, o illustre profissional collaborou com o seu zelo, a sua competencia e o seu severo modo de encarar o dever”. RPM, 1917 (volume impresso) p. 14-15.

²⁶⁷ Papéis da lei 223. AC, cx. 103. As informações a seguir sobre os trâmites do processo da lei 223 são dessa mesma fonte.

²⁶⁸ Por “casa assobradada” entendia-se a casa elevada sobre porão; “sobrado”, aqueles edificios de grandes proporções que povoavam ainda a cidade. O novo padrão não tinha nome que rigorosamente lhe pudesse designar em sua especificidade. Extemporaneamente, poderíamos dizer que o novo padrão apontava o do “sobradinho” –

De um lado, a “villa” que José Augusto emulava era um padrão retirado, remetendo-se eventualmente mesmo a um “retiro”. O estilo arquitetônico romantizado, característico das *villae* e presente, de certo modo, no projeto à rua Culto à Ciência, era também uma outra forma de expressão daquela mesma tendência a um dado distanciamento da “dureza” da cidade (ou das cidades).

Poderia ser um traço herdado de seu pai – do romantismo trágico do velho dr. Quirino, de seu amor à mata (“As selvas! Eu me queria sempre com ellas. Aquelle delirio de sons, de cantos, de sussurros longingos! (...) aquella atmospheria tremula de seiva (...)”). Mas os ajardinamentos iam fazendo toda Campinas “mergulhar num bosque”. Eram esse mesmo distanciamento, na busca do idílico, romântico ou campestre, posto que operando nesse outro caso não numa área relativamente marginal, como a rua Culto à Ciência, mas nos pontos mais tradicionais e entranhados da própria cidade: as suas praças – e aí, inclusive, no marco de fundação da cidade, transformado em jardim em 1915, como já referido.

Desse distanciamento como busca de certo bucolismo, a rua Culto à Ciência era também um exemplo. Antes mero caminho, ia agora se constituindo como rua para além dos marcos geográficos do berço da cidade e ainda então limites da parte compacta do aglomerado, desenvolvendo-se como um cordão que, projetando-se desde a cidade, ia se situando em meio ao campo. O estilo, vagamente *art-nouveau*, de algumas das primeiras residências no local fala no mesmo sentido.

Mas o distanciamento da residência de José Augusto, se tinha em si implicado um dado romantismo campestre, era também ao mesmo tempo um recurso que lhe propiciava certa monumentalidade. São os dois vetores identificados que se identifica conjuntamente na insistente referência ao padrão de *villa* por parte do proprietário: a busca de certo bucolismo campestre; a busca de certa distinção e monumentalidade.

Atendendo a essa busca de certa monumentalidade, a residência apresentava alguns diferenciais, frente a suas vizinhas, no logradouro que ia sendo ocupado. A entrada, frontal, pelo piso inferior (que somente ela apresentava), que possibilitando maior integração e aproveitamento do piso inferior propiciava ainda maior economia que a já relativamente econômica casa com porão habitável, fazia dela para todos os efeitos (salvo a aprovação na prefeitura) uma casa com dois andares. Esse fato era aproveitado também na expressão estética do volume, que, diferentemente de suas vizinhas, deixava de ter traços horizontais que atravessassem a fachada, de fora a fora (fig. _). Era a única que apresentava um elemento vertical (um “nariz”) claramente destacado, alcançando toda a altura dos dois pisos e sobrepassando a linha dos beirais.

O caso, nascido da ação de uma emulação da “villa” sobre as condicionantes da simples “casa”, com porão habitável, era singular.

Tratando de incorporá-lo, a lei 223 não dizia simplesmente do padrão já existente de “porão habitável”. Em meio ao processo que se instaura em torno da aprovação do projeto, o engenheiro

entretanto, vê-se que para a época esse nome seria uma contradição em si, pois o “sobrado” era a antítese do diminutivo.

municipal registra considerações em desabono aos porões habitáveis, que até então havia aprovado em diversos projetos, e sugere afastamentos. Baseada no seu memorando de 30 de Maio, a nova lei será um re-encaminhamento, em parte, do processo de difusão dos novos padrões, mais econômicos, que se impunham.

A lei ditava, para os porões das casas junto dos alinhamentos, a altura máxima de 1,20m acima do nível da rua. Os porões habitáveis, nesse caso, existiriam apenas mediante uma parte em subsolo, possibilidade mais apreciável apenas nos casos em que terreno tivesse queda para o fundo, e de todo modo inconveniente para seu aproveitamento como parte dos programas regulares da residência.

O caso de “porões” com até 3,60m sem parte em subsolo e eventualmente com “portas para a frente” – conceito esconso, derivado como se vê de um caso particular –, conteriam apenas as zonas de permanência diurna e seriam permitidos somente afastados de no mínimo de 5m das vias públicas.

A lei portanto não apenas “determinava” a “altura dos porões”, como dizia em seu subtítulo. Ficava fora da lei a possibilidade de reprodução de uma residência como aquela de Pedro Anderson, acima referida. Talvez mero descuido de uma lei que derivava de um caso particular; descuido ou não, ao reconhecer pela primeira vez proporções e dimensões distintas das prescritas no código vigente, representante ainda da cidade do século XIX, ao mesmo tempo em que reconhecia esses novos padrões, lhes impunha um lugar específico – para trás dos alinhamentos.

Esse reconhecimento e separação de novos padrões que, em parte, já vinham conhecendo alguma presença – até então junto dos alinhamentos, inclusive – era de todo modo um passo determinado no processo de uma mudança mais completa dos antigos padrões da cidade.

2. ATÉ 1922: CHEGADA DA INDÚSTRIA, CONVIVÊNCIA DE DIVERSOS.

2.1. Limites de um modelo.

Em Abril de 1918 era inaugurado o edifício do Instituto Profissional Bento Quirino – a residência de José Augusto, em frente, estaria provavelmente também terminada.¹

O alargamento da rua, autorizado pela lei 175, de 1912, atendendo à proposta dos proprietários da quadra loteada por Orosimbo, obras somente iniciadas anos depois e concomitantemente ao movimento que levava a construção do Instituto para aquele mesmo ponto, completadas naquele trecho ainda em 1916, haviam também prosseguido, na quadra seguinte, do antigo colégio Culto à Ciência, agora ginásio do Estado. Em agosto de 1917, o engenheiro municipal (Durval Fragoso Ferrão, que substituíra Acrísio Paes Cruz, cujo pedido de exoneração fora aceito a 10 de maio, como visto) comunicava que “está terminado o muro do Ginásio, faltando para completar os serviços orçados á rua Culto á Sciencia pintar o muro, fazer o passeio e calçar a rua na sua largura definitiva”.²

No trecho fronteiro ao ginásio (desocupado, na foto da fig. 8) haviam sido construídas uma série de casas relativamente modestas (de cinco a sete metros de frente, na maioria, e no alinhamento), que sofreriam com essas obras. Aproveitava-se para subir o nível daquela parte da rua, para facilitar o escoamento d’água. As guias existentes ficaram no mesmo nível da rua. Chuvas, no início do ano de 1918 invadiam assim os passeios naquele trecho. “Com as chuvas dos ultimos dias – escrevia Guilherme Zülke, em abaixo-assinado a respeito, de 21 de Janeiro de 1918 – aconteceu fenderem-se diversas paredes, ameaçando ruina nas casas dos predios 2G e a pegada 2H”. Pediam à prefeitura que pusesse em ordem os passeios, “que ainda estavam novos e bons”, e que os indenizasse dos prejuízos.³

Sendo indeferido esse requerimento, assistimos a esses mesmos moradores, agora em requerimentos separados, virem pedir prorrogamento de prazo para a fatura dos novos passeios (serviço que, por lei, cabia aos proprietários). Num, de Colatino Fidelis, este alegava para justificativa do pedido “o exorbitante preço do cimento actualmente”. No que era já seu segundo pedido de prorrogação, Balbina de Sampaio

¹ Leopoldo Amaral, “Instituto Profissional”. In Leopoldo Amaral, op. cit., p. 497-503 (p.501). A residência de José Augusto é lançada para pagamento do imposto predial de 1918. Arquivo Municipal, livro de lançamento do imposto predial, v. 1918.

² Memorando ao prefeito, de 03.08.1917. Arquivo Municipal, cx. 1917-3.

³ Requerimento de 21.01.1918, protocolo nº 1544. Arquivo Municipal, cx 1918-1. Assinam: Guilherme Zülke, Miguel Castrese, Aristides Oppermann, Alfredo Fernandes Corrêa, Oscar Wagner, p. Ranulpho Rizzo [ilegível], por Francisco Nogueira Silvestre da Costa, Balbina Sampaio Freire, João fiandra, Luiz Minder, Martinho Frey, e Thomaz M... C... . Verifica-se corresponderem a proprietários e moradores da última quadra da rua Culto À Ciência, entre travessa Ramos de Azevedo (atual Silveira Lopes) e Av. Itapura. Os lotes dessa quadra (afora as esquinas) possuíam todos 7 metros de largura, sendo exemplo de retalhamento segundo o valor mínimo para a frente admitido pelo regulamento da lei 43 (O terreno de Oscar Wagner e o de Balbina S. Freire correspondem respectivamente a quatro e dois desses lotes, ou 28 e 14 metros de frente. C. Zülke também adquirira dois lotes, perfazendo 14 metros de frente, que depois entretanto divide em duas unidades de 9,5 e 11,5 metros de frente).

Freire lembrava o “período grave que atravessamos, cujas conseqüências perdurarão, em que se vê desorganizada completamente a vida de cada um, principalmente a daquelles que mais precisam”.⁴

A presença “daqueles que mais precisam” vinha ganhando terreno. Já em 1913, o governo municipal tomara medidas para combater a especulação no preço de gêneros alimentícios e a escassez. É conhecido o episódio da greve de São Paulo, de 1917; também em Campinas uma greve dos ferroviários, naquele mesmo ano, ficaria marcada pela violência com que foi reprimida. Nesse mesmo ano contam-se diversos pedidos de falência, cujas justificativas muitas vezes põe em relevo o “período grave que atravessamos”. Em 1918, com projetos que reeditam em parte as iniciativas de 1913, a Câmara novamente procurava evitar, ou pelo menos minorar os efeitos, à “carestia”.

Em 1919, em continuidade ao processo de urbanização das redondezas da rua Culto à Ciência, era reformado um pequeno terreno municipal, a poucos metros do canto desta com o antigo (e desocupado) “boulevard” do Barão de Itapura, na confluência deste com a Av. Andrade Neves. Trata-se de mais um dos ajardinamentos da gestão Heitor Penteado – já temporão, e mais discreto que alguns daqueles de entre 1911 e 1916 de que se havia ocupado Acrísio. O atual engenheiro (já agora Bruno Simões Magro), parecia contudo bastante cioso da obra – de que inclui duas fotos, em seu relatório ao Prefeito. Nelas se pode ver a qualidade das residências em derredor – bastante modestas, em relativo contraste com o ajardinamento (fig. 11).

O contraste entre o jardim e as residências em derredor encontra tradução no relatório do engenheiro municipal, Bruno Simões Magro, quando este nos diz dos traços roceiros dos jardineiros locais, com tendência, “irreprimível”, de “misturarem no mesmo canteiro as mais dispares qualidades de plantas”. Sugeria-se a necessidade de se contratar “pessoa habilitada, com a necessaria pratica de floricultura e gosto apurado em trabalhos de cidades mais adiantadas”, que “pelo exemplo e pelo conselho” pudessem educar o gosto dos jardineiros locais.⁵

As obras de embelezamento da modelar administração Heitor Penteado não deixavam de conviver portanto com um cenário de pobreza, ou certo ambiente a que faltava ainda “urbanidade”. Não só – até certo ponto, eram elas mesmas, não obstante a boa impressão que causavam, obras que em si mesmas denunciavam por vezes esses mesmos aspectos.

Os próprios ajardinamentos eram recomendados, entre outros, por serem obras comparativamente baratas.⁶

⁴ Requerimentos de Aristides Oppermann, de 02 de Maio, Oscar Wagner, de de Colatino Fidelis, de 11 de Outubro e Balbina Sampaio Freire (2 requerimentos), de Setembro e de 3 de Dezembro, todos do ano de 1918. Arquivo Municipal, cxs. 1918-2, 3 e 4. A propriedade de Colatino Fidelis, que não assinara o requerimento anterior, pertencia à quadra, também fronteira ao Ginásio, entre a travessa Ramos de Azevedo e a rua Hércules Florence.

⁵ RRO, 1918 e 1919. Refere-se que a dita tendência ia “modificando para pior” inclusive o emblemático jardim do Largo Carlos Gomes.

⁶ Já quando da reforma do Largo do Teatro, em 1911, que viria a ser o primeiro dos ajardinamentos daquela administração, optara-se por aquela solução “deixando de lado projectos mais caros ou mais difficeis de execução”, ressaltando-se o valor “realmente módico” da solução adotada. Também quanto à reforma e ajardinamento da praça

Fig.11. Duas fotos do ajardinamento executado em 1919 no terreno municipal entre ruas Saldanha Marinho (à esquerda), Andrade Neves (à direita) e av. Barão de Itapura (em primeiro plano na foto de cima), em frente à maternidade, atual rodoviária. O jardim e seu “artístico vaso de cimento branco, mandado fundir especialmente para o local” convive com ruas de terra, crianças descalças e casas modestas.

Bento Quirino, em 1916, pondera-se que havia custado “bem pouco em comparação com a última feita na praça”. RPM, 1911 e 1916.

Quanto às obras de calçamento – essas, caras por natureza, também marcas da administração modelar que ia correndo, e que consumiam a maior parte dos recursos da Repartição de Obras –, dizia o engenheiro municipal, no início de 1919: “O calçamento das ruas da cidade continua a ser feito pelo processo usualmente empregado em Campinas, isto é, sem fundação. / O principal inconveniente desse processo é de crescer matto por entre as juntas das pedras, dando á rua um aspecto de abandono”.⁷

Esses aspectos dizem de um fato que não era novo, mas ia se tornando mais agudo: a cidade (e a municipalidade, ou a administração municipal) era pobre.

Era “decadente” a condição do comércio em geral,⁸ tendo “desaparecido, quasi por completo, o commercio atacadista, outr’ora importante”.⁹

Campinas era “pobre”; na melhor das hipóteses, poderia-se dizer: seus recursos escasseavam, e ia-se ficando face-a-face com um “dilema” – como esquadrihado pelo Prefeito em seu relatório referente ao ano de 1916, escrito no início de 1917:

“Do resultado da receita acima mencionada, se verifica que, entre os impostos devidos ao erario, o predial augmentou, pelo accrescimo das construcções, ao passo que diminuiu o de industrias e profissões, naturalmente pelo augmento dos Impostos da União e do Estado. / A Camara Municipal, de Campinas, entretanto, não obstante a difficuldade dos tempos, tem conservado e observado suas tabellas de contribuições desde 1906, em que foram organizadas pela lei n. 116, de 13 de Dezembro daquelle anno. / E desde então, si modificações têm havido nessas tabellas, foram sempre feitas a favor dos contribuintes, e á vista de requerimentos de interessados. / (...) / Entrementes a União, O Estado, e até Municipios importantes se viram forçados a fazer augmentos de tributação, para occorrer ás necessidades do serviço publico. / Campinas, (...) convem repetil-o, não fez accrescimo algum em suas tabellas; (...). / Mas, concorrentemente, seus compromissos augmentaram. (...) / (...) / Nos annos que deccorrem do inicio da actual gestão dos negocios publicos de Campinas, sabem VV. SS. e o publico o não ignora, que a Prefeitura, na medida de suas forças, tem procurado melhorar as condições financeiras e materiaes do Municipio. / A realização de um emprestimo favoravel consolidou a divida de Campinas, que felizmente não tem divida fluctuante, como disse e facilitou a factura de muitas obras publicas. / Dentro dos orçamentos se vae fazendo, em dia, o pagamento dos

⁷ RRO, 1918.

⁸ O vereador Álvaro Ribeiro, “tendo longo conhecimento do commercio, pois foi caixeiro, desde creança, até negociante”, diria, em sessão de 05.12.1923, que eram “precárias” as condições do comércio em Campinas, e que ele “vegeta”. “Faz então um estudo comparativo entre o commercio de 30 annos atraz e o actual, sendo que se podia naquelle fazer carreira, o que hoje não se dá (...). Por outro lado, tambem houve modificação completa no genero do commercio. E o resultado é que não ha tambem em Campinas varejista que tenha enriquecido nesses 30 annos. Existem casas que mudam sempre de donos; outras vivem só de liquidações, como se vê de seus annuncios, feitos com fins de attrahir freguezia. Dois exemplos recentes ha de estabelecimentos commerciaes que se transferiram dessa cidade para outros centros mais propicios a seus negocios. E seus donos haviam procurado Campinas pensando poder viver no varejo local. (...) o orador accentua a importancia do antigo commercio, em confronto com o de hoje, que é decadente. (...)”. AC, livro 170, f. 81-83v.

⁹ Cf. carta de comissão de vereadores ao governo do Estado, de 12 de fevereiro de 1916, contra disposição da lei 1485, de 15.12.1915. AC, cx. 81.

juros reduzidos desse emprestimo, estando tambem em dia o dos funcionarios e dos fornecedores. / De futuro, porem, si os onus da Camara se forem augmentando sem o indispensavel e correspondente accrescimo de suas rendas, não poderá ella manter-se á altura do renome que merecidamente conquistou, a menos de providencias desde logo a respeito. / E assim não sendo, terá fatalmente de sujeitar-se a este dilemma: ou a paraliysação dos investimentos locais, sempre reclamados, ou o augmento de seus impostos, sempre combatido”.¹⁰

Era de resto um dilema para o qual a divisa daquela administração (ou: daquela “belle-époque”) – a “cuidadosa arrecadação” e a “aplicação honesta” dos “dinheiros” – não oferecia solução. O Estado, e também a Federação, frente a suas próprias e prementes necessidades financeiras, já haviam expandido sua base de arrecadação; aquele inclusive, em parte, avançando sobre base que a constituição reservara para domínio do município. Já existia uma sobrecarga de impostos. A ponto de ter se constituído num dos fatores – embora não o único, como sugeria o Prefeito, de passagem, no trecho acima – das falências, que por sua vez concorriam para a diminuição na arrecadação do respectivo imposto, de indústrias e profissões. Também as taxas prediais estariam no limite do viável – segundo afirmação em carta de uma comissão especial de vereadores, enviada ao governo do Estado, contra a introdução de novas taxas, “em Campinas, três a quatro meses de rendimento dos predios são entregues pelo proprietário ao Fisco”.¹¹

Em ofício à Câmara, a 28 de Setembro de 1918, a respeito do projeto da lei do orçamento para o ano de 1919, que enviara a 20 do mesmo mês, o Prefeito apontava:

“(…) Convem notar, entretanto, que, para equilibrar a receita com a despesa, tive necessidade de elevar o calculo da receita eventual a 32:759\$000, importancia esta muito elevada, havendo pouca probabilidade de ser attingida, visto como no vigente orçamento essa mesma verba foi calculada em 12:698\$300. / (...) / Chamo a attenção da Illma. Camara para a necessidade que ha de ser augmentada a arrecadação, procurando-se novas fontes de renda, pois que a verba empregada em obras publicas já está está [sic] reduzida á quantia de 50:000\$000, evidentemente insignificante para uma cidade como Campinas.”¹²

¹⁰ RPM, 1916.

¹¹ Sobre a os impostos federais, veja-se Pedro Cavalcanti, *A presidência Wenceslau Braz*. Brasília: UnB, 1983 (coleção temas brasileiros, nº 33), cap. “A situação financeira”, especialmente p. 74. Sobre os do Estado, carta de comissão de vereadores ao governo do Estado, de 12 de fevereiro de 1916, doc. cit.. A carta destina-se a protestar contra a lei estadual nº 1485, sob dois aspectos: esta introduzia taxas estaduais sobre imóveis urbanos, domínio que a constituição reservara para os municípios, e organizava a taxação sobre o comércio de modo particularmente prejudicial a Campinas. Quanto a essa segunda questão, não se tratava tanto de que Campinas se visse incluída, com Santos, São Paulo e Ribeirão Preto, no grupo de cidades onde a taxa era plena, havendo categorias de cidades menores taxadas a 75 e 50% deste valor pleno, mas sim de que a classificação segundo o porte dos estabelecimentos era feita em cada cidade isoladamente, de tal modo que os estabelecimentos de categoria “A” de um dado ramo em Campinas equivaliam a estabelecimentos que, na capital, eram classificados mais de uma categoria abaixo. Ficava portanto o comércio de Campinas gravado de taxas muito maiores que as aplicadas a estabelecimentos de mesmo porte da capital.

¹² RPM, 1918.

Passado mais um ano, mais se complicava a situação: Na sessão de 20 de Setembro de 1919, dava entrada requerimento dos funcionários municipais, reivindicando aumento salarial. Na sessão seguinte (07 de Outubro), eram os três “agentes cobradores” que pediam fosse aumentada, de 8 para 10, a percentagem que percebiam pelo recebimento dos impostos (municipais). Em ambos os casos, a justificativa era a mesma: “as necessidades decorrentes da carestia de vida”. A 11 de Outubro, na primeira sessão dedicada à discussão do orçamento para 1920, era o vereador Pedro Anderson quem apresentava projeto para aumento de salário dos servidores do Corpo de Bombeiros (cujas instalações, nos fundos do sobrado onde funcionava o Paço Municipal, ficavam defronte à varanda de sua residência).¹³

A 07 de Outubro, Justo Pereira apresentava o parecer da comissão de finanças. Embora propusesse aumento de receitas, via aumento de impostos – quebrando assim o que já ia se fazendo uma tradição celebrada, de manutenção das antigas tabelas, de 1906 (lei 116) – apelava para o “patriotismo dos funcionários municipais”, “para que aguardem melhor oportunidade para efectivação do augmento requerido”.¹⁴

Foi assim entre constrangimentos diversos – demandas de fundos para obras municipais, demandas salariais, escassez de arrecadação – que, na mesma data (28 de Outubro) em que promulgava a lei que fixava o orçamento para o ano de 1920, o Prefeito promulgava outra, majorando alguns impostos.¹⁵

Álvaro Ribeiro fazia questão de registrar em ata uma defesa dessa revisão,

“afim de ficar bem claro que a actual legislatura, no fim de seu mandato, depois de brilhante administração financeira e consolidação da divida do Municipio, não vinha gravar o povo com augmento de impostos, mas só fazia a alteração de algumas das tabellas para melhorar as estradas e realizar a factura de obras publicas”.¹⁶

Dizer que a “alteração de algumas tabellas” não vinha “marcar o povo com o augmento de impostos” poderia parecer uma bravata. Deve-se entender contudo que a fala do tribuno – tradicional defensor de causas populares e vereador extra-chapa (candidato independente, enquanto todos os demais eram da chapa do PRP), apontava, por um lado, a necessidade premente que havia de aumento de receita e, por outro, o fato de que a revisão das tabelas se limitara à majoração na taxaço de terrenos vagos, de veículos e de bebidas alcoólicas, bem como à suspensão de isenções tradicionalmente concedidas a instituições diversas. Pougando assim, de fato, em grande medida, o “povo”.

Entretanto, quanto à necessidade de aumento de receitas, o dilema de fato não consistia, como no relatório referente ao ano de 1916 se dizia, na necessidade de revisão das tabelas (“ou a paraliysação os investimentos locais”), mas sim, como apontava o ofício de 18 de Setembro de 1918, na necessidade de se prover *novas fontes de renda*. Nestes termos, o dilema como dito escapava de fato às divisas da

¹³ Atas da Câmara. AC, livro 167, f. 96, 97 e 99v.

¹⁴ Idem, f. 97-97v.

¹⁵ Leis nºs 250 (fixa o orçamento para 1920) e 252 (modifica tabela de impostos), de 28.10.1919.

¹⁶ Atas da Câmara. AC, livro 167, f. 102.

administração que ia chegando ao fim – a “honestidade”, o “zelo”, a “arrecadação cuidadosa das receitas”, virtudes formais, fiscais, são por assim dizer o cinzel, capaz de dar bela forma ao mármore, mas estranho à questão de se prover um novo bloco da matéria sobre a qual atua. Dão conta da manutenção e otimização de serviços dentro de potencialidades essencialmente já existentes, não alcançam a questão de novas fontes.

Com efeito o procedimento recentemente adotado, de revisão das tabelas, posto que houvesse rompido com tradição de que aquela administração se gabava, de não praticar aumento de impostos, não rompia entretanto, como medida meramente fiscal que era, com as limitações existentes, correlatas daqueles mesmos princípios, e tampouco resolvia. Se a revisão, escrupulosamente, poupava o “povo”, eram entretanto os proprietários que reclamariam, com razões não menos ponderáveis que as que caberiam àquele, frente à carestia. Restrita aos princípios da quadra vigente, lograva fugir da cruz – apenas para cair na espada.

A revisão das tabelas tivera origem num projeto de lei apresentado por Álvaro Ribeiro a 05 de Setembro de 1919, propondo elevação dos valores de metros corridos de “muros” em ruas calçadas do primeiro perímetro – ou seja, do valor do imposto de viação de terrenos vagos na região mais densamente edificada. Segundo o mesmo, o projeto “visava apenas impedir que, pela carência de terrenos no centro da cidade, os bairros se estendessem, com accrescimento de despesas em melhoramentos”.¹⁷

Na versão final, entretanto, o aumento se aplicava não só ao primeiro, mas ao segundo e mesmo ao terceiro perímetros – incluindo portanto os “arrabaldes”, parcamente ocupados.

Promulgada, juntamente com a lei do orçamento para 1920, a 28 de Outubro de 1919, a lei 252 (revisão das tabelas) era posta em prática para os lançamentos do ano de 1920. Ao final daquele ano, a 18 de Novembro, Francisco Bueno de Miranda – destacado proprietário de terras nos arrabaldes da cidade – encabeça um requerimento contra a lei 252, assinado por mais de cem outros proprietários. Dava um “exemplo frizante” da “ruína” que a lei “iria produzir”:

“a casa da rua Marechal Deodoro n° 36, alugada com o quintal ao lado por 50\$000 mensais ou 600\$000 anuais, só pelo terreno foi pago o imposto de 624\$000! Agora ponham-se outros impostos, conservação e etc. que deficit!”¹⁸

É verdade que a majoração referia-se apenas aos terrenos vagos (como o “terreno ao lado” do caso acima, que o requerente dava como “quintal”). Uma vez edificando-se no terreno, a majoração deixava de ter efeito. Mas, construindo, tampouco fugiriam a prejuízos – nas condições da cidade de então, aluguel ou venda não remuneravam o capital investido.

¹⁷ Atas da Câmara, sessão de 16.10.1919. AC, livro 167 f. 102. É interessante notar como a proposta de sobretaxa sobre terrenos centrais como meio de combate à dispersão excessiva do aglomerado e à retenção especulativa de terrenos é muito mais antiga do que se poderia pensar.

¹⁸ Francisco Bueno de Miranda e dezenas de outros, à Câmara, manuscrita, de 18.11.1920. AC, cx. 81.

“O governo municipal bem pode ver que os predios que se vendem não são pagos pelo seu valor, mesmo que se construam hoje e queira vender amanhã, só se consegue vende-los com um grande abatimento no seu custo. Porque? Por estar a nossa cidade em decadencia. A prova pratica nos diz, de que valeram tantos melhoramentos feitos neste caso? Não seria melhor que se fizessem menos, ou na proporção que obtivessem, os de meios lucrativos (...) ou que procurassem as fórmulas pela qual, o commercio, a industria e a lavoura se desenvolvessem, nas proporções necessarias, para darem vida a cidade e ao municipio, para valorisarem o solo, porque sem esses elementos, os terrenos continuarão a não ter valor, e não poderão os seus proprietarios iniciar a construcção, porque só com melhoramentos, que não sejam de fontes lucrativas, não poderiam garantir o capital que nelles desejavam empregar”.¹⁹

De que adiantavam os melhoramentos – os festejados embelezamentos, os ajardinamentos – se a cidade (a exemplo do seu comércio) estava “decadente”? A “belle-époque” campineira conhecia sua fronteira – não apenas no esgotamento do modelo baseado apenas na melhora do sistema de arrecadação, mas também no caráter da nova fonte de receita, que se impunha e que a carta dos proprietários apontava:

“(...) Não seria melhor que se fizessem menos, ou na proporção que obtivessem, os de meios lucrativos, como este: a industria com o seu grande operariado (...)”.²⁰

Se os proprietários não edificavam (alegava-se), era porque os aluguéis não seriam remuneradores; se não vendiam os terrenos, era porque não encontravam compradores.

“Neste caso, os seus donos acharam que o melhor era conserva-los, esperançados que, de uma hora para outra o nosso governo municipal conseguisse valorizar o solo campineiro, *implantando a industria com o seu grande operariado*”.²¹ (grifo nosso)

2.2. Novas alterações à lei 43.

Condiz com essa visão – da “indústria com seu grande operariado” como futuro necessário, como perspectiva possível para a “valorização do solo campineiro” e a resolução do dilema por que passavam as finanças municipais –, que a primeira lei, a seguir à de nº 223²² a alterar os padrões do regulamento da lei n. 43 (legislação edilícia), derivasse de um pedido para construção de casas operárias.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Lei de 1917, devida ao projeto da residência de José Augusto Quirino dos Santos – Cap. 2.

A 31 de março, dava entrada na Repartição de Obras o pedido para construção de 20 “casas operárias”, para empregados da Companhia Paulista em Campinas.²³ Ocupariam um terreno, de propriedade da empresa, junto aos trilhos da mesma e perto do seu depósito de inflamáveis, bem como do ponto em que o gado era embarcado nos vagões da Companhia. Com relação à cidade, ficava no prolongamento da rua José Paulino, pouco além do ponto em que os trilhos da Estrada de Ferro cruzavam essa rua – naquele ponto, já um mero “caminho”, que ia dar no cemitério do Fundão. A disposição com relação à cidade, em local ermo, distanciado da área de edificação compacta (a cidade), e separado desta ainda pelo marco divisório das linhas do trem, bem como certo traço de romantismo no conceito das habitações, denunciado eventualmente na chaminé fumegante, símbolo do “lar”, que o desenhista representava nas elevações das casas, contribuíam, é possível, para a designação do conjunto: “villa operaria”.

No ano de 1913 – quando Leopoldo Amaral dizia da “feição nova” que a cidade ia ganhando²⁴ – o número de construções novas no município, vindo em linha ascendente desde os anos anteriores, havia atingido um total de 307. Em 1914, fora de 302, e desde então vinha diminuindo mais acentuadamente ano a ano: 204 em 1915, 178 em 1916, 117 em 1917 e redondos 100 em 1918.²⁵ Na diminuição importava diretamente o aumento do custo dos materiais por conta da deflagração da guerra européia e dado serem na maioria importados. Essa havia apenas findado, e a situação não dava sinais de melhora.

Em meio à situação (“decadente”) pela qual passava a cidade, as 20 casas que a Companhia Paulista pretendia construir seriam um aporte a não ser desprezado.

Os pés-direitos previstos, de 3,5m, fugiam entretanto da normativa municipal campineira.

A 10 de Maio o prefeito envia pedido à Câmara para que estudasse uma lei que tornasse legal a construção daquelas casas, de “agradável aspecto”, ao mesmo tempo em que comunicava haver solicitado um estudo ao engenheiro municipal de plantas-modelo, nos mesmos padrões, de que a população pudesse se servir. A 22 do mesmo mês o engenheiro municipal respondia a uma consulta do vereador Álvaro Ribeiro a respeito da salubridade e da demais viabilidade técnica da redução dos pés-direitos para a medida pretendida. A 24, o mesmo edil apresenta um projeto de lei a respeito, aprovado, em regime de urgência, no mesmo dia (em primeira votação), e a 07 de Junho (em segunda). A lei, sob nº 245, permitindo a construção de “casas operárias” com o pé-direito de 3,5m, fora do perímetro central (ou seja, nos arrabaldes), era promulgada a 14 de Junho de 1919, recebendo o projeto das casas da Paulista o carimbo “aprovado” a 17 do mesmo mês.²⁶

²³ Protocolo nº 3387. Arquivo Municipal, cx 1919-1. Os desenhos vinham da sede da empresa, em Jundiaí; três das quatro pranchas anexas são datadas de meados de Abril, dando a entender que a um primeiro projeto seguira-se um segundo, com alterações.

²⁴ Cap. 1.

²⁵ RRO, 1919.

²⁶ Papéis da lei 245, AC, cx. 107, e protocolo nº 3387, doc. cit..

Índice de relutância no aceite dos novos padrões, malgrado o impasse, ou “dilema”, que o município ia enfrentando, é o fato de o Prefeito, pouco depois (a 21 de Junho), ter novamente oficiado à Câmara, “lembrando a conveniência de serem determinados, a bem da esthetica da cidade, os logares para as construcções econômicas a que se refere a lei n. 245, que reduziu a altura dos pés-direitos para os mesmos”.²⁷

Atendendo-se à sugestão do festejado administrador, a permissão para construção com os pés-direitos de 3,5m, de que pela lei 245 já estava excluída a área do primeiro perímetro (a cidade propriamente dita), passa a se restringir apenas ao setor, entre a linha da Estrada de Ferro e a Av. João Jorge, em que se ia edificando a “villa” da Cia. Paulista – setor não-edificado e no qual, além do cemitério, encontrava-se o “campo dos variolosos”, ou “do hospital dos variolosos”. Excluía-se portanto mesmo a “Villa Industrial”, também localizada para-além da linha férrea, limitada a sul pela dita Av. João Jorge, mas onde, diferentemente, já havia um aglomerado de casas – ou “bairro” – cujos padrões, não obstante o caráter “operário”, de que já diz o próprio nome do bairro, a municipalidade procurava preservar. Essa alteração, no sentido de uma maior restrição do território de vigência da licença facultada pela lei 245 era editada em lei sob o nº 254 – a derradeira do ano de 1919.²⁸

Em seu relatório referente àquele ano, o engenheiro municipal abria ampla seção dedicada á questão da economia da construção, em que referia o caso das casas da Paulista. “Com o parecer favoravel do engenheiro municipal foi convertida em lei uma indicação mandando adoptar esse pé-direito para todas as habitações economicas (...) Dava assim a Camara os primeiros passos para a solução do problema do barateamento da construcção. / Posteriormente porém, a lei 254 (...) revogou em parte a de n. 245 (...). Ignoro quais foram os motivos porque a respeito não foi ouvido o engenheiro municipal”.²⁹

Como se vê, do ponto de vista desse engenheiro – formado na politécnica e que àquela época já trabalhara com Saturnino de Brito em Santos e no Recife³⁰ –, se a lei 245 fora um passo à frente, a lei 254 fora um ligeiro passo atrás. O vai-e-vem, e seu contraste com a postura mais decidida de um profissional ventilado, é indicativo das reticências com que a municipalidade de Campinas lidava com a perda dos padrões tradicionais. Quiçá por representarem épocas em que o município conhecera especial fausto, fausto que teria perdido – pelo menos no aspecto econômico – já desde o marco das epidemias, mas de cujas insígnias parecia desvencilhar-se de modo particularmente relutante.

O imperativo da maior economia, e de “novos hábitos” correlatos, ia entretanto se firmando. No primeiro semestre de 1920, são apresentadas mais três novos projetos de alteração da lei 43 nesse sentido. Todos os três de autoria do vereador Pedro Anderson.

²⁷ Ata da sessão de 21.06.1919. AC, livro 167 f. 83.

²⁸ Papéis da lei 254. AC, cx. 126.

²⁹ RRO, 1919.

³⁰ Silvia Ficher, op. cit., p. 114.

Pedro Anderson era comerciante, dono de lojas de ferragens, a atacado e varejo. Era também engenheiro, e assinava plantas como responsável técnico e construtor (em abril de 1918 chegara a pedir isenção de impostos para uma “Companhia Edificadora” que pretendia organizar)³¹. Ocupava uma cadeira no legislativo municipal desde 1911, e, condizentemente com suas atividades, compunha tradicionalmente a comissão de obras e indústrias da casa. Era também proprietário de dezenas de pequenas casas para aluguel. Sua atividade como construtor, e as casas de aluguel, faziam dele um interessado direto na questão da maior economia na construção.³²

Mesmo a residência, mais abastada, que construíra para si, em 1916 (cap. 1, fig. 4d), é caso sobre o qual não deixava de incidir questões de economia.

Fig.12. Plantas da residência de Pedro Anderson, à rua José Paulino, canto da Ferreira Penteado.

A construção era ampla, com dois andares. No superior, funcionava a residência propriamente dita, com nada menos que sete “quartos” e demais dependências, destacando-se a “Sala de Jantar” como cômodo mais amplo, que de um lado dominava extensa varanda de acesso, e de outro articulava boa parte

³¹ Atas da sessão de 06.04.1918, AC, livro 167, f. 9.

³² Atas da Câmara, no período. Livros de lançamento do imposto predial e de metros corridos, no Arquivo Municipal, cabendo computar conjuntamente os prédios em nome de Esmeralda Fragoso Anderson (mãe do proponente, cf. o *Álbum de Campinas: 1922*).

dos demais cômodos. Até certo ponto uma imposição técnica, visto como a construção era integralmente de tijolos, o andar inferior espelhava a disposição do superior. Abrigava, como já referido, cômodos de trabalho: o “escritório” (havia outro, no andar superior), o “quarto de engenharia” (ou “engenheiro”, presumivelmente para execução dos desenhos das obras) – este, com uma porta de acesso independente – e um “quarto de photographia”, além dos serviços da parte residencial (cozinha e despensa). (figs. 4d, 12)

Abastada, fora contudo construída, o quanto o permitia o regulamento vigente, de modo econômico, e eventualmente “moderno”. O acesso, por meio de varanda e escada externa, conduzia diretamente ao andar superior, sendo o inferior o chamado “porão habitável”, com economia da medida do pé-direito. Com a proporção entre as alturas dos dois andares invertida com relação aos tradicionais “sobrados”, construída no alinhamento, mas com afastamentos laterais, bem como por conta do “estilo” que ostentava em suas fachadas, destacava-se certamente em meio aos prédios mais tradicionais, no ponto central em que fora construída (a uma quadra da Catedral).

Pedro Anderson havia pleiteado a isenção de impostos prediais para essa sua residência, com base em legislação que isentava desses impostos, por 5 anos, prédios “com dois ou mais pavimentos” que fossem construídos na cidade.

A primeira lei nesse sentido havia sido editada em 1912, concedendo a isenção aos prédios naquelas condições que fossem construídos até o fim de 1914 na rua Barão de Jaguará e nas praças Bento Quirino, José Bonifácio (Largo da Catedral) e Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário).³³ No início de 1914, nova lei, de nº 198, estendera o domínio da isenção para todo o perímetro urbano. Por fim, a lei 208, em 1915, estendia até o final do ano de 1918 o prazo para concessão daqueles favores.

A isenção visava sem dúvida incentivar a constituição de um cenário menos acanhado para a cidade. Condiz e compõe a já referida política de “embelezamentos” da administração Heitor Penteado. As sucessivas extensões – sobretudo a do prazo –, por sua vez, não se explicam por um eventual sucesso que aquela política de isenções viesse obtendo. Pelo contrário: a prorrogação da validade da concessão devia-se ao parco efeito que tivera até então. E que continuaria tendo: em 1918, ao final da vigência da derradeira prorrogação, apenas 16 prédios haviam merecido os favores da lei (para a existência de quantos desses a isenção teria efetivamente sido decisiva?). Mais um indício da pobreza em que jazia a cidade, também já comentada.³⁴

O parco sucesso que vinha tendo em realizar uma cidade com edifícios novos e imponentes ao longo de suas ruas comerciais não fazia que, na aplicação da lei, se perdessem de vista esses objetivos: a

³³ Lei 163, de 27 de Setembro de 1912.

³⁴ Ata da sessão de 17.12.1921. AC, livro 168, f. 108v. O total de 16 sobrados na vigência daquelas leis de incentivo aparece ali reproduzido de informação da Prefeitura, a pedido do vereador Álvaro Ribeiro, que se posicionara contra novo projeto no mesmo sentido daquelas leis anteriores apresentado por Pedro Anderson na sessão de 12.11.1921. Um daqueles 16 sobrados fora construído pelo e para o próprio Pedro Anderson, à rua Barão de Jaguará, nº 45. Arquivo Municipal, protocolo nº 2020 de 1914.

pretensão de Pedro Anderson fora negada, por entender-se que sua residência, embora abastada, “casa com porão habitável”, deveria ser considerada como de um único pavimento.

Em requerimento de 15 de Setembro de 1917, Pedro Anderson insistia em pedido de inclusão do predio “de sua propriedade, e residencia, recentemente construido á rua Ferreira Penteado nº 106”, nos favores “da lei 198”. Alegava que a medida ou a proporção dos pés-direitos não deveria impedir que a residência fosse considerada um predio de dois pavimentos. Lembrava (de modo semelhante a José Augusto, pouco antes) que a própria lei 43 previa, no § único do seu artigo 8º, a existência de pés-direitos diferentes dos especificados, para casos de “edifícios públicos ou de estilo especial”. Dizia ainda, “que o espirito da lei nº 43, bem como da lei nº 198, patenteiam perfeitamente o intuito dos legisladores e a sua preocupação exclusiva da esthetica e embelesamento da cidade, aliviando-a das construcções pesadas, desagraciosas e sem estylo, mediante a concessão de um favor ás construcções modernas”.³⁵

Em “informação” à Câmara o Prefeito responde:

“A informação que me foi prestada pelo engenheiro municipal, esclarece perfeitamente o caso, (...) a excepção contida no § unico desse artigo [§ único do artigo 8º], segundo a interpretação que sempre lhe foi dada pela Repartição de Obras e por esta Prefeitura, refere-se aos edificios e construcções que se destinarem a estações ferroviárias, theatros, templos e outras semelhantes, que são os que dependem de estylo especial (...) acresce ainda que a lei nº 198, de 1914, foi proposta por mim, na qualidade de Vereador, com o fim de favorecer a construcção e reconstrucção, de sobrados (...) Casas simplesmente de porão, embora habitavel, não são casas de sobrado” (grifos do original).³⁶

Não deixa de ser curioso notar que, segundo esse documento, a interpretação “que sempre foi dada pela Repartição de Obras e por esta Prefeitura” para o que seriam os edificios de “estilo especial” cujas medidas de pés-direitos poderiam diferir das especificadas na lei 43, excluem a pretensão em que, naquele mesmo ano de 1917, se baseava José Augusto Quirino dos Santos, secretário daquela mesma Prefeitura, para pedir a aprovação do projeto de sua residência (como tratado no capítulo anterior).

Vê-se também como Heitor Penteado, que não entendera suficiente a restrição da construção de casas com pés-direitos de 3,5m somente fora do primeiro perímetro, tomando o cuidado de pedir que se delimitasse um setor ainda mais restrito para aquele padrão, deixava claro que o padrão que pretendia promover na cidade não se confundia com as “casas com porão habitável”. Eram os “sobrados” – que, aqui, podemos entender como edificios seguindo as proporções e dimensões, em corte, ou seja, dimensões e proporções de pés-direitos, dos sobrados tradicionais – 5 metros para o primeiro pavimento, 4,5 para o segundo, como mínimo, segundo as exigências da lei 43.

Vê-se ainda que Pedro Anderson, cuja atividade como construtor, presumivelmente também de muitas das casas de aluguel que possuía, o fazia naturalmente interessado em promover medidas que

³⁵ Requerimento de Pedro Anderson, de 15.09.1917. AC, cx. 81. Em anexo, cópia do requerimento original.

³⁶ Heitor Penteado, informação à Câmara, datilografada, de 04.01.1918. Anexo ao requerimento de Pedro Anderson de 15.09.1917, doc. cit..

favorecessem construções econômicas, se fazia também favorável, nos termos de sua petição, a uma cidade aliviada de “construções pesadas, desgraciosas e sem estylo”.

Facultar-se construções mais econômicas, elas mesmas eventualmente construções “de estylo” – presumivelmente mais “leve” e “gracioso” – serão as razões dos 3 projetos de lei que, como já referido, Pedro Anderson apresentará à Câmara no primeiro semestre de 1920.

Os dois primeiros desses projetos de lei são apresentados na mesma sessão, de 06 de Março de 1920.

Um, pleiteava autorizar que as casas com porão habitável fossem construídas com paredes externas da mesma espessura, de 1 tijolo, facultada às casas térreas. Argumentava-se, em justificativa ao pleito, que a altura total das casas com porão habitável regulava com a altura das casas térreas a que se referia o regulamento da lei 43 (cerca de 6 metros em ambos os casos).³⁷

O outro projeto dizia respeito à exigência imposta, desde a vigência da lei 223, a que dera lugar a polêmica em torno do projeto da residência de José Augusto, de um mínimo de 5 metros de recuo frontal para que fosse permitida a construção das casas com porão habitável em geral.³⁸ Considerando que “atendendo àquela disposição da lei, os proprietários são obrigados a perder uma grande parcela de terreno”, e que “as quadras dos terrenos desta cidade são muito pequenas, principalmente na parte antiga da cidade”, propunha a redução daquela medida, de 5 para 2,5m.³⁹

Ambos os projetos, voltados para o “melhor aproveitamento dos materiais e dos terrenos, e conseqüente barateamento da construção”,⁴⁰ visavam ao mesmo tempo o padrão de “casa com porão habitável”. Padrão que por sua vez já era uma forma de baratear, construindo dois pisos, e assim dobrando a área útil, com pouco acréscimo de altura, e à vista do qual, no entender de um artigo publicado havia já cinco anos, as “casas térreas para habitação” estariam fadadas a “desaparecer do centro como o burro cargueiro e o carro de bois já se acham quase totalmente impellidos para as fronteiras do nosso Estado altamente progressista”.⁴¹

O terceiro dos projetos de lei em que Pedro Anderson propunha alterações à lei 43 era apresentado na sessão de 6 de Maio (de 1920).

“Sabendo que ha algumas pessoas interessadas na construcção de predios de estylo architectonico, taes como: Bangaló [sic], e outros, e acontecendo que, para obedecer a esses estylos de construcção é necessaria a reducção da altura dos pés-direitos (...) / e considerando que esta projectada reducção, já é adoptada nas principaes cidades do nosso paiz (...) / e intendendo [sic] que a nossa cidade,

³⁷ Papéis da lei 265. AC, cx. 126. Nas plantas da casa do proponente (fig. 12), pode-se notar que o porão fora construído com espessura de 1,5 tijolo, espessura que o código em vigor exigia para os primeiros pavimentos dos sobrados.

³⁸ Ou seja, excetuando-se os casos em que o porão fosse parcialmente em sub-solo (cap. 2).

³⁹ Papéis da lei 265, doc. cit..

⁴⁰ Termos de Bruno S. Magro, RRO, 1919.

⁴¹ Cap. 1.

progressista como é, não poderá ficar privada dessas construções, que pela sua maravilhosa esthetica vira embellesal-a ainda mais / ...”

... propunha a extensão da redução dos pés-direitos, a 3,5m, facultada pela lei 245, a todos os perímetros – inclusive o central –, para as “construções de estilo” (a critério da Repartição de Obras) e guardado recuo frontal de pelo menos 2,5m.

Esse último projeto, aprovado, será o primeiro dos três a ser editado em lei – a de nº 257, promulgada a 21 de Setembro de 1920.⁴²

Em 27 de Abril, Henrique Fortini assinara a planta de uma residência térrea, a ser construída à Av. Andrade Neves, para o dr. José Ferreira de Camargo, médico, em frente ao Instituto Ophtalmico Penido Burnier.⁴³ (fig. 13) Esta residência, com 3,5m de pé-direito interno, seria o primeiro prédio a receber a classificação de “bungalô” em estatísticas da Prefeitura.⁴⁴ É, certamente, um dos casos – senão o único – referidos por Pedro Anderson, e que davam ensejo ao projeto de lei e respectiva lei nº 257. Diferentemente do que se dera no caso do pedido para construção das casas operárias da Cia. Paulista e da correspondente lei 245, o engenheiro, dessa feita, já não esperaria a edição da lei para aprovar o projeto – aprovava-o a 11 de Maio, cinco dias depois do projeto de lei a respeito haver sido apresentado à Câmara.

Fig.13. Única prancha do projeto para a residência do Dr. José Ferreira de Camargo, à av. Andrade Neves, que se encontra nos arquivos (faltam portanto as plantas-baixas e elevações). Projeto datado de 1920, é o primeiro bungalô registrado nas estatísticas prediais de Campinas.

⁴² Papéis da lei 257, donde também a citação imediatamente anterior. AC, cx. 126.

⁴³ Requerimento para construção da residência e prancha anexa, protocolo nº 5201 de 1920, Arquivo Municipal. Era a propriedade então nº 53 daquele logradouro, correspondendo ao nº 47 da planta cadastral de 1929 e ao nº 644, no sistema atual. Já demolida.

⁴⁴ Arquivo Municipal, livros de estatística predial, série 1924-25 (7 vols.), vol. 3, f. 29. No resumo final, à f. 30 do vol. 6, “escripturado desde 5 de março de 1924”, tem-se 8 predios sob a categoria “bungalow”, que verifica-se serem, além do já citado, e segundo a numeração da época (emplacamento de 1922), os imóveis: nº 50 e nº 115 da rua Duque de Caxias, nº 81 e nº 153 da Augusto César, nº 81 da rua Olavo Bilac, nº 58 da rua do Sacramento, e nº 68 da rua Luzitana. Todos esses outros constam do mesmo volume 6, “aditamento – 1924”, sendo o mais antigo deles, segundo anotações nos mesmos livros de estatística, o da rua Augusto César (atual av. Júlio de Mesquita), nº 153, pertencente a Amadeu Nogueira, exemplar ao qual voltaremos a nos referir e cujo requerimento para construção data de Fevereiro de 1923. O prédio do dr. José Ferreira de Camargo não só era o mais antigo dos 8 predios classificados como bungalows na cidade em meados dos anos 20, mas tinha uma anterioridade destacada em relação aos outros 7.

Pela lei 245, ficara permitida a construção com 3,5m de pé-direito nos arrabaldes em geral. A partir de pedido do prefeito, encampado plenamente pela Câmara como um todo, essa permissão é revisada, restringindo-se a apenas um setor dos arrabaldes a licença em questão. Agora, pela lei 257, a mesma medida era facultada para construções (de “estilo”, e recuadas de pelo menos 2,5m) em qualquer ponto da cidade. (Tudo em cerca de um ano).

Teria o Prefeito, também ele vereador, apoiado essa redução, facultada agora para toda a cidade (inclusive zona central), quando antes fora contrário a que mesmo nos arrabaldes fosse assumida indiscriminadamente? Tanto a lei 245 quanto a 257 facultam pés-direitos de 3,5 metros, esta última sem restrições quanto ao local, aquela de modo restrito aos arrabaldes, esta é simplesmente aprovada, quando aquela, já relativamente restritiva fora encarada com receio e a seguir cercada de restrições ainda maiores (lei 254). A única diferença introduzida era a exigência de que a casa fosse de “estilo”. Somente a sedução dos “modernos” “estilos” justifica a acolhida à liberalidade da lei 257 quando a concessão já comparativamente restritiva lei 245 fora vista com preocupação e seguida de restrição ainda maior.

Mas a novidade dos “modernos estilos” não diz respeito a grandezas reais; é de efeito subjetivo.

Bungalow fora a designação de habitações, relativamente precárias e rústicas, de funcionários da coroa britânica na Índia. Em relato de 1847, dizia-se por exemplo desses prédios que eram em geral construídos com tijolos crus. Condizentemente com a precariedade, ou seja a não-perenidade, de que se revestiam, eram necessariamente térreos. E, certamente por imposições do clima, apresentavam amplas varandas – que circundavam todo o edifício, segundo o mesmo relato de 1847. (Eram também característicos os telhados de duas águas).⁴⁵ Com o tempo, passa a designar casas de campo e veraneio de uso eventual (“summer-house”) e construção leve (“lightly built”), chegando a vulgarizar-se denotando qualquer construção de um único pavimento.⁴⁶ Chegamos a ver o termo aplicado a cabanas de caça – em comum com os sentidos anteriores, uma construção leve, e afastada da “cidade” ou da “civilização”.

Tal como a “villa”, o “bungalô” envolve noção de afastamento da cidade/civilização. No bungalô, a carga de distinção faustosa e aristocrática da “villa” é substituída por noção de precariedade, despojamento e até mesmo aventura (como no caso da cabana de caça). Com o “bungalô”, o mesmo “retiro” ou “afastamento” que na “villa” se ligava à placidez de estudos (renascimento) ou a bucolismo (séc. XVIII), tinge-se antes de um leve sabor de “aventura”.

“Bungalô” entremeia-se a noções de precariedade, leveza e distanciamento da cidade e/ou civilização. Campo semântico expressivo, quando se tome em conta que a referência a esse “estilo” surge no momento em que efetivamente as residências tendiam a se fazer mais reduzidas e a se afastarem, entre si e da antiga cidade. As volições denunciadas no emprego do termo e precisadas através do recurso à sua

⁴⁵ Da fortuna no verbete correspondente, no *Oxford English Dictionary*, em 20 vols.

⁴⁶ Da definição no mesmo verbete e dicionário. “Originally, a one-storied house (or temporary building, e.g. a summer-house), lightly built, usually with a thatched roof. In modern use, any one-storied house”.

etimologia combinam portanto com as imposições de ordem econômica, caminhando ambos os aspectos – econômico, ou real/efetivo, e estético ou (no caso)⁴⁷ subjetivo – num único sentido.⁴⁸

Não se trata apenas de que a eventual precariedade ou pobreza daquelas residências com pés-direitos reduzidos cuja construção, apenas nos arrabaldes, a lei 245 facultara estivesse agora proscrita com a exigência de que fossem “de estylo”. Trata-se também, ao que nos diz a história do termo com que se designava o novo estilo, de que uma precariedade e relativa pobreza, ou rusticidade, eram agora incorporadas como um valor.⁴⁹

Passava assim com a lei 257 a ser permitida a construção de prédios com pés-direitos reduzidos (3,5m) em toda a cidade – desde que residenciais. “Fica expressamente proibida a redução da altura dos pés-direitos (...) para as construcções, embora de estilo architectonico, que deverão servir para fabricas, offcinas e casas de commercio em geral”, escrevia Pedro Anderson já no projeto. (Na versão final, a lei incorporava essa discriminação de modo mais sucinto: a redução dos pés-direitos era facultada a construções “de estilo arquitetônico, recuadas do alinhamento, em mínimo, 2,5m e que não se destinem a comércio ou indústria”).

Pedro Anderson era também comerciante e industrial. Nesse sentido, teria também interesse na redução dos custos dessa outra espécie de edifícios. Não obstante já o projeto apresentado excluía expressamente “as fábricas, oficinas, e edificações para o comércio em geral”. A razão, que passava sem ser dita, era certamente de ordem sanitária: locais destinados ao comércio e à indústria, com maior reunião de pessoas, não poderiam comportar as mesmas reduções que iam sendo pleiteadas, e aplicadas, ao caso das residências. Seja como for, importa notar que somente agora essas reduções iam sendo reconhecidas em lei, e somente agora iam sendo diferenciados um caso do outro (comercial/ residencial). Note-se também que muito embora a residência, com porão habitável, do próprio proponente houvesse sido construída em 1916 no alinhamento, o projeto apresentado quanto aos recuos para casas com porão habitável já não pleiteava a supressão da exigência de recuo para aquele tipo de edificação, introduzida em 1917 pela lei 223, mas tão-somente a redução desse recuo de 5 para 2,5. Sem que se tivesse pretendido eliminar aquela diferenciação, pela qual os prédios com porão habitável ficavam afastados dos alinhamentos, agregava-se-lhe agora outro significado, ou precisão: os prédios com dimensões reduzidas

⁴⁷ Estética não se iguala a subjetividade, embora no caso estejamos tratando de volições subjetivas.

⁴⁸ Trata-se, em linguagem marxista, da relação entre “estrutura” e “superestrutura”. Tendo a unidade dessas duas instâncias como certa, não tomamos em causa a questão da eventual precedência da primeira como *determinante* da segunda.

⁴⁹ Vale notar que se bem a residência de José Ferreira de Camargo à av. Andrade Neves fosse muito mais ampla que as casas operárias da cia. Paulista, também essas, como aquela, viriam, quando menos em época posterior, a ser igualmente chamadas de “casas do tipo bungalô”. Tanto “villa” quanto “bungalô” tornam-se termos aplicados a inúmeras residências de porte pequeno e médio (arquitetura corrente) nos anos 30, 40 e 50. Em entrevista com a proprietária e moradora de residência à rua dos Alecrins – térrea, porte médio, jardim de frente, varanda de entrada e possivelmente dois quartos, construída “no ano da morte do Getúlio” – esta afirmava (sem ter havido qualquer sugestão ou pergunta nesse sentido) que se tratava de uma casa tipo bungalô. Acerca do bungalô, veja-se também Silvia Wolff, op. cit., p. 187-190.

com relação às previstas pelo antigo regulamento, a serem construídos fora dos alinhamentos, eram também, obrigatoriamente, residências.

Vê-se que, se a questão da economia motivava as alterações, essas diziam respeito especificamente às residências, que se diferenciavam dos edifícios destinados aos demais usos. Num processo de redução de medidas em que se imbricam tendências subjetivas, ou do gosto, que – conforme a simpatia pelo “bungalô” nos diz – vão de acordo com esses imperativos de economia.

A lei 257 derivava como referido do terceiro e último dos projetos apresentados por Pedro Anderson. Permitindo a construção com pés-direitos reduzidos, a casas “de estilo” recuadas de pelo menos 2,5m, contemplava já, de certo modo, o pleiteado por um dos projetos anteriores, ainda não tramitados. Bastava que as casas com porão elevado fossem consideradas “de estilo” (a exemplo daquela do próprio Pedro Anderson), para que estivesse contemplado o pretendido pelo projeto que pleiteara a redução do recuo obrigatório para casas com porão habitável, dos 5 a que obrigava a lei 223, para aqueles mesmos 2,5 metros.

Esse outro projeto seguiria entretanto sua tramitação independente, e traria novas diretrizes, incorporadas a partir de sugestões do engenheiro municipal.

Os dois projetos apresentados a 6 de Março – um, para redução das espessuras das paredes, e outro para redução do recuo, de casas com porão habitável – iam tendo os respectivos pareceres, por parte das comissões de obras e legislação, favoráveis, aprovados, a 14 de Junho, quando Álvaro Ribeiro intervém, sugerindo que fosse ouvida a respeito a Repartição de Obras.⁵⁰

Bruno Simões Magro assina dois pareceres, respondendo a esse pedido, a 26 de Julho. Quanto à autorização para que a espessura das paredes externas de casas com porão habitável fossem igualadas às das casas térreas, o parecer é favorável e, afora algumas minúcias, não sugere alterações ao projeto. Já no caso do projeto pleiteando a autorização para construção de casas com porão habitável a 2,5m dos alinhamentos, o parecer do engenheiro municipal reformulava a questão:

“Os edificios fóra dos arruamentos de via publica, em recuo sob o alinhamento official, constituem geralmente motivos de interesse para a esthetica da cidade, e, por esse motivo, as municipalidades costumam fazer depender o valor do recuo da importância da arteria em que o predio está situado. / Assim, em São Paulo, onde o minimo de distancia do alinhamento é de 4 metros, o recuo varia conforme a situação do predio e de accordo com o seguinte: / Na avenida Hygienopolis, Água Branca e Angélica....6 metros. / Na avenida Paulista e nas avenidas marginaes do canal do rio Tamanduatehy....10 metros. ⁵¹/ (...) / No caso vertente, parece-me desacertado adoptar indistinctamente o minimo de 2,5m sem levar em consideração as condições particulares de cada rua. Tal distancia, perfeitamente aceitavel em determinadas travessas ou em bairros operarios, tornar-se-ia inconveniente, por exemplo na avenida Andrade Neves, importante arteria com 22m de

⁵⁰ Papéis da lei 265. AC, cx. 126.

⁵¹ Prescrições do artº 29 do Ato Municipal (da capital paulista) nº 849, de 27.01.1916.

largura. / (...) / A redução do recuo, que ora propõe o digno vereador Pedro Anderson, poderá facilitar o aproveitamento do terreno em dado lugar, mas não resolve questão de um modo geral. / Num ponto de vista menos restricto e levado por considerações de ordem economico-social, eu proporia, como na capital, a divisão da cidade em zonas, por exemplo (como lá): / Artº 1º - Na zona central não serão permitidas edificações recuadas do alinhamento. / Artº 2º - Nas zonas urbana, suburbana e rural não são permittidas edificações recuadas do alinhamento da via publica a menos de 2,5 metros. / Artº 3º - Nas ruas de 15 metros de largura ou mais o recuo minimo permittido será de 4 metros. / Artº 4º - Nenhuma edificação poderá ser feita nas avenidas Itapura e Andrade Neves (no trecho entre Bernardino de Campos e Avenida Itapura) sem que haja entre o alinhamento do edificio e o das citadas avenidas a distancia minima de cinco mettros para jardim ou arvoredos. / (...)"⁵²

As sugestões seriam plenamente incorporadas (com ligeiras alterações, de pormenor). Os dois projetos, que visavam propiciar maior economia na construção de casas seguindo a já econômica solução do porão habitável eram editados em lei conjuntamente, sob o nº 265, promulgada a 23 de Novembro de 1920.⁵³

A cidade já conhecia os diferentes “perímetros”, que diziam respeito a valores diferenciados das taxas prediais – tanto maiores quanto mais integrado no aglomerado se achasse o imóvel, ou seja, quanto mais central fosse o perímetro em que estivesse construído.⁵⁴ Conhecia agora pela primeira vez as “zonas”, em que se diferenciavam e hierarquizavam naturezas distintas. Apesar da diversidade do valor de recuos especificados (de 2,5, 4 e 5 e mais metros), ou justamente por conta disso, essas naturezas se resumiam a duas apenas: o de edificios nos alinhamentos, em que importa as dimensões reais, e o de edificios recuados (caso específico de residências, como temos visto), em que o que importaria não seriam as dimensões reais, mas as aparentes. Essa subtração das residências à efetividade das dimensões absolutas tem semelhança com o já verificado acerca dos “modernos estilos”, também concernentes às residências em específico, e onde de modo semelhante a diminuição das dimensões reais tinha relação com a ascendência de percepções subjetivas.

Para evidenciar como no sistema introduzido tratava-se afinal de duas naturezas apenas, ou, de como os diferentes valores dos recuos especificados se resumem a “dois casos”, cabe recorrer a uma passagem do relatório do mesmo Bruno Simões Magro referente ao ano de 1919. Nessa passagem, o engenheiro fará referência ao artigo “As edificações em Campinas”, de 1915 (a que já nos referimos - cap. 1). Embora cite desse artigo no sentido de corroborar a sua tese, nota-se que existe diferença entre as

⁵² Idem.

⁵³ A um primeiro artigo (derivado do primeiro projeto), autorizando as paredes de um tijolo para ambos os andares das casas com porão elevado, seguem-se os demais (derivados do segundo projeto, e incorporando as sugestões do engenheiro municipal), instituindo normas generalizadas e hierarquizadas para recuos na cidade. Sequência estranhável, que se explica quando se tem à vista que de início se tratava de dois projetos distintos.

⁵⁴ Lei 116, de 1906.

posições defendidas em cada caso. Essa diferença importa também para a melhor caracterização da postura emergente (expressa no relatório de 1919 e consubstanciada na proposta dos recuos hierarquizados), convindo portanto percorrer o argumento desde os comentários exarados no artigo de 1915.

Nesse artigo, o autor, anônimo, defendendo, em prol da economia, a adoção de pés-direitos menores para as construções, rebatia uma possível crítica:

“Já ouvimos alguém murmurar que os predios estabelecidos da forma indicada ficam achatados. / Não é verdade. / O que constitue a apparente pequenez da altura do edificio é a relação desta para com a largura. / Os architectos recomendam que aquelle seja no minimo tres quartos destas. / Há um predio de negocio recentemente construido numa das ruas centraes e que parece de facto achatado. / (...) / Alguns lembraram-se de lhe dar um acrescimo na altura para *corrigir-lhe o aspecto*. Qual seria o resultados [sic]? Gastar mais dinheiro para o predio ficar ainda achatado. / Entretanto o predio em questão tem 6m,40 de altura minima, isto é, a maior altura existente em Campinas em casa terrea de um tijolo. / Qual o motivo desta apparencia extravagante? / Meçam-lhe a frente, e encontrarão a resposta. / Mas os nossos lotes já impõem a largura, dirá o leitor em seguida. / Não é bem verdadeira esta supposição. / No caso de edificio para habitação ninguem impedirá de se constituir um corpo avançado na frente, estabelecendo o ingresso por um portão lateral. Com a largura desse corpo pode-se jogar dentro dos limites zero e a largura do lote.”⁵⁵

Bruno Simões Magro, no seu relatório para o ano de 1919, na seção “casas econômicas”:

“(…) / Posteriormente porém, a lei n. 254 (...) revogou em parte a de n. 245 (...). Ignoro quaes os argumentos que serviram de base á revogação. Porque a respeito não foi ouvido o engenheiro municipal. Presumo que tenham sido allegados motivos de estetica, visto como o novo codigo sanitario (1918), em seu artigo 366, admite pé diretio de 3 metros, não podendo, portanto, considerar-se anti-higyenica a habitação com altura de 3m,5. / Encarando a questão pelo lado da esthetica, convém distinguir dois casos, segundo a situação do predio no alinhamento da via publica ou d'elle afastado. No primeiro caso a medida poderia ser passivel de critica por parte dos que acompanham certas escolas estheticas. Poderiam argumentar que o pé direito reduzido viria quebrar a linha architetonica formada pelos predios existentes á data da promulgação da lei. No segundo caso são insubsistentes os motivos, visto como, segundo Charles Blanc, «le beau, dans l'architecture, est l'expression du caracter par le plan, les proportions et les profils». / Trata-se realmente de uma questão de proporções, convindo combater as idéas preconcebidas filiadas á consideração da altura absoluta”. (grifo do original)⁵⁶

⁵⁵ “As edificações em Campinas”, *op. cit.*

⁵⁶ RRO, 1919.

Citava, a seguir, o artigo de 1915 (“Já ouvimos alguém murmurar que os predios estabelecidos da forma indicada ficam achatados. / Não é verdade. / O que constitui a aparente pequenez da altura do edifício é a relação desta para com a largura.”). Entretanto, uma mudança havia se operado.

No caso do artigo de 1915, propunha-se jogar com a largura da frente do edifício para lograr uma dada proporção, considerada adequada, com as alturas. Defendendo a diminuição dos pés-direitos (por questões de economia), e mantendo-se os edifícios nos alinhamentos, propunha-se introduzir afastamentos laterais, para, diminuindo assim a largura do edifício, ou quando menos de um corpo fronteiro do mesmo, manter as alturas em pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) das larguras.⁵⁷

No relatório de 1919, Bruno Simões Magro volta a empregar, contra o atavismo dos padrões aristocráticos da cidade, o argumento de que o que importavam eram as “proporções [grifo do original], convindo combater as idéas preconcebidas filiadas á consideração da altura absoluta”. Já não fala entretanto de valores dessas proporções, e – novidade – passa a diferenciar “dois casos, segundo a situação do predio no alinhamento da via publica ou delle afastado”. No caso dos edifícios construídos no alinhamento da via pública, seria defensável a manutenção não só das proporções, mas das medidas absolutas (das alturas) tradicionais. No caso de edifícios recuados dos alinhamentos, os valores absolutos deixavam de importar, interessando somente as proporções. Que Bruno Simões Magro, afirmando a importância das “proporções”, termo que grifa, não trate de especificar valores para essas proporções apenas reforça o sentido em que se (re)coloca a questão: já não se trata de investigar valores mais ou menos indicados para a proporção de edifícios, ou seja, problemas de harmonia de proporções, mas sim de afirmar o valor das proporções em contraposição à consideração das medidas absolutas – ou seja, afirmar as proporções apenas enquanto forma, ou imagem, independentemente das medidas reais.⁵⁸

Importavam as “proporções [grifo do original], convindo combater as idéas preconcebidas filiadas á consideração da altura absoluta” – leia-se: importava apenas o efeito em perspectiva, ou a forma, independentemente das dimensões reais. A consideração de uma “forma” meramente visual, independente dos valores reais – eis o que chamamos de ascendência de uma percepção subjetiva.

Tomando por correto que aos “boulevares” e “avenidas” – as ruas de maior largura – correspondiam em princípio casas de maiores dimensões, pode-se dizer que a hierarquia dos recuos, correspondendo a uma hierarquia tanto da largura dos logradouros quanto do tamanho das edificações, tendia a, ou quando menos permitia, reduzir afinal todos os casos a um único sistema de proporções, homogêneo. Arruamentos mais estreitos, com casas operárias, recuadas a 2,5 metros, tenderiam, visualmente, para a mesma *imagem*

⁵⁷ A residência de Pedro Anderson, de 1916, construída no alinhamento, se encaixa no modelo proposto: a altura do corpo fronteiro é metade, pouco mais ou menos, da largura do lote; com afastamentos laterais de ambos os lados, esse corpo tem entretanto largura e altura de grandeza proximamente igual.

⁵⁸ Há diferença entre a “proporção” de que tratava o artigo de 1915 e a “proporção” de que se trata 5 anos depois. Ressalvadas as particularidades de cada caso, acreditamos ser essa diferença análoga àquela existente entre a “proporção” da antiguidade clássica, “irredutível à *mensuratio* (e ao *quantum* perspéctico)”, e as “proporções” ou “formas” ideais do séc. XVIII. Mário Henrique Simão d’Agostino, *Geometrias simbólicas. Espaço, arquitetura e tradição clássica*. São Paulo: FAU-USP, __, p. 41 e passim.

que as ruas mais largas, com casas maiores e recuos correspondentemente maiores. Num grande *trompe-l'oeil*, as imagens de ambos os casos – casas mais e menos abastadas (que nos anos de 1870, mesclando-se nas mesmas quadras, diferenciavam-se clara e palpavelmente) – tendiam a se confundir. Está implícita a perspectiva de uma homogeneização (enquanto forma ou imagem) dos diferentes casos de edifícios (residenciais) recuados.⁵⁹

Se nos anos de 1870 as habitações das diferentes camadas sociais, justapondo-se, lado a lado, nos mesmos logradouros, diferenciavam-se clara e palpavelmente – adquirindo inclusive nomes distintos (“sobrados” eram habitações de elite, “casas” as térreas, com pisos de terra socada), agora, quando uma “villa operária” (da Paulista) era construída em arrabalde, fora da área edificada, as separações não implicavam diferenciação maior que a anterior. Pelo contrário, num plano distinto, operava-se uma homogeneização.

Com a lei 265 diferenciavam-se os dois casos – de casas recuadas ou não; quando recuadas, impunham-se valores mínimos para o recuo, conforme a largura da rua. Na mesma rua, poderiam ser, assim, construídas indistintamente casas alinhadas ou recuadas. Apenas no “boulevard” Itapura e parte da av. Andrade Neves (a parte mais afastada da estação do trem, onde esta tinha início, sendo igualmente a parte ainda relativamente desocupada e aquela em que não se contavam as instalações industriais que haviam sido construídas nas quadras mais próximas da estação), os recuos eram obrigatórios – “ficando tal espaço para jardim e arvoredos”.

Há três anos, uma casa com porão habitável se travestira em villa; surgiam agora os primeiros bungalôs. Os recuos não eram apenas para jardins, mas já também para “arvoredos”. A cidade como um todo, com as praças transformadas em jardins notadamente nos últimos cinco ou dez anos, talvez já merecesse a observação, que logo seria efetivamente feita, de que parecia “afogada num bosque”.⁶⁰

Pareceria que morar em meio do mato exercia certa atração sobre a cidade que ia vendo seus antigos recursos esgotados, e vislumbrando a luz de novos tempos na “moderna indústria”.

2.3. O “ressurgimento” de Campinas, sob novas marcas.

⁵⁹ Ao passo e tal como as diferentes camadas sociais, das populares às relativamente abastadas (incluindo aqui os descendentes da antiga aristocracia do município), tendem no mesmo momento a serem incorporadas num mesmo quadro de funcionários de empresas e instituições, que, contendo níveis variados, perfaz contudo um único sistema hierárquico (há identidade formal entre dois níveis distintos).

⁶⁰ “Praças ajardinadas e desenvolvida arborização ornaram varias avenidas e, vistas de longe, dão idéia de que a cidade está afogada num bosque”. Leopoldo Amaral, “Campinas actual”, in _____, op. cit., p. 6.

Ainda em fins daquele mesmo ano de 1920, era promulgada resolução concedendo favores (isenção de impostos por 10 anos) para a instalação de uma indústria de tecidos elásticos para sapatos, cujo capital pertencia a Silvino de Godoy.⁶¹

Segundo recordaria o mesmo,

“(...) no período decorrido entre 1912 e 1921, Campinas dormiu o sono de uma quase absoluta inatividade industrial, ficando estacionadas as empresas então existentes”.⁶²

Em Março do ano seguinte, as mesmas isenções (mais facilidades na aquisição de terrenos municipais) eram concedidas para a instalação de uma outra planta industrial, ainda mais significativa, porque maior, de Seda e de sericultura.⁶³

Essas concessões marcavam o “ressurgimento industrial” da cidade.

A 1º de Maio de 1921, era inaugurada (com custosos e celebrados festejos) a estrada de rodagem de Campinas a São Paulo; a primeira inaugurada pelo governo “estradeiro” de Washington Luís – e por seu secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Heitor Penteado.⁶⁴

Juntos, esses três fatos dão a impressão de um efeito mágico sobre a cidade.

O “ressurgimento” não seria apenas “da indústria”, mas da cidade como um todo – sob uma nova marca: da “moderna indústria”, e do automóvel.

A mudança parece particularmente bem marcada. Diria-se que, sequiosa de novos recursos como estivera, o efeito das novas instalações (e recursos) é percebido com particular destaque.

Narrativas em torno do projeto de Silvino para a instalação de sua indústria de tecidos elásticos, que pode-se datar de fins de 1920, não dizem ainda senão do estado de decadência da cidade. Uma ocorrência acerca da concessão de incentivos para a Indústria de Seda, já em junho de 1921, nos reitera, com agudeza, a percepção, já expressa na carta dos proprietários, de fins de 1920, da indústria como saída necessária. Concedidos os incentivos (anunciada a moderna indústria), e inaugurada a estrada de rodagem, a situação, tão logo como fins de 1921, aparecerá já sob aspecto completamente diverso.

Vindo de Serra Negra, Silvino de Godoy (advogado de formação) havia se instalado na cidade, junto com um sócio, com banca de advogado. Avaliando entretanto “fracas” as suas chances de sucesso no ramo, à vista dos numerosos e renomados advogados que Campinas possuía, e à vista das “tão poucas fábricas” que por outro lado verificava existirem, cogitava mudar de ramo.⁶⁵

⁶¹ Resolução nº 606, de 21 de Dezembro de 1920.

⁶² Silvino de Godoy, “A indústria em Campinas”, in IBGE, *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 525-527 (p. 526).

⁶³ Resolução nº 617, de 19 de Março de 1921.

⁶⁴ Eugênio Egas, op. cit., p. 264-5. Para um registro das festividades, *Gazeta de Campinas*, 01.05.1920 (número inaugural). Esses registros são também retomadas em Eustáquio Gomes, *Os rapazes d'A Onda e outros rapazes*, Campinas: Pontes: ed. da Unicamp, 1992, p.20-28.

⁶⁵ Silvino de Godoy, *Histórias da minha vida*. s/l: s/i, s/d (1970?), p. 36. As citações a seguir são da mesma fonte, p. 36-40.

A oportunidade se dera quando lhe foi encaminhado “um alemão”, que, vindo de Villa Americana, procurava um advogado. “Defendia-se de um processo de perdas e danos”, movido por “um capitalista de Villa Americana”...

“(...) ele combinára com o capitalista o registro da marca e a constituição de uma firma industrial em nome de ambos, mas fora enganado, pois o registro fora requerido apenas em nome do capitalista. Diante desse fato, desesperado, ele apanhara de um malho e inutilizara o maquinismo de sua própria montagem e invenção”.

Silvino daria a Valbert (o “alemão”) o câmbio do capital de que dispunha, e esse embarcaria para a Alemanha, à busca de novo equipamento, para a montagem de uma indústria de tecidos elásticos para sapatos, em nova e oportuna sociedade.

Entrementes, Silvino edificava o prédio para a indústria – no prolongamento da rua José Paulino, a norte, para além do vale do Anhumas, no arrabalde da Guanabara.

“Num dia de sol muito quente, um italiano gorducho, dono do botequim situado em frente”, inteirando-se de que se tratava de construir “uma fábrica de elásticos”, faz uma observação que dá testemunho ainda uma vez da “pobreza” ou esgotamento de que já tratamos: “... «é preciso ter coragem para isto, pois Campinas tem caveira de burro. Eu mesmo pretendo fechar o meu botequim, pois não ganho nem para os impostos»”.

Este e outros estigmas, junto da premência de novas fontes de renda para a municipalidade, assombravam por essa época a Câmara. A 21.08.1920, recebera-se comunicação de desistência de pedido de isenção para fábrica de tecidos, supostamente à vista da demora da Câmara em se pronunciar definitivamente a respeito. Álvaro Ribeiro reagia: era preciso acabar com a “balela” de que Campinas não favorece a indústria.⁶⁶

A 04.06.1921, um mês passado desde a inauguração da estrada de rodagem para São Paulo, o pedido de concessão de terrenos para o colégio dos Metodistas, patrocinado pelo vereador Pedro Anderson, era discutido em sessão da Câmara – ocasião em que temos nova mostra, como já havia ficado expresso na carta dos proprietários de terrenos, contra a majoração da lei 252, de que a indústria, especificamente, era vista como saída para os impasses econômicos e sociais por que passava cidade. Havendo vereadores contrários à concessão, em grande parte pelo tamanho da mesma, Pedro Anderson inquiriu “que prejuízo teria Campinas com a instalação desse estabelecimento em terrenos abandonados, quando a uma fábrica de tecidos foram dados terrenos a preço menor”. Paulo Pupo responde: a fábrica “daria trabalho para mil mulheres empregadas”.⁶⁷

⁶⁶ Ata da sessão de 21.08.1920. AC, livro 168 fls 8v-10. Segundo o vereador Enéas Ferreira, “o que desejavam era valer-se do compromisso da Câmara de Campinas para obterem favores da de São Paulo”. Dando entrada na Câmara na sessão seguinte à aquele incidente, o pedido de Silvino teria sido talvez se favorecido do contexto criado; tramita com rapidez, e ainda antes do final de 1920, como referido – a 13 de dezembro – os favores eram editados em resolução

⁶⁷ Atas da sessão de 04.06.1921. AC, livro 168, f. 63-64v.

Ainda em 1921, reagindo à já assegurada instalação das (modernas) indústrias e à existência da nova estrada de rodagem, já em uso, a cidade acusava retomada do crescimento e valorização dos terrenos.

No ano de 1919, o número de novas construções havia sido de apenas 82. Descontando-se as 20 casas para funcionários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, construídas pela própria Companhia, o número caía para 62. E a apenas 46, ou menos de uma casa por semana, se descontadas ainda as 16 que haviam sido construídas fora da cidade, nos “bairros” de Arraial dos Souzas, Villa Americana, Rebouças etc. Prosseguia a queda no número de construções, em baixa desde 1913. Em 1920 o número se mantém no mesmo patamar, irrisório: o ano das leis 257 e 265 conhecera 74 novos prédios. Ligeiramente menos que o de 1919, ou ligeiramente mais, se descontadas daquele as casas da Paulista.

Em 1921, pulava-se para 169.

“Isto faz supor que Campinas esteja a enveredar por uma phase de resurgimento, attestada ainda por muitos outros factos”, anotava o (novo) engenheiro municipal, Góes Sayão Filho, em seu relatório referente àquele ano.⁶⁸

E, mais à frente, no mesmo documento:

“Campinas, parece-me, vae enveredar por uma senda de rapido progresso, já esboçado no principio de seu resurgimento industrial, na sua crescente expansão urbana, demonstrada, este ano, pela progressiva valorização dos terrenos. Não tarda a phase de transformações rápidas (...)”

O documento é do início de 1922, quando também se ouvia em sessões da Câmara do “surto que se faz notar, no momento, nesta cidade”, ou da “revivescência da cidade”. E quando Rafael Duarte, antigo vice de Heitor Penteado e que assumira a prefeitura ainda no início de 1920 com a ida deste para a Secretaria da Agricultura, equilibrava o orçamento municipal mediante operações com terrenos comprados do espólio do visconde de Indaiatuba em agosto de 1921, e que eram revendidos, menos de um ano depois, por dez vezes o valor da compra.⁶⁹

2.4. Convivência de diversos, turbulências.

Com o “ressurgimento”, dava-se também um clima de efervescência.

A cidade, que viera “vegetando”, saía do sono tranquilo de consensos e idílios de sua *belle-époque* e entrava num momento turbulento.

Os novos padrões, já anunciados, não estavam contudo plenamente assentes.

Washington Luís, eleito presidente do Estado para a legislatura 1920-24, dizia, em sua “plataforma política”:

⁶⁸ RRO, 1921. Documento datado de 15.01.1922.

⁶⁹ Atas da Câmara, sessões de 27.08.1921 e 03.09.1921 (compra dos terrenos), 04.03.1922 e 03.04.1922 (expressões citadas), e 06.05.1922 (referência à venda dos terrenos). AC, livro 168 f. 83v e 86v, livro 169 f. 9, 41 e 76.

“Duas exposições industriais, em 1917 e 1918, não obstante regionaes, demonstraram exuberantemente que em nosso Estado, como então notei, «numa crise de transformação economica, surgiu o periodo industrial, coexistindo ainda com o agricola» (...)”.⁷⁰

A observação se applicava com precisão à Campinas daquele início dos anos 20 – numa crise de transformação econômica, entrando no período industrial, ainda não assente, contudo. As duas fábricas, de tecidos elásticos e de seda e sericultura, que marcavam o “ressurgimento industrial” da cidade, já haviam recebido o sinal verde das isenções, e iam sendo instaladas, mas nenhuma estava em funcionamento.

Ao longo das ruas, conviviam as casas construídas nos alinhamento, não apenas pela permanência residual de exemplares alinhados, mas pelas condições presentes, que permitiam a construção de casas de ambos os padrões (o que efetivamente acontecia).⁷¹

As linhas recurvas de inspiração vegetal dos tratamentos parietais (de inspiração *art-nouveau*) dos anos anteriores são crescentemente submetidas a composições geometrizadas; como entretanto essas últimas comportam ainda muitas vezes motivos naturais e caprichosos, ambas as características, geométrica e naturalista, convivem.

Pelas ruas, os automóveis, presença bastante discreta até o início da década, disputam o espaço com os transeuntes, com as carroças e com os animais.

Em 1917, eram registrados na cidade pouco mais de 60 automóveis. Quando quebrara o Ford da prefeitura (ao lado de um auto-caminhão, único veículo automotor da Prefeitura à época), Heitor Penteado recorreu a empresa de São Paulo para o concerto. A “gazolina” era vendida em latas, em lojas pela cidade. Em 1918, e à vista da “crise de fornecimento” do produto, certamente por conta da guerra, a Prefeitura conseguia da Standard Oil Co. em São Paulo o envio de 110 caixas, por encomenda especial quantia calculada segundo quantidades racionadas levando-se em conta apenas os automóveis pertencentes a médicos e os autos de praça. Nesse momento, havia 84 automóveis na cidade, sendo 18 autos de praça (táxis), 11 pertencentes a médicos e os restantes 55 aos demais particulares.⁷²

Em 1920 tem-se pedido para instalação de tanque subterrâneo de combustível, atendido por resolução do mesmo ano, quando também já se apresentava projeto de lei para “maior regularidade do serviço de automóveis”. Até fins de 1922, pedidos para instalação de bombas “nas calçadas” levavam a

⁷⁰ Washington Luís, “Plataforma política”, lida no Teatro Municipal de São Paulo a 25.01.1920. in Eugênio Egas, op. cit., p. 94.

⁷¹ A lei 265 havia deixado essa possibilidade de convivência, fixando apenas recuos mínimos para o caso das casas isoladas. Mesmo na av. Andrade Neves – que junto com a Barão de Itapura eram as únicas para as quais o recuo era obrigatório, a convivência entre os dois padrões era não obstante o que se dava na prática, à vista da ocupação anterior à lei que ali já existia. E a Barão de Itapura, mais deserta, assim ia permanecendo, sem formar um conjunto que seguisse no todo o novo padrão. Voltaremos ao caso da ocupação dessas avenidas, no início do capítulo 4.

⁷² Livro de registro de veículos. Arquivo Municipal. Conta dos serviços do concerto apresentada pela Brazilian Warrant Co., datada de 05.02.1917, e mais dois documentos anexos. Arquivo Municipal, cx. 1917-1. Carta de João Jorge, Figueiredo & Cia. ao Prefeito, comunicando a compra de 110 caixas de gasolina, s/d (“respondida a 25.05.1918”), e outros dois documentos anexos. Arquivo Municipal.

municipalidade a elaborar novo ato a respeito – já não uma resolução, ato com caráter particular, mas agora uma lei.⁷³

As carroças, entretanto, eram ainda o meio que predominava, largamente, tanto nas casas comerciais quanto no transporte privado.⁷⁴

A convivência dos diversos, malgrado a turbulência em que ia se dando, não resultava de imediato no estabelecimento de um padrão hegemônico, de uma “visão única”. Bom exemplo do que aqui se afirma é a continuidade do atendimento aos novos padrões de residências por meio de legislação parcial, não-sistemática.

Desde 1908 havia um primeiro estudo para uma nova lei que substituísse na íntegra os padrões da lei 43 – tida já então como anacrônica. Em meados dos anos de 1910, o vereador Justo Pereira elaborara uma proposta de um novo código de posturas, em que se incluía uma nova legislação edilícia. Já referimos as declarações de Heitor Penteado e de Acrísio Cruz a respeito em 1911 (cap. 2). Em fins dos anos dez e início dos anos vinte, multiplicam-se as referências à necessidade de uma nova lei edilícia, que substituísse na íntegra a lei 43, dando cabo da necessidade de seguidas reformas parciais da mesma.

E, não obstante os sucessivos repetidos clamores e os diferentes estudos já realizados a respeito, não se chega, naquele momento, à edição de uma nova sistemática. Antes pelo contrário: em 1922, tramitando em regime de urgência, é editada ainda mais uma lei modificando parcialmente e à vista de caso particular padrões da lei 43.⁷⁵

Mas a crise não era apenas um momento de co-existência de velhas e novas formas. Era, como referido, um momento de efervescência, e de como que disputas intestinas.

Entre o velho já condenado, e o novo ainda não de todo assente, fazia-se um vácuo em que as liberdades eram indeterminadas.

A convivência de automóveis, carroças e animais não era nem pacífica, nem ordeira. Na apresentação de projeto “para maior regularidade do serviço de veículos”, referia-se “os vários desmandos

⁷³ Resolução 589, de 10.08.1920. Atende pedido de Raul Santiago Bergalo, do Rio de Janeiro, que a Câmara recebera na sessão de 10.04.1920. AC, livro 167 f. 134-134v. Sobre a apresentação de projeto de lei acerca do “serviço de automóveis”, ata da sessão de 16.10.1920. AC, livro 168, f. 22v. Lei 299, de 28.12.1922. O projeto de que resulta essa lei foi apresentado na sessão de 20.10.1922, donde também a referência aos pedidos de colocação de bombas. AC, livro 169, p. 205-206.

⁷⁴ Ainda em meados da década, como veremos mais à frente, permanecia a preponderância das carroças.

⁷⁵ Lei 284, de 24.05.1922. Em ainda outra demonstração do aspecto a-sistemático da legislação, essa mesma lei, no seu artigo 5º, pressupõe a existência de porões habitáveis nos alinhamentos, que a rigor haviam sido proscritos pela lei 223. Com efeito, esse artigo lê: “Os porões com 2m50 de altura ou mais poderão ter aberturas moveis para a rua, guarnecidas com caixilhos e vidros com respectiva folha, desde que as mesmas fiquem na abertura minima [sic] de 1,80 medidos do passeio – na parte mais alta do declive da rua – ao peitoril”. O processo de que resulta tem início com um ofício à Câmara do engenheiro municipal citando o caso de construção pleiteada para a esquina das ruas Conceição e General Carneiro (atual Luzitana). Na apresentação do projeto de lei, Pedro Anderson cita ainda o caso “do prédio nº 97 (antigo) da rua General Osório”, requerendo-se urgência na tramitação “visto acharem-se na Repartição de Obras diversas plantas cuja aprovação dependem [sic] da citada lei”. O ofício do engenheiro municipal era datado de 05 de Maio, sendo a lei promulgada como visto ainda no mesmo mês. Papéis da lei 284. AC, cx. 112.

verificados em dito serviço, exercido as vezes por menores e embriagados”.⁷⁶ As boiadas continuavam atravessando a cidade, no seu percurso desde os desembarcadouros das estradas de ferro e até ao matadouro, com crescente desconforto e muito embora fosse velha a intenção de se abrir um caminho alternativo.⁷⁷

A legislatura de 1920-22 seria particularmente conturbada. Contam-se diversas vezes em que o presidente tivera necessidade de fazer soar o sino e interromper a sessão, por conta de “frases violentas” trocadas entre edis (quase todos da mesma chapa – da chapa única do PRP – e não obstante prezando certa “independência”). Até mesmo processo de impeachment contra o prefeito ventilou-se – sob a alegação de que, ausentando-se da cidade, abandonara o cargo. Justamente em momentos decisivos do difícil embate com a Companhia de Águas, que resistia em atender às demandas da cidade em crescimento. Motivo de lhe imputarem também falta de firmeza e de hombridade...⁷⁸

A placidez dos anos 10 e da administração Heitor Penteado haviam claramente sido deixados para trás.

Também nas relações de trabalho padecia-se, segundo algumas testemunhas, de uma polvorosa assemelhada. Talvez aqui a agitação fosse fato menos novo. Já referimos a greve de 1917, reprimida a tiros de espingarda, falecendo três operários. De todo modo, a agitação quando menos não arrefecera, e a palavra de ordem era “harmonizar capital e trabalho”.⁷⁹

Certa ameaça de “desintegração social” pairava no ar. Não era restrita à questão operária, ou das “relações capital-trabalho”. A ocupação crescente do território vinha demandando a fixação mais precisa de fronteiras, em processos nem sempre pacíficos. E também as massas de imigrantes eram agora vistas, sob uma nova ótica, como potencial ameaça à integridade da nação.

Já em 1915, a esse respeito, pronunciara-se Sampaio Dória:

“Ao passo que o velho mundo reivindica, na guerra, o principio de nacionalidade, nós andamos caminho opposto, promovendo a desagregação nacional por entre sisaniais num anseio desvairado de separatismo, que enfraquece. Mais que a extensão territorial immensa do paiz, com populações de varias raças, disseminadas, sem vias rápidas que as approximem, têm concorrido para afrouxar os

⁷⁶ Ata da sessão de 16.10.1920. AC, livro 168, f. 22v.

⁷⁷ A defesa de um verdadeiro anel de contorno para boiadas consta já em 1910, na ata da sessão de 17 de Maio. AC, livro 165, f. 125v-126. Treze anos passados, em requerimento, os interessados se diziam “obrigados constantemente a conduzirem suas boiadas em pleno dia [pela cidade] contra o regulamento municipal e sujeitos a repetidas multas”, apontando a realização de uma tal “estrada para boiadas” como “única solução possível para o caso”. Requerimento de Maio de 1923, sem número de protocolo. Arquivo Municipal. Veja-se também ata de 16.05.1923. AC, livro 170, f. 30.

⁷⁸ Cf. diversos registros em ata.

⁷⁹ Atas da Câmara de Campinas no período. Antônio de Sampaio Dória, *A questão social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922, passim. _____, *O espírito das democracias*. São Paulo: Monteiro Lobato: 1924, p. 10-11.

laços da unidade nacional assim o excesso imprudente da federação republicana, como a condensação histórica de corpos estranhos, no organismo do país. (...)”⁸⁰

E dizia Washington Luís, presidente do Estado, em 1922:

“A questão da imigração, entre nós, não é somente um problema de braços para a lavoura, é também um problema delicado e respeitável da nossa nacionalidade. (...) / Somos (...) um país de imigração, é verdade; mas somos um país, uma nação, uma pátria. Adquirida, aqui, a nacionalidade, há que conservá-la, defendê-la, amá-la. sem isso, teremos a desintegração da terra, a confusão dos povos, a transformação em colônias, a desaparecimento, por consequência, da própria nacionalidade”⁸¹

Em meados de 1920, o Estado passava um momento de turbulência econômica. Muitos dos empreendimentos a que havia dado oportunidade o evento da guerra européia, com a limitação das importações, e com demandas intensas de exportação, de carne congelada, por exemplo, e num surto empresarial e industrial de que Campinas, diga-se de passagem, pouco participava, entravam em crise ou simplesmente colapsavam. O presidente do Estado, em seu pronunciamento anual ao congresso, a 14 de Julho de 1921, tratando desse assunto, dizia:

“queixam-se todos, e acusam-se reciprocamente”⁸²

A frase resume a cizânia generalizada com que aquele momento aparece.

2.5. A solução modular, ou “democrática”.

Simultaneamente, nesses primeiros anos da nova década, ocorre um esforço de redução, ou equacionamento, dessa efervescência generalizada. Dito esforço de redução, tal como efetivado em diferentes campos nesse momento específico, se caracteriza por alguns princípios recorrentes: a universalização (do acesso a bens e serviços, ou de procedimentos aplicados), o fracionamento em unidades reduzidas, a padronização dessas unidades.

Esse esforço de universalização, fracionamento e padronização – de redução da massa em turbilhão a uma série de unidades, pequenas e formalmente idênticas – era também chamado um esforço de “democratização”⁸³

⁸⁰ Antônio de Sampaio Dória, “Pela Pátria”, alocução aos estudantes da escola de comércio, em outubro de 1915. in _____, *O espírito das democracias*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 24.

⁸¹ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1922. in Eugênio Egas, *op.cit.*, p. 355-356. Poderia ter dito: “não é *mais* uma questão de braços para lavoura” – como fora de início, e nos anos de 1890

⁸² Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1921. in Eugênio Egas, *op.cit.*, p.198.

⁸³ Trata-se da recorrência do termo “democracia”, “democratização” e derivados em relação a reformas e outros movimentos imbuídos dos princípios referidos – universalização, fracionamento, padronização – no momento em causa. Não se trata de afirmar a identidade desses princípios com uma “democracia” ou “pensamento democrático” em geral. Para citar apenas um exemplo, a “democracia” que aparece no capítulo 7 do clássico *Raízes do Brasil* não

Já o fomento e a difusão do transporte rodoviário – do automóvel, ou dos “veículos independentes” – carrega-se desse significado.

“A estrada de ferro foi, e continuará a ser, não há duvida alguma, um extraordinario elemento do nosso progresso; mas hoje, não é o unico meio rapido de comunicação e não corresponde a todas as nossas necessidades; ella não passa, e não pode passar, em todas as cidades, não atravessa todas as fazendas, não entra em todos os terreiros, não pára á porta das tulhas, não vai do sítio á estação, nem da propriedade agrícola á casa de negocio”.⁸⁴

Trinta anos antes, não teria sido tão óbvio dizer da estrada de ferro que não podia passar por todas as fazendas. O “oeste” ainda era desbravado pela incorporação às culturas de grandes glebas, em coordenação com a extensão das estradas, cujos acionistas eram também os proprietários das glebas que iam sendo alcançadas e incorporadas.

Em 1920, a propriedade era fracionada. Não apenas a estrada de ferro não poderia agora certamente atender a todas as fazendas, mas – sobretudo – a todos os “sítios”. O transporte rodoviário, conhecida bandeira do governo estadual que se inaugurava, se apresentava assim como uma possibilidade de universalização do acesso aos meios de transporte, face ao crescimento da área habitada e à pulverização das propriedades. Sobretudo, no caso, as rurais.⁸⁵

Essa universalização (pretensa ou não) do acesso aos meios de transporte através da difusão de unidades “independentes” e reduzidas era também vista como uma condição neutra. Não impunha ou favorecia um tipo de produção. Uma vez que – nas palavras do presidente estradeiro – a “terra é fértil, e que para tudo produzir não precisa do auxilio do governo; e que o homem é trabalhador, e para tudo fazer também não precisa desse auxilio”⁸⁶, o provimento dos meios de transporte, condição, em si neutra, era tudo aquilo de que ao Estado caberia se incumbir

Já o aspecto reduzido e unitário do automóvel, quando comparado ao trem, e expresso no termo “veículo independente”, diz, como que numa metáfora, dessa tendência a uma “democratização”, ou universalização através de uma multiplicação de unidades seriadas, menores e “independentes”.

No plano de reforma do ensino primário no Estado, de 1920, a par de outros aspectos, estão em jogo esses mesmos princípios.

se evidencia como sinônima desses princípios (universalização/ fracionamento/ padronização). Por outro lado, fórmulas “democráticas” em termos pelo menos assemelhados àqueles em causa não são de todo restritas ao período em foco. As considerações de John Rawls não parecem de todo estranhas à solução “modular” dos anos 20. John Rawls, “Idéias fundamentais”, in _____, *O liberalismo político*. S. Paulo: Ática, 2000.

⁸⁴ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1920. in Eugênio Egas, op. cit., p. 124.

⁸⁵ É como o próprio W. Luís apresenta a questão, cf. a citação supra. Do ponto de vista deste trabalho, é indiferente que essa percepção correspondesse ou não a uma realidade efetiva, ou precisar até que ponto o transporte rodoviário seria uma necessidade tecnicamente estabelecida frente a supostas limitações da rede ferroviária. O fato de ter existido o rodoviarismo e de esse movimento de difusão do automóvel vir relacionado a um discurso “democrático” – no específico sentido em causa: universalização / fracionamento / serialização – é o que interessa para o argumento que temos em vista.

⁸⁶ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1922. in Eugênio Egas, op. cit., p. 395-6.

Em 1918, a educação primária no Estado, que deveria por lei ser propiciada, gratuitamente, pelo poder público estadual, a todas as crianças em idade escolar, atendia, contando-se também as escolas municipais e as particulares, a cerca de 48% do universo da demanda (do total de crianças de 7 a 12 anos, então a idade para o curso primário). Nas palavras do novo presidente (Washington Luís), seria preferível que “a instrução primária seja retribuída [paga], mas que seja ministrada a todos (...) do que seja prometida gratuita, para ser fornecida somente a poucos”.⁸⁷

“O ensino urbano é realmente modelar e suficiente; não assim o rural, que deve ser disseminado ainda mais, por inúmeras escolas onde se ensine a língua pátria, as coisas pátrias”.⁸⁸

Como entretanto o orçamento não comportasse a expansão do sistema nos padrões vigentes, a solução, que “ainda que com a brutalidade benéfica das intervenções cirúrgicas se impõe imediata, sem condescendências nem fraquezas”⁸⁹ passava pela redução do currículo, e do tempo, da formação de nível primário.

O curso primário fica reduzido a dois anos, reduzindo-se igualmente a idade escolar (antes dos 7 aos 12 anos), para os 9 e 10 anos de idade.

“(...) com o mesmo numero de professores, e portanto com identica despeza, podemos, ainda com sobra de lugares, acolher toda a população infantil em idade legal, dar-lhe escolas em numero suficiente, e portanto obrigar-a a frequência para receber o ensino”.⁹⁰

A universalização do acesso é também universalização enquanto homogeneização, ou padronização. Até então, o ensino primário durava, nas escolas rurais, dois anos, nas escolas distritais três e nos grupos escolares (onde já fora de cinco anos), quatro. “A reforma apenas unificou o ensino primário, estabelecendo-se um só typo desse curso (...)”.⁹¹

Unificava-se, correspondentemente, o padrão de formação dos professores, “marcando um só typo de Escola Normal”.⁹²

Esse processo de redução, universalização e homogeneização era dado como uma questão de “justiça”, calcada em um princípio “democrático”: “Dar educação a alguns, e não dar a todos, é profundamente injusto; é tratar com diferenças aos filhos, para os quaes foi assentado o lema da egualdade; (...) é tudo isso que não é democratico nem republicano”.⁹³

Vê-se que a justiça era dada como igualitarismo. À vista da redução operada no sistema de ensino, um igualitarismo restrito a uma base mínima. Universalizar a alfabetização – a marca do ensino primário, mormente quando, agora, reduzido a dois anos – era o “nosso ardente desejo”.⁹⁴ Sampaio Dória, arquiteto

⁸⁷ Idem, p. 140.

⁸⁸ Idem, p. 141.

⁸⁹ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1920. in Eugênio Egas, op. cit., p. 142.

⁹⁰ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1921. in Eugênio Egas, op. cit., p. 276-278.

⁹¹ Idem, ibidem.

⁹² Idem, ibidem.

⁹³ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1920. in Eugênio Egas, op. cit., p. 145.

⁹⁴ Washington Luís, pronunciamento ao congresso, 14.07.1921. in Eugênio Egas, op. cit., p. 276-278.

da reforma educacional que se implementava, via na “educação do povo” uma verdadeira panacéia para os males nacionais.⁹⁵ E a alfabetização não só como elemento-chave, mas também em larga medida suficiente, para aquele desiderato.

A alfabetização faculta a leitura, que não programa. Permanece por assim dizer um elemento neutro. A reforma da educação, restrita a um módulo mínimo, identificado em grande medida com a alfabetização era assim efetuada como universalização mediante multiplicação de uma unidade mínima e neutra – universalização mediante difusão de uma unidade mínima, neutra e padronizada.

Finalmente, no tocante à “harmonização” do “capital” e do “trabalho”, alguns procedimentos a que se chega por esse momento dizem desse mesmo espírito.

Em livro publicado em 1922 pelo mesmo Sampaio Dória, arquiteto da reforma da educação, e dedicado à “questão social”, procurando-se um equacionamento das relações capital-trabalho, a solução tida como ideal era a existência exclusiva de “produtores independentes”.⁹⁶ O fato de se admitir a inevitabilidade do salariato, propondo-se assim, a par de medidas tendentes a incentivar a produção independente, medidas regulatórias das relações capital-trabalho, ou patrões-empregados, não interfere na disposição da situação dada como ideal – todos e cada um como patrões de si mesmos, e apenas de si mesmo. Tem-se portanto como ideal uma completa pulverização do todo social em unidades mínimas e independentes.

A par dos modelos ideais, também no plano concreto nota-se movimento que, embora com motivações e finalidades distintas, passa também pela divisão em unidades mínimas. É no início dos anos vinte que (eventualmente em contraposição a contratos coletivos e à atuação de sindicatos) entra em uso, nas indústrias têxteis do Estado de São Paulo, o contrato individual. Esses contratos – uma como que multiplicação, ou pulverização, em pequenas unidades – logo se homogenizam, registrando-se em 1922 uma “tendência digna de louvores (...) à uniformização dos salários para o bem geral”.⁹⁷

Haveria portanto nesse momento um espírito difuso tendente a uma redução do todo a uma série de unidades neutras, homogêneas e de dimensões relativamente reduzidas, tendências “democráticas”, nos termos da época, e cuja presença podemos verificar nas reformas levadas a cabo no campo dos transportes, da educação e das relações de trabalho.

⁹⁵ Veja-se entre outros “A educação do povo”, em que a educação resolveria o problema da dívida pública e da falta de representatividade política. In Sampaio Dória, *O espírito da democracia*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 111-115. Outro elemento que Sampaio Dória dá como potencial responsável por verdadeiro “milagre” é o voto secreto – “o voto secreto será o milagre” (op. cit., p. 193). Como entretanto os efeitos positivos da implantação do voto secreto dependeriam da educação do povo, essa outra panacéia não chega a deslocar a importância da primeira.

⁹⁶ “(...) a solução mais estável, mais larga e mais justa é a eliminação progressiva, e quanto possível, do salariato e do patronato, com a predominância do «productor independente»”. Antônio de Sampaio Dória, *A questão social*. São Paulo: Monteiro Lobato: 1922, p. 311.

⁹⁷ Circular do Centro de Indústrias de S. Paulo, 05.07.1922, apud. Marcos Alberto Horta e Lima, *Os industriais paulistas nos anos 20: aspectos da sua atuação política*. Campinas: Unicamp (mestrado), 1992, p.10, e _____, op. cit., p. 10 e passim.

2.6. Modularidade no ordenamento da cidade e das fachadas.

Estas mesmas tendências não poderiam estar ausentes da organização da própria cidade, e da arquitetura dos seus edifícios.

Remonta possivelmente aos anos de 1870 o início da numeração dos prédios em Campinas.⁹⁸ Arbitrando-se uma dada casa, numa das extremidades do logradouro, para origem, e determinando-se um lado par e um lado ímpar, as demais eram numeradas numa seqüência única, independentemente do tamanho de cada uma, ou de haver ou não espaço entre duas delas.

Reconhecia-se simplesmente o fato: de que a cidade era constituída pelas casas ali existentes.

Se, passado algum tempo, construía-se uma nova casa entre a que recebera o número 3 e a de nº 5, esta poderia ser a de nº 3-A. se ainda outra fosse construída, entre a de nº 3-A e a nº 5, seria a 3-B. Caso de solução menos imediata seria a identificação de uma que viesse a ser construída entre o nº 3 e 3-A. Ou de casas construídas para além daquela que correspondera à origem da contagem. Quando se chegava a certo acúmulo de novas propriedades intercaladas, e conseqüentemente acúmulo de letras ou mesmo de casos que fugiam à lógica do sistema, então era chegada a hora de re-estabelecer a seqüência numérica, com uma simples recontagem. A origem era deslocada, se fosse o caso, e as casas re-numeradas seguindo a ordem dos números pares ou ímpares, conforme ocupassem um ou outro lado da rua, e eliminando-se aqueles números que, diferenciados pelo acréscimo de letras, haviam se repetido.⁹⁹

Com o início de uma ocupação, esparsa mas consistente, para além dos limites naturais da região mais adensada (onde o espaço para inclusão de novas edificações entre as existentes era portanto menor), os limites e inconvenientes desse sistema se tornariam agudas. A rua Culto à Ciência, contando com poucas edificações do lado esquerdo (de quem olhe desde a cidade, tal como na foto da fig. 8), e somente o edifício do Colégio Culto à Ciência, do lado oposto, até fins da primeira década do século XX, e cuja ocupação coincidira com os anos da administração Heitor Penteado, como já visto, serve de exemplo.

Do lado ímpar, a extensão total do logradouro, cerca de 600 metros, ficava dividida proximamente ao meio pela rua Hércules Florence. A quadra entre esta e a Av. Barão de Itapura corresponde integralmente à propriedade do colégio, que recebia o nº 1. Na outra quadra, encontrava-se o único outro número de todo aquele lado do logradouro, o nº 3, já próximo da esquina com a Marechal Deodoro.

⁹⁸ José Roberto do Amaral Lapa, *A cidade, os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*, São Paulo: Edusp, 1996, p. 123, nos informa: “Em 27 de dezembro de 1871, a Câmara determinou a numeração das casas com placas (...)”, sem entretanto precisar a fonte dessa informação.

⁹⁹ Uma dessas recontagens, ou re-emplacamentos, se dera em 1893, e outras se seguiram. Em cadernos organizados quando de mudança no sistema de numeração, como veremos à frente, trazendo a equivalência com a numeração posterior, a primeira e a segunda coluna trazem a designação “anterior a 1893” e “1893”, respectivamente, sugerindo que o re-emplacamento de 1893 teria sido o primeiro havido, desde o início da numeração dos prédios. Embora a terceira coluna seja já de 1922, encontram-se no Arquivo Municipal cadernos de re-emplacamento datados de 1902.

Corresponderia a um portão, secundário, de acesso à sede da antiga “chácara do Serafim”, sendo certo que edificações, daquele lado, somente havia o colégio.

Em Maio de 1912, no requerimento para construção do que seria a segunda residência naquele trecho, para o dr. João da Silva Telles Rudge, esta vinha identificada como o nº 9 daquela rua. Havia-se desprezado o antigo nº 3, que lhe ficava à esquerda (em direção à cidade), e contado à direita (em direção ao colégio), correspondendo aos nºs 3, 5 e 7, apenas aquelas 3 propriedades que, já vendidas por Orosimbo, haviam sido desmembradas da gleba original – muito embora essas perfizessem apenas 60 dos mais de 200 metros de terrenos da mesma quadra à direita da propriedade em questão.

Em Janeiro de 1913, já vendidas 6 novas faixas naqueles 200 metros – tornando seis vezes obsoleta a numeração indicada no requerimento para a residência do dr. Telles Rudge –, o requerimento para a construção da residência de Paulo Décourt, disposta entre o colégio e todas as outras 3 construídas até então naquele flanco, adotava a identidade: “Culto á Sciencia, 1-A”. Ano e meio mais tarde, entre essa última e o colégio, tem-se o requerimento para a construção das quatro casas de Benjammin Pazzinato, esquina com Hércules Florence. Em 1917, a residência de José Augusto, entre essas últimas e a anterior, vinha identificada como 1-C – reservando-se o 1-A e 1-B para as casas de Benjamin Pazzinato, à direita, e passando a 1-D a de Paulo Décourt, à esquerda.

O outro flanco da rua era dividido em três quadras, somando-se à rua Hércules Florence a travessa Ramos de Azevedo, que vinha morrer num portão do colégio. Desse lado da rua, a origem, ou seja, o nº 2, ocupava a esquina dessa travessa, na quadra entre dita travessa e a rua Hércules Florence. Toda a quadra para além da travessa Ramos de Azevedo, até a Av. Itapura ficava portanto aquém da origem. O expediente usado para a identificação das propriedades que iam sendo constituídas nessa quadra, aquém do primeiro número da rua, foi o emprego das letras já como identificação principal do imóvel, seguidas do nº 2 (A-2, B-2, C-2 etc.). O acréscimo do número dava-se possivelmente para prevenir confusões com relação, por exemplo, aos referidos imóveis 1-A, 1-B, 1-C etc., que eram por vezes referidos apenas pela letra, desprezando-se o número. O acréscimo do número trazia entretanto novas razões para confusão, pois ocorria a diferentes agentes, seguindo os termos gerais do sistema vigente, referirem-se a propriedades daquela quadra como 2-“letra”, e não “letra”-2. De resto, a mesma propriedade que Guilherme Zülke identificava como D-2 em 1913 era, quando de seu requerimento referido no início deste capítulo, a H-2.

Em ofício de 9 de Abril de 1915, o Prefeito pedia à Câmara autorização para proceder “à reforma do emplacamento da cidade, que disso carece”. Não fica claro se com “reforma” se indicava apenas mais uma recontagem e re-emplacamento nas normas do sistema vigente ou se já também o estabelecimento de um novo sistema de contagem, mas a segunda hipótese é a que fica patente no parecer exarado nesse mesmo ofício, a 14 de Novembro do mesmo ano:

“As comissões de legislação e finanças acolhem com applausos a idéa da digna Prefeitura Municipal de reformar o emplacamento da cidade. / É indubitável que o systema actual de emplacamento das novas ruas e numeração de casas deixa tudo a desejar. Attendendo ao crescente

desenvolvimento da cidade – ao grande numero de construcções novas – esta municipalidade deveria adoptar um systema de numeração de casas que correspondesse ás necessidades da cidade. Nesse sentido, as Comissões lembram a conveniencia da adopção do systema moderno usado em Santos e Belo Horizonte, onde os quarteirões são divididos em secções de 4 metros, a cada uma das quaes cabe um numeração”.¹⁰⁰

Apenas, que no caso de Campinas, sugeria-se que a medida das divisões fosse não de 4 mas de 7 metros – mínimo que o código de 1896 estabelecera para a frente dos lotes na cidade.

O parecer era como se vê quase nove meses posterior ao officio; outros sete decorreriam até fosse apresentado em plenário, na sessão de 17 de Junho de 1916, retornando os papéis à Prefeitura para elaboração de projeto a respeito, pela Repartição de Obras.¹⁰¹

Não encontramos mais quaisquer referências a respeito até fins de 1919, quando, na sessão de 20 de Dezembro, “O senhor Álvaro Ribeiro submete á apreciação da casa uma indicação pela qual pede á Prefeitura informar sobre o uso practico de proceder-se á revisão geral do emplacamento da cidade, que disso carece”.¹⁰²

No início dos anos vinte, procede-se a re-emplacamento dos logradouros da cidade, com troca das placas de identificação dos mesmos, introdução de um maior número de placas por extensão de rua e identificação de novos logradouros sem nome na ocasião. Não fica claro se a reforma do sistema de numeração dos prédios fazia parte desse re-emplacamento geral, mas no relatório da prefeitura referente ao ano de 1921, encaminhado à Câmara em Fevereiro de 1922, temos que “a repartição [de obras] prosseguiu nos trabalhos de *re-emplacamento predial* da cidade e bairros, os quais se aproximam da conclusão” (grifo nosso).¹⁰³ Trabalhos terminados ao que tudo indica nesse mesmo ano, pois que a nova numeração, derivando possivelmente da indicação de Álvaro Ribeiro e seguindo o sistema “moderno” já indicado no parecer de fins de 1915, aparece nos cadernos que registram a equivalência com a numeração anterior sob a rubrica “1922”.¹⁰⁴

Introduzia- um módulo abstrato, de sete metros, tido como medida mínima da frente de um lote, para a contagem de números ao longo de extensões ainda não ocupadas entre duas edificações existentes. Novidade que tinha efeito sobretudo no caso das ocupações, mais dispersas, que iam se dando nos arrabaldes, e que haviam sido a principal motivação para a reforma do sistema.

¹⁰⁰ Officio do executivo n° 1154, de 09 de Abril de 1915, com a cota das comissões da Câmara no mesmo. Arquivo Municipal. O parecer é da lavra do vereador Silvio de Moraes Salles, a julgar pela caligrafia, compatível com a de sua assinatura, que é também a primeira das que subscrevem o mesmo.

¹⁰¹ AC, livro 166 f. 73, e cota no parecer e officio referidos.

¹⁰² AC, livro 167, f. 111v-112.

¹⁰³ RPM, 1921.

¹⁰⁴ Arquivo Municipal, cadernos do emplacamento de 1922. A equivalência de numerações anteriores com a nova é dada em três colunas: “anterior”, “1893” e “1922”. Em caderno equivalente a esse, referente a ainda outra mudança do sistema de numeração, de que trataremos mais à frente, as três primeiras colunas repetem essas. Embora não seja regra, pode-se apontar requerimento já de 1920 em que o imóvel é identificado já sob o número que lhe corresponde pelo novo sistema. Arquivo Municipal, cx. 1920-2, protocolo n° 6542, requerimento de Colatino Fidelis, para “reconstruir muro do quintal, caído com a chuva”.

Na rua Culto à Ciência, em quadra defronte do Colégio homônimo e na esquina com a rua Hércules Florence, havia naquele momento duas casas. Mais para o meio da quadra, concentrava-se uma série de casas menores, todas em lotes de cinco ou menos metros de frente. Entre esses dois conjuntos, havia um grande terreno, desocupado, numa extensão de 44 metros aproximadamente. Quando do re-emplacamento pelo novo sistema, essas casas eram: as do conjunto ao meio da quadra, as de nºs 10, 12, 14, 16, 18 e 20, e as duas junto à esquina as de nºs 22 e 24. Pelo novo sistema, receberam os números 58, 60, 62, 64, 66 e 68 (as do conjunto ao meio), 82 e 84 (as duas junto à esquina). Ao terreno vago eram atribuídas portanto 6 unidades (70, 72, 74, 76, 78 e 80), correspondentes ao número de módulos de 7 metros que comportava ($44 / 7 = 6 \frac{2}{7}$, ou 6, desprezando-se a fração).

Na quadra em que José Augusto então residia, entre a sua residência (então nº 1-C) e a de seu vizinho Paulo Décourt (então nº 1-D), havia duas propriedades não-edificadas (um terreno recentemente adquirido por André Masini, e outro do próprio Paulo Décourt), numa extensão total de cerca de 38 metros. No re-emplacamento de 1922, a “Villa Quirino dos Santos” recebia o nº 11, e a de Paulo Décourt o nº 23 (o intervalo, de cinco unidades, correspondendo ao número de vezes que os terrenos vagos que separavam as propriedades já edificadas comportava o módulo de 7 metros).

Visava-se com o novo sistema, evidentemente, que as construções futuras nos terrenos vagos, por assim dizer se encaixando nos módulos de contagem desses terrenos, pudessem ser identificadas, e assim incorporadas oficialmente à cidade, sem que com isso houvesse maiores possibilidades de interferência na identidade (numérica) dos edifícios já existentes.

As propriedades já edificadas eram numeradas independentemente da extensão de suas testadas. Dando-se o caso de que houvesse duas casas em 10 metros de extensão, receberiam dois números consecutivos, não obstante o módulo fosse de sete metros. Inversamente, havendo uma propriedade já edificada de 14 metros de frente, corresponderia a uma única unidade numérica, malgrado comportasse dois dos módulos. Mantinha-se assim, na parte da já ocupada, o entendimento tácito de que a cidade era constituída dos edifícios de que se compunha. Ao mesmo tempo passa-se a adotar um módulo padronizado, dado como medida mínima de referência para a frente de um lote, que permite (ou supostamente permitiria) a incorporação dos arrabaldes de maneira “racional” – sem necessidade de constantes re-numerações, e sem que na incorporação de novas unidades a identidade de outras, pré-existent, devesse eventualmente sofrer alteração. Tudo estaria de antemão determinado, controlado, racionalizado, mediante a aplicação de um módulo, mínimo e neutro.

Se no rodoviarismo, quando comparado com o sistema ferroviário, na reforma educacional e na recente difusão dos contratos individuais tem-se igualmente o estabelecimento e difusão de unidades mínimas e neutras, também a reforma do sistema de identificação predial da cidade realiza-se mediante a introdução de um módulo de contagem que é unidade mínima, pois que corresponde à menor medida possível para a frente de um lote, e neutra, pois que em cada lote a construção poderia seguir os mais diferentes padrões, tanto quanto ao estilo, de que se verifica com efeito uma relativa diversidade naquele

momento, como quanto aos padrões de ocupação, podendo-se em quase toda a cidade construir-se indistintamente nos alinhamentos ou deles recuados. Se o rodoviarismo se proclamava meio de acessibilidade (e aproveitamento econômico) das inúmeras pequenas propriedades que ganhavam peso no Estado, e se a reforma do ensino, visando a universalização da alfabetização, tinha como grande desafio o ensino rural (“o ensino urbano é realmente modelar e suficiente”), também aqui a reforma introduzida relaciona-se sobretudo à expansão dos “arrabaldes”, visando sua incorporação à cidade num sistema unificado.

Nos mesmos anos em que era executado o re-empacamento dos prédios da cidade pelo sistema que introduzia um módulo de contagem, nota-se, em meio às tendência difusas de geometrização, o emprego de figuras geométricas simples e seriadas, e particularmente de quadrados, de modo seriado e modular, na composição e ornamentação das fachadas.

A aplicação de quadrados de maneira seriada e modular coincide, conceitualmente, com a aplicação de um módulo para identificação numérica dos prédios. No caso das fachadas, entretanto, não se trata, como no caso do re-empacamento, de uma mudança pontual que substitui integral e definitivamente o sistema anterior. Quanto às fachadas, a tendência referida se verifica nos seguintes termos: 1) O uso de motivos naturais, como ramos e folhagens, desenvolvendo-se em linhas extensas que percorrem com liberdade extensões ininterruptas, ou seja, aquelas fachadas com matiz *art-nouveau*, comuns nos anos de constituição da rua Culto à Ciência como tal (cap. 1), já não se contam mais a partir de 1920. 2) Em meio ao processo difuso de geometrização, contam-se, particularmente em 1922, exemplos do emprego de quadrados, em séries ou quadriculas, com aspecto de autonomia e modularidade das unidades, como detalhamos adiante, maneira esta de que encontramos, inversamente, nos anos anteriores à nova década, apenas casos de todo excepcionais.

Dois desses casos de exceção, compatíveis com os casos de 1922 que nos interessam, são duas das residências com porão elevado que Euclides Vieira projeta em 1912, já referidas anteriormente (cap. 1, fig. 3b-c). Euclides, funcionário da Cia. Mogiana, prossegue nos anos seguintes elaborando projetos que na sua maioria mantém como característica certo geometrismo, onde não deixam de comparecer quadriculas. Na maior parte desses outros casos, entretanto, tem-se um aspecto de rendilhado ou pontilhismo que não se confunde com a autonomia e modularidade de que os mesmos elementos se revestem nos projetos de 1922. Aspecto de rendilhado ou pontilhismo que termina aproximando esses projetos, embora geometrizes, de certa leveza da *belle-époque* então ainda reinante.

Em Julho de 1917, poucos meses depois do polêmico projeto para José Augusto Quirino dos Santos, Euclides dava entrada em projeto de um sobrado para sua própria família, à rua Dr. Quirino, esquina da Marechal Deodoro (fig. 14a),¹⁰⁵ e de dois outros, geminados, para Anna de Campos Ferreira, em 1917, à

¹⁰⁵ Mesma quadra das casas com porão elevado que Euclides construía em 1912 para Isabel Barbosa de Oliveira, avó de sua esposa (cap. 1). É de se pensar que toda a quadra correspondesse a propriedades da família de sua esposa, que iam sendo retalhadas e edificadas.

rua Barão de Jaguará, esquina da Duque de Caxias (fig. 14b).¹⁰⁶ São as duas primeiras unidades de dois andares (e não de porão elevado) isoladas no lote de que temos notícia no período do estudo.

Em ambos esses projetos tem-se pequenos quadrados, que alinhados ou fundidos em faixas verticais, ou compondo quadriculas, realizam diferentes elementos da fachada. No sobrado para o próprio Euclides, os elementos compostos com base nesses quadrados de ponto reduzido resumem-se às janelas do andar inferior, havendo no superior elementos compostos com base em quadrados de ponto maior. Nas unidades para Anna Campos Ferreira, a composição com base em quadrados de ponto menor estende-se e domina toda a fachada, comparecendo em todos os caixilhos de todas as seis janelas que se vê no desenho, e ainda nas bandeiras das duas portas de entrada e nas faixas laterais que guarnecem essas mesmas portas. O tamanho da célula e a sua multiplicidade (nº de unidades por unidade de superfície) dificultam a apreensão das unidades-componentes individualmente, favorecendo a apreensão do conjunto das superfícies apenas, como uma malha de ponto reduzido, fina, ou ainda uma superfície pontilhada.

Importa notar também a o modo de composição e disposição dessas unidades. As folhas das portas compõem-se de quadrados maiores que correspondem cada um a nove dos quadrados menores. Nas folhas móveis das janelas, os seis décimos intermediários se apresentam como faixas verticais que correspondem cada uma a seis dos quadrados menores dispostos em linha. Ainda que essas novas divisões correspondam a certo número das unidades menores, não se tem transição entre unidades de multiplicidade imediata (o dobro ou a metade), e não se verifica em nenhum lugar a justaposição e superposição de figuras semelhantes e sucessivas formadas a partir da mesma unidade base em combinações simples e imediatas, como será relativamente comum em casos de 1922.

Em 1920 – no limiar, mas ainda antes, do “renascimento” da cidade – contamos 2 exemplares (fig. 15a-b) com presença de quadrados e quadriculas em ponto pequeno, ao modo dos que antes se contavam apenas na obra de Euclides, sendo aqui, pela primeira vez, já de outros arquitetos.

Anexo a protocolo de 1921 é o projeto da fig. 15f, em que o valor de unidade modular dos quadrados já toma o lugar dos desenvolvimentos ao modo de rendilhado. Projeto de uso misto (habitação e comércio), esquina das ruas Saldanha Marinho e travessa Ramos de Azevedo, a uma quadra da Culto à Ciência, apresenta uma cimalha simples e abaixo dela elementos – envasaduras, gradis, caixilharias e raros apliques – compostos exclusivamente com base em quadrados. São quadrados os dois óculos do porão, e compostas de quadrados e suas diagonais as grades que guarnecem essas aberturas. As portas da parte comercial são retângulos compostos de dois quadrados, sendo uma metade desses mesmos quadrados a medida da bandeira dessas portas. A envasadura da porta da parte residencial é um retângulo composto de quatro quadrados, ao qual se superpõe ainda um quinto quadrado de mesma dimensão, que constitui a única ornamentação parietal do projeto, ela mesma composta com quadrados. As envasaduras das janelas

¹⁰⁶ Protocolos nº 849 e nº 773 (número rasgado), ambos de Julho de 1917. Arquivo Municipal.

Fig.14. Sobrados projetados por Euclides Vieira em 1917: acima, para sua própria família; abaixo, geminados para D. Anna de Campos Ferreira. Exemplos de ornamentação geométrica com base em quadrados onde entretanto resulta composição graciosa, e (sobretudo no segundo caso) um aspecto de leve rendilhado, compatível ainda com as composições da *belle-époque*.

são retângulos que correspondem a dois quadrados cada, e a caixilharia divide-se em outros quadrados e retângulos sucessivos e semelhantes.

A parte a presença não apenas generalizada, mas dominante, do quadrado como elemento de composição nesse projeto, interessa notar duas diferenças com relação ao dos sobrados para Anna Campos. Primeiro, que os quadrados apresentam aqui valor de unidades autônomas, ou seja, unidades passíveis de serem facilmente apreendidas cada uma em separado, diferenciada das demais. Concorre para essa autonomia a baixa multiplicidade dos elementos – os quadrados menores aparecem no máximo aos pares, por exemplo. Note-se ainda, nesse mesmo sentido, que os quadrados que modulam envasaduras e

elementos distintos, digamos por exemplo, os cinco em que se conta a porta, e os dois em que se conta cada janela, não correspondem a uma mesma unidade – não sendo portanto partes de uma única malha que atravessasse toda a fachada.

A parte a autonomia dos elementos, interessa notar uma segunda diferença com relação aos casos precedentes, agora quanto ao arranjo das unidades, que também co-determina o aspecto de modulação. Tem-se que diferentes elementos que se colocam lado a lado correspondem a combinações ou divisões simples uns dos outros. Ou ainda (fenômeno correlativo): pode-se identificar as mesmas figuras na reunião de elementos distintos, mas afinal equivalentes. Assim, por exemplo, as janelas apresentam quadrados (formas idênticas) compostos de três maneiras diferentes: como uma reunião de quatro outros quadrados, como uma soma de dois retângulos, e como uma soma de um retângulo e dois quadrados.

As figs. 15c, 15d e 15e reproduzem fachadas projetadas no ano de 1922. Embora com aspectos relativamente distintos, todas tem evidente o emprego do quadrado como elemento de composição e decoração. E em todas, tal como no exemplo anterior, esse elemento comparece como elemento autônomo, e que se aplica de maneira modular ou seriada. Mesmo no caso da fig. 14c, em que a caixilharia das janelas corresponde a uma quadrícula homogênea, o aspecto não se confunde com o de rendilhado que envolvia retículas de ponto menor. Dir-se-ia que aqui a escala dos quadrados em que se divide o caixilho é grande o suficiente, e a multiplicidade inversamente pequena o suficiente, para que o aspecto geral não se confunda com o de um rendilhado, mas pequena o suficiente para que fique sugerida a repetição ou seriação do elemento-base. Na caixilharia dos outros dois casos, de modo análogo ao já observado quanto àquela do exemplar de 1921, pode-se falar num arranjo que sugere composições modulares: a reunião de elementos justapostos corresponde à forma de um terceiro elemento, que também se encontra ao lado. Nesses dois últimos nota-se ainda a presença de frisos compostos por uma seriação simples de quadrados.

Esses últimos quatro exemplos (figs. 15c-f) dão a ver o emprego de quadrados e quadriculas sob o aspecto que, afirmamos, torna-se relativamente comum em 1922, quando era marcadamente caso de exceção até 1920.

A parte o emprego dos quadrados na composição e ornamentação das fachadas, e como um equivalente dessa mesma tendência quanto ao tratamento dos volumes, pode-se apontar, no caso dos edifícios isolados no lote, certa voga de projetos em que o corpo do edifício corresponde, destacadamente, a um volume simplesmente prismático.

Nos dois projetos de sobrados de Euclides Vieira referidos acima (figs. 14a-b) a volumetria é composta, havendo volumes reentrantes e salientes, o volume dos telhados, acompanhando o do corpo, é também compósito e a linha dos beirais recortada, com trechos em diagonal. Em projetos menores e menos abastados a tendência a volumes mais simples, tanto quanto ao corpo do edifício quanto com relação aos telhados, teria razões naturais. Em 1922 e 1923, entretanto, contam-se não apenas entre os

Fig.15. Exemplos de ornamentação baseada em seriação de quadrados, de 1920 (a-b), 1921 (f) e 1922 (c, d, e)

edifícios mais modestos exemplos em que opta-se pela modelagem do corpo como um único prisma, separado dos telhados por um único plano horizontal, cujos beirais percorrem portanto uma única horizontal.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Do mesmo modo, e inversamente, teremos oportunidade de verificar, mais tarde, que em anos vindouros mesmo

Destaca-se na produção de exemplares dessa espécie na cidade o engenheiro André Masini – que em 1923 construía seu escritório naquela mesma quadra da rua Culto à Ciência loteada por Orosimbo (cap. 1), entre as residências de José Augusto Quirino dos Santos e Paulo Décourt. Habitava por essa época também nessa mesma quadra, pouco mais à frente, na residência que pertencera a João da Silva Telles Rudge, agora ampliada e com a fachada refundida.¹⁰⁸

Sua “Empresa constructora e predial campineira” estaria conhecendo seus melhores momentos, com contratos para a construção do pavilhão sede do *Lawn Tennis Club* e reforma do edifício da *Associação Athletica Campineira*, ambos de fins de 1922.¹⁰⁹ Contratos que não deixam de indicar que a atividade do engenheiro, e aí possivelmente aspectos estilísticos de que era exemplo, eram bem recebidos.

No projeto do escritório da empresa, de abril de 1923 (fig. 16c), mantém-se o volume, térreo, como um prisma simples, separado do telhado por um único plano (ou seja, os beirais do telhado sendo sempre horizontais e a uma única altura). A fachada, condizentemente, e tal como já notado em relação a outros projetos do período, faz marcado uso do quadrado como elemento de composição e evidencia relações modulares entre os elementos. As envasaduras das janelas correspondem a dois quadrados. Nas bandeiras as janelas o elemento central corresponde à soma dos outros quatro, a bandeira como um todo corresponde ao elemento central da folha móvel das mesmas janelas, esses dois últimos sendo também do mesmo formato da moldura em que as envasaduras estão contidas.

Também de abril de 1923 é projeto para dois sobrados geminados à rua José Paulino (fig. 16b). Novamente, um prisma simples, separando-se o telhado do corpo por um único plano horizontal. Com dois andares, o próprio contorno da fachada pode se aproximar agora de um quadrado. Na superfície da fachada, novamente, a mesma presença do quadrado como elemento modular de composição.

É de 1922 entretanto o projeto, como os anteriores, também de André Masini, à rua Saldanha Marinho, cuja volumetria não apenas mantém-se como um prisma simples, mas aproxima-se de um cubo (fig. 16a). A planta, dividindo-se em quatro cômodos, é quadrada, e na elevação a pequena diferença entre a altura e a largura, aquela menor em cerca de 5% que esta, é de certo modo compensada pela existência do telhado – já uma simples pirâmide, sem necessidade de cumeeira.

no caso de edifícios mais modestos procurar-se-á por vezes fugir do prisma simples e introduzir diagonais na linha dos beirais.

¹⁰⁸ O requerimento para construção da sede da “Empresa Constructora e Predial Campineira” corresponde ao protocolo 11.403, de Abril de 1923. Antes disso e no mesmo terreno, já construía um barracão – cf. protocolo nº 10.434, de 1922. A escritura de compra desse terreno está registrada sob o nº 16.996, nos livros do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. A compra da residência de João da Silva Telles Rudge fora efetuada já a 14.04.1913, e o requerimento para ampliação da mesma, com nova fachada, corresponde ao protocolo nº 4789, de 1920. Arquivo Municipal, cxs. 1920-1, 1922-1 e 1923-2. Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, livro 3-H, registro nº 10.248, de 16.04.1913, e livro 3P, registro nº 11.403.

¹⁰⁹ O contrato para a construção do pavilhão do Tênis Clube, no valor de 44:330\$436, pagáveis em 96 prestações mensais, data de 14.10.1922, cf. ata da reunião da diretoria do clube a 01.06.1924. Atas do Tênis Clube, vol. 1, f. 19v-20. O projeto de “reforma da frente da sede social” da Associação Atlética corresponde ao protocolo nº 10.426, do mesmo mês e ano. Arquivo Municipal, 1922 cx. única.

Fig.16. Projetos de edificações isoladas no lote do engenheiro André Masini de 1922-23. As volumetrias dadas como paralelepípedos simples ecoam o emprego dos quadrados na ornamentação das fachadas.

O emprego de quadrados como elemento modular na composição e ornamentação das fachadas, e também a tendência à apresentação dos volumes, quando isolados nos lotes, como prismas simples, que, dentro de certos limites, identifica-se nos primeiros anos da década de 20, são tendências que cabe ter em conta no contexto das soluções por divisão em unidades reduzidas, universais e neutras que se verifica naquele mesmo momento em diferentes campos.

Juntamente com a solução para identificação predial mediante a introdução de um módulo de contagem, ele mesmo reduzido, de modo a ser universal, e neutro, representam, quanto à ordenação da cidade, e quanto à expressão da arquitetura de seus edifícios, as mesmas tendências de universalização,

padronização, modulação – “democráticas” – que se constituíam, naquele mesmo momento, num tema da (e na) classe governante.

3. MEADOS DOS ANOS 20: PRIMEIRA QUADRA A SER INTEGRALMENTE CONSTITUÍDA SEGUNDO O NOVO PADRÃO.

3.1. Primeira quadra a ser integralmente constituída por residências isoladas.

“É digno de atenção o crescente movimento que se vae observando na cidade, no que concerne a novas construcções de prédios, a par de radicaes reformas. / Contam-se já bellas avenidas, taes como as de Andrade Neves, Barão de Itapura, Augusto Cezar, José Paulino, Culto á Sciencia, em cujas orlas vão sendo erguidas confortáveis e elegantes vivendas. Esses pontos da cidade estão tomando novo e pitoresco aspecto. E tal movimento auspicioso vae despertando a terra de Barreto Leme, dessa especie de lethargo em que jazia e vem atrahindo famílias do interior do Estado (gente de recursos) que para aqui já têm transferido sua residencia em grande numero, attrahidas tambem pelo desejado conforto e pelo clima ameno que Campinas proporciona”.¹

O artigo é datado de Dezembro de 1925, e é Leopoldo Amaral quem escreve – já agora aposentado do cargo de secretário da Câmara, e trabalhando como correspondente d’ O Estado na cidade.²

O autor lembrava a seguir dos “predios de Campinas de outr’ora”, “em sua quase totalidade térreos”, e dentre os quais se contavam os “de largos beirais encachorrados”, “que constituíam refúgio às andorinhas e abrigo aos transeuntes nas occasiões de chuvas inclementes”. As “novas construcções”, “confortáveis e elegantes vivendas”, de que falava, já não seriam então aquelas cujos beirais propiciavam “refúgio nas occasiões de chuvas inclementes”. Somando-se a isso que iam constituindo as orlas de determinados logradouros que tomavam “novo e pitoresco aspecto”, é certo que falava, ali, de residências no novo padrão – afastadas dos alinhamentos, dando lugar a jardins e arboretos.

Os cinco logradouros, ou “bellas avenidas”, citados – “Andrade Neves, Barão de Itapura, Augusto Cezar, José Paulino, Culto á Sciencia” – seriam portanto aqueles que se destacam na cidade pelo aspecto “moderno” de sua configuração urbana – ruas arborizadas, presença de residências no novo padrão (isoladas), dando lugar a jardins e arboreto. Destaque que é corroborado pelo fato de um projeto de lei, apresentado na Câmara em fins de 1924, propor a obrigatoriedade do recuo (de 4 metros) para precisamente esses mesmos cinco logradouros que o artigo, pouco depois, também lista.³

¹ Leopoldo Amaral, “Tradição que desaparece”. In _____, op. cit., p. 461.

² O mesmo que, como vimos (cap. 1), apontara, em 1913, o “movimento novo” que a cidade ia apresentando. Em 1913 vivia-se o auge da prosperidade (e dos melhoramentos) da cidade sob a administração Heitor Penteado, em contraste com o “chaos” de 1908-1910. O “crescente movimento” de agora não era simples repetição, em dois momentos de um único processo homogêneo; as condições daquela prosperidade haviam evidenciado seus limites desde proximamente 1917, dando lugar a um período de “pasmaceira”; agora tratava-se de uma nova retomada, sobre novas bases, como visto (cap. 2), que se experimentava desde fins de 1921.

³ Apresentado na sessão de 20.11.1924. A obrigatoriedade do recuo nos cinco logradouros em causa corresponde ao artigo 2º, de um total de 4 artigos, desse projeto de lei. Os papéis são retirados de discussão para estudos conjuntos com um novo código de obras – que mais uma vez não se realiza. Retomados, correspondem à lei 401, de 1927, à qual tornaremos (cap. 4). Atas da sessão de 20.11.1924. AC, livro 171, f. 29v. Papéis da lei 401, AC, cx. 130.

Dado esse destaque, é lícito pretender que os conjuntos mais significativos de exemplares do novo padrão (casas isoladas) na cidade, em meados da década, se encontrassem nesses cinco logradouros. Por outro lado, verifica-se que em apenas um deles (rua Augusto César) encontra-se por essa época uma quadra em que as casas isoladas são o padrão exclusivo e ao mesmo tempo não excessivamente rarefeito – nos demais, ou bem as casas isoladas comparecem de permeio a outras nos alinhamentos ou bem a ocupação é ainda de todo incipiente.

A rua José Paulino é o único dos logradouros citados que não é uma via marginal ou exterior, mas atravessa a cidade. Num dos prolongamentos, a sul, e para além da via férrea, fora caminho para o cemitério. Ali se construía a vila da Cia. Paulista, com casas isoladas, porém de padrão operário; as instalações da fábrica de seda ocupavam o mesmo setor. No outro extremo, a mesma rua atravessava outro dos marcos geográficos dos limites do território tradicional da cidade – atravessava o córrego do Anhumas, subindo a colina do lado oposto, arrabalde do Guanabara, e chegando até à também listada av. Barão de Itapura. Nesse prolongamento a norte fôra instalada a fábrica de tecidos elásticos de Godoy & Valbert (cap. 3). Em qualquer desses prolongamentos, a norte e a sul, excetuando-se no primeiro a vila da Paulista e no segundo o trecho fronteiro à fábrica de tecidos elásticos, a ocupação, fosse por exemplares alinhados ou recuados, fossem de padrão operário ou não, era de todo incipiente.⁴

É no trecho central que se contava certo número de residências isoladas no lote, de recente construção – intercaladas entretanto, como é natural, a uma maioria de exemplares construídos nos alinhamentos. Nesse caso, uma situação que ocorria também em outras das ruas centrais, tais como a do Sacramento, a de Barão de Jaguará (fig. 17) e a Luzitana.⁵

Da rua Culto à Ciência já temos tratado. As duas quadras fronteiras ao Ginásio eram ocupadas predominantemente por exemplares nos alinhamentos, que também não faltavam mesmo naquela quadra, loteada por Orosimbo, em que os “modernos” tinham maior presença (cap. 1, fig. 9).

⁴ Ainda na planta cadastral de 1929 pode-se verificar que a ocupação do prolongamento a sul da linha da Paulista, trecho já agora denominado “Av. da Saudade”, restringia-se à vila operária da mesma Cia., de que tratamos no capítulo precedente, e, no prolongamento a norte, trecho de aproximadamente 600 metros, desde o vale do Anhumas até a av. Itapura, contavam-se apenas 7 prédios, excluídos aqueles num trecho de 40 metros junto e defronte da fábrica de tecidos elásticos. Em 1911, um requerimento de moradores do “prolongamento” “entre as ruas Marechal Deodoro e Avenida Barão de Itapura”, trazia 12 assinaturas; “ficaremos satisfeitos, quando mais não seja, com o sargateamento do trecho citado”. Vicente Orlando e outros, 16.01.1911. Arquivo Municipal, cx. s/nº, pasta “offícios – 1909-1915”.

⁵ Pode-se alinhar algumas razões para que a José Paulino seja listada junto das outras “bellas avenidas”, todas, menos ela, exteriores à região mais adensada, quando outras ruas centrais também possuíam exemplares isolados. A Luzitana era a imediata do vale do Tanquinho, sendo que as casas de um dos flancos davam fundos para o brejo ali existente, e sendo no geral e em média as casas dessa rua mais modestas que as das ruas outras referidas. Na rua Barão de Jaguará e na Sacramento exemplares do novo padrão ocupavam trechos extremos – sobretudo a sul, na primeira, e a norte, próximo ao vale do anhumas, na segunda –, ao passo que na de José Paulino contam-se exemplares do novo padrão (isolados), em quadras centrais, entre Ferreira Penteado e Duque de Caxias. Sobretudo, o fato da rua José Paulino, diferentemente dessas outras ruas centrais, se prolongar, tanto a norte como a sul, para além dos limites da cidade, deve ser levado em conta. Malgrado nesses prolongamentos a ocupação fosse praticamente inexistente, o fato de a rua “transbordar” a parte adensada, abrindo portas desde a cidade para os campos em volta, aproxima esse logradouro da situação exterior das demais “bellas avenidas”.

Fig. 17. Planta de projeto de uma viela sanitária, datada de 1925, retratando o quarteirão entre as ruas Barão de Jaguará, Francisco Glicério, Cônego Cipião e Duque de Caxias. Na Barão de Jaguará, assim como em outras ruas centrais, contam-se nesse momento exemplares isolados, entremeados a outros, alinhados. Aqui, aparecem à altura da Duque de Caxias, já num extremo da Barão de Jaguará. Na rua José Paulino, pelo contrário, contava-se uma série de exemplares isolados em quadras mais centrais.

A av. Andrade Neves, partindo do largo fronteiro à estação da estrada de ferro, desenvolvia-se a noroeste, paralelamente às ruas originárias da cidade (Luzitana, Dr. Quirino e Barão de Jaguará), mas em cota superior. As três primeiras quadras, junto da estação e até à rua Bernardino de Campos, abrigavam, já desde o séc. XIX, instalações industriais – as fundições Mac-Hardy e Lidgerwood, e a cervejaria Columbia, aí se encontravam. Mais à frente fora instalada a cadeia (1895), edifício isolado no meio de ampla gleba. No extremo oposto ao da estação, esquina com a av. Itapura, fora instalado o edifício da Maternidade (1916)⁶, outro edifício institucional isolado em propriedade que correspondia a todo um quarteirão, ajardinado. A rua era larga, e fora “das primeiras na cidade a ser arborizada”,⁷ ainda em fins do séc. XIX. (figs. 11a, 18a)

Com sua largura ampla, a arborização e os jardins que compunham instalações institucionais ali existentes, esse logradouro – desprezando-se o trecho mais antigo, de ocupação industrial, junto da estação –, formara, juntamente com a av. Itapura, aqueles únicos em que o recuo, de cinco metros, para residências, tornara-se obrigatório em 1920, como já visto, pela lei 265 daquele mesmo ano (cap. 2). Na prática, entretanto, também aqui a ocupação existente era mista. Já antes da lei, exemplares isolados se intercalavam a outros alinhados (fig. 18b), e mesmo depois da prescrição do recuo obrigatório, as

⁶ A pedra fundamental fora lançada em Fevereiro de 1911, mas a inauguração deu-se somente em 1916. João Plutarco Rodrigues Lima, *A história da Maternidade de Campinas*. Campinas: Komedi, 2003, p. 50-55. O edifício principal e o ajardinamento do terreno circundante já estavam concluídos em 1914. Idem, p. 44 e 52.

⁷ Siomara Barbosa de Lima, *Os jardins de Campinas. O surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. Campinas: Puccamp, 2000, p. 101.

construções no alinhamento continuaram sendo feitas: “Os terrenos que dão frente para a av. Andrade Neves têm, em geral, muito pouco fundo de modo que a proibição de edificar no alinhamento viria prejudicar os proprietários. Assim, tem sido praxe, exigir o recuo de 5,0 metros unicamente quando a construção é projectada recuada”, informava à Câmara o próprio engenheiro municipal, em Novembro de 1924.⁸ E assim a ocupação aqui era mista não porque a exemplares alinhados anteriores a 1920 tivessem se sucedido os recuados, ditados pela lei, mas sim porque casas alinhadas e recuadas foram ali igualmente produzidas quer antes quer depois.

Fig.18. a) Vista da av. Andrade Neves datada de 1919. Arborização profícua, e até mesmo um taboleiro de grama na parte central do calçamento, terminado naquele mesmo ano (cf. RRO 1918, 1919). À direita, o prédio da cadeia nova, um dos vários edifícios públicos isolados em meio a amplas glebas ajardinadas que contribuía também para o verde – e o aspecto “moderno” – do local; à esquerda, casas alinhadas. **b)** Casas onde funcionava o Instituto Ophtalmico Penido Burnier; foto em publicação de 1926. Exemplo da ocupação de padrão misto existente já antes da lei 265: a da direita (alinhada), é projeto de Dezembro de 1914, a da esquerda, de Julho de 1918 (cf. requerimentos para construção desses imóveis, Arquivo Municipal)

A av. Barão de Itapura fora aberta em 1886, em terras de Joaquim Aranha, barão de Itapura, e ocupava a linha de topo da encosta do arrabalde da Guanabara, traçado marginal e que possibilitava vistas para a cidade. Em 1887, ainda antes das epidemias, portanto, Campinas fora o local escolhido para a instalação de uma estação de pesquisas agrícolas, e a av. Itapura veio a ser o local escolhido para receber a nova instituição, na cidade. Tinha por extremos de um lado a rua barão de Parnaíba, uma quadra além do cruzamento com a Andrade Neves, e do outro a rua Santa Cruz, ou estrada para Limeira (atual Av. Brasil). No extremo sudoeste, defronte da propriedade da Maternidade, entre as ruas Andrade Neves e Barão de Parnaíba, e nos arredores do cruzamento com a Culto à Ciência, tem-se conhecimento da construção de residências nos anos 10 – todas nos alinhamentos.⁹

⁸ Cota de Perseu Leite de Barros à Câmara, 11.11.1924. AC, cx 130, papéis da lei 401. O engenheiro dizia que “O artigo 5º, da lei 265, não proíbe as construções no alinhamento das Avenidas Barão de Itapura e Andrade Neves (...), obriga-as, quando recuadas, a um afastamento mínimo de 5,0 metros”. O referido artigo lê: “As edificações nas avenidas Andrade Neves e Itapura, no trecho compreendido entre esta avenida e a rua Bernardino de Campos, serão recuadas do alinhamento, no mínimo, cinco metros, ficando tal espaço reservado para jardim e arvoredo”.

⁹ Protocolos nºs 2.267 de 1915, 1.107 de 1917 (esquina cm Culto à Ciência).

Se no caso da Av. Andrade Neves a o recuo imposto pela lei 265 não se efetivara, naquela mesma informação de Novembro de 1924 o engenheiro registra que “No caso da Avenida Itapura a Prefeitura não tem permitido construções a não ser recuadas 5,0 metros no mínimo”. Datada de Outubro de 1924, a planta desta avenida (fig. 19), retratando o trecho desde a linha da funilense até à rua de Santa Cruz, nos mostra apenas edifícios isolados. Entretanto, em todo o trecho, de mais de 900 metros, contam-se apenas 6 prédios, sendo dois geminados. Assim, posto que aqui a exigência da lei 265 fosse efetiva, e na ausência de ocupação anterior em outro padrão (casas alinhadas) se contassem exclusivamente unidades isoladas, o que não se efetivara ainda em meados da década de 1920 era a ocupação da avenida, que era das mais rarefeitas – como o era de resto a de todo aquele arrabalde.

A rua Augusto César ocupava o bordo oeste do platô que a velha estrada dos Goiases atravessara, no século XVIII, junto à margem esquerda do vale do Tanquinho. A cidade, como já visto, viera a se desenvolver na colina a oeste deste vale. A rua Augusto César ficava portanto a cavaleiro da cidade (de modo semelhante à av. Itapura, mas bastante mais próxima desta que aquela), no bordo de uma colina, a leste de um dos limites geográficos da cidade – o vale do Tanquinho.

Ao que tudo indica, seu traçado corresponde a um caminho bastante antigo: uma derivação daquela velha estrada, derivação que, desde o pouso das Campinas Velhas, partia rumo a Limeira, passando pouco além pelo Largo de Santa Cruz e seguindo pelo que foi depois a rua de mesmo nome (e ainda mais tarde Av. Brasil).¹⁰ Desde há muito, com o desenvolvimento da cidade para além do vale do Tanquinho, o relativo abandono do local do antigo pouso e do traçado original da estrada, também essa derivação cai em desuso, sendo o traçado retomado, posteriormente, no séc. XIX.

Na extremidade sul, a rua Augusto César ladeava o passeio público. Na extremidade norte, acessava o largo de Santa Cruz. Ambos esses pontos eram locais de ocupação antiga e consolidada – eram os pontos onde a cidade exibia alguns prolongamentos para além do vale do Tanquinho, ou, inversamente, as redondezas dos pontos em que a velha estrada de penetração, desviada de seu curso original conforme a cidade se desenvolvia na colina a oeste do vale do tanquinho, efetuava o transcurso desse vale. O trecho, de cerca de 600 metros, entre essas extremidades adensadas, corresponde ao traçado retomado no séc. XIX.

Em 1917 construía-se nesse trecho, até então de todo desocupado, a sede do colégio Progresso (numa chácara permutada com parte da gleba loteada por Orosimbo, à rua Culto à Ciência¹¹).

Até fins de 1925, 14 projetos nesse mesmo trecho – todos de residências isoladas – haviam sido aprovados. Cinco deles, todos daquele mesmo ano de 1925, iam ocupando a extremidade norte, junto das redondezas, adensadas, do largo de Santa Cruz. Outros dois (de 1923 e de 1924) colocaram-se junto do colégio – um, vizinho, outro, defronte (sendo este último o único de todos eles que dava costas para a

¹⁰ Pedro F. Rossetto. *Recuperação do traçado original da estrada dos Goiases...* . São Paulo: FAU-USP (trabalho entregue à disciplina AUH 5833), 2005.

¹¹ Veja-se cap. 1, nota 77.

Fig. 20. Foto da rua Augusto César, que podemos datar de meados de 1924. A verba para a colocação das guias e sargetas no trecho havia sido aprovada por resolução de maio do ano anterior. Em Setembro (quando em construção algumas das casas da foto), aprovava-se em lei, a partir de requisição dos proprietários, a obrigatoriedade do recuo de 4 metros no logradouro (no trecho entre ruas Benjamin Constant e alameda Germania, atual Silva Teles). A residência em destaque, ao centro, é a de Rogério de Freitas, projeto datado de Novembro de 1922. À sua direita (na foto), a residência de Francisco de Paula Pacheco, requerimento para construção de Abril de 1923. À esquerda (cortada, na foto), a residência de Eurico Vilella, requerimento de Novembro de 1923. À frente dessa casa, afixado num poste de madeira, tem-se a placa do construtor: “Raphael Mauro e Filho”, indicando que a residência estaria ainda em fase final de construção. Mais ao fundo, térrea, residência (classificada como “Bungalô” nas estatísticas da Prefeitura) de propriedade de Amadeu Nogueira – primeiro projeto neocolonial que encontramos nas varreduras das caixas de requerimentos no Arquivo Municipal, requerimento datado de Fevereiro de 1923. Ainda para trás dessa (encoberta em parte pelo bonde), vê-se uma casa de padrão antigo, certamente a antiga sede da gleba que, comprada em fins de 1922 por um grupo (de que fazia parte Rogério de Freitas), dá lugar aos lotes das casas da fotografia, de cuja existência dão conta dos registros da venda. Viria a ser demolida para a construção de dois sobradinhos geminados no local – projeto que dá entrada em junho de 1924.

cidade). Os demais sete exemplares concentravam-se numa única quadra, na extremidade sul desse trecho, junto da região já adensada em torno do antigo passeio público, depois praça Imprensa Fluminense. Era a quadra onde se contava maior número de lotes ocupados, e também aquela onde se haviam erguido as primeiras residências desse trecho intermédio da rua Augusto César, edificadas ao longo de 1923 e 1924.

Por tudo o que se disse até aqui, verifica-se que essa quadra terá sido aquela onde pela primeira vez, na cidade, o novo padrão comparece como norma e como conjunto.

Dessa quadra temos uma foto, que podemos datar de meados de 1924 (depois de fevereiro, e possivelmente antes de julho). (fig. 20)

Em fins de 1922, toda a testada dessa quadra (com extensão de 142 metros) era a de uma única propriedade. Cinco pessoas se cotizam, e adquirem essa propriedade, a 7 de novembro daquele ano,

tornando-se proprietárias de faixas proporcionais ao valor com que contribuíam para o negócio. E logo dando início à edificação de residências no local.¹²

Na foto, as duas casas mais ao centro pertencem a dois dos que haviam em conjunto adquirido a propriedade original: Rogério de Freitas, a quem tornaremos, e José de Paula Pacheco, cuja atividade desconhecemos. A residência seguinte, única térrea do novo conjunto, à direita, projeto datado de fevereiro de 1923, pertencia a Amadeu Nogueira¹³ – curiosamente, o mesmo que fora o primeiro a edificar na quadra, à rua Culto à Ciência, que, quase dez anos antes, ocupava uma posição análoga, na história do desenvolvimento dos novos padrões, na cidade (cap. 1). A contar pela data do pedido de aprovação do projeto, é o primeiro edifício neocolonial na cidade (seguido de perto por outro, muito mais abastado, à rua Culto à Ciência)¹⁴. A casa à esquerda, que na foto aparece em parte, apenas, estaria possivelmente ainda em construção. O projeto é datado de novembro de 1923¹⁵, e na foto vê-se ainda, pregada num poste de madeira, a placa do construtor, “Rafael Mauro & Filho”. Pertencia a Eurico Vilella, comerciante, ou “aparelhador” – dono da “Casa electrica”, loja de vidros, molduras e material elétrico (material de “aparelhamento”), à rua Barão de Jaguará.¹⁶

Parcialmente encoberta pelo bonde (da linha 6, “Cambuís”), vê-se uma casa de padrão antigo, térrea, com suas amplas janelas, em seqüência regularmente espaçada. Trata-se certamente do edifício-sede daquela pequena chácara, agora repartida (citada em documento de revenda de um dos lotes, ainda em fins de 1922).¹⁷ E pela época da foto estaria prestes a ser demolida, para dar lugar a mais duas residências (geminadas), “modernas”, aprovadas em Junho de 1924.¹⁸

Das duas residências mais ao centro, a segunda, de José de Paula Pacheco, é projeto datado de abril de 1923.¹⁹

De todo o conjunto, a mais antiga (a contar-se a data de aprovação do projeto), é também a que aparece com maior destaque, e com um aspecto um bocado singular – tijolos aparentes, volumetria compacta, encimada por um telhado de ponto elevado, terminado em ponteiro. O projeto é assinado já em Novembro de 1922.²⁰ Imediatamente depois, senão já concomitantemente, aos trâmites para aquisição da

¹² O transmitente era Amador Emílio Joly, e os adquirentes foram Heitor Cintra Machado, Agnello Bastos, Rogério de Freitas, Francisco de Paula Pacheco e Lino de Moraes Leme. 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-Q, registros nº 17.332, 17.333, 17.334, 17.337 e 17.344, todos de 16 e 17.11.1922. Todos esses 5 registros indicam escritura de 07.11.1922, lavrada no 1º tabelião.

¹³ Protocolo nº 11.001, de Fevereiro de 1923. Arquivo Municipal.

¹⁴ Protocolo nº 11.068, também de Fevereiro de 1923. Projeto de sobrado neocolonial para o sr. Próspero Ariani, fronteiro à quadra loteada por Orosimbo e proximamente vizinha do Instituto Profissional, e em cujas plantas se encontra o carimbo do escritório técnico de Olavo Franco Caiuby.

¹⁵ Protocolo nº 14.167, de Novembro de 1923. Arquivo Municipal.

¹⁶ Arquivo Municipal, livro de lançamento do imposto de indústrias e profissões, ano de 1924, f. 12. Requerimento de Março de 1915, para refazer a pintura da identificação da loja. Arquivo Municipal.

¹⁷ 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-Q, registro nº 17.407, de 01.12.1922.

¹⁸ Protocolo nº 16.164, de Junho de 1924, requerimento de Rafael Mauro para construção de dois sobrados geminados para Bernardino Vieira Alves. Arquivo Municipal.

¹⁹ Protocolo nº 11.433, de Abril de 1923. Arquivo Municipal.

²⁰ Planta solta. Arquivo Municipal.

Fig. 21. Quadra à rua Augusto César, entre Benjamin Constant e Barreto Leme. À esquerda, identificação dos 5 indivíduos que consorciados compram essa quadra a 07.11.1922, valores pagos e partes que coberam a cada um. À direita, proprietários e datas dos projetos das residências construídas até meados de 1924. (compare-se com o padrão de ocupação à rua Culto à Ciência, fig. 9, anterior a este de por volta de uma década). Escala: 1:1.500.

propriedade, adquirida por escritura de 7 de novembro de 1922, como já referido.

Seu proprietário, Rogério de Freitas, dá assim mostras de um interesse imediato na ocupação do local.

Pioneiro da ocupação daquele trecho da Augusto César, pioneiro também na constituição de uma primeira quadra da cidade em que o novo padrão de ocupação se apresenta como norma e como conjunto.

Curiosamente, nesse passo em que na cidade se alcançava um novo degrau, na difusão dos novos padrões, deparamos novamente com um descendente direto de afamado republicano histórico da cidade.

Se, seis anos antes, era a partir dos desejos expressos no projeto de residência de um filho de Francisco Quirino dos Santos que se havia inaugurado a série de alterações da lei 43 que iam reconhecendo e consolidando o novo padrão de implantação – residência isolada no lote –, temos aqui um neto de outro dos mais destacados personagens da propaganda.

Se em 1917 o estudo do tema nos conduzia ao caso particular da residência de José Augusto Quirino dos Santos, filho de Francisco Quirino dos Santos, agora, em outro caso particularmente expressivo, nos leva a Rogério de Freitas – neto de Francisco Glicério.

3.2. Ascendência de Rogério de Freitas.

Francisco Glicério nascera a 15 de agosto de 1846, na fazenda “Pau d’Alho”, município de Campinas, na estrada para Mogi; fazenda então pertencente a seu pai, “paulista descendente de antigas famílias”, sendo sua mãe “de procedência da maior humildade”. Tal como viria também a ocorrer a José Augusto Quirino dos Santos, o pai de Glicério falece antes que esse tivesse podido completar seus estudos. Diferentemente de José Augusto, que pôde (certamente), contar com o apoio do tio Bento,²¹ de posição social e econômica das mais elevadas, no caso de Glicério a morte do pai determinou a interrupção de seus estudos em São Paulo. Tinha ele quinze anos, e preparava-se para o curso da Faculdade de Direito, onde um seu irmão mais velho – Jorge Miranda – já estudava.²²

Nessa época Glicério já teria envolvimento com o núcleo dos futuros propagandistas da República: na república (de estudantes) desse seu irmão, Jorge Miranda, a qual Glicério, teria freqüentado, habitavam ainda Manoel Ferraz de Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, João Quirino do Nascimento (irmão do precedente) e Rangel Pestana, tendo a mesma ainda por “freqüentadores assíduos” “Bernardino de Campos, de Campinas, Prudente de Moraes, de Piracicaba, Salvador Mendonça e Teófilo Otoni, da corte”.²³

Morto o pai, Glicério retorna a Campinas para cuidar de sua sobrevivência material, empregando-se de início numa tipografia, a seguir no comércio e ainda como revisor de jornal, aceitando, passados cerca de dois anos, convite de Francisco de Pádua Salles para assumir a tutoria de alguns dos filhos menores deste – irmãos caçulas de Manoel Ferraz de Campos Salles –, na fazenda Santo Inácio, no Rio Claro. Passados três anos, retorna, em 1866, a Campinas, para assumir, por influência de seu irmão Jorge Miranda, o cargo de copista de cartório. No ano seguinte presta exame para solicitador, sendo aprovado pelos examinadores João Quirino do Nascimento e Antônio Carlos de Moraes Salles.²⁴ Posto que sem o grau de bacharel, acertava assim seus ponteiros no rumo ditado por suas ambições: da ciência jurídica e atividades forenses – então o rumo privilegiado, e quase universal, de todos aqueles que desejassem tomar parte mais ativa nos debates políticos, e nas câmaras – formais ou informais – respectivas.

No foro judicial, e também no político, a figura de Glicério cresceu rapidamente; atingiu o status de um dos mais destacados líderes da falange republicana. E, fosse ou não consequência do ter, ainda jovem, sido constrangido a prover-se das próprias necessidades práticas e pecuniárias, era, nessa sua posição de destacado líder republicano, aquele mais especificamente caracterizado como “homem de ação”. Na expressão sintética de um contemporâneo, rememorando o assunto, em meados da década de vinte: “Na

²¹ Cap. 1.

²² Clóvis Glicério de Freitas. *Francisco Glicério, uma biografia*. Fotocópia dos originais datilografados, prefácio datado de 1989, acervo do CMU, p. 22-23.

²³ Idem, p. 23.

²⁴ Idem, p.23-26.

propaganda republicana, distinguiram-se dois chefes, ambos campineiros: Campos Salles, e Francisco Glicerio. (...) O primeiro era o cérebro que guiava a campanha, o segundo, o braço que agia”.²⁵

De fato, “homem de ação” é como Glicério, nuns ou noutros termos, seria recorrentemente caracterizado – ação que diria respeito essencialmente à arregimentação de militantes e demais arranjos para o progresso do poderio do partido. Em 1897, recordando o círculo social que se formava em torno de algumas chécaras de café na loja de Bento Quirino (a “Santos & Irmão”), Gabriel de Carvalho pinta-lhe uma cena, com seus freqüentadores: naquela roda Américo Brasiliense teria meditado sua “História Pátria”, Quirino dos Santos teria “composto alguns dos seus elegantes artigos”, Paulo Pimenta feito pilhérias “tão apimentadas quanto seu próprio nome”, “ali Campos Salles olhos em fogo, fez o comentário dos figurões da Monarquia”... quanto a Glicério, “astuto e melífluo, abraçava quantos podia, vendo em cada humano um eleitor”.²⁶ Pelágio Lobo (filho do sócio e amigo de Glicério, Antônio Lobo), dizendo dos propagandistas serem homens “de altura média quanto à cultura, mas de altura máxima quanto à exação e à probidade” –, acrescenta: “Um ou outro malandro podia entrar no partido (e os partidos políticos precisam receber tudo) mas não chegava jamais à familiaridade dos chefes, muito embora conseguisse, o que era comum, o acolhimento sorridente e os largos «gestos de matricula» nos braços de Francisco Glicério”.²⁷ Segundo o mesmo Pelágio, a expressão verbal de Glicério era “persuasiva e insinuante, reforçada por esse *quid* indefinível que se chama simpatia (...)” – simpatia de que tinha perfeita consciência, visto como (ainda segundo o mesmo Pelágio) recomendava a outro militante, “modesto e serviçal, mas de ar inóspito e pouco aberto a expansões”: “Isso faz parte da carreira: todo político deve ter como norma e por obrigação ser não apenas prestante mas também simpático”. Vendo-se a consciência da própria simpatia, e de sua função prática, entende-se bem que a figura de Glicério fosse recordada como, a par de “acolhedora e franca”, igualmente “imponente e sugestiva”.²⁸

Como arregimentador que era, foi distintamente homenageado quando da expressiva vitória eleitoral alcançado pelos republicanos no ano de 1887. Em editorial d’ “A Província”, encomiástico àquele resultado, tem-se que “a maior porção” da glória por aquele “esplêndido resultado”

²⁵ Álvaro Ribeiro, *Falsa Democracia*. Porto: s/e, 1927.

²⁶ Gabriel de Carvalho, op. cit..

²⁷ Pelágio Lobo, *Velhas figuras de São Paulo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977 (biblioteca da Academia Paulista de Letras, vol. 5), p. 37.

²⁸ Idem, p. 66. Damos em nota outros testemunhos no mesmo sentido: Glicério havia perdido a queda de braço com o então presidente Prudente de Moraes, seguindo-se um período de ostracismo político. Recolhido em Campinas, houve que sucederam-se alguns dias sem que desse as caras nos locais de convívio – no seu escritório ou no “café do Nhô Bento”. O sócio e amigo Antônio Lobo vai ter com Glicério na residência desse, encontrando-o “no pequeno escritório da residência, a andar de um lado para o outro”; Lobo atribui as “amargas cogitações” em que Glicério parecia mergulhado aos reveses sofridos no campo da política; Glicério refuta: “O homem político é como peteca: quanto mais batido, mais alto sobe...” – alegoria em que bem se pode aquilatar do seu senso prático, nessas questões. Cf. Pelágio Lobo, op. cit., p. 81. (Segundo o relato, o recolhimento devia-se a que “Desde ontem, não sei porque, e toda esta manhã, estou sentido uma saudade imensa de minha mãe...”). Em termos mais genéricos, em frase atribuída a Tobias Monteiro: Glicério “formava entre os homens práticos, que aceitavam todas as soluções para o triunfo”. Apud. Clóvis Glicerio de Freitas, op. cit., p. 123. “um grande chefe, um excelente, um atilado condutor, apenas igualado, anos mais tarde, pelo senador gaúcho Pinheiro Machado”. Lycurgo de Castro Santos Filho, prefácio. In Pelágio Lobo, op. cit., p.8.

(...) deve caber ao modesto, mas distintíssimo cidadão cujo nome coroa e ilustra estas linhas. É ele inquestionavelmente o vulto mais popular do partido republicano paulista. Obscuro ainda há uns dez anos apenas, soube tornar-se em pouco tempo conhecidíssimo de todos os seus coprovincianos, que o consideram como um cidadão de grande talento e de uma força de vontade extraordinária. (...) Não tem e não quer ter uma hora de descanso. O movimento fascina-o, é uma exigência de sua organização especial. Tem trinta e oito de idade. Parece, porém, que não se lhe foram ainda o vigor e a robustez dos vinte e cinco. Tornou-se por isso indispensável á cidade em que reside e ao partido a que pertence. Ninguém chega a Campinas que não lhe procure para lhe entregar uma carta de recomendação (...). Faz parte de todas as associações que ali existem. Procuram-no porque o seu nome na diretoria de qualquer delas é uma sólida garantia de prosperidade. (...). No Partido Republicano representa o duplo papel de chefe e de soldado. É homem tanto para traçar um bom artigo doutrinário como para confeccionar as chapas que tem que ser distribuídas aos eleitores. (...) Em época de eleições, sobretudo, seu trabalho é prodigioso. Conhece todos os eleitores, vai á casa de todos, diz a cada um qual a norma de proceder, expende circulares – tudo enfim ele faz e ainda lhe resta tempo para, nesses dias de grande agitação não se descuidar dos interesses de sua numerosa clientela. Três homens de atividade comum sucumbiriam em meio de tal tarefa, e dez de tempera igual, espalhados por diferentes pontos da Província, dariam ao nosso partido tamanha força que tornar-nos-íamos invencíveis. É afável, chão, e ameno no trato. Tem sempre a fisionomia iluminada por um sorriso, de tal modo expressivo, que cativa a todos que a ele se chegam. O povo, a grande massa do eleitorado, adora-o. (...)”²⁹

*

Nessa mesma eleição, de 1887, Glicério era o “elo insubstituível entre a voz dos acatados chefes e a meninada do partido”, coordenador que era das atividades de um grupo de cinco “jovens soldados”, a que chamava de os “cinco mosqueteiros” do partido – um dos quais viria a tornar-se seu genro, e pai de Rogério de Freitas.

“Os mosqueteiros eram jovens republicanos, estudantes ou recém-formados em direito, e designados pelos chefes do partido para trabalhos de propaganda ou de cabala, ou tarefas correlatas, na antiga província, fossem conferencias publicas e artigos de jornal, fossem sondagens das hostes adversárias em salões e reuniões mundanas. Eram soldados escalados para diligências arriscadas ou urgentes, de que os maiores não poderiam desincumbir-se (...)”³⁰

Eram eles: Alberto Sarmiento, Alfredo Pujol, Carlos de Campos, Herculano de Freitas e Júlio Mesquita. Como mais tarde recordaria Alfredo Pujol, estavam então todos “na primavera dos vinte anos” – Em 1887, o próprio Pujol, nascido no estado do Rio, tinha (ou completaria) 22 anos e cursava a

²⁹ São Paulo, *A província de São Paulo*, 16.01.1887. Apud. Clóvis Glicério de Freitas, op. cit., p. 57-58.

³⁰ Pelágio Lobo, op. cit., p. 66-67.

Faculdade de Direito de do Largo de São Francisco, em São Paulo. Alberto Sarmento, irmão mais novo do fundador do “Diário de Campinas” (primeiro jornal diário da cidade, fundado em 1875), 23 anos; ainda não ingressara na Faculdade de Direito de São Paulo – nela viria a se formar em 1890, sendo, tal como José Augusto Quirino dos Santos, mais um “aluno cometa”, completando o curso em dois anos apenas; já era entretanto ativo no foro campineiro, e já editara (pelo “Diário de Campinas”), no ano anterior, o compêndio “Os crimes célebres de São Paulo”.³¹ Carlos de Campos, filho de Bernardino, tinha (ou completaria) 21, e cursava o derradeiro ano da Faculdade de Direito. Herculano de Freitas tinha 21 (completaria 22 pouco depois do pleito, a 25 de novembro), e recebera o grau de bacharel no ano anterior. Júlio Mesquita era o mais velho, com 25, e era bacharel havia quatro anos.

Cada um desses nomes ganharia seu relevo próprio na política nacional; alguns manteriam ao longo de sua trajetória política uma solidariedade orgânica com Glicério – sendo levados ao ostracismo quando Glicério o é, e retornando à cena política quando retorna Glicério. Mas é Herculano de Freitas que viria a estabelecer com o prócer os laços mais estreitos, casando-se, inclusive, com Clotilde, a promogênita de Glicério. Pode-se também afirmar que, não obstante a Glicério não faltasse um filho varão (o segundo, de quatro filhos), foi o genro, Herculano, na família, seu interlocutor e herdeiro político.³²

A Glicério e Herculano não faltavam convergências: tal como o primeiro, o segundo ficara órfão de pai ainda antes de completar os estudos, empregando-se (tal como o futuro sogro) no comércio.³³ Na ascensão profissional e política do sogro teria tido parte (afora o apoio do círculo republicano, e maçônico) sua inteligência, “vivaz”, e também o genro a teria, “fulgurante”.³⁴ Por fim, o traço pragmático da atuação de Glicério é também encontrável no caráter de Herculano – este, não obstante letrado, e mesmo acadêmico, passa longe de deixar que qualquer elucubração teórica empanasse o seu agir, tendo-se também como testemunho de sua argúcia frente a situações concretas o seu pronunciado e proverbial senso de humor.

Uladislau Herculano de Freitas nascera em Arroio Grande, província do Rio Grande do Sul, a 25 de novembro de 1865. órfão de pai, emprega-se no comércio, “aproveitando as horas vagas no estudo de preparatórios, que terminou em Porto Alegre”.³⁵ Ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, onde viria a envolver-se (e juntar-se) à falange republicana – e a Campinas, por extensão.

Pelágio Lobo refere, dentre as “diligências arriscadas ou urgentes” que, não podendo delas desincumbir-se os “maiorais” do partido, eram delegadas aos “mosqueteiros”, a de conferencista. É de Herculano a única referência que recolhemos do cumprimento desse papel: em 1887, era ele o escalado

³¹ Pelágio Lobo, *Os Sarmento*. In _____, op. cit., p. 187-188.

³² Silva Leme, *Genealogia Paulista*, vol VII, p. 411, lista quatro filhos de Glicério; pela ordem: Clotilde, Clovis, Henriqueta e Maria Zelinda – solteiras, as duas últimas, e “engenheiro industrial” o segundo. Não temos conhecimento de que Clovis tenha tido atividade político-partidária ativa.

³³ *Herculano de Freitas*. <http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=69>. Acesso em 07.04.2006.

³⁴ Cf. Alfredo Pujol, quando do falecimento de Carlos de Campos. Apud. Pelágio Lobo, op.cit., p. 69-70.

³⁵ Idem.

para uma conferência em Jaú, no impedimento de Prudente de Moraes. Sua “inteligência fulgurante” devia prestar-se bem nessas situações – Aureliano Leite dele diz: “Orador imaginoso, senhor de si e dos ouvintes, teve frases que ficaram, pelo acerto com que as proferiu”; e, como exemplo: “Num momento histórico, chamou a Campinas de Meca da República, imagem até hoje repetida na boca de quanto discursador se refira às tradições liberais da linda terra das andorinhas”.³⁶

Herculano tornava-se bastante próximo de Glicério – de quem era agora genro. A 15 de novembro de 1889, quando Glicério, nos termos de seu biógrafo, comunica “à sua gente” o grande acontecimento do dia, é ao genro, Herculano, que, desde o Rio de Janeiro, envia o telegrama:

“Herculano de Freitas / Ribeirão Preto / Republica proclamada. Governo provisório. Na frente ministério Deodoro, tendo Exército Marinha aprovado”.³⁷

*

Naquele ano de 1922 publicava-se num jornal do Rio um artigo de incitamento e elogio à “nova geração republicana”, em que dita nova geração é dada em relação (e contraposição) às suas anteriores. No total, seriam três as gerações que encarnavam aqueles 52 anos desde o manifesto e 33 anos de regime republicanos, e o artigo caracteriza sinteticamente cada qual. Deixemos por hora a terceira (objeto principal e destinatário do artigo), e vejamos a segunda: nascida da geração dos republicanos históricos, dos homens que “fizeram a República”, essa segunda geração, “nascida por volta de 1870”, seria a daqueles que, já feita a República, “lhes gozaram os proventos”.³⁸

O mote cabe ao caso que temos em vista. Com a mudança de regime e a conseqüente demanda por novos quadros, alinhados aos novos governantes, Herculano de Freitas, ainda bastante jovem, galga sucessivos cargos: por indicação direta de Glicério, assume, ainda em 1889, a chefia de polícia do Paraná; em 30 de março de 1890 é nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo; em 1892 (já lente catedrático), assume pela primeira vez, como deputado estadual, uma cadeira no legislativo – onde, como deputado ou senador, estadual ou federal, teria, salpicada por algum hiato, dilatada permanência.³⁹

Embora “gozasse os proventos” da república, na sua posição favorável dentro do novo grupo governante, Herculano nem sempre se mostra alinhado com os caminhos (ou descaminhos) que a mesma ia trilhando. Sem incompatibilizar-se com o governo, ou afastar-se dos “proventos”, não deixou de marcar

³⁶ Aureliano Leite, *Herculano de Freitas*. In _____, *Retratos a pena*. São Paulo: typ. bancária, 1929, p.248. A frase é creditada a Quintino Bocaiúva por Leopoldo Amaral, op. cit., p. 106 e 149, e por Paulo Nogueira Filho, *O Club Republicano de Campinas*. São Paulo: Casa Espindola, 1916, p. 11-12.

³⁷ Clóvis Glicério de Freitas, op. cit., p. 125.

³⁸ Pontes de Miranda, *A geração do centenário*. A divisão e caracterização esquemática desse texto parece terem tido o efeito atribuído a certas frases de Herculano – as que “ficaram, pelo acerto com que foram proferidas”. Originalmente entrevista a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, foi transcrito na *Revista do Brasil*, vol. XXI, nº 81, p. 81-83, onde o editorial lhe é também dedicado. A caracterização é retomada em Nicolau Sevcenko, *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.302, que dá como “célebre” o “editorial sobre as três gerações produzidas pela República”.

³⁹ *Herculano de Freitas*, doc. cit.. Clóvis Glicério de Freitas, op. cit., p. 150.

alguma posição pessoal. Nas palavras de Aureliano, “Após a consolidação do regime, se não se distinguiu por gestos independentes, foi o quanto podia ser democrata dentro da estrutura perrepista”.⁴⁰

Dos gestos que teriam dado ensejo a se falar num ser “democrata dentro da estrutura perrepista” conhecemos dois exemplos. O primeiro, já de quando do seu primeiro cargo – a chefatura de polícia do estado do Paraná. Em meio a uma situação de conflito armado, Herculano, “não podendo estar contra uma agitação favorável ao povo”, deixa de cumprir o que se esperaria do chefe de polícia, e afasta-se do cargo. “Não pedi já exoneração para não trazer embaraços para os amigos que pensam de acordo comigo. Obtive uma licença por um mês. Mas não volto à polícia de modo algum”.⁴¹

O outro exemplo – numa situação menos candente, mas nem por isso menos expressiva –, quem nos dá é o próprio Aureliano. Passados vinte anos desde a mudança de regime – e de seu primeiro cargo administrativo –, Herculano já chegara a ministro da justiça, no final do governo do marechal Hermes (1913), e era agora convidado por Altino Arantes para a secretaria de justiça do estado de São Paulo (em 1919). “Veio dele, quando secretário de justiça, a extinção das continências estardalhantes de rufos e clarins prestadas aos titulares das pastas administrativas”. Extinguia assim prática derivada de decreto do Marechal Deodoro, então chefe do governo provisório, que havia concedido honras militares aos ministros de estado.⁴²

Não deixa de haver certa ironia em que fosse Herculano aquele a extinguir as “continências e estardalhantes rufos de tambores”, quando se lembra que foi justamente seu sogro aquele que melhor se teria afeito à nova regra. Glicério tornara-se de fato popularmente conhecido por “general Glicério” – diferentemente de outros ministros, cujos nomes não ficaram conhecidos de junto com a patente militar honorífica.

A convivência – em relação de estreito parentesco, tanto no sentido figurado quanto no concreto – com uma esfera de poder em relação à qual mantém ao mesmo tempo determinada diferença não deixaria de se revestir de alguma ironia. Essa situação de convivência proveitosa, embora não isenta de determinada diferença casa-se bem com certo senso de humor. Não chega a surpreender, nesse sentido, a descrição:

“A figura de Herculano, de um físico alentado, tinha qualquer coisa de boêmio no traje, nos hábitos e na fisionomia, um tanto sarcástica. Seu próprio espírito era algo humorista. Atribuem-se-lhe saborosas anedoctas, algumas forjadas em torno de seu próprio nome”.⁴³

*

O consórcio de Herculano de Freitas e D. Clotilde Glycerio de Freitas produziu “numerosa descendência”.⁴⁴

⁴⁰ Aureliano Leite, op. cit., p. 248.

⁴¹ Carta de Herculano a Glicério. Clóvis Glicério de Freitas, op. cit., p. 150-151.

⁴² Aureliano Leite, op. cit., p. 248.

⁴³ Idem, p. 249.

⁴⁴ *Herculano de Freitas*, doc. cit..

Rogério de Freitas nasceu a 18 de dezembro de 1896, na casa da família, em São Paulo, à rua do Paraíso nº 26.⁴⁵ Em 1921 – com 25 anos portanto, e há dois tendo completado o mesmo curso que o pai freqüentara e ao qual o avô ambicionara – vem a Campinas, tomar posse no cargo de promotor público, da então criada segunda promotoria pública da cidade. Jovem forasteiro, de ilustre e influente ascendência – seu pai era agora (ainda uma vez) deputado estadual – aportando, desde a cosmopolita São Paulo, em terra de seu celebrado avô.

A 7 de Setembro de 1915, quando Rogério de Freitas cursava o primeiro ano da faculdade, a Câmara municipal de Campinas inaugurava, em sessão solene, os retratos de Francisco Glicério, seu avô, e o do tio (e provável tutor) de José Augusto, Bento Quirino dos Santos. Eram dos primeiros retratos a fazer companhia ao de José Paulino Nogueira, que ganhara lugar pouco depois da calamitosa epidemia de 1889, como preito de reconhecimento por sua atuação quando da mesma, momento em que era o presidente da Câmara.⁴⁶

Reunida a Câmara, no salão nobre do Paço Municipal, o juiz da 1ª vara e o representante do bispo, a convite do presidente, descerraram as cortinas, “o que foi feito no meio de uma salva de palmas, sendo atiradas por um grupo de meninas muitas flores sobre os retratos. Acto continuo foi cantado o hymno nacional por um grupo de senhoritas, com acompanhamento de orchestra (...)”, seguindo-se o discurso, pelo vereador Omar Magro, e novo hino, “música do glorioso maestro e conterrâneo Carlos Gomes”.⁴⁷

É notável que com essa homenagem a municipalidade pusesse em destaque precisamente os ancestrais de um e outro dos personagens a quem o estudo do tema das transformações urbanas nos períodos subseqüentes nos leva – Bento Quirino, tio de José Augusto, e Francisco Glicério, avô de Rogério de Freitas. Já referimos⁴⁸ a afirmação de membro da propaganda republicana, em texto de 1900, dando como principais responsáveis pelas transformações (burguesas) que a cidade sofrera “desde 1868” um seleto grupo que se resumia afinal a representantes de 3 famílias: Cerqueira Leite (Glicério), Quirino dos Santos e Salles. Tendo-se em conta que Manoel Ferraz de Campos Salles e sua família se haviam mudado para São Paulo ainda antes da instauração do novo regime, trata-se dos descendentes das duas famílias restantes.

A recorrência de um grupo restrito de famílias à frente das mudanças da cidade poderia ser interpretada como sinal da permanência desse mesmo grupo restrito no comando (não apenas político) da cidade. Do ponto de vista deste trabalho, as mudanças em curso se dão contra a cidade (burguesa) tal

⁴⁵ Ficha do aluno. Arquivos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁴⁶ Em 1889 um viajante listava a existência dos seguintes 4, todos republicanos: Mal. Floriano, Bernardino de Campos, Antônio Álvares Lobo e José Paulino Nogueira. Alfredo Moreira Pinto, *Campinas - impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brazil, 1889, p. 9, *apud*. Ana Maria de Góes Monteiro, *op. cit.*, p. 221. Não há notícia do acréscimo de outros, até os de Bento Quirino e Francisco Glicério. Os dos Imperadores, Pedro I e II, que atualmente fazem parte do acervo da Câmara, teriam sido incorporados quando da criação da galeria de notabilidades, a que tornaremos.

⁴⁷ Livro de registro de fatos notáveis. AC, livro 120, f. 12v-13v.

⁴⁸ Na introdução.

como se apresentava nos anos de 1870 – o desenvolvimento e a difusão das casas isoladas é a gradual diluição do aglomerado compacto, e a gradual perda de padrões mais amplos, tal como se haviam grandemente estabelecido nos anos de 1870. Se a recorrência dos nomes sinaliza a conhecida permanência de um restrito grupo no poder ao longo da Primeira República, sinaliza ao mesmo tempo que a mudança, que ocorria, se fazia desde dentro daquela permanência (no poder); é evidência de que a mudança não se devia a uma interferência ou invasão de um grupo exterior – eram os descendentes mesmos dos responsáveis pela instauração da cidade liberal dos anos de 1870 os que encontramos ao longo do processo de *dissolução* daqueles mesmos padrões.

Bento Quirino havia falecido poucos meses antes da homenagem, em fins de 1914. Francisco Glycerio era ainda vivo. Faleceria pouco depois, no Rio de Janeiro, em Abril de 1916.⁴⁹

O volume de povo na chegada do féretro na estação de Campinas, e no cortejo que se segue, são mais uma demonstração da ascendência e da particular simpatia que exercia o antigo propagandista.

Não sabemos se Rogério, estudante em São Paulo, teria comparecido à inauguração do retrato do avô; é provável que tivesse vindo ao enterro, no ano seguinte, quando teria tido oportunidade de colher impressão direta do verdadeiro culto de que desfrutava a figura do avô no pequeno “brinco”, vizinho da pujante capital.

Um monumento fúnebre (pago na maior parte pela Câmara) é encomendado – ao consagrado escritório, em São Paulo, do também conterrâneo Ramos de Azevedo. Viria a ser inaugurado, já a terceira versão do projeto, a 15 de Agosto de 1921. Rogério de Freitas, já residente na cidade, bem como seu pai e demais irmãos e familiares, estão presentes.⁵⁰

Era uma presença natural. Outras, não se explicam sem ter-se à vista a distinção social e política que a ascendência e parentesco emprestavam ao jovem meio-forasteiro: alguns meses antes da inauguração do monumento-túmulo, a 1º de Maio de 1921, como parte das festividades de inauguração da estrada de rodagem de Campinas a São Paulo, a Câmara realiza sessão solene de recepção e homenagem a Washington Luís.⁵¹ Assinam a presença, além dos membros da Câmara, os secretários da Agricultura, da Justiça e da Fazenda do governo, um representante da Câmara dos deputados, e – além do próprio Washington Luís – outra meia dúzia de personalidades – dentre as quais o jovem Rogério de Freitas.⁵²

Ocupava portanto um lugar de destaque no meio social, e tanto mais naquele de Campinas, menor, e onde sua ascendência ganhava um significado especial.

É de todo provável que também em sua nomeação – para a segunda promotoria, de resto recém-criada – essas ligações tivessem também lhe beneficiado. Seu irmão, Francisco Glicério de Freitas, era à

⁴⁹ 12.04.1916, cf. Clóvis Glicério de Freitas, op. cit. (capa).

⁵⁰ Idem, f. 14. É o último registro que consta do livro destinado ao “registro de fatos notáveis”. Seguem-se-lhe 137 assinaturas, o maior número dentre todos os eventos registrados. O registro da inauguração da exposição regional de 1885 conta 90 assinaturas.

⁵¹ Que não deixaria de se referir à condição de Campinas, “berço da República”: “(...) vir a Campinas portanto é adquirir força para o futuro”. Atas da sessão solene de 01.05.1921. AC, livro 168, f. 52v-53.

⁵² Idem.

época o chefe do Ministério Público do Estado.⁵³ E era seu pai o responsável pelo projeto, aprovado em 1922, que elevava Campinas a comarca de 4ª entrância (igualando-a a São Paulo e Santos).⁵⁴

Embora as evidências apontem uma continuidade, com relação ao caso de seu pai, quanto à influência das vinculações políticas e familiares na inserção social e profissional, interessa, na perspectiva do presente trabalho, fazer notar as diferenças que, não obstante, existem.

Em “A geração do centenário”, a que já nos temos referido, dizia-se que a nova geração (a terceira) “não quer posições, nem o bem-estar que as outras disputaram com ânsia e sem a preocupação primordial do interesse publico”.⁵⁵

O texto se perfilava junto aos anseios de “democracia” que se iam fazendo ouvir, e era laudatório da nova – da “jovem” – geração. É possível que Rogério de Freitas, integrado como estava nas teias do poder constituído, não fosse daqueles a que o articulista tivesse mais em vista, no seu encômio da nova geração, que “ausculta o Brasil”. Não obstante, sua figura não é de todo dissonante da caracterização ali esboçada.

Dizia o articulista que, enquanto que nas anteriores gerações havia “personalidades de relevo”, a nova era “um todo, ama-se e compreende-se”. “(...) na velha geração houve e há capacidades”; na jovem, “competências”. Antes, qualquer nome era “bom nome” para uma pasta; agora, “a despeito da exuberante cultura geral”, trata-se de “especialidades”. E, mais à frente: “[a nova geração] Não quer honrarias, nem cargos; quer funções”.⁵⁶

“[a nova geração] Não quer honrarias, nem cargos, mas funções” presta-se a um resumo, sintético, da natureza das três gerações de que o autor fala: as “honrarias” diriam respeito sobretudo da primeira, os “cargos”, da segunda”, as “funções”, da terceira. Glicério, a honraria – o generalato e as continências, depois extintas pelo genro; Herculano, os cargos – delegado demissionário, professor ausente; uma geração depois, a função – e Rogério de Freitas não faltaria a exemplo.

É verossímil pensar-se em Herculano – “inteligência fulgurante”, “autor de frases que ficaram”, delegado, diretor e deputado – quando se fala em “personalidade de relevo”, “bom nome para qualquer pasta”. Se tanto no caso de Herculano quanto no de Rogério as posses em cargos são tributárias de suas vinculações políticas e familiares, já o processo geral de crescente burocratização do Estado sobredetermina a natureza de boa parte dos cargos disponíveis, e a promotoria de Rogério de Freitas, posto que também um “cargo”, era contudo muito mais de uma “função” que os lugares de ação – e

⁵³ Novo nome, dado a 27 de Dezembro de 1921, pela lei nº 1836, ao cargo anteriormente denominado sub-procurador geral do Estado, que Francisco Glicério de Freitas já ocupava. O procurador-geral, nomeado pela mesma lei, era também um campineiro.

⁵⁴ Requerimento do vereador Paulo Pupo, para que “officiasse a mesa da Camara ao illustre senador estadual Herculano de Freitas, que obteve na sua Camara a elevação de Campinas a comarca de 4ª instancia, com vantagens para a nossa terra”. Ata da sessão de 02.12.1922. AC, livro 169, p. 223.

⁵⁵ Pontes de Miranda, op. cit., *Revista do Brasil*, vol. XXI, nº 81 (editorial).

⁵⁶ Pontes de Miranda, op. cit., p. 82-83.

decisão – política que o pai já assumira. Com efeito, teria ganho, aliás recentemente, o enquadramento funcional de uma carreira burocraticamente institucionalizada.⁵⁷

Herculano, “de um físico alentado”, com “qualquer coisa de boêmio”, chegara a despertar a Aureliano Leite a impressão de “vadio” – desfeita frente a exemplares dos “6.000 volumes de ciência jurídica” de que se compusera a sua biblioteca, obras “cujo manuseio o aspecto externo já atesta”, sendo “raras” as que não traziam “anotações do punho do defunto”.⁵⁸ Rogério de Freitas, não sabemos se teve igual envolvimento com o saber relativo à sua profissão; envolveu-se com os negócios de um clube esportivo e social da cidade, de maneira a nos deixar a imagem de ter sido, externa e socialmente, bastante ativo.

O *Lawn Tennis Club* havia sido fundado em Maio de 1913, seu campo se localizava à av. Campinas, na Chácara Lulu de Pontes (Vila Industrial). Paulo Décourt (vizinho de José Augusto à rua Culto à Ciência) secretariava a assembléia para eleição da primeira diretoria, e seria ele mesmo presidente na segunda gestão. Foi das primeiras associações de caráter desportivo da cidade.⁵⁹ Em fins de 1914, o *Lawn Tennis* conseguia cessão de alguns terrenos da municipalidade para seus *courts*, no mesmo arrabalde. Em 1916 a diretoria assinava, solidária a moradores, requerimento para iluminação elétrica no local. Desde fins de 1915 e até Agosto de 1921 não há mais registros em ata, sugerindo que o *club* tenha atravessado um período de fraca ou nenhuma atividade.⁶⁰

Nessa última data Rogério de Freitas era eleito presidente da nova diretoria (Paulo Décourt era o vice) – diretoria eleita “para reorganização do Lawn-Tennis Club” (grifo do original).⁶¹

Tão logo quanto fins de setembro o novo presidente expunha à diretoria “os passos dados para a aquisição de terreno onde construir campos de tennis em numero sufficiente”, e discutia os meios para se lograr a construção de uma nova sede. Em outubro, assembléia geral extraordinária (realizada no salão nobre do Centro de Ciências, Letras e Artes) aprovava empréstimo de trinta contos para aqueles fins. Em novembro o *club* já funcionava à rua Coronel Quirino, 115, pois a 10 desse mês Rogério de Freitas

⁵⁷ O serviço judiciário do Estado foi reformado em 1921, com a criação de uma hierarquia de entrâncias nas comarcas, “para estímulo ao progresso na carreira”, a eliminação do juiz de paz (cargo eletivo, de antiga tradição) como juiz substituto, a instituição do Estado como único pagador dos juizes e o estabelecimento de concurso público para o ingresso na magistratura. Lei n° 1795, de 17.11.1921. Decreto n° 3432, de 31.12.1921. Washington Luís, pronunciamentos ao Congresso, de 14.07.1921 e 14.07.1922. in Eugênio Egas, op. cit., p. 266 e 414. Não conseguimos confirmação, mas seria natural que o espírito dessa reforma tivesse se estendido ao ministério público.

⁵⁸ Aureliano Leite, op. cit., p. 251 (nota). Segundo também consta aqui, esta biblioteca foi doada à Municipal de São Paulo, quando do falecimento de Herculano.

⁵⁹ A excetuar as futebolísticas, não temos conhecimento de outra agremiação desportiva mais antiga.

⁶⁰ Arquivo do TCC, livro de atas n° 1. Resolução n. 465, de 10 de Outubro de 1914. Requerimento de moradores da Chácara Lulu de Pontes, da diretoria e de sócios do *Lawn Tennis Club* “para dar a iluminação publica nas 3 primeiras quadras, entre as ruas, Dr. Per^a Lima, Antonio Bento, Avenida Campinas e rua n° 7”, datado de 18 de Abril de 1917. Arquivo Municipal, cx. 1917-2, protocolo n° 493. A chácara Lulu de Pontes é parte da Vila Industrial. Não fica claro se as quadras cedidas pela municipalidade seriam ou não pegadas ao local da sede original, ou mesmo a regularização do próprio local original, ou se seriam em outro ponto do arrabalde. Seja como for, há indícios de que obras previstas nos terrenos cedidos não chegaram a se concretizar.

⁶¹ Ata da assembléia de 17.08.1921. Arquivo do TCC, livro de atas n° 1, f.11.

assinava requerimento para reforma na “casa (...) pertencente a este club” naquele endereço. A propriedade era adquirida por 16:000 (dezesesseis contos de réis).⁶²

A 28 de Maio de 1922, Rogério de Freitas expunha, em nova assembléia e “por meio de um relatório cheio de minudências”, o aumento do patrimônio do clube, tornado quase 40 vezes maior (de 1:000\$000, passara a 39:862\$000), e “tornando conhecido o modo como foi adquirido o terreno”, sendo re-eleito para uma nova gestão, agora regular.⁶³

A 14 de Outubro, firmava contrato com a “Empresa Constructora Predial Campineira”, de André Masini (juntamente com o sócio João Batista Meiller), para construção do edifício-sede (ou “pavilhão social”), no valor de 44:330\$436, a ser pago em 96 prestações. No mesmo dia, a Câmara era convidada para o lançamento da pedra fundamental do novo edifício, a 15 de Outubro.⁶⁴

Essa atividade de Rogério de Freitas à frente da diretoria do *Lawn-Tennis Club*, além de nos deixar uma imagem, de atividade, social e (presumivelmente) esportiva que contrasta com a figura “corpulenta” e com “qualquer coisa de boêmio” de seu pai, tem outras implicações: Foi a 07 de Novembro de 1922, já se referiu, que Rogério, em conjunto com outras quatro pessoas, compra o terreno que tomava toda a frente da quadra, à rua Augusto César, entre as ruas Benjamin Constant e Barreto Leme, onde de imediato dá início à construção de sua residência. Ocorre que o terreno da nova sede do *Lawn-Tennis Club* e este outro localizavam-se num mesmo arrabalde – este último mais próximo da cidade, aquele mais afastado. O terreno adquirido para o clube, coloca-se arrabalde adentro na mesma direção do terreno que seu presidente adquiria para sua residência.

Habitar nas redondezas do clube que dirigia ativamente tem uma conveniência prática. Dispostos num arrabalde, ainda na maior parte desocupado, os edifícios favoreceriam, por outro lado, mutuamente, o valor uns dos outros. Disposto para dentro do arrabalde, o terreno do club, como uma âncora, dava novo sentido para aquele flanco, concorrendo para valorizá-lo.

Pode-se ver ambas as operações de Rogério de Freitas num sentido conjunto, na ocupação e valorização de um novo setor da cidade. De resto, a antiga sede, em Vila Industrial, para além da linha do trem, junto da qual já havia ocupação, em boa parte por casas operárias, ficava a Oeste da cidade; a nova, a Leste. Havia sido uma mudança de 180 graus.

⁶² Ata da 1ª sessão da diretoria, a 25.09.1921, e da assembléia geral extraordinária de 06.10.1921. Arquivo do TCC, livro de atas nº 1. Requerimento para reforma da casa à rua Cel. Quirino, 115, de 10.11.1921. Arquivo Municipal., ex. 1921-1, protocolo nº 8469. Requerimento para recebimento da subvenção prevista no orçamento municipal para o ano de 1922, datado de 17.03.1922: “Actualmente preenche esta sociedade todos os requisitos essenciaes que a tornam apta para receber a referida subvenção Municipal, porquanto (...) adquiriu a mesma, por compra a Joaquim Alves e s/ mulher, um terreno sito á rua Coronel Quirino nº 115, com area de cerca de 13.000 metros quadrados, pelo preço total de 16:000\$000”. Arquivo Municipal.

⁶³ Ata da assembléia ordinária de 28.05.1922. Arquivo Do TCC, livro de atas nº 1. Este arquivo preservou apenas os livros de atas, de modo que não foi possível localizar o referido “relatório cheio de minudências”.

⁶⁴ O convite está registrado nas atas da Câmara, sessão de 14.10.1922. AC, livro 169, p. 194. Sobre o contrato para construção da sede, ata da assembléia geral ordinária de 01.06.1924. Arquivo do TCC, livro de atas nº 1, f. 19v-20.

Certo é que o terreno da rua Augusto César adquirido a 7 de Novembro de 1922 conhece valorização imediata. Lino de Moraes Leme (também sócio do Lawn-Tennis), que havia ficado com a maior parcela do terreno, pagara pela sua faixa, de 40 metros (por 73 de profundidade, como as demais), junto da rua Benjamin Constant, 11:680\$000. A 28 do mesmo mês vendia 24 dos 40 metros a Bernardino Vieira Alves por 12:000.⁶⁵ Recuperava todo o valor investido, e realizava um ganho de mais de 70% em 21 dias.

Ainda em 1922, a 4 de Dezembro, o mesmo Lino de Moraes Leme vendia toda a parte fronteira da faixa que lhe restara (16 metros de frente), numa profundidade de 40 metros (preservando para si os 33 últimos metros da profundidade total original). Recebia 4:500\$000.⁶⁶

Por uma faixa de 30 metros de frente (pela profundidade comum de 73 metros), Rogério de Freitas havia pago 8:760\$000. A 10 de Abril de 1923 vendia 13 metros (por 73) a Aurélio de Andrade Costa, por 9:000\$000.⁶⁷

A faixa, de 20x73 metros, que coubera a Agnello Bastos, por 5:840\$000, ele a revendia, pouco menos de um ano depois (a 29 de Outubro de 1923), a Eurico Vilella por 15:000\$000.⁶⁸

Os valores por metro quadrado dessas transações perfazem uma curva ascendente progressiva.

A intensidade da valorização suplanta de muito a que se verificava no caso da quadra loteada por Orosimbo, em condições semelhantes, à rua Culto à Ciência, dez anos antes. A nova intensidade diz do processo geral de “revivescência” que a cidade ia conhecendo. Nela teria tido parte também a ação, paralela, de Rogério de Freitas, como presidente do *Lawn-Tennis*, na compra da sede daquela agremiação.

3.3. A abertura do setor Leste.

A instalação do *Lawn-Tennis* no novo local, em operação capitaneada pelo seu então presidente, Rogério de Freitas, em curso quando da compra da gleba à rua Augusto César por um grupo de que fazia parte o mesmo Rogério de Freitas (e na qual será o primeiro a edificar), pode ter beneficiado a intensa valorização que essa última gleba conhece, já de imediato e ainda ao longo do tempo, conforme a revenda de algumas parcelas da gleba original por parte de seus compradores atesta e precisa. Não é a razão única daquela valorização, nem a incursão pelo novo arrabalde constituía operação isolada.

Pouco mais ou menos pela mesma época em que o *Lawn-Tennis* adquiria o terreno para a nova sede à rua Coronel Quirino, 115, a *Associação Athletica Campineira* pedia à prefeitura a cessão da gleba vizinha, então utilizada pela limpeza pública. A transação não se efetivou, permanecendo a Associação

⁶⁵ 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-Q, registro nº 17.407, de 01.12.1922.

⁶⁶ Idem, registro nº 17.424, de 05.12.1922.

⁶⁷ Idem, registro nº 17.940, de 16.04.1923.

⁶⁸ Escritura de 29.10.1923, no 2º tabelião. 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3-R, registro nº 18.683, de 03.11.1923.

onde já se encontrava, numa das pontas da rua Augusto César, junto do largo de Santa Cruz.⁶⁹ Entretanto, que aquela incursão não era fato isolado, mais que o ter sido acompanhada de outra da mesma espécie, efetivada ou não, diz respeito a um fenômeno mais geral. Trata-se de que, já anos antes, e ainda durante a construção das primeiras casas naquela quadra da rua Augusto César (em meados de 1923), há uma série de operações que demonstram que a cidade ia gradativamente virando sua face para aquele novo setor, a Nascente.

Como já se disse, por aqueles terrenos que eram agora um arrabalde que começava a sair do limbo, passara a velha estrada dos Goiasés, a que a cidade devia sua origem. Esta se desenvolvera entretanto (como também já referido) na colina a oeste do vale do Tanquinho, o antigo traçado da estrada caiu em desuso, e a maior parte daquele altiplano ficou à margem do processo de urbanização – duas áreas, apenas, a Leste do vale do Tanquinho conhecendo ocupação já ao longo do séc. XIX: a do eixo do antigo acesso à nova colina, aí incluídos os arredores do que viria a ser o passeio público, depois praça Imprensa Fluminense, e aquela ao longo do caminho de saída da cidade para Mogi, incluindo-se aqui os arredores do Largo de Santa Cruz.

Com a chegada da ferrovia, em 1872, e a instalação da estação ainda mais a Oeste da área ocupada, a cidade voltava definitivamente as costas para o altiplano que fora atravessado pela via que lhe dera origem. No início dos anos de 1920 a maior parte dos requerimentos para novas construções ainda se valia de lotes nos setores a Oeste do aglomerado primevo, entre aquele e a linha do trem. Em quadras do reticulado que já se havia desenhado na planta de 1878 (fig. 1), que iam ainda sendo ocupadas. A própria rua Culto à Ciência, posto que transcendendo a área de domínio do desenho reticulado, e para além de um dos vales que definiam a colina do aglomerado primevo, dava-se em prosseguimento dessa ocupação em direção do poente.

A foto seguinte (fig. 22) data de aproximadamente a mesma época que o início das vendas, por Orosimbo Maia, das faixas de terreno àquela rua (Culto à Ciência), processo que viria a ser o da conversão daquele velho “caminho” em “rua”, propriamente. Retrata o monumento-túmulo a Carlos Gomes, inaugurado, a 1907, numa das extremidades da praça Bento Quirino, onde antes estivera o antigo prédio da Câmara e Cadeia, demolido em fins do XIX. O fotógrafo elegeu, como ponto mais propício desde onde retratar o monumento, o sobrado junto do mesmo, na esquina da praça Bento Quirino com a rua Bernardino de Campos – a mesma sacada desde onde, pela mesma época da foto, em 1909, Rui Barbosa,

⁶⁹ Na ata da sessão de 04.06.1921, tem-se registro do recebimento de ofício em que a Ass. Atlética Campineira “pede concessão, pelo prazo mínimo de dez annos, do terreno occupado pelas dependencias da Limpeza Publica, á rua Coronel Quirino, e obrigando-se a fazer, como compensação, a remoção e instalação das mesmas dependencias no entreposto de carnes verdes, em Villa Industrial, á sua custa”. A própria Associação viria a desistir do pedido em Outubro. AC, livro 168, f. 60 e f. 90v. O terreno em causa corresponde àquele em que hoje se encontra o Clube Campineiro de Regatas e Natação. Embora fundado em 1918, o clube só veio a ocupar esse local, “utilizado na época exclusivamente como depósito de materiais e adquirido pela Prefeitura em 1895, servindo inicialmente como depósito de lixo”, em 1936. Darci Maria Paschoal Palombo, *Clube Campineiro de Regatas e Natação – oitenta e dois anos de história, oitenta e dois anos de glórias*. s/l: s/e, s/d (2000?), p. 83-87.

então candidato à presidência da República, no desenrolar da campanha “civilista”, falava ao povo reunido.⁷⁰ Desse modo, retratava a face oeste do monumento – trazendo por fundo a então esquecida região a Leste da cidade.

Logo atrás do monumento vê-se a pequena praça Antônio Pompeu, pequeno largo anexo, por assim dizer, à praça Bento Quirino, então um dos locais designados para o estacionamento de carroças na cidade. Bem defronte, com suas cinco portas, a casa comercial de José Nucci – nº 67 da rua Dr. Quirino.⁷¹ As construções ao longo dessa rua são o derradeiro plano de casas visível na foto; as da rua imediatamente posterior, Luzitana, já não se vê, dado estar essa em cota inferior. A única esquina visível (aquela em que está este mesmo estabelecimento de José Nucci) é a da rua Dr. Quirino com a Bernardino de Campos. Para além (dessa esquina), a rua Bernardino de Campos iniciava sua descida, de duas quadras, até outro pequeno largo – “da Liberdade” –, na baixada do vale do Tanquinho.

O arvoredo que se vê ao fundo, para trás do estabelecimento de José Nucci e demais telhados da rua dr. Quirino, ocupava esse vale. Vê-se à direita as coroas das palmeiras imperiais que perfaziam o perímetro do largo Carlos Gomes (ou, do emblemático “jardim Carlos Gomes”, do qual Acrísio mantivera uma foto em parede de sua sala de trabalho – cap. 1).

O ajardinamento daquele logradouro (conforme já referido) é de 1913. As palmeiras já lá estavam em 1900, enquadrando um terreno ainda descampado, antigo brejo e nascedouro do córrego do Tanquinho. A mancha de terrenos públicos, não-edificados, e cobertos de vegetação se prolongava portanto desde o largo Carlos Gomes rumo norte, pelo vale do Tanquinho.

Na direção dessas palmeiras é que se encontrava uma das referidas áreas a Leste do vale do Tanquinho já ocupadas desde o séc. XIX. Nessa direção, na perspectiva da foto, se encontram a praça Imprensa Fluminense, antigo passeio público, e, mais além, as “Campinas Velhas” (local do antigo “pouso das campinas”). Do lado oposto (para a esquerda na foto, e para além do limite lateral da mesma), encontrava-se a saída para Mogi – o outro eixo em que, para leste do vale do Tanquinho, já havia ocupação. Entre esses dois prolongamentos da mancha para Leste do vale, jazia a região esquecida, a Leste da cidade.

O edifício da Santa Casa se dispunha nessa região (na foto, por detrás do sobrado da rua Dr. Quirino, à esquerda, vizinho da casa comercial de José Nucci). Voltando a face para a cidade, mas para além do vale e isolado, em meio ou para além do mato, como soia aos edifícios hospitalares em geral e como era praxe no caso das Santas-Casas em particular. Sendo edificação, consignava, no entanto, a desocupação daqueles arredores.

Em fins de 1912 é aprovada verba de até 75 contos para o alargamento desse trecho da rua Bernardino de Campos, entre o monumento Carlos Gomes, ou praça Antônio Pompeo, e o vale do Tanquinho, ou largo da Liberdade. Alargado e arborizado, esse trecho da Bernardino de Campos

⁷⁰ “Conselheiro Ruy em Campinas”. Rio de Janeiro, *Brazil Magazine*, ano IV, nºs 41-42, 1909.

⁷¹ Livro de lançamento do imposto predial. Arquivo Municipal.

funcionaria como um prolongamento, até esse local central, das áreas verdes do vale, e do jardim Carlos Gomes em particular.⁷²

A abertura desse pequeno “boulevard”, efetuada em 1913, pode ser considerada retrospectivamente como um primeiro passo de abertura em direção ao setor leste – então ainda os “fundos” da cidade.⁷³

No mesmo ano de 1913 o município destinava em lei 150 contos para o governo do Estado, parte em forma de terreno, como auxílio para construção de nova escola normal, de no mínimo 500 contos. Quando especificado, anos mais tarde, pela lei 242, de 15.05.1919, dito terreno localizava-se ao final do trecho alargado, defronte do largo da Liberdade, local de “lavanderias e mictorios, em outros tempos”.⁷⁴

No início de 1920 estavam prontos os alicerces do novo edifício; no início de 1921, “já há ali com que formar-se idea do magestoso proprio que, erguido ao flanco da praça Carlos Gomes – o mais suggestivo dos nossos logradouros – abrigará, daqui a pouco, as gerações de estudantes (...) para a nobre carreira do magistério”.⁷⁵

Em 1920 o trecho alargado da Bernardino de Campos era denominado “av. Thomaz Alves”, e em meados de 1921, atentando-se às modificações que o local ia sofrendo e especialmente ao “magestoso proprio” que ia sendo ali edificado, o antigo largo da Liberdade é rebatizado “praça Heitor Penteado”.⁷⁶

Essa última resolução dava ocasião a que dois vereadores discutissem “sobre a area exacta a que competem as denominações de Liberdade e Carlos Gomes” – o que pode ser visto como testemunho de como as áreas do fundo do vale haviam constituído pelo menos até então um todo relativamente indiferenciado.⁷⁷

Em 1920, Álvaro Ribeiro apresentara projeto para um segundo alargamento, de trecho da rua Benjamin Constant entre a praça Bento Quirino e o vale do Tanquinho, alargamento que “fará symetria com o trecho da rua Bernardino de Campos, já alargado, e servirá para realçar o magestoso edificio da futura Escola Normal”, que ia sendo edificado. A ser inaugurado em 1922, propunha o novo trecho se chamasse “avenida Independência”.⁷⁸

Esse projeto não vai adiante – no início dos anos 20, as verbas do empréstimo de 1911, que haviam financiado, entre outras, todas as obras anteriormente citadas, já haviam sido consumidas, e a

⁷² Lei 173, de 08.11.1912. Os melhoramentos do “largo Carlos Gomes”, no valor de até 90 contos, haviam sido autorizados pela resolução nº 399, de abril daquele mesmo ano de 1912. Como já referido, esse jardim foi oficialmente inaugurado a 7 de Setembro de 1913. RRO, 1912. RPM, 1913.

⁷³ Os relatórios não referem a conclusão da obra, mas pode-se afirmar que o alargamento foi efetuado entre Janeiro de 1913, quando era negado pedido de prorrogação do prazo de 15 dias para desocupação dos imóveis a serem demolidos para o alargamento, e Agosto do mesmo ano, quando o engenheiro municipal comunica ao Prefeito as medidas das sobras do alargamento, a serem vendidas em hasta pública. Requerimento de Affonso Silvestre e outros, de 08.01.1913. Arquivo Municipal. Memorando de Acrísio Cruz ao Prefeito, 29.08.1913. Arquivo Municipal.

⁷⁴ Sessão de 13.09.1919. AC, livro 167, f. 93-94.

⁷⁵ Lei 179, de 02.05.1913. Lei 242, de 15.05.1919. RPM, 1920. A referência à existência de “lavanderias e mictorios, em outros tempos” se encontra em ata da sessão de 13.09.1919. AC, livro 167, f. 93-94.

⁷⁶ Resolução 611, de 21.12.1920. Resolução 627, de 28.05.1921.

⁷⁷ Atas da sessão de 04.06.1921. AC, livro 168, f. 60v.

⁷⁸ Ata da sessão de 04.09.1920. AC, livro 168, f. 12.

Fig. 22. A foto, tirada desde o sobrado na esquina das ruas Barão de Jaguará e Bernardino de Campos, retrata o monumento-túmulo a Carlos Gomes, inaugurado a 1907 numa das extremidades da praça Bento Quirino, onde antes se erguera a casa de Câmara e Cadeia da cidade, trazendo por fundo a região a Leste, em data não muito diversa da foto da fig. 21 e do início das vendas por Orosimbo das faixas de terreno à rua Culto à Ciência (cap. 1). Imediatamente ao fundo do monumento tem-se a praça Antônio Pompeu, um dos locais designados oficialmente para estacionamento de carroças. Defronte, com suas cinco portas, a casa comercial de José Nucci, rua Dr. Quirino – nome dado em homenagem ao pai de José Augusto Quirino dos Santos, antiga “rua do meio” –, nº 67. Na esquina que aparece a rua Bernardino de Campos iniciava sua descida, de duas quadras, até num pequeno largo (então “da Liberdade”) à beira do córrego do Tanquinho. A vegetação que aparece em terceiro plano corresponde ao curso do vale do Tanquinho; à direita, a coroa das palmeiras imperiais que desde fins do XIX perfaziam o perímetro da região alagadiça, nascente do córrego, que em 1913 seria convertida no “jardim” Carlos Gomes. Para além do vale, na direção da loja de José Nucci e do sobrado vizinho, jazia ampla área desocupada – situação inalterada ainda no início dos anos 20 (sendo de se notar nesse sentido que não registamos nenhum pedido de construção à rua Augusto César, em nossos levantamentos, até 1922).

municipalidade se via às voltas com limitações das rendas, de que já tratamos. Em meados de 1921 indicava-se que o projeto não fosse aprovado, e que os 25 contos consignados no orçamento para aquelas obras fossem revertidos para o orçamento geral de obras públicas. O proponente chega a ponderar que “os prédios nas proximidades da Escola Normal, sendo de pouco valor actualmente e quase em ruínas, mais tarde subiriam de preço quando a municipalidade quisesse adquiril-os para melhorar o local”. Mais um ano passado, era o mesmo proponente quem anunciava o abandono definitivo daquele projeto, já agora orçado em “mais de 300 contos” e julgado “inexequível”.⁷⁹ O mesmo Álvaro Ribeiro apresenta uma alternativa mais modesta, aprovada e executada em 1922, orçada em 41 contos e restrita à área do antigo largo da Liberdade, já agora “praça Heitor Penteado”. Nomeado projeto de “alargamento da praça”, vizava “mais o saneamento moral do lugar do que propriamente o embelezamento da praça” – segundo registro

⁷⁹ Atas das sessões de 04.06.1921 e 07.06.1922. AC, livro 168, f. 64v, livro 169, p. 107.

mais explícito, tratava-se de demolir “predios de meretrício”, “que não deviam permanecer ao lado da escola”.⁸⁰

Em 1921 fôra aprovado, não sem polêmica, operação especial de crédito de 700 contos para a construção de um novo Teatro Municipal. Em 1923, o relatório de uma comissão especial de engenheiros considerava diversas alternativas para a instalação do mesmo, recomendando duas: a hipótese original, de que o novo Teatro fosse construído no mesmo local do antigo, e a alternativa de que fosse construído na praça Bento Quirino, com frente para a rua Barão de Jaguará e eixo alinhado com a rua Benjamin Constant, “proximamente”.⁸¹

Prevaleceu a hipótese original, de instalação no mesmo local do antigo – aliás já demolido quando da fatura do relatório. Mas interessa notar como a alternativa proposta punha a valiosa obra a poucos metros do vale do tanquinho e abrindo face, pela descida da rua Benjamin Constant – o mesmo trecho do projeto de alargamento de dois anos antes –, para o setor nascente, ainda desocupado, no vale e para além.

A 14 de Abril de 1924, o governador, em visita oficial à cidade, inaugurava oficialmente, entre outras obras, a nova Escola Normal.⁸²

Ainda alguns anos depois, tem-se a foto da fig. 23, com esse edifício ao fundo, pelo eixo do trecho alargado da Bernardino de Campos (av. Thomaz Alves), numa tomada desde a praça Antônio Pompeu.

A diferença com a foto anterior (fig. 22) é patente. Onde antes havia uma travessa estreita, tendo fim num fundo de vale coberto de matos, local de edifícios “quase em ruínas”, de lavadeiras e de prostitutas, tinha-se agora um eixo monumental.

A cidade se desenvolvera de início segundo uma lógica linear, ao longo de caminhos que se distendiam no sentido norte-sul. Há já mais de meio século havia-se quebrado essa simples linearidade, na face do poente, com a ligação até à estação. Agora, a mesma quebra se dava na face do nascente.

Desde a praça Bento Quirino, onde tivera início o aglomerado, e cujo formato – o de um retângulo alongado na direção norte-sul – dizia daquela linearidade inicial, abria-se agora um novo eixo; ao eixo natural da praça, entre a fachada da matriz de Santa Cruz e o monumento a Carlos Gomes, somava-se um segundo, transversal, desde o monumento Carlos Gomes até à Escola Normal, e além.

Nessa nova relação, transversal, que a praça passa a comportar, aquela quadra, entre Benjamin Constant e av. Thomaz Alves, tem um sentido especial. Não por acaso a “simetria” preconizada pelo projeto de alargamento de trecho da rua Benjamin Constant consistia num balanceamento das aberturas existentes a cada flanco dessa quadra – propondo abrir à esquerda uma avenida (ou boulevard) condizente com o espaço existente no flanco à direita. Junto do início da av. Thomaz Alves, e superpondo-se, em

⁸⁰ Atas das sessões de 17 e 24.06.1922. AC, livro 169, p. 110, 116. O registro que explicita que tratou-se de demolir prédios de meretrício é da sessão de 22.06.1927. AC, livro 172, f. 144.

⁸¹ Relatório, 6 p. datilografadas, em anexo ao ofício da prefeitura, nº 83, de 02.02.1923. AC, cx. 24, pasta ofícios da Prefeitura, ano 1923.

⁸² Relatório da Câmara (impresso), referente ao triênio 1923-1925.

Fig. 23. Foto do trecho alargado da rua Bernardino de Campos, desde a praça Antônio Pompeu. Trecho renomeado “Av. Thomaz Alves”, em . Ao fundo, na baixada do vale do Tanquinho e no eixo do trecho alargado, o novo edifício da Escola Normal, construído desde 1920 e inaugurado oficialmente pelo presidente do Estado e sua comitiva em 14 de abril de 1924. Deslocando-se pouco mais para a esquerda, o observador poderia avistar deste ponto os telhados das casas novas à rua Augusto César (fig. 20). À esquerda, o sobrado que aparece ocupa o lugar da antiga casa comercial de José Nucci (fig. 22), parcialmente demolido para o alargamento. Esse sobrado (atual Giovanetti) – na verdade uma extensão do antigo sobrado vizinho à casa comercial de José Nucci (foto 22) – foi construído em 1915, mas a parte junto da esquina com a Luzitana, que aparece já edificada na foto, é projeto de 1927. A foto é portanto posterior a 1927; pelo aspecto geral, seria ainda de fins dos anos 20.

perspectivas desde a praça Bento Quirino, ao edifício da Santa Casa e a toda a região que ia sendo redescoberta, a testada dessa quadra se constituía como que a projeção avançada, cidade adentro, daquele setor, nascente.

Num arranjo que, posto que não “planejado”, nem por isso seria casual, a quadra, à rua Augusto César, em que, ao longo do ano de 1923, Rogério de Freitas e outros iam construindo suas residências alinhava-se com o eixo dessa outra quadra, à praça Bento Quirino. Formavam duas testadas paralelas e correspondentes – uma, cidade adentro, a oeste do vale, outra, a leste do vale, para trás da Santa Casa.

3.4. Um corpo avançado do novo setor cidade adentro.

A quadra à praça Bento Quirino, entre Benjamin Constant e praça Antônio Pompeu (av. Thomaz Alves) aparece como uma projeção, ou linha avançada, cidade adentro, do novo setor, e da nova quadra à rua Augusto César em particular – não apenas num sentido geográfico:

Rogério de Freitas, pioneiro da ocupação da nova quadra à rua Augusto César, mantinha seu escritório nessa quadra correspondente, da praça Bento Quirino. Não apenas Rogério de Freitas, mas também o conjunto dos titulares dos escritórios vizinhos, estão no geral e de diferentes modos relacionados à ocupação do novo arrabalde e às transformações urbanas correlatas.

*

Desde a residência de Rogério de Freitas, à rua Augusto César, até seu escritório, à praça Bento Quirino há dois caminhos que cabe ter em conta. Um, o mais urbanizado, outro, o mais curto.

Sendo a quadra da Augusto César a primeira do trecho desocupado, colada às quadras adensadas existentes em torno do antigo Passeio Público (praça Imprensa Fluminense), o primeiro percurso tem início acessando-se esse logradouro adensado e vizinho. O percurso até à praça Imprensa Fluminense, embora compreenda apenas uma quadra (entre Benjamin Constant e General Osório, pela própria Augusto César), constitui uma travessia desde um “fora” da mancha urbana até um “dentro”.

O trecho desocupado da Augusto César, que se estendia da Benjamin Constant até à alameda Germania (atual Cel. Silva Teles), com cerca de 600 metros como já referido, começou a receber guias e sarjetas em 1924; somente então sua largura ficou propriamente definida – 22 metros.⁸³ A largura da mesma rua no trecho já de há muito ocupado e pavimentado, em torno da praça Imprensa Fluminense, era de 13 metros. Como é natural, no aglomerado já de há muito consolidado em torno do antigo passeio público as casas, quando nas esquinas, preferiam a frente que dava para a praça. Na rua Augusto César, entre Benjamin Constant e General Osório, as duas casas na esquina com essa última, em terrenos estreitos e compridos, davam frente para a dita General Osório, deixando a longa lateral, em parte muros cegos, dos quintais, para a dita Augusto César. Assim, o aglomerado dava naquele ponto fundos para as residências que iam sendo construídas na quadra entre Benjamin Constant e Barreto Leme, e o percurso desde alguma delas até o antigo passeio público, embora compreendesse apenas uma quadra (entre Benjamin Constant e General Osório) era como dito uma travessia, por um trecho mais estreito e ladeado em parte de muros cegos, desde um “fora” – exterior ao envoltório adensado, para onde as casas desse envoltório davam preferencialmente fundos –, para um “dentro” – para onde as casas desse envoltório abriam frente.

Feita essa travessia, podia-se seguir até os trechos mais centrais sem que a mancha urbana sofresse interrupções. Pela rua General Osório, descendo três quadras até o jardim Carlos Gomes, no fundo do vale, e subindo outras três no flanco oposto, chegava-se à Barão de Jaguará, em cuja esquina, do lado direito, encontrava-se o velho sobrado do visconde de Indaiatuba, sede do Clube Campineiro, de que Rogério de Freitas se fizera associado e onde poderia ler os jornais do dia. Dobrando-se essa esquina, chegava-se ao final da quadra à praça Bento Quirino.

⁸³ RRO, 1925 (impresso), tabela “calçamentos executados em 1924”, entre p. 68 e 69.

O caminho mais curto dava-se tomando a descida até o vale do Tanquinho já pela rua Benjamin Constant – a essa época, nesse trecho, um mero caminho de terra, de apenas três metros de largura,⁸⁴ margeando de um lado, ao longo de toda a descida, os terrenos da Santa Casa, e ultrapassando do outro as esquinas das ruas Antonio Cezarino, Padre Vieira e Boaventura do Amaral. Em 1914 o proprietário que ia edificando duas casas nessa última esquina, com frente abrindo para o fundo de vale e as laterais para o caminho em questão, pedia à Prefeitura que colocasse guias na Benjamin Constant, entre Boaventura do Amaral e Padre Vieira, “afim de sessarem [sic] os esbarros de carroças nos muros ahi existentes”.⁸⁵ Não conseguindo as guias, e terminadas as casas, lançou mão de “guardas de ferro” para evitar os estragos.⁸⁶

Finda a descida pela rua Benjamin Constant chegava-se ao fundo do vale, no ponto onde ia sendo edificado o novo edifício da Escola Normal. Sem prolongar o percurso, podia-se desde esse ponto deixar de realizar a subida do lado oposto pela mesma Benjamin Constant, daqui em diante já adensada, porém viela estreita e lúgubre (com edifícios “quase em ruínas”)⁸⁷, e, ao invés, atravessar em diagonal o largo recentemente rebatizado “praça Heitor Penteado” e completar o percurso subindo a “av.” Thomaz Alves.⁸⁸

Na quadra dos escritórios, à praça Bento Quirino, a esquina com a rua Benjamin Constant era ocupada por um “botequim”, ou, partir de 1923, “botequim-restaurante”.⁸⁹ No flanco oposto, junto da praça Antônio Pompeu, tinha lugar a construção da nova sede do “Club Campineiro”. As casas daquele flanco, quatro delas, bem como as correspondentes, com frente para a rua Dr. Quirino, haviam sido adquiridas pelo *Club* em 1912.⁹⁰ A construção da nova sede fora iniciada em 1914,⁹¹ mas fora interrompida. Já “erguida”, restara parada muitos anos, pois no início do ano de 1922 o então engenheiro municipal falava da “esfinge de tijolos enegrecidos” que ali se encontrava – Campinas, dizia, “vae enveredar por uma senda de rapido progresso, (...). Não tarda a phase de transformações rápidas:...”

“...como consentir que a carcassa do Club Campineiro – especie de esphige de tijolos ennegrecidos, – exhiba a todos os visitantes o aspecto immutavel característico da falta de alento, quebra de

⁸⁴ Quando do alargamento, em 1928, refere-se que a rua passava de 3 para 13 metros. RRO, 1928.

⁸⁵ Requerimento para construção, Paschoal de Angelis, proprietário, 26.01.1914. Paschoal de angelis e Fco. Duarte Rezende, requerimento para colocação de guias, 16.02.1914. Arquivo Municipal.

⁸⁶ Paschoal de Angelis, protocolo n° 2091, Maio de 1914. Arquivo Municipal. Em 1924, com a colocação de guias e sarjetas no trecho da Augusto César entre Benjamin Constant e Germania, a Benjamin Constant recebia também guias – mas apenas na primeira quadra dessa descida, junto da Augusto César. RRO, 1925 (impresso), tabela “calçamentos executados em 1924”, entre p. 68 e 69.

⁸⁷ AC, livro 168, f. 64v, conforme já referido.

⁸⁸ Como se pode ver na fig. __, não sendo a rua Benjamin Constant ortogonal à praça Bento Quirino e à rua Augusto César (esses dois últimos são proximamente paralelos), embora tenha deixado essa rua e terminado o percurso por outra das transversais, o ponto em que se chega à praça Bento Quirino, esquina com Thomaz Alves, corresponde à projeção ortogonal da esquina de onde se partira, da Augusto César com Benjamin Constant.

⁸⁹ Arquivo Municipal, livros de lançamento do imposto de indústrias e profissões, volumes de 1921 a 1926.

⁹⁰ 1° Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Livro 3- H, registro n° 9.689, de 05.08.1912 Compra efetuada a José Gerin, por 50 contos, sendo a escritura, de 30.06.1912, do 4° tabelião.

⁹¹ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 330.

iniciativa, incapacidade de realização? Não! A tradição do campineiro fala bem alto, proclamando o contrario (...)”⁹²

Entre o botequim, na esquina norte, e a “esphinge de tijolos ennegrecidos” na esquina sul, alinhavam-se os escritórios – o de Rogério ao centro, nº 99 segundo o emplacamento de 1922 (para os demais ocupantes, vide a fig.8 - mapa geral dos ocupantes⁹³)

Cinco dos jovens advogados ali estabelecidos exerciam ou haviam exercido mandatos na Câmara, e de tal modo que nas três últimas legislaturas, ou desde a Câmara eleita a 1917, sempre dois dos vereadores pertenciam a esse grupo de que Rogério de Freitas era agora também vizinho: Omar Magro ⁹⁴ e Silvio de Moraes Salles ⁹⁵ haviam pertencido à Câmara de 1917-19, Paulo Pupo ⁹⁶ e Enéas Ferreira ⁹⁷ à de 1920-22, Omar Magro e Antônio Carlos de C. Vianna ⁹⁸ pertenciam à atual, de 1923-25. Num momento em que,

⁹² RRO, 1921.

⁹³ Dados cf. livros de lançamento do imposto de indústrias e profissões, vols. 1921-1925. Arquivo Municipal.

⁹⁴ Omar Simões Magro, filho de Hilário Pereira Magro Jr., nascido a 08.04.1880, formado na Faculdade de direito de São Paulo em 1904 (cf. docs. na pasta do aluno, arquivos da FD-USP). Assumira uma cadeira de vereador pela primeira vez em Abril de 1915, juntamente com Justo Pereira, nos lugares vagos com a saída de Antônio Álvares Lobo e o Cel. Manoel de Moraes, demissionários em virtude de divergências políticas com Heitor Penteado. (Álvaro Ribeiro, op. cit., p. 488). Os dois entrantes, ao lado de Álvaro Ribeiro, passam a ser dos mais ativos naquela Câmara (cf. Atas da Câmara). Omar Magro voltaria a ser eleito para todas as Câmaras desde então – renunciando apenas ao seu mandato no início da legislatura de 1920-22, para assumir cargo no governo federal, retornando à Câmara no início da legislatura seguinte (sobre a razão do pedido de demissão, cf. Álvaro Ribeiro, sessão de 13.05.1920). Era também dos mais ativos, e ainda que não soubéssemos sua idade poderíamos incluí-lo entre os jovens, quando menos de espírito: quando assumira o cargo de vereador em 1915 era também o chefe dos escoteiros da cidade; em 17.11.1917 participava à Câmara do discurso de Altino Arantes no “Congresso da Mocidade”, do qual retornava (Ofício da Prefeitura nº 1200, de 01.07.1915. Agradece a Omar S. Magro, “presidente da Comissão Regional da Associação Brasileira de Escoteiros”, pelo “grande auxílio prestado por membros dessa instituição durante o incêndio do Bazar da China”. Arquivo Municipal, livro de registro de correspondência. Veja-se também atas da Câmara, sessões de 27.11.1915 e 12.02.1916. AC, livro 166, f. 47, 131. Sobre o “Congresso da Mocidade”, AC, livro 167, f. 1).

⁹⁵ Sylvio de Moraes Salles, nascido a 16.11.1888 e formado na Fac. de Direito de S. Paulo em 1908 (pasta do aluno, arquivos da FD-USP). Fora vereador na Câmara de 1914-16 e na de 1917-20. Nesta última, era o mais jovem dos eleitos (Ata da primeira sessão preparatória da nova Câmara, de 08.01.1917. AC, livro 166, f. _).

⁹⁶ Paulo Pupo, nascido a 15.07.1894; aluno da Faculdade de Direito de S. Paulo desde 1913, advogado provisionado em 1916, formando-se em 1918 (Mini-biografias dos edis da legislatura 1920-22, no *Álbum de Campinas*, 1922). Era o vereador mais jovem da Câmara de 1922 (idem); contava 25 anos quando assumira o posto, a 10.04.1920, na vaga aberta com a renúncia de Paulo Décourt. (Sobre a renúncia de Paulo Décourt, Atas das sessões de 21.02.1920 e 10.04.1920. AC, livro 167, f. 125v, 133v). É repetitivo anotar, mas corresponde à verdade, que também nesse caso tratou-se de um dos vereadores mais atuantes da respectiva legislatura.

⁹⁷ Enéas Ferreira (* 08.04.1898) assumia uma cadeira nessa mesma legislatura pouco depois, a 21.06.1920, juntamente com o Cel. Turíbio de Moraes Teixeira, em uma das vagas abertas com as renúncias de Omar Magro e Heitor Penteado – esse, convidado por Washington Luís para a Secretaria da Agricultura, aquele, para um cargo no governo federal, como referido (nota supra). Com 32 anos, era o terceiro mais jovem daquela Câmara. Formara-se em farmácia em 1917 e em direito em 1911; tal como Omar Magro, era professor da Escola Normal. Foi ativo na Câmara – e se é verdade que aquela foi uma legislatura especialmente movimentada, nem por isso deixou de haver figuras com atuação discreta, como o próprio Cel. Turíbio, fazendeiro, nascido em 1866, que, assumindo como referido uma cadeira na mesma ocasião que Enéas Ferreira, numa postura muito diferente da desse, manteve-se ausente das discussões (embora presente às sessões). (Mini-biografias dos edis da legislatura 1920-22, no *Álbum de Campinas*, 1922. Atas da Câmara).

⁹⁸ Antônio Carlos de Camargo Vianna (* 09.11.1900), aluno da Faculdade de Direito de S. Paulo entre 1917 e 1921. Assumia uma cadeira na Câmara em 1923, para a legislatura 1923-25, no mesmo momento em que seu nome começa a ser lançado para o pagamento do imposto de indústrias e profissões no nº 97, que Octacílio de Camargo Vianna (seu pai) já ocupava, vizinho do nº 99, de Rogério de Freitas. Na respectiva legislatura, é preciso ainda uma vez

mais que outros, o futuro parecia pertencer à juventude,⁹⁹ eram também, sempre, na Câmara, dos mais ativos, e dos mais – quando não os mais – jovens.¹⁰⁰

Foram também muitas vezes os porta-vozes, na Câmara, das novas tendências urbanas e sociais. Paulo Pupo em diferentes ocasiões, e mais que outros, apontava a relevância da moderna indústria para o futuro de Campinas. Antônio Carlos de Camargo Viana, conforme declarava em Fevereiro de 1924, “Desde que entrou para esta Camara (...) se tem voltado para a esthetica da cidade e a ella se vem dedicando”.¹⁰¹ Em 1923 havia indicado a retirada de postes da rua Barão deJaguara, “julgando ser medida de boa esthetica e com o intuito de proporcionar maior facilidade de transito (...)”; foi quem propôs a restrição à localização de indústrias na região central (uma espécie de zoneamento), e o autor do código de trânsito que entraria em vigor em fins de 1924.

Outros atos diversos, desses e dos demais vizinhos àquela quadra, projeção cidade adentro do setor nascente, demonstram ligações deles entre si, com a ocupação do referido setor e (ainda outras) com os novos hábitos correlatos: Paulo Pupo e Omar Magro haviam sido os edis a proporem, em dois momentos, a pavimentação do trecho da rua Benjamin Constant acima referido, de ligação entre os altos da rua Augusto César e a baixada do vale do Tanquinho.¹⁰² Em 1923, era Antônio Carlos de Camargo Vianna quem apresentava projeto, depois efetivado em lei, tornando obrigatório o recuo mínimo de 4 metros para as casas a serem construídas no trecho novo da rua Augusto César.¹⁰³ Augusto Lefèvre (ocupante do nº 103, vizinho da “esphinge”), engenheiro-arquiteto contratado para a consecução das obras da nova sede do Clube Campineiro, projetava residências, isoladas no lote, para seus vizinhos de escritório. Ralphe Pompeo (nº 95) construía em 1924 um “bungalô”, no trecho novo da rua Augusto César,¹⁰⁴ casa que em 1925 Paulo Pupo habitava.¹⁰⁵ Condonor Prado construía sua residência na Benjamin Constant, entre a nova Escola Normal e a rua Augusto César. Quando iam sendo construídas as casas de Rogério de Feitas e vizinhas, José de França, vizinho de escritório, entrava com pedido de loteamento de uma área contígua, entre as ruas Augusto César e Nova Roma.

anotar, foi também dos mais ativos. Ao lado possivelmente de Miguel Penteado, então Prefeito, Omar Magro, Paulo Villac e, é claro, do incansável Álvaro Ribeiro. (Atas da Câmara; documentos na pasta de aluno, arquivos da FD-USP).

⁹⁹ Em 1925, fundava-se o “partido da mocidade”, que só aceitava membros com até 35 anos. Embora a duração desse tenha sido efêmera, convergiu na formação do Partido Democrático, que representava e catalizava em São Paulo a cisão das elites e a derrocada final da República Velha. O PD se distinguia do tradicional PRP também por uma média de idades sensivelmente mais baixa. Joseph Love, apud. José Ênio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 171-172. Maria Lígia Coelho Prado, *A democracia ilustrada – São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁰⁰ Veja-se notas 91-94.

¹⁰¹ “Estética” era um termo que se tornava comum, na justificativa de intervenções urbanas.

¹⁰² Paulo Pupo na sessão de 29.10.1921, Omar Magro na de 20.01.1923. AC, livro 168, f. 104, livro 169 p. 287.

¹⁰³ Sessão de 04.07.1923. AC, livro 170 f. 42. Lei 312, de 24.09.1923.

¹⁰⁴ Protocolo nº 13.711, Outubro de 1923. Arquivo Municipal.

¹⁰⁵ Requerimento para construção de edícula, cujas plantas Paulo Pupo assina como “proprietário”. Protocolo nº 19.547, Julho de 1925. Arquivo Municipal.

Fig. 25. Mapa dos ocupantes dos escritórios à quada da praça Bento Quirino entre ruas Bernadino de Campos (praça Antônio Pompêo) e Benjamin Constant. (Fonte: livros de lançamento do imposto de industriais e profissões, volumes anuais, 1921 a 1925)

Por fim, é preciso destacar ainda um vizinho, na quadra da praça Bento Quirino: o mesmo nº 99, do escritório de Rogério de Freitas, era também o endereço do escritório de Orosimbo Maia.

É bastante provável que Orosimbo tenha recepcionado o jovem Rogério de Freitas na cidade. Orosimbo aparece alinhado, na política municipal, e na relação com companhias locais, ao ex-intendente e então deputado Antônio Álvares Lobo¹⁰⁶ (proprietário aliás de uma ampla residência à rua Augusto César, na parte antiga daquele logradouro, defronte do passeio público), por sua vez sócio e amigo de Glicério, avô de Rogério. No registro da inauguração do monumento-túmulo de Glicério a assinatura de Rogério de Freitas (e de seu irmão Francisco Glicério de Freitas) aparecem junto da de Orosimbo.¹⁰⁷

Orosimbo, que não era formado em advocacia, tornara-se “rábula” trabalhando no escritório de Antônio Carlos de Moraes Salles, pai de Silvio de Moraes Salles (com escritório no nº 93 da mesma quadra).¹⁰⁸ Em 1913, o nome de Enéas Ferreira, outro dos vizinhos, era sócio no escritório de advocacia de Orosimbo.¹⁰⁹

Por entre os jovens e atuantes profissionais, tem-se portanto a figura (paternal?) de Orosimbo, então com mais de sessenta anos.

Orosimbo era também o presidente do Club Campineiro, quando, em fins de 1923, se apresenta o novo projeto, assinado por Cristiano Stockler das Neves, para a consecução das obras da nova sede.

Em novembro, contratava-se a obra ao engº Augusto Lefèvre, cujo escritório (nº 103) ficava vizinho da mesma. Separado, pelo outro flanco, de apenas uma porta do escritório de Rogério de Freitas, Augusto Lefèvre fora também o autor do projeto da residência deste último. (há motivo para suspeitar que também a foto, de 1924, dessa quadra – fig. 4 – , seja de sua autoria)¹¹⁰.

4.5. A residência de Rogério de Freitas.

¹⁰⁶ Sobre essas relações, cap. 6 do presente.

¹⁰⁷ E separadas de outros membros da família Freitas. AC, livro 120 (livro de registro de fatos notáveis da cidade), f. 15-16.

¹⁰⁸ Pelágio Lobo, O foro de Campinas no Império e na República. In IBGE, *Monografia histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. _.

¹⁰⁹ Requerimento para marcar exame de chauffeur, de Enéas Ferreira, em papel timbrado: “advogados / Orosimbo Maia / Joaquim de Pontes e Eneas Ferreira”, datado de 13.01.1913. Arquivo Municipal, cx. _.

¹¹⁰ Segundo informa o prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre, a coleção pessoal de fotos de Augusto Lefèvre conta uma série de imagens de Campinas – tiradas certamente quando dessa sua estadia, em meados dos anos 20. Como a casa que aparece com mais destaque na foto em causa é projeto de Augusto, e como o registro da quadra é o registro de um fato urbano novo na cidade (conjunto de casas “modernas”), que costuma interessar aos olhos de arquitetos, avaliamos que essa foto possa ter sido uma daquelas tiradas pelo próprio Augusto Lefèvre.

Augusto Lefèvre era filho de Belgas, emigrados para a França em 1848 e posteriormente vindos para a Bahia.¹¹¹ Por volta de 1910, assinara as plantas do grupo escolar de Santos. Como os demais grupos escolares, obra da Secretaria da Agricultura do Estado, onde portanto trabalhara, ou ainda trabalhava.

Era irmão de Eugênio Lefèvre, diretor-geral havia mais de trinta anos, daquela Secretaria de Estado, encarregada, entre outros, dos serviços das obras públicas, e a cuja frente se achava, em 1923, Heitor Penteado.

Eugênio era casado com Isaura Neves Lefèvre, irmã do também arquiteto Samuel das Neves, pai de Christiano Stockler das Neves.¹¹² Augusto era portanto concunhado de Samuel das Neves, e assim aparentado de Christiano Stockler, que assinava o novo projeto do Club Campineiro, de cuja obra era incumbido Augusto.

Formalmente incumbido dessa obra em Novembro de 1923, consta como ocupante do pequeno edifício vizinho, seu escritório, a partir do ano seguinte. (fig. 25)

Que a permanência de Augusto Lefèvre na cidade é função do contrato para o término das obras da nova sede do *Club Campineiro* parece evidente, pois tanto o seu escritório, vizinho, só se mantém enquanto se mantém essa obra, como também alguns outros projetos de sua autoria na cidade, que se contam por aqueles anos, não mais se contam depois.¹¹³ Quanto à razão desse seu contrato, e conseqüente vinda, tem-se apenas sugestões, diversas.

Alguns outros projetos que Augusto assina na cidade são pouco anteriores ao contrato para o Clube Campineiro, sendo o mais antigo aquele para a residência de Rogério de Freitas, datado de Novembro de 1922, como já referido. Nesse sentido estrito, Rogério de Freitas, chegado a pouco na cidade, desde São Paulo, introduz o arquiteto paulistano na cidade.

A Prefeitura chegara a cogitar da compra do prédio inacabado da nova sede do Clube Campineiro para dele fazer um novo Paço Municipal (Heitor Penteado nunca se dera por contente com o aspecto antiquado do velho sobrado em que, desde 1908, funcionava a administração municipal). A 22 de Maio de 1922, seu sucessor, Raphael Duarte, tendo acatado indicação do vereador Paulo Pupo e se entendido a respeito com a diretoria do Clube Campineiro, dava notícia à Câmara que estivera em São Paulo em tratativas com o Secretário de Justiça, no sentido de que o governo do Estado adquirisse a obra para ali instalar o Fórum local – viabilizando a consecução e término da mesma, que, abandonada, enfeitava um dos pontos mais centrais, emblemáticos e bem cuidados da cidade (é significativo aliás que não se encontrem fotos dessa quadra ao longo dos anos em que a obra ali restava inacabada). Lembrando que o

¹¹¹ Entrevista com o prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre, bisneto do tio de Augusto Lefèvre, a 22.03.2005. As relações de parentesco de Augusto Lefèvre indicadas nos próximos dois parágrafos são dessa mesma fonte. Vale referir ainda que Augusto foi pai de Waldemar Lefèvre, fundador do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) de São Paulo. Agradeço ao prof. Dr. Lefèvre a gentileza da entrevista.

¹¹² Cristiano S. das Neves foi fundador do curso de arquitetura da Universidade Mackenzie, e arquiteto de destaque em São Paulo nos anos 20.

¹¹³ Augusto consta dos livros de lançamento do imposto de indústrias e profissões (no Arquivo Municipal) no endereço da rua Sacramento, 103, para os anos de 1924 e 1925, apenas.

Secretário de Justiça residia em Campinas quando chamado ao cargo que ora ocupava, e que o titular da Secretaria da Agricultura, de que Eugênio Lefèvre era o diretor-geral, e onde eventualmente trabalhava ainda Augusto, era Heitor Penteado, há aqui oportunidades várias para que, em meio a tais tratativas, procurando o auxílio do governo do Estado, já se tivesse estabelecido perspectivas a respeito da consecução da obra envolvendo Augusto.

Tem-se ainda que Orosimbo, presidente do *Club* quando da retomada das obras, fundara anos antes um internato feminino onde estudara a futura esposa de Cristiano das Neves. Zita, como era conhecida, tornara-se amiga da família de Orosimbo, em cuja casa se hospedava.¹¹⁴ Uma relação direta entre Cristiano e Orosimbo pode ter também sido presente, portanto, no contrato daquele para o desenvolvimento do projeto sob o qual a nova sede do *Club* seria retomada e concluída. Contratado Cristiano, a escolha de Augusto pode ter se devido à relação existente entre ambos, já referida.

Vindo de São Paulo incumbido de uma obra pública e mantendo escritório na cidade, a situação de Augusto é paralela à de outro engenheiro-arquiteto paulistano, Adelardo Soares Caiuby, construtor de uma das primeiras residências no Jardim América,¹¹⁵ que, em 1922, era o responsável pela reforma da Catedral, mantendo escritório em Campinas e entrementes realizando, tal como o primeiro, alguns projetos residenciais na cidade.¹¹⁶ Contratações que, sem dúvida, o “renascimento” da cidade sugeria e facilitava.

De Augusto Lefèvre em Campinas conhecemos sete projetos residenciais, entre Novembro de 1922 e Maio de 1924.¹¹⁷ (de que a fig. 9 reproduz 4)

Em Julho de 1923, pedia autorização para construção de um depósito de materiais, à rua Coronel Quirino (a mesma do Lawn-Tennis, e local, por essa época, dos terrenos da limpeza pública e de cocheiras – inclusive uma de Pedro Anderson).¹¹⁸

Membro, tal como o irmão Eugênio, do ramo católico de sua família¹¹⁹, é também de sua autoria o projeto para a capela do necrotério do Hospital da Real Sociedade de Beneficência Portuguesa, de Outubro daquele mesmo ano.¹²⁰

¹¹⁴ Trata-se do já referido Colégio Progresso, cuja sede seria anos depois, em 1917, construída à rua Augusto César. Octavia Maia Guimarães, “Meu pai”. In Campinas, Prefeitura. *Orosimbo Maia, o homem, o administrador: duas conferências: Campinas, 1962*. Campinas: Prefeitura, 1963, p. 34. na outra conferência enfileirada nesse mesmo volume, Camilo Geraldo de Souza Coelho refere Cristiano Stockler como “amigo” de Orosimbo Maia (op. cit., p. 11).

¹¹⁵ Silvia Wolff, *Jardim América. O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imesp, 2001, p. 279.

¹¹⁶ Dicionário de artistas alemão inclui verbete a respeito desse arquiteto.

¹¹⁷ Deixamos de especificar no texto os seguintes: rua Costa Aguiar, 50, rua Dr. Quirino, 67 e rua Olavo Bilac, 38, respectivamente protocolos 11.636, 15.267 e 15.543, de Junho de 1923, Março e Maio de 1924. Arquivo Municipal, cxs. 1923-1, 1924-2 e 1924-1.

¹¹⁸ Protocolo nº 12.580. Arquivo Municipal, cx. 1923-4.

¹¹⁹ Dos dois irmãos belgas vindos à Bahia, o pai de Augusto e Eugênio perpetua no Brasil o ramo católico da família, perpetuando o outro o ramo protestante. Cf. entrevista com o prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre, do departamento de história da FAU-USP, a 22.03.2005.

¹²⁰ Protocolo nº 13.049. Arquivo Municipal, cx. 1923-6.

Fig. 26. Alguns projetos do engenheiro-arquiteto Augusto Lefèvre em Campinas: **a)** para Rogério de Freitas, à rua Augusto César (atual av. Júlio de Mesquita); **b)** para José Celestino de Oliveira Soares, à rua do Sacramento (ainda existente); **c)** para d. Luísa Betim Paes Leme, à rua General Osório (ainda existente); **d)** para Octaviano de Camargo Viana, à rua Barão de Jaguará (demolido; é uma das que aparecem na quadra da fig. 17).

Em Fevereiro de 1923, assinara o projeto de ampla residência, à rua Barão de Jaguará, para outro dos vizinhos à quadra da praça Bento Quirino – Octaviano Camargo Vianna. Em Setembro, um chalé para a Luísa Betim Paes Leme, à rua General Osório, 41, entre o jardim Carlos Gomes e o antigo passeio público. Em Novembro, para José Celestino de Oliveira Soares, uma residência compacta, de dois dormitórios, três andares (ou dois mais o sótão) e telhados de ponto alto, à rua do Sacramento (rua que perfazia uma das laterais da praça Bento Quirino, e a mesma de que a primeira – ou última – casa, nº 103, era aquela em mantinha seu escritório).¹²¹

A de Rogério de Freitas fora o primeiro projeto, datado de Novembro de 1922. Também compacta, como a de José Celestino – sendo o programa ainda mais restrito, pois a de Rogério de Freitas contava propriamente apenas um dormitório, havendo no mesmo andar superior um cômodo menor, na projeção do escritório do andar inferior, identificado “hóspedes / escriptorio”.¹²²

¹²¹ Protocolos nºs 11.077, 11.409 e 14.227. Arquivo Municipal, cxs. 1923-1, 1923-6 e 1923-8.

¹²² No caso do projeto para a residência de Rogério de Freitas a identificação desse cômodo é ainda “quarto”, o mesmo se dando em geral nos outros projetos de Augusto Lefèvre, sendo contudo “dormitórios” os cômodos análogos no projeto para José Celestino, designação essa que não era usual anteriormente, e que se tornava comum

Telhados com ponto alto, dando lugar a um sótão – e um pequeno mirante. Paredes em tijolos aparentes, e alvenaria de pedra nos requadros das envasaduras. Alvenaria de pedra também nas varandas – duas, sobrepostas, a da sala embaixo e a do dormitório no piso superior –, e que eram afinal duas grandes envasaduras, em arco abatido de pedra como o das janelas. Aparência que pelo menos no caso dos arcos das varandas encobria já, a essa altura, um miolo de concreto armado, como se pode ver dos desenhos em corte. (fig. 27)

Em tudo semelhante aos projetos para Octaviano de Camargo Viana e José Celestino de Almeida Soares. Arquitetura que se alinha com o pitoresco da cidade, “mergulhada num bosque”, mas que ao mesmo tempo, com seu acento, certamente belga, mantinha-se peculiar em meio às vizinhas.

A casa é elevada, sobre um porão de 1,05m. O pé-direito do andar inferior é de 3,05, e o do superior de 3, metros.

Essas medidas (novamente os pés-direitos) eram inferiores ao mínimo de 3,50m, estabelecido já em redução daquele exigido pela lei 43, e instituído primeiramente para as habitações “econômicas”, ou “operárias”, pela lei nº 145, de 1919, e a seguir para quaisquer “casas de estilo”, pela de nº 257, de 1920, como tudo já anteriormente exposto (cap. 2). Talvez por isso o (novo) engenheiro municipal, Perseu Leite Barros, acrescentava em nota, ao carimbo “aprovado”, datado de 23.11.1922: “provisoriamente”.

Quando da aprovação do projeto da residência de José Augusto (1917), o embate em torno da legalidade do projeto, em termos restritos atinente à mesma questão das alturas dos pés-direitos, fora bastante acirrado. Antes que desse lugar à edição da lei 223, que passava a admitir as medidas reduzidas para o porão habitável, saíra, demissionário, o próprio engenheiro municipal, Acrísio P. Cruz.¹²³ Três anos mais tarde, em Abril 1922, novo projeto com pés-direitos abaixo do previsto em lei (agora um “bungalô”, térreo, com 3,50 de pé-direito) dava lugar (segundo as evidências) a uma nova lei, nº 257, mas já sem que contestações fossem registradas a respeito.¹²⁴ Passados ainda outros, aproximadamente, três anos, tem-se agora projeto com pés-direitos de 3,00 metros. Dessa feita, além de não mais despertar maiores constrangimentos, não motivava, sequer, uma nova alteração da lei 43 que tal como nos casos anteriores incorporasse o novo padrão à normativa edilícia municipal. Confiada talvez na inevitabilidade de uma revisão geral dessa legislação, e em meio a um volume crescente de construções, ou por afastada em definitivo das reminiscências e escrúpulos com relação a seu passado aristocrático, o fato é que a consecução das reduções de dimensões parecia não causar mais celeuma.

Por outro lado, essas reduções já não diriam respeito a conveniências de economia. Havia sido definitivamente incorporadas (e como já anunciado no termo “bungalô”) como um *chic*, esteticamente desejável.

nos projetos da época. A passagem de uma designação a outra, incorporando direta e sinteticamente a função no nome, não deixa de ser expressiva da ascendência dos funcionários e funcionalismos que iam tomando conta de toda a cidades.

¹²³ Cap. 2 do presente.

¹²⁴ Cap. 3, segunda seção, do presente.

Fig. 27.
Pranchas do projeto para a residência de Rogério de Freitas, à rua Augusto César. Estas pranchas não estão como de costume encartadas no respectivo requerimento, que se perdeu; as pranchas estão entretanto assinadas por Augusto Lefèvre, que também registra: “Campinas, Novembro de 1922”.

De fato, não se dá aqui o caso do projeto da residência de José Augusto Quirino dos Santos, em que as novidades atendiam (também) a questões econômicas. Independentemente do total investido na obra, pode-se apontar que o porão, de 1,05m, é tecnicamente dispensável. Os pisos não são de soalhos de madeira, mas (como se vê no corte) de laje de concreto. Não mais havia necessidade ou conveniência de separá-los do chão, para ventilação. O procedimento, com que se elevava em metro e pouco o primeiro pavimento, era ditado assim por razões de ordem estética – contra razões econômicas.

A residência de José Augusto, em 1917, emulava uma *villa*, mas se mantivera colada ao solo, e reproduzira as dimensões e a relação de pés-direitos das casas com porão habitável – essas, padrão que não apenas convinha à economia das obras, mas que devia a sua existência justamente a essa razão de economia. Também sua planta, alongada, lembrava, não a de uma *villa*, mas a de uma “casa”. A esse corpo alongado se antepunha um volume fronteiro, ligeiramente mais largo, que encobria, para as perspectivas desde a rua, essa longilindade característica de outros padrões, que não o desejado. José Augusto realizava uma área construída ampla, com soluções que convinham à economia, antepondo-se um corpo fronteiro responsável por uma imagem pública não de todo respaldada pela totalidade da construção.

Em 1923, Rogério de Freitas, constituindo um jovem casal¹²⁵, podia construir uma residência mais compacta. A faz elevada, por um porão, que não era ditado por necessidades técnicas e ia contra eventuais conveniências econômicas.

Já não há volumes a esconder, nem conveniências econômicas a atender. A casa se faz pequena por opção – ou, porque nesse sentido caminhavam as coisas. É como que apenas aquele corpo fronteiro da casa de José Augusto, despojado de toda a carga dos programas que não podiam ser reproduzidos, em volumetria característica de *villa*, senão em terrenos mais amplos. E com as proporções dos pés-direitos ajustadas (não mais o primeiro andar com altura mais reduzida que o segundo, e com o porão).

Pode ser vista como o ponto de chegada daquela redução e metamorfose que a residência de José Augusto, em uso de proporções que melhor convinham à economia, começara a impor ao padrão de *villa*. A casa à Augusto César, com mais precisão que o corpo fronteiro daquela residência à Culto à Ciência, reproduzia as proporções de uma *villa*: as alturas dos dois andares são semelhantes, o primeiro se encontra elevado sobre um porão. Visual ou formalmente, a semelhança com aquele padrão de elite é maior. Apenas que, aqui, as formas que antes diziam respeito a famílias extensas e amplas propriedades, eram realizadas num terreno de 17 metros de frente, em escala reduzida, possibilitada por dizer respeito agora a um jovem casal, sem filhos.

Ponto de chegada de uma transformação que tinha início com José Augusto Quirino dos Santos no que diz respeito à morfologia da residência, também quanto ao conjunto da quadra e à disposição das

¹²⁵ Rogério de Freitas casara-se em Campinas a 24.03.1920, com Elsa de Ramos Camargo, filha de Américo Ferreira de Camargo e Guiomar de Barros Camargo. Arquivo da Cúria, livro de registro de casamentos da paróquia de Santa Cruz, nº 6, f. 39v.

unidades nesta e com relação à cidade o caso presente pode ser visto como a consecução e a forma acabada de um processo no qual a quadra ou logradouro daquele constitui um passo anterior.

As residências à rua Culto à Ciência (as primeiras, do ano de 1912) afastavam-se da cidade. Ocupavam um caminho que, atravessando o antigo brejo do poente, um dos marcos geográficos dos limites da região tradicional da cidade, subia pela colina do lado oposto já livre do reticulado das ruas centrais – tão “livre” quanto as curvas dos passeios pelos jardins, públicos e privados, que tomavam as antigas praças e os afastamentos criados entre as residências e os passeios. A arborização da rua fora parte integrante dos melhoramentos gerais (calçamento, sargeteamento e alargamento) pelos quais passara, em 1916-17. Os jardins certamente floriam, e o caminho se tornaria perfumado e pitoresco. Um caminho, livre, perfumado, pitoresco, que o transeunte acessava ao cruzar um marco geográfico dos limites da cidade, e pelo qual se afastava ou se retornava à mesma conforme subisse ou descesse a suave colina do lado oposto.

No caso da rua Augusto César (cerca de dez anos depois), se tratava também da ocupação de uma das colinas para além de um vale que marcava os limites naturais da cidade (agora, num novo setor, a leste). Mas as casas alinham-se aqui no bordo dessa colina, voltando a face para a cidade. Tendo-se afastado da cidade (tal como na rua Culto à Ciência) agora (diferentemente de lá) essa cidade reaparece – como vista panorâmica, objeto visual.

Desde o “quarto”, passando pelo “tocado”, Rogério de Freitas podia acessar a sacada, ou terraço, do segundo piso de sua residência. Para trás ficavam os terrenos ainda ermos do “futuroso arrabalde” do Frontão. Dentre eles, os do *Lawn-Tennis*, que presidia. À frente, podia-se ver toda a cidade. Bem ao centro, a pouco mais de quinhentos metros, localizava-se seu escritório – era visível o volume da “esphinge”, vizinha, do Clube Campineiro. Mais à esquerda a catedral, e ainda um pouco mais o sobrado da rua Ferreira Penteado, Paço Municipal, onde funcionava também, provisoriamente, o fórum – portanto presumivelmente também local de trabalho de Rogério, procurador do Estado.¹²⁶

Posto que socialmente ativo – na nova sede do *Lawn-Tennis*, organizava “lindas festas, esportivas e dansantes” –, sua residência já não está mais dentro da cidade. Desde os rebordos, estabelece com a cidade uma relação de reconhecimento imediato, visual.

De resto, o jovem Rogério, à vista inclusive de suas relações e descendência, teria uma carreira promissora, que certamente não haveria de se esgotar na distinta, porém limitada, “princesa d’oeste”.

Leopoldo Amaral, ao comentar “o crescente movimento que se vae observando na cidade, no que concerne a novas construções de prédios, a par de radicaes reformas” (no trecho em epígrafe, ao início desse capítulo), se referira a “famílias do interior do Estado (gente de recursos) que para aqui já têm

¹²⁶ Os “altos” do sobrado anexo, adquirido em 1916, haviam sido cedidos para o funcionamento do fórum, conforme “pedido dos juizes”, em fins de 1922. Atas da sessão de 14.10.1922. AC, livro 169, p. 186, 188. Res. 678, de 16.10.1922.

transferido sua residência em grande numero”.¹²⁷ Nesses casos, como no de Rogério de Freitas, também um forasteiro, posto que singular, caberia uma relação funcional. Cumpririam funções, usufruiriam de serviços, ou do “clima ameno que Campinas proporciona”, sem se tornarem necessariamente parte integrante e constituinte da cidade como tal.

A cidade passava a ser uma paisagem na janela, tal um objeto, de que se tenha uma percepção imediata, visual. Inversamente, também a casa passava a se dar, para a cidade como objeto, como um pequeno monumento.

De parte a parte generalizavam-se as formas passíveis de apreensão imediata. As novas casas eram, cada uma, pequenos objetos isolados, e a própria cidade – que cabia inteira na janela – tende a assumir o aspecto de um objeto, ou monumento.

3.6. Unidade de vistas.

Em um dicionário da época, o *cliché* de um monumento a dado personagem – e não um retrato, ou outra representação qualquer – constitui por vezes a ilustração do verbete correspondente. No caso de entidades mais amplas ou por natureza mais abstratas, conta-se o mesmo procedimento, recorrendo apenas a um maior número de monumentos – no caso de uma cidade, eram 6 *clichés*, no de um país, 13, sempre de monumentos (escultóricos ou na forma de edifícios).¹²⁸ O monumento, na origem (etimológica) um “lembrete”, um artifício de memória, tinha nesse momento lugar privilegiado. De evocação de um fato ou realidade, passara a tomar o lugar dessa mesma realidade; o interesse volta-se para a insígnia, que comparece como se fora a própria substância.

Monumento (assim como “batalha”, “front” e outros do vocabulário de guerra) fazia parte do vocabulário da época. O sistema financeiro norte-americano era “um monumento imperecível da administração Woodrow Wilson”.¹²⁹ Para Sampaio Dória (o autor da reforma da educação, já referida anteriormente),

“um povo sem cultura não é um povo, é poviléo, é multidão (...) São como os escombros de uma construção que se decompõem, pouco a pouco (...). Alinhae, porém, esses materiaes na erecção de um monumento, a que a algamaça deu a estrutura e a inteireza de uma concepção architectonica.

¹²⁷ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 461

¹²⁸ *Novo dicionário encyclopedico illustrado*. Rio de Janeiro: Garnier, 1926. O emprego de monumentos (urbanos) na ilustração dos verbetes de personagens históricos é caso minoritário, mas ocorre, por exemplo, em “Braz Cubas” e “Carlos Gomes”. A cidade e o país referidos são “Buenos Aires” e “Brasil” (veja-se também “Florença” e “Allemanha”). Por vezes verbetes de localidades de somenos importância têm destaque por conta de monumentos que ali existam (veja-se “Juvisy” e “Watling”).

¹²⁹ Washington Luís, pronunciamento ao Congresso, 14.07.1921. in Eugênio Egas, op. cit., p. 189.

Elle desafiará os séculos Assim, a multidão se fundia no cunho de uma concepção patriótica (...) A escola terá sido a forja”.¹³⁰

A tendência à busca de uma concepção com “inteireza”, que “fundisse” as partes em ebulição, tendência que vinha já de alguns anos, e, desde a concepção “democrática” dessa “inteireza” ia cada vez mais assumindo outro desenho, se expressa na ascendência da concepção de “monumentos” – em diferentes acepções, e na acepção mais restrita: os jardins da administração Heitor Penteado eram também cada vez mais locais onde encontrar hermas e outros monumentos que tais.

Em 1924, pela primeira vez desde o início do período de estudo, a instalação desses monumentos mereceria um comentário por parte do engenheiro municipal, em seu relatório.¹³¹

Já entre as efervescências e dissidências da legislatura 1920-22, havia certo consenso em torno das questões ligadas à valorização da “pátria”, a homenagens e monumentos.

Álvaro Ribeiro (o tradicional defensor das causas populares) assumia conflitos com Miguel Penteado, Omar Magro ou Justo Pereira, quando se tratava de questões relacionadas, por exemplo, ao aumento de salários do funcionalismo ou às disputas com a empresa de águas (cuja reticência em ampliar os serviços e a insuficiência do volume total para as casas já servidas, tornavam-se cada vez mais incontornáveis).

Quando se tratasse de monumentos e homenagens cívicas em geral, mesmo aquelas envolvendo somas consideráveis, não havia diferenças entre ele e os demais.

Se Omar Magro era (ou fora) chefe dos escoteiros na cidade¹³², Álvaro Ribeiro fundara e dirigia um colégio onde se oferecia de modo em tudo semelhante instrução militar.¹³³

Miguel Penteado indicava contemplar com o nome de uma personalidade o trecho alargado da rua Bernardino de Campos. Álvaro Ribeiro propunha o nome de “Rui Barbosa” para o “largo do Theatro”, nome que, na sua opinião (e certamente na da época) “nada significa”.¹³⁴

Crítico de gastos com os festejos de inauguração da estrada de rodagem a São Paulo, quando os funcionários municipais, à vista da “carestia de vida”, pleiteavam aumento que lhes era negado,¹³⁵ Álvaro

¹³⁰ Antônio de Sampaio Dória, *O espírito das democracias*, op. cit., p. 25.

¹³¹ RRO, 1924. O engenheiro, em adendo, abre uma seção especial para tratar dos monumentos a Dom Néri, no largo da Catedral, e a Rui Barbosa, na praça Carlos Gomes.

¹³² Atas das sessões de 27.11.1915 e 12.02.1916. AC, livro 166, f. 47, 57v.

¹³³ Álvaro Ribeiro, op. cit.. O colégio em causa era o “Ateneu”, e nesse ponto não diferia do que se tornava lei nos colégios do Estado: “Todos os alumnos da sessão masculina dos estabelecimentos de ensino, estadoaes, são obrigados a praticar o escotismo”, e “O escotismo compreende os exercícios, tanto quanto possível militares, para o melhor desenvolvimento physico dos alumnos e tambem para o conhecimento de máximas cívicas para o seu aproveitamento moral”. Decreto estadual nº 3531, de 22.11.1922.

¹³⁴ Atas das sessões de 08.05.1920 e 15.05.1920. AC, livro 167, f. 140, 142. Passados mais dois anos, ainda nova indicação, de Miguel Penteado, para mudança de nome, da rua “Jatahy”, que “nada significa”, para “Henrique de Barcelos”. AC, livro 168, f. 123. Era preciso “significar”, e essa significação era um ícone, uma bandeira – uma aplicação ou referência, forjada, sobre o real, e não mais o próprio real.

¹³⁵ “Ora, si numa verba há sobras, que são para dispêndio em cousas do desejo do Snr. Prefeito, entre outras, a compra dos automoveis e os festejos de inauguração da estrada de rodagem, deveria havel-as tambem para beneficio dos empregados municipaes (...)”. Álvaro Ribeiro, na sessão de 22.12.1921. AC, livro 169, f. 123v.

Ribeiro não pestanejava em concordar com as dotações de dezenas de contos para o monumento-túmulo a Francisco Glicério, e outros que tais.¹³⁶

Em 1922, fora ele dos principais organizadores da exposição municipal que se fazia em abril (no prédio do Instituto Profissional Bento Quirino, à rua Culto à Ciência) em preparação da exposição nacional do centenário da independência, no Rio. Por sua iniciativa eram encomendados diversos quadros retratando personalidades locais, que eram a seguir incorporados pela Câmara, criando-se oficialmente a sua “galeria de notabilidades”.¹³⁷

Assim, os apelos do “monumento” (a que a cidade como um todo ia se convertendo, e em que ia se convertendo ela própria, e as residências que se iam edificando) já era um ponto de consenso ao longo do período de maiores debates e divergências, na Câmara (e na cidade), no início dos anos 20. (Já antes o fora). Agora, entretanto, a “unidade de vistas”, aspecto essencial daquela redução a que se chama monumento, ia descendo por sobre a balbúrdia que, não obstante, ali se notara.

Em 1923, toda a Câmara – afora Álvaro Ribeiro (candidato independente, como já comentado) e Miguel Penteadado (que assumiria a prefeitura) era integralmente trocada.¹³⁸ Era fato de todo inusual; dos doze vereadores, por exemplo, da legislatura 1917-19, oito haviam permanecido para a de 1920-22. Na sessão de 02 de Dezembro de 1922, Enéas Ferreira “censurava o acto do directorio político, como que enxotando os membros desta Camara, que tantos serviços prestaram ao Município”; Lemos Jr. (também vereador) renunciava a posto no mesmo diretório; Álvaro Ribeiro, que usualmente, como alega, e como de fato se verifica, punha-se contrário a manifestações de ordem político-partidária na Câmara, considerando entretanto o caso uma “questão de dignidade”, se solidarizava com os colegas, “lavrando com elles o seo protesto quanto ao modo de proceder do directorio”; falavam outros, “abundando nas mesmas considerações”. Miguel Penteadado, previamente designado para assumir o cargo de Prefeito, justificava sua re-eleição, “declarando ter obedecido a injunções poderosas (...). Não era S. S. um candidato desse directorio, mas de autoridade superior ao mesmo, por circunstancias especialíssimas, como se sabia”.¹³⁹

¹³⁶ A indicação para a construção de um monumento-túmulo para Francisco Glicério fora apresentada por Omar Magro a 16.09.1916; o monumento só seria inaugurado a 15.08.1921. Em meio do processo de discussão em torno de sucessivos projetos para o monumento, Álvaro Ribeiro apresentara projeto destinando 30 contos (!) para a construção do mesmo. AC, livro 167, f. 107.

¹³⁷ Sobre a constituição da comissão, atas das sessões de 10.04 e 06.05.1922. A exposição municipal, no prédio do Instituto Profissional, era inaugurada a 01.07.1922. A 05.08, Álvaro Ribeiro indicava a criação da “galeria de notabilidades” da Câmara, à vista da boa recepção havida com relação à montada nessa exposição. A galeria era inaugurada, no Paço Municipal, a 07.09.1922, e a lei 303, “creando a galeria de notabilidades”, promulgada a 20.01.1923. AC, livro 169, p. 42, 85, 119, 121-122, 139. O registro da inauguração da galeria foi feito (cf. indicação em sessão de 02.09.1922) em livro especial, s/nº, com capa de veludo vermelho, intitulado “Livro de Honra de Campinas - 1887”, originalmente destinado ao registro de nomes de senhores que concedessem alforrias a seus escravos, e pertencente ainda hoje ao Arquivo da Câmara.

¹³⁸ Omar Magro, que retorna à Câmara, havia também sido eleito à Câmara anterior, mas havia daquela se afastado já a 13.05.1920, para assumir cargo no governo federal, como já referido.

¹³⁹ AC, livro 169, p. 220-222.

Aparentemente, o diretório se desagradara da “independência” daquela gestão “em questões administrativas”, ou entendia indesejável os repetidos debates “em tom agridôce”, ou “violentos”, havidos.

Fato é que a nova Câmara se mostrava pouco afeita a maiores debates. Os debates repetidos, e a contínua contraposição e recomposição de diferentes vereadores em torno das novas questões deixam de existir. Álvaro Ribeiro fica voz isolada, reclama que “parece ser proposito da Camara actual desfazer tudo quanto foi feito pelas anteriores”, deixa de apresentar emendas aos projetos “pois sabe, de antemão, que ellas seriam regeitadas”, e, ainda antes do final de 1923, “para deixar a maioria mais à vontade”, renuncia ao seu posto na comissão de obras.¹⁴⁰ Miguel Penteado inicia o relatório daquele primeiro ano da nova gestão com um longo encômio à “unidade de vistas” que passara a se verificar.¹⁴¹ Já no início daquele ano, e da nova legislatura, sinalizava-se contra a constituição de comissões especiais, de que a legislatura anterior havia sido pródiga, pois “anarchizam os trabalhos da Camara”.¹⁴²

Era preciso soluções mais imediatas, por assim dizer mecânicas.

No mesmo sentido, ia sendo reformada a administração municipal, em outras instâncias.

Em fins de abril de 1924, tem início a numeração automática dos protocolados, na portaria do paço, numeração até então feita manualmente pelo porteiro.¹⁴³ O chefe da Repartição de Rendas solicitava a compra de uma máquina de calcular (segundo oferta da casa Pratt, pagável em três prestações anuais).¹⁴⁴ Trocava-se o mobiliário do paço, e introduzia-se, nas repartições, os *guichets*, separando o público (usuário) dos empregados e realizando assim na micro-escala dos serviços da prefeitura o que ia se fazendo na cidade como um todo, com a separação e diferenciação das tipologias e da localização das habitações e dos serviços.¹⁴⁵

No início da década, na cidade, a moderna indústria já se havia anunciado (com as concessões à fábrica de tecidos elásticos e à fábrica de Seda), mas ainda não se assentara. Aquele vácuo experimentado, entre a insustentabilidade da economia em suas bases tradicionais e a nova base, já anunciada mas ainda não assente, era agora ocupado pelo novo sistema – pela máquina.

A fábrica de Seda que (como já referido) obtivera isenção de impostos pela resolução 617, de 1921 (resolução que tramitara com pedido de urgência, “visto interessados estarem pagando armazenagem dos materiaes á estrada de ferro”), depois de alguns anos de delongas, em torno de novos e sucessivos pedidos de favores à Câmara, atendidos em parte, era oficialmente inaugurada a 22 de Maio de 1924.¹⁴⁶

¹⁴⁰ AC, livro 170, f. 84, 88v. Veja-se ainda, no mesmo volume, f. 105 e 146v.

¹⁴¹ RPM, 1923.

¹⁴² AC, livro 169, p. 285.

¹⁴³ Cf. se verifica da compulsação dos requerimentos diversos. Arquivo Municipal.

¹⁴⁴ Ofício da “casa Pratt” a Elisiário Prado, 19.07.1923. Arquivo Municipal.

¹⁴⁵ RPM, 1924.

¹⁴⁶ Atas da sessão de 21.05.1924. AC, livro 170, f. 127.

Era “a importante indústria local” (grifo nosso).¹⁴⁷

Por volta do mesmo momento, “os automóveis tomavam conta”.

Sobre esse ponto, vale um testemunho de quando do “movimento sedicioso” de 1924 (que irrompia pouco depois da provável data da foto da rua Augusto César, supra – fig. 20).

Como se sabe, as tropas do General Isidoro Dias Lopes, rebeladas contra o governo federal, haviam tomado a cidade de São Paulo.¹⁴⁸ O governo do Estado abandonara a cidade quando já os rebeldes teriam avaliado fracas as chances de ganhar o controle, e, para assombro de muitos, iniciava um bombardeio indiscriminado sobre a *urbs*.

“No dia 4 de Julho, á noite, era extraordinario o movimento de povo que se congregava nas ruas centraes de Campinas, não só pela ansiedade de informações sobre a revolta, como pelo concurso dos muitos milhares de refugiados paulistanos. A enorme multidão comprimia-se, ás 21 horas, no recanto da Praça Visconde de Indayatuba, em frente a Casa Mascotte e a succursal do “O Estado de São Paulo”, ponto de affixação de noticias (...) Nessa ocasião, eu estava perto, fazia parte de um grupo formado pelo dr. Julio de Mesquita, illustre político e director do «Estado de São Paulo», dr. Góes Sayão Filho, Talvino Egidio e Tasso de Magalhães, funcçionarios municipaes, e outras pessoas e estacionavamos junto á casa Ao Ponto, quando de nós approximou-se um automovel, vindo de São Paulo, do qual desembarcaram dois passageiros que dirigindo-se ao dr. Julio de Mesquita com elle insistiram para que partisse immediatamente com destino á capital, onde a sua presença era reclamada e julgada necessaria para intervir com o seu prestigio e evitar mais graves consequencias. / O dr. Julio de Mesquita relutou, allegando a friagem da noite (...) mas (...) acabando por concordar mandou buscar o seu sobretudo e minutos depois, seguia para São Paulo”.¹⁴⁹

As informações eram buscadas em locais públicos – no local de afixação de notícias, junto da Casa Mascote, na estação da Paulista, onde além das informações relativas e derivadas do controle do movimento dos trens, havia ainda o telégrafo, e no centro telefônico, locais que o narrador percorre a

¹⁴⁷ Leopoldo Amaral, op. cit., p. 300. O relatório da Secretaria de Agricultura do Estado, de 1924, situa a produção da nova fábrica de Campinas: “As nossas fabricas trabalham com matéria-prima estrangeira, recebida em fios. A importação destes por Santos cresce de ano para ano. Em 1922 alcançou 12.543:853\$000, e em 1923 subiu a 18.745:825\$000, valor, a bordo, dos fios de seda animal e vegetal. / Afim de suprir as nossas tecelagens com fios de casulos nacionaes, inauguraram-se em Campinas, no mez de Maio findo, as installações da Sociedade Anonyma Industria de Sêda Nacional, cujo capital monta a 1.500 contos. Em outras cidades do interior já funcionam ou estão em montagem mais cinco pequenas fiações, visando o mesmo fim, mas dispondo apenas de 63 contos como capital”. *Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo*, ano 1924 (da introdução). Em 1929, somos informados de que Guilherme Guinle assumia o controle do conglomerado de que essa indústria fazia parte. Campinas, *Diário do Povo*, 02.02.1929.

¹⁴⁸ A relação do “tenentismo” com o governo estabelecido é comparável àquela de Álvaro Ribeiro com alguns outros edis na legislatura de 1920-1922, conforme acima referido – divergiam quanto a aspectos administrativos, e quanto à necessidade de se atender à “carestia” e a setores populares, ou “médios”, mas, no igual apego e comprometimento com monumentos e militarismos, denunciavam semelhanças quanto a métodos e posturas. Se os tenentes, militares, e, tal como Álvaro Ribeiro, portadores e representantes de camadas populares e “médias”, iam se fazendo aspirantes do poder político, o poder político ia se fazendo semelhante ao regime dos quartéis.

¹⁴⁹ Álvaro Ribeiro, op. cit., p. 281-282.

seguir. As distâncias entre quaisquer desses locais não excederia a dez minutos, a passo. O bonde (que o narrador toma) poupava o esforço da caminhada, e faria o percurso em pouco menos. Enquanto tropas eram movimentadas pela estrada de ferro – a força pública da cidade fora evacuada em trem especial da Cia. Mogiana –, cidadãos circulavam de carro, por entre cidades. Podia-se localizar o dr. Julio de Mesquita na praça de uma, em meio ao aglomerado de gente, e levá-lo, minutos depois, a São Paulo.

“No começo, como estava paralisado o tráfego das Estradas de Ferro Paulista e Inglesa, eram automóveis e caminhões que seguidamente, uns após outros, dia e noite aqui apareciam com famílias fugitivas á fuzilaria intensa, ás metralhadoras, de São Paulo. Depois, com os efeitos do canhoneio pelas forças leaes, eram os comboios de 10 e mais vagões que, intervallados de minutos uns dos outros, aqui chegavam todos os dias apinhados de foragidos de todas as classes sociaes”.¹⁵⁰

Os salões do Club Semanal de Cultura Artística, depois os armazéns da firma Pedro Anderson, junto da estação, e a seguir diversos colégios e clubes da cidade foram convertidos em abrigos para os refugiados de São Paulo – que ultrapassavam, em diferentes avaliações, a população local (fala-se de 50 a 80 mil refugiados, alojados na em Campinas).¹⁵¹

Além dos autos de parte das famílias que se refugiavam na cidade, outros tantos de famílias fugitivas do bombardeio sobre a capital passavam por Campinas a caminho de outras cidades do interior onde tivessem propriedades ou parentes. A agitação que a cidade conhecia, com as dezenas de milhares de refugiados, era também a de “milhares de automóveis”. Um verdadeiro dilúvio, frente aos 194 registrados em Campinas, naquele ano – já em maior número que os tálburis, trollys e cabriolets, de que havia 153 registros. Os autos “de praça” eram 103, “auto-caminhões”, 32, “carroças”, 1559.¹⁵² A essas proporções retornaria a situação com o refluxo dos refugiados – e dos respectivos milhares de automóveis – ao fim do “movimento sedicioso”, ainda em Julho 1924.

Apesar de momentânea, a repentina inundação de automóveis em Julho de 1924 pode servir como marco do assentamento do serviço de “veículos independentes” no município em novo patamar. Na listagem das obras do triênio 1923-1925, tinham destaque as relativas às “estradas de rodagem”. A conservação das ruas e estradas fora motivo de repetidas reclamações ao longo da legislatura anterior; as condições de conservação das segundas eram “péssimas” em fins daquele período. A partir de Maio de 1924, a Prefeitura tomava a cargo o serviço de conservação das estradas (então sub-contratado), e já ao final daquele ano “estávamos nós com todas as estradas (...) em excellente estado de conservação”. Com

¹⁵⁰ RPM, 1924.

¹⁵¹ Álvaro Ribeiro, op. cit., p. 326.

¹⁵² Contagem a partir do livro de registros do emplacamento de veículos do ano de 1924. Marcelo Piza, *Os Municípios do Estado de São Paulo*. São Paulo: serv. De publicações da Secretaria da Agricultura, 1924, p. 64, registra 316 automóveis (presume-se, particulares e de praça conjuntamente) e 52 auto-caminhões. No Relatório da Prefeitura, referente ao ano de 1925, p. 42, tem-se 829 autos, particulares e de praça (!), para aquele ano.

as melhoras, “cresceu sensivelmente o serviço do transito entre Campinas, seus bairros e cidades proximas”.¹⁵³

Em meio ao crescimento geral do trânsito, avançava em particular a presença dos autos Pouco depois da revolta de Julho, a 22 de Setembro, moradores das ruas Conceição e Ferreira Penteado, entre Luzitana e Irmã Serafina, reclamavam à Câmara contra a instalação prevista em terreno vizinho de um circo, “possuidor de uma das maiores colleções de feras existentes no Brasil”, que constituiria “ameaça de supplicio imaginável, pois antolham-se-lhes os horrores das noites de vigília obrigatória, sob uma atmospheria de miasmas, provinda das emanações dos animaes ferozes!”. Não sabemos se o circo foi instalado, mas em Fevereiro de 1925 o requerimento era arquivado por ter perdido oportunidade – no terreno vazio ia sendo construída uma garage.¹⁵⁴

Diferentemente das residências à rua Culto à Ciência, de cerca de dez anos antes, aquelas que eram agora construídas na rua Augusto César contavam com garagens – em volumes independentes, nos quintais, cuja construção era requerida em separado e se efetuava posteriormente à do corpo principal.¹⁵⁵

Em Outubro de 1924 entrava em vigor amplo regulamento de trânsito, com 106 artigos em 13 capítulos. Tal como na Câmara, a convivência conturbada dos primeiros anos da década refluía: “A quantidade de accidentes vae diminuindo, cada vez mais, se bem que augmente de dia para dia o movimento de vehiculos por todo o municipio”.¹⁵⁶

Se bem os automóveis fossem ainda em número relativamente reduzido, com franca inferioridade frente às carroças (de que muitas não seriam no entanto propriamente urbanas, pertencendo a propriedades rurais da redondeza, ainda que somente as que vinham à cidade fossem obrigadas ao registro), e não desenvolvessem ainda seu pleno potencial – o regulamento restringia a velocidade na área central a 10 km /h, e mantinha a determinação de que os carregadores da estação caminhassem pelo meio das ruas, e não pelos passeios –, a percepção de uma hegemonia dos autos já se faz presente em 1924.

Famílias alugavam automóveis aos fins-de-semana para pique-niques e passeios. O próprio automóvel seria parte da atração, sendo difícil imaginar que alugassem um tálburi para o mesmo fim. Em novembro de 1924, os “cocheiros de carros de praça, em numero de 9 (que é quantos trabalham effectivos)”, se diziam incapazes de atender a cláusula do novo regulamento de veículos, que os obrigava ao uso de “chapéus duros”, alegando falta de meios para a compra dos mesmos – “já não fazem mais

¹⁵³ Lei 327, de 14.05.1924. “Estradas de rodagem”. RPM, 1925 (impresso), p. 19-20.

¹⁵⁴ Requerimento de 22.09.1924. AC, cx 82, pasta “requerimentos não attendidoss, anno 1924”.

¹⁵⁵ No caso do nº 147 (residência de Rogério de Freitas), o projeto da casa é assinado de Novembro de 1923, e o pedido de construção “de diversos compartimentos e muros, nos fundos de sua casa de morada” de Novembro do ano seguinte (protocolo nº 14.169). O pedido de construção de duas casas geminadas no lote dessa mesma quadra, esquina com Benjamin Constant é de Junho de 1924 (protocolo nº 16.164), e o pedido para “construção de uma garage, no quintal de sua casa”, de maio de 1925 (protocolo nº 18.928). Arquivo Municipal.

¹⁵⁶ RPM, 1925 (impresso), p. 29.

casamentos nem batizados, os autos tomaram conta de todos estes serviços (...). O único servicinho que se faz é unicamente o da estação, que mal dá para a manutenção de nossas famílias (...)”.¹⁵⁷

Nas arquiteturas, os painéis e frisos compostos por unidades geométricas neutras (quadrados), do momento imediatamente anterior (a seriação simples), tendem a uma integrar-se num todo mais unitário (hierarquia e rebatimentos), com a introdução de diagonais.

Se o quadrado (e as volumetrias simplesmente prismáticas) são características do momento anterior, agora a forma típica é a do losango, ou “diamante”.¹⁵⁸ Nas volumetrias, introduzem-se telhados mais movimentados, e tacanhas segmentadas, com o que também o todo tende àquele aspecto facetado de “pedra lapidada”.

Em grande medida, esses dois momentos vizinhos se sobrepõem; os “diamantes”, e partes de telhado que fazem pequenos coroamentos triangulares, aparecem por vezes em meio a obras que seguem predominantemente os padrões da composição por seriação simples (quadrados), em 1922. Ou ainda os “diamantes” e mais formas com base em triângulos aparecem em esquemas em que mantêm-se elementos independentes, com valor sobretudo decorativo (isto é, menos plástico que pictórico), salpicados por sobre os grandes planos das fachadas. De certa convivência entre os “diamantes” e os “quadrados”, ou de princípios já “triangulares” com a seriação simples, tem-se, entre casos diversos, as obras do engenheiro Carlos Mundt, de 1922 a 1924. (As plantas são por vezes assinadas também pelo “constructor” Antônio César, e as pranchas trazem sempre a assinatura de “Carlos Oliviera”, “desenhista” – o mesmo que assinara, em 1919, no escritório da Paulista, em Jundiaí, as pranchas das “casas operárias” que seriam construídas em Campinas naquele ano e dariam lugar à lei 245, conforme acima exposto,¹⁵⁹ e possivelmente o responsável pelo aspecto estético desse outro grupo de projetos). Há um pequeno conjunto de obras suas em quadras da rua José Paulino – quadras em que, de modo semelhante, ocorria uma convivência entre o padrão de casas isoladas no lote e as construídas nos alinhamentos –, de onde retiramos o exemplo seguinte (fig. 28).

Mais genuinamente “modernas”, em 1923, seriam as duas vizinhas da residência de Rogério de Freitas, que aparecem na foto de 1924 (fig. 20).

¹⁵⁷ Representação dos cocheiros de praça, em número de 9 “que é quantos se acham matriculados”, protocolo nº 17.097, de 10.11.1924. Arquivo Municipal. A exigência de que pedem dispensa corresponde ao artigo 70, letra B, do regulamento da lei 329, de 1924. Em outubro daquele mesmo ano, carroceiros encaminhavam uma representação contra algumas exigências do mesmo regulamento do trânsito e dos veículos. “(...) tal tem sido o número de caminhões ultimamente adquiridos por varias firmas e particulares que isso virá a ocupar em breve tempo o logar dos primitivos vehyculos”. Entretanto, nem todo “caminhão” era auto-motor. Representação dos carroceiros, em vista da lei 329, protocolo nº 16.951, de Outubro de 1924. Arquivo Municipal.

¹⁵⁸ “Os pneus Goodyear A.W.T. dão movimento ao automóvel, com toda a força transmittida ás rodas pelo motor; os poderosos blocos de borracha em forma de losango (...)” – vê-se que a voga das formas losangulares não se restringia aos edifícios. Nem poderia ser de outra maneira, visto como uma tendência estética é uma tendência humana e social, e não a de um ou outro objeto inanimado em particular.

¹⁵⁹ Cap. 2

Fig. 28. Presença dos “diamantes” (losangos e outras formas triangulares) com valor decorativo. Residência para Américo Ferreria de Camargo, à rua José Paulino, entre Cônego Cipião e Duque de Caxias. Projeto do engenheiro escritório técnico do Carlos Mundt, Abril de 1923.

Na da direita, o telhado em tacaniça anã dá o tom. As paredes são mais despojadas, mas os motivos losangulares comparecem ainda no guarda-corpo da escada interna, bem como alguns vitrôs, são compostos de losangos (da mesma forma como pouco antes, e ainda agora em outras residências, esses elementos eram usualmente dados como composição de uma multiplicidade de pequenos quadrados).

Assina o campo “constructor”, nesse projeto, a firma “Lima, Gouvêa & Cunha” – de que “Cunha” (Lix da Cunha) era o engenheiro-arquiteto.

A da esquerda (que aparece cortada na foto), pertencente a Eurico Vilella, era projeto de novembro 1923, de Raphael Mauro – o mesmo que anos antes construía as primeiras residências da rua Culto à Ciência. A residência, quando da foto, estaria ainda em construção, pois vê-se a placa do construtor pregada ao poste de madeira, à frente.

Diferentemente das outras duas vizinhas, de Rogério de Freitas e Francisco de Paula Pacheco, aqui tem-se ainda o padrão de residência com “porão habitável” – a entrada é pelo segundo piso, desde uma escada externa e através de uma varanda elevada, e a altura do andar inferior é visivelmente menor que a do superior. No mais, Rafael Mauro se atualizara, reproduzindo o estilo da residência do vizinho Francisco de Paula Pacheco, com presença destacada do telhado com os devidos recortes (os beirais recortados que resultam da tacaniça seccionada, ou anã) e as paredes mais despojadas, em que aparecem, tal como lá, painéis em tijolo aparente.

Fig. 29. Presença das diagonais (losangos e formas facetadas) também no resultado plástico e volumétrico. **a,b**) residências de Francisco de Paula Pacheco e Eurico Vilella, à rua Augusto César; **c**). residência de Oscar Leme, à av. Barão de Itapura. Projetos de Lima, Gouvêa & Cunha (Lix da Cunha) (**a,c**), respectivamente de Abril e Outubro de 1923, e de Raphael Mauro (**b**), de Novembro de 1923.

Outra residência que merece ser citada, a par destas duas vizinhas da de Rogério de Freitas, é projeto de outubro de 1923, também da firma “Lima, Gouvêa & Cia.”, à av. Barão de Itapura, bastante semelhante ao projeto da residência de Eurico Vilella (a precedente, que aparece cortada na foto de 1924): Sobre porão habitável, com entrada pelo segundo piso, por escada externa e varanda elevada, com destaque para os beirais recortados (tacaniça anã) e acabamento das paredes relativamente despojado, mas com as mesmos detalhes em tijolo aparente que aparecem nas duas residências precedentes, da A. César.

Ao invés da decoração parietal composta de uma multiplicidade de elementos (como no caso dos painéis compostos por uma multiplicidade de quadrados), tem-se apenas alguns planos, ou painéis, diferenciados por texturas. A superfície das paredes do porão ganha uma textura distinta daquela das paredes do piso principal, reforçando a diferenciação entre esses dois pisos, e a percepção de que o principal repousa sobre essa base. Essa base é trabalhada de maneira mais homogênea (não há os painéis das paredes do piso principal). Caixilhos dados como multiplicidade de pequenos quadrados (as “sash-windows”) comparecem apenas nas janelas desse porão habitável, e não nas do andar superior – o padrão

de composição numa multiplicidade de elementos formalmente neutros e idênticos (pequenos quadrados), fica aqui restrita à base, e ausente do piso principal.

4. DESDE 1926: VULGARIZAÇÃO DO NOVO PADRÃO E INÍCIO DA OCUPAÇÃO EXTENSIVA DOS ARRABALDES.

4.1. Início da ocupação extensiva e padrão popular.

Desde a época da construção da residência de Rogério de Freitas e suas vizinhas, prosseguiram as referências ao “ressurgimento” que a cidade experimentava.

A 13 de Fevereiro de 1924, ao apresentar o projeto de lei de regulamentação do serviço de veículos, o vereador (e vizinho de escritório de Rogério de Freitas) Antônio Carlos de Camargo Vianna ...

“(...) depois de referir-se ao notavel desenvolvimento da cidade, procurada pelos forasteiros hoje, tanto pelas suas condições de vida, quanto pela amenidade do clima, accentúa que, se vae desenvolvendo o serviço geral de transportes, graças também aos esforços do benemerito Presidente do Estado, que lhes proporciona boas estradas (...)”¹

Pouco depois, quando da visita de Washington Luís, presidente do Estado, para inauguração da nova Escola Normal e demais obras, a 14 de Abril de 1924, o então Prefeito, Miguel Penteado, em seu discurso, dizia da “valorização do solo” no município, ...

“... crusado que foi de modelares estradas de rodagem. Hoje, Campinas conta duplicado, triplicado e até decuplicado o valor de suas propriedades ruraes e urbanas. / Sentimos o reviver da cidade com a instalação de importantissimas industrias e de outras novas que vêm surgindo, diariamente, pondo em actividade milhares de operarios. / Vemos por todos os lados graciosas e confortaveis construcções já para habitações, já para exercicios esportivo, ou para diversões. / A toda hora recebemos de municipios deste Estado e ás vezes de Estados visinhos, automoveis e outros vehiculos que nos trazem visitantes á cidade e, dando uma nota de alegria, de vitalidade e de bem estar a todos, concorrem sensivelmente para o maior desenvolvimento do nosso commercio.”²

Passado um ano, em Abril de 1925, Leopoldo Amaral escrevia:

“Campinas, com o seu clima adoravel, parece ressurgir. / As suas construcções multiplicam-se, dilatando a area habitada; a industria estende os seus ramos de atividade; a população cresce dia-a-dia; innumerables e importantes famílias de diferentes localidades para aqui vieram, fixando residencias; o ensino publico – uma das attracções locais, é uma realidade, irradiou-se no seio do povo e é ministrado proficuamente; a sua lavoura sente-se cheia de animo pelo preço do café e pelas vendas de propriedades agrícolas, que estão sendo realizadas a preços verdadeiramente fantásticos”.³

¹ AC, livro 170, fl. 101.

² Câmara Municipal de Campinas, *Relatório apresentado pelo presidente da Camara Municipal de Campinas Annibal de Freitas e correspondente ao triennio de 1923-1925*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1926, p. 15.

³ Leopoldo Amaral, *Theatro*. In _____, op. cit., p.413.

Em Setembro de 1923 tinham lugar festas de inauguração das já referidas obras de reforma da Catedral.⁴ A fachada ganhava figuras de anjos que, dispostas junto dos cantos, faziam esmaecer a ortogonalidade até então bastante marcada, e emprestavam um novo movimento, mais leve e gracioso, ao que antes fora de um neoclássico rígido e severo. Seguindo a nova expressão, graciosa, que a cidade, em meio de seu ressurgimento, apresentava.

Residências de “novo e elegante aspecto” haviam já se mesclado às antigas; pouco mais recentemente (desde 1923) novos prédios comerciais, do mesmo padrão estético daquelas, iam sendo construídos na região central. (figs. 30-31)

Fig. 30. Novos edifícios comerciais iam sendo construídos desde 1923, ecoando a mesma estética introduzida desde pouco antes pelas residências de “novo e elegante aspecto”. Três novos prédios no Largo do Rosário: **a)** (acima, à esquerda) Barão de Jaguará, esquina General Osório, projeto de 1926; **b)** (acima à direita) Barão de Jaguará, vizinho do anterior, 1925; **c)** (ao lado) Campos Salles, esquina de Francisco Glicério, 1926.

Vê-se em todos eles as “sash windows”, com sua multiplicidade de pequenos quadrados, a par de ornamentação variada. Traziam para a parte central e comercial tendências estéticas que algumas residências haviam de há pouco introduzido (e já no momento em que algumas outras residências, como aquelas projetadas por Lima, Gouvêa & Cunha à rua Augusto César e à av. Itapura, principiavam a

⁴ Atas da sessão de 05.09.1923. AC, livro 170, fl. 49v.

introduzir outras e novas tendências, com menor destaque para os planos em quadricula e introdução de diagonais e de superfícies tratadas por texturas – cap. 3).

Dentre esses novos edifícios contava-se também o da nova sede do Clube Campineiro. Dada a sua função (sede de agremiação social), a sua localização destacada (à praça Bento Quirino) e os anos em que restara como obra inacabada e interrompida (“esfinge de tijolos enegrecidos”), presta-se particularmente bem como símbolo do aspecto festivo que a cidade experimentava ao longo desses primeiros anos do seu “renascimento”.

Fig. 31. Nova sede do *Club Campineiro*, inaugurada a 31 de Dezembro de 1925.

As obras, dando fecho à quadra da pça. Bento Quirino em que Rogério de Freitas e outros paladinos dos novos padrões tinha seu escritório eram finalizadas em Outubro de 1925, e a nova sede festivamente inaugurada, com “sumptuoso baile”, a 31 de Dezembro, noite do ano novo, daquele mesmo ano.⁵

“O novo e bello edificio do club Campineiro, ora concluído [o é] graças á boa vontade da actual directoria e (é de justiça dizel-o) á acção decisiva do respectivo presidente, sr. Orozimbo Maia; o gosto a que obedece a construcção desse predio de avantajadas proporções, traduz inilludivelmente

⁵ Leopoldo Amaral, *Club Campineiro*. In _____, op. cit., p.329-330.

o movimento progressista que dia a dia se vai observando em Campinas, na parte esthetica de suas habitações”.⁶

Festividade que se poderia ver como espelho da quadra festiva pela qual passava a cidade como um todo, aparência estética que “traduz[ia] iniludivelmente” a daquelas “novas e elegantes” residências que, desde há alguns poucos anos, vinham sendo edificadas pela cidade, a inauguração da nova sede da “tradicional agremiação” pode também ser tomada como marco do paroxismo daquela quadra festiva.

Não que o crescimento, ou “ressurgimento”, da cidade voltasse a arrefecer. Antes pelo contrário. Ocorre é que, na consecução desse crescimento, que é também a consecução da difusão do novo padrão, de habitação isolada no lote, o elemento determinante já não consiste naquelas residências relativamente abastadas que, aparecendo por entre as antigas, ganhavam ademais valor do contraste produzido, tal estrelas, pontuais e cheias de brilho, quando ganham o céu que escurece (em tanto maior número quanto mais escuro esse). Conforme se passa a uma ocupação extensiva, não mais por pontos isolados, dos arrabaldes, essa se faz determinantemente (e posto que ainda compareçam casas relativamente abastadas) por casas mais modestas, térreas, muitas de três ou quatro cômodos apenas. Nessas é que vulgariza-se o novo padrão (casa isolada no lote); alvorecendo em definitivo o tempo do novo padrão, dilui-se o “brilho” daqueles primeiros exemplares.

O serviço de águas e esgotos, finalmente encampado pelo município desde 1924, tinha agora por princípio acompanhar (e promover) esse crescimento, independentemente de considerações quanto a taxas de retorno do capital investido. Apanhando entretanto já de saída uma demanda não-atendida, e ganhando a cidade uma taxa de expansão crescente, o serviço punha-se a reboque daquela expansão.⁷ Muitas das novas casas, que vulgarizavam em definitivo o novo padrão (casa isolada), iam ocupando áreas ainda não servidas de águas e esgotos; serviam-se de poços e tinham as privadas nas “casinhas”, nos quintais.⁸

A ocupação extensiva dos arrabaldes – sempre por casas isoladas, agora de padrão mais popular – corresponde também ao processo de “divisão em lotes” de áreas do entorno da cidade.

O “arruamento e divisão de terrenos em lotes” nos Cambuí (de que voltaremos a tratar) deu-se ainda em fins do séc. XIX. Em 1913 temos notícia de outros dois loteamentos. A divisão em lotes de terrenos de Jayme Badia, no Frontão, é também ao que tudo indica anterior a 1923.⁹ Somente a partir

⁶ Leopoldo Amaral, op. cit., p.330-331.

⁷ RPM, 1925 (impresso), p. 3-11. A escritura da encampação pela municipalidade da antiga empresa de águas e esgotos data de 29.12.1923. Idem, p. 4.

⁸ O caipira, o sitiante, o rústico, são um tema na literatura da época; o “jeca”, de Monteiro Lobato, sendo personagem particularmente conhecido. É de se notar que a tematização desses personagens ocorre num momento em que a própria cidade, em termos, se “ruraliza”. Se num primeiro momento eram antigos moradores das partes adensadas (cf. José Augusto) que buscam os arrabaldes, desde agora é gente vinda de regiões mais afastadas, comumente analfabetos e pelo menos em parte de origem rural, que converge para essa mesma faixa intermediária, sem se integrar na parte compacta do aglomerado.

⁹ A planta traz os nomes de “Nova Roma”, “Nova Hespânia” e “Jaime Badia” para ruas que foram renomeadas respectivamente “Olavo Bilac”, “Santos Dumont” e “Bandeirantes” por edital de 20.05.1923. “Planta dos terrenos de Jaime Badia”. Departamento de informação, documentação e cadastro (DIDC) da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) da Prefeitura Municipal de Campinas. Por outro lado, dos loteamentos aprovados em ato do

desse ano os novos loteamentos passam a ser aprovados por ato do poder legislativo municipal, permitindo acompanhar com mais facilidade a evolução do processo. Embora sem dispor, ou tratar aqui, de um estudo pormenorizado do histórico dos loteamentos em Campinas, pode-se afirmar que o parcelamento de áreas do entorno da cidade, de modo extensivo, é um fenômeno de meados dos anos 20.¹⁰

Até então a própria municipalidade dispunha ainda de lotes vagos no território mais tradicional da cidade (entre os antigos brejos do nascente e do poente), remanescentes ainda do antigo “rocio”. Quem neles quisesse edificar, pedia em requerimento que o terreno tal fosse posto em hasta pública, em que era atendido, e fazia sua oferta.¹¹

Vimos que desde 1921 a cidade ia conhecendo seu “ressurgimento”. Os terrenos valorizavam-se rapidamente, indicando (entre outros) o aumento da demanda. Em 1923 eram vendidos os derradeiros lotes de terrenos municipais na rua Dr. Ricardo¹² – a derradeira rua da parte central, junto aos trilhos da Paulista. As chácaras dos arrabaldes (historicamente também pertencentes ao antigo rocio, que era de quarto de légua em quadra, mas que em meados dos anos vinte haviam de há muito sido convertidas em propriedades particulares) eram agora, cada vez mais, inescapavelmente, a área de expansão – daí os loteamentos em caráter extensivo, que têm início em meados dos anos vinte.

A primeira das “divisões de terrenos em lotes” aprovadas em ato do poder legislativo foi a de terras da Companhia Curtidora, no arrabalde de Villa Industrial, aprovada em nome de Fausto Penteado pela resolução 306 de Maio de 1923. Segue-se o já referido arruamento de José de França, vizinho de Rogério de Freitas na quadra de escritórios à praça Bento Quirino (cap. 3), em terrenos vizinhos à rua Augusto César, aprovado pela Resolução n. 726, de Agosto daquele ano.

Em 1924, contam-se três resoluções aprovando novos arruamentos.¹³

Em 1925, eram sete peças de legislação (leis e resoluções) dessa espécie.¹⁴

poder legislativo a partir de 1923, esse somente poderia corresponder ao de José de França Camargo, aprovado pela resolução n° 726, de Agosto de 1923, também vizinho da rua Augusto César, e que entretanto, à vista dos termos do respectivo processo de aprovação (não conhecemos as plantas desse), é caso distinto. AC, cx. 121, pasta dos papéis da resolução n° 726.

¹⁰ “A área urbana que entre 1900 e 1925 praticamente não se expandira, (...) sofreu a partir de 1925 um notável alargamento, duplicando em alguns anos suas dimensões” Ricardo Badaró, *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: CMU: Unicamp, 1996, p. 35.

¹¹ Requerimentos encontrados nas caixas do Arquivo Municipal.

¹² “(...) e diversos lotes no Botafogo e em Villa Industrial. É notável a valorização que se vem observando. Há grande procura de terrenos nos arredores da estação que a Sorocabana está construindo no Bomfim”. RRO, 1923.

¹³ Resoluções n°s 752 e 753, de 25.01.1924, e n° 756, de 24.03.1924. Respectivamente terrenos de Rossi & Borghi entre a Funilense e rua Buarque de Macedo, no Guanabara, de Rossi & Borghi e Siqueira, no Bomfim e de Carlos Sampaio Peixoto, junto à rua Cel. Quirino.

¹⁴ Res. 781, de 21.02, terrenos de Thereza Piccolotto no Guanabara. Res. 786, de 25.05, terrenos de Rossi & Borghi, na chácara da Árvore Grande (Villa Industrial). Res. 794, de 06.07.1925, terrenos de Maria Felicíssima Pinto de Moura, “no prolongamento da rua Uruguaiana” (Proença). Res. 803, de 29.09, de Cnêo Ferreira Penteado, à rua Ferreira Penteado. Lei n° 365, de 09.11, terrenos de Duílio Pompêo, na Av. S. Paulo. Lei 370, de 04.12, terrenos do Cel. Francisco Andrade Coutinho, na chácara das Laranjeiras (Cambuí). Res. 807, de 26.12, terrenos de Rossi & Borghi, no Guanabara. Este último corresponde ao arruamento dos terrenos que separavam a av. Itapura da cidade (entre atuais av. Barão de Itapura, Brasil, Orosimbo Maia e rua José Paulino).

Na fig. 32 tem-se registro de uma faixa propagandeando a venda de lotes na chácara Itapura, um dos loteamentos aprovados nesse último ano: “terrenos á prestações”. No canto superior da planta de vendas do referido loteamento de terrenos de Jayme Badia, no Frontão, lê-se: “ATENÇÃO / para popres [sic] e ricos Grande oppotunidade para fazer-se proprietario com pouco capital pois as minhas vendas sao a longos prazos e prestações mensaes de 25\$ a 50\$ mil reis a prazo de dois annos / DIMENÇÕES DOS LOTES 6 a 9 metros de frente por 30 a 50 defundo”. As medidas, não de seis, mas de sete (mínimo ditado pelo código de 1896) a dez metros de frente, por trinta a quarenta de fundos são bastante comuns nos loteamentos da época. São loteamentos comumente de caráter popular, padrão do qual nenhum deles, por outro lado, se afasta muito.

Fig. 32. Propaganda de venda de lotes na “Villa Itapura”, loteamento de 1925: “terrenos a prestações”. Os loteamentos, comumente de padrões populares, que vão dando bases para a ocupação extensiva dos arrabaldes são em Campinas um fenômeno de desde meados dos anos 20.

São também de 1925 os primeiros loteamentos a terem normativas expressas tornando obrigatória a ocupação pelo novo padrão (residências isoladas).

A “divisão de terrenos em lotes de propriedade dos srs. João Pinheiro e Duílio Pompeu”, “no fim da Avenida São Paulo”¹⁵, era aprovada pela lei 365, de Novembro de 1925. No artigo segundo, elencavam-se prescrições relativas à ocupação dos lotes: Cada lote só poderia ser ocupado por uma única “construção principal”; a área da dessa construção principal não poderia exceder a 1/3 da área do lote; eram obrigatórios afastamentos laterais de 2 ou 3 metros, respectivamente para o caso de edificação térrea ou de

¹⁵ A av. São Paulo era seqüência da av. Andrade Neves, a partir do cruzamento com a av. Itapura, onde aquela, a essa altura, terminava.

dois andares. No trecho reservado para prolongamento da av. Andrade Neves, as construções seriam exclusivamente residenciais e deveriam guardar recuos frontais de 5 metros.¹⁶

Na “divisão em lotes” dos terrenos da “Chácara das Laranjeiras”, de Francisco Andrade Coutinho (para trás da rua Cel. Quirino, e junto da de Moraes Salles, em parte do atual “Cambuí”), aprovado pela lei 370 de 4 de Dezembro de 1925, só poderiam ser construídas “casas para residência”. Prescrevia-se recuo frontal de 5 metros e afastamentos laterais de 2,20 e 3,00 metros para o caso de casas térreas ou de dois andares, respectivamente. Fixava-se em 100m² (casas térreas) e 65m² (de dois andares) a área mínima do pavimento térreo das casas, que não poderiam por outro lado exceder a 1/3 (térreas) ou 1/4 (de dois pavimentos) da área total dos lotes. E ainda outras prescrições visando garantir a relação de isolamento e destaque do volume principal, desejado em meio do espaço livre.¹⁷

Esse loteamento tinha ainda a particularidade de ter arruamentos curvos. Juntamente com as demais prescrições, vê-se que se constitui em exemplo de “bairro-jardim” na acepção mais restrita do termo – casas isoladas, em meio a jardins, em arruamentos “orgânicos” – de que foi o primeiro, e por muitos anos o único, em Campinas. Certamente inspirado no exemplo dos congêneres paulistanos – o primeiro, o Jardim América, de 1918 –, de que constituía uma versão em escala diminuta.¹⁸

Muito embora cada lote só pudesse ser “ocupado por uma única construção principal”, além das edículas, era expressamente prevista a ocupação “dos lotes projetados por casas geminadas”, caso em que o “lote resultante” poderia ficar com até o mínimo de 7,5 metros de frente, e 300 m² de área – um mínimo de 7,5 x 40, compatível com os lotes dos terrenos de Jaime Badia, “para pobres e ricos”. Nota-se ainda que a vila operária da Cia. Paulista ficava nesse caso muito próximo de atender às prescrições desse que, num sentido mais restrito, pode ser considerado o primeiro “bairro-jardim” da cidade¹⁹ – em mais uma demonstração de que a dispersão pelos arrabaldes, ou o desadensamento do aglomerado, era também um momento em que pelo menos parte da antiga elite²⁰ se aproximava, relativamente, de padrões de economia comuns às classes operárias.

¹⁶ Recuo que reproduz aquele estabelecido para aquela via pela lei 265, de 1920.

¹⁷ Por exemplo, que “As dependências e quartos de creados, quartos de malas, latrinas, garages, – não poderão ocupar mais que 8% da área total do lote; não poderão ter altura superior a 5 metros; deverão ter afastamento mínimo de 125 metros do alinhamento da rua (...)”. Lei 370, artº 2º §6.

¹⁸ Sobre o Jardim América, Silvia Wolff, *Jardim América. O primeiro bairro-jardim de São Paulo e a sua arquitetura*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imesp, 2001.

¹⁹ A vila da Paulista (de que tratamos no cap. 2) era composta por casas de dois tipos, sempre geminadas duas a duas. As menores tinham pouco mais de 50m² de área útil, atendendo portanto à exigência do loteamento da chácara Laranjeiras quanto à metragem mínima de 100 m² para os volumes térreos. Os lotes, com trinta metros de fundo, passavam dos 400 m² para cada conjunto geminado de duas unidades – e assim, mesmo no caso das unidades maiores, a área construída respeitava facilmente o máximo de 1/3 da área do lote que se prescrevia para aquele bairro-jardim. Apenas quanto à medida de frente dos lotes, de pouco mais de 7 metros, e do recuo frontal de 4 metros, ficava-se aquém das exigências mínimas (7,5 e 4, metros, respectivamente) do loteamento da Chácara Laranjeiras. Em ambos os casos, apenas ligeiramente, e cabendo notar quanto ao recuo que os 4 metros da Vila da Paulista, e não os 5, do loteamento da Chácara Laranjeiras, era a medida mais usual nos loteamentos da época e aquela viria a ser generalizada pelo código de 1934, como ainda veremos.

²⁰ Considerando-se aqui que 1) os “bairros-jardins”, de que o presente caso reproduz o padrão, são considerados em geral padrões de habitação de elite; 2) que tanto as condições para construção no local quanto as construções que

Em 1925 tem-se testemunho de que a divisão em lotes de chácaras do entorno da cidade era um fenômeno sensível aos contemporâneos. Na sessão de 5 de Fevereiro, defendendo a necessidade de reforma do serviço de telefonia, um vereador fazia sentir que “mais e mais se há de manifestar a crise de tão importante meio de comunicação” “agora e daqui para diante – com a abertura de novos bairros urbanos, aos latifúndios sendo disputados diariamente por forasteiros os lotes de terrenos para construção em que se os dividiram”.²¹

É oportuno observar que por “bairros” entende-se aqui núcleos de povoamento isolados da cidade. Eram denominados “bairros” núcleos distantes dezenas de quilômetros da cidade, como Rocinha (atual Vinhedo), Valinhos, Arraial dos Souzas, José Paulino (atual Paulínea).²² Eram também chamados “bairros” outros núcleos mais próximos, mas igualmente isolados, como por exemplo o “bairro dos Cambuhys”, a que o relatório de 1911 se referira como “um núcleo de nova cidade”. Os núcleos mais próximos, nos arredores, ou “arrabaldes”, da cidade, eram os chamados “bairros urbanos”.²³

No segundo semestre de 1925 contamos uma primeira observação indicativa da intensificação da ocupação de “bairros urbanos” – e eventualmente dos “novos bairros urbanos” referidos pelo vereador, ou seja, dos loteamentos que se multiplicavam nos arredores da cidade. Em memorando de 22 de Setembro de 1925, o chefe da Repartição de Obras notava que

“(…) actualmente o nº de construcções, reconstrucções e reformas tem augmentado consideravelmente (...) as novas construcções estão se localizando principalmente nas immediações do perimetro urbano (...) os bairros mais florescentes (Villa Nova, Bomfim, estrada da Roseira, Bella Vista, V. de S. Bernardo, Palheiro e Cambuhys) distam todos para mais de 1 km. das linhas de bonds.”²⁴

O crescimento desses bairros, distantes das linhas de bonds, e a alegação de que “mesmo as construcções da Zona proxima, de transição, precisam ser fiscalizadas pela Prefeitura, com o fim de impedir a formação de novas agglomerações sem plano preconcebido”, fazia o engenheiro solicitar “a autorização dessa Prefeitura para ficar um dos autos a disposição da Repartição de Obras, pelo menos 3 vezes por semana, das 7 as 10 ½ horas”²⁵ – solicitação que demonstra em certa medida a ligação do novo meio de transporte com a nova forma que a cidade ia adquirindo.²⁶

efetivamente se realizam são compatíveis com casas da Augusto César (depois av. Júlio de Mesquita) em geral, e com a de Rogério de Freitas em particular, descendente direto da antiga elite da cidade.

²¹ Antônio Carlos de Camargo Vianna, na sessão de 05.02.1925. AC, livro 171, f. 53.

²² Os relatórios da Prefeitura no período trazem a listagem de obras realizadas nesses “bairros”.

²³ Trata-se portanto de sentido distinto daquele que o termo adquiriu a seguir, com a ocupação extensiva dos arrabaldes, como referiremos (cap.5).

²⁴ Perseu Leite Barros, chefe da Repartição de Obras, ao Prefeito. Arquivo Municipal, protocolo nº 2218.

²⁵ Idem. Pedido dado como alternativa “mais economic[a] e de melhores resultados práticos” que a criação de um segundo posto de fiscal de obras.

²⁶ A cota do comandante do Corpo de Bombeiros, corporação que equivalia a uma repartição municipal, e que se tornara a responsável pelos veículos da Prefeitura, dá a entender que a Prefeitura dispunha naquele momento de apenas dois veículos automotores. Não obstante o pequeno número de automóveis, o “carro Victoria” já não podia ser disponibilizado “por absoluta falta de cocheiros”.Idem.

Em fins de 1925, em emenda aditiva a projeto de revisão dos valores do imposto de viação, e do traçado dos perímetros segundo os quais era cobrado esse imposto, propunha-se autorizar a construção, no 4º e último desses perímetros e “a título precário”, de prédios de ½ tijolo, que poderiam ser aprovados mediante mero croquis, com redução de 75 % no valor dos emolumentos à Prefeitura, e nos quais os pisos das áreas molhadas (banheiro e cozinha) poderiam ser simplesmente atijolados (dispensando-se o ladrilhamento).²⁷ Permissão que, juntamente com a nova tabela do imposto de viação (metros corridos) e respectiva divisão em perímetros, era promulgada em lei, nº 379, em Fevereiro de 1926.

Nesse ano de 1926 nenhum novo loteamento seria aprovado. É quando, entretanto, a ocupação extensiva dos arrabaldes ganha impulso – ganhando impulso a efetividade daquela ocupação a que os loteamentos anteriores haviam lançado bases.

Um dos indícios nesse sentido é a evolução do número de construções.

Em paralelo, e como componente, do “ressurgimento” da cidade, cujos marcos datam de fins de 1920 e inícios de 1921, esse número vinha num crescendo. Em 1920, havia sido de apenas 74 e já em 1921 atingira-se (como já referido) 169. Em 1922 havia sido de 198, e pouco mais, 202, em 1923. Em 1924 chegava a 257. Em 1925 (ano em que eram aprovados sete loteamentos, contra os 2 de 1923 e os outros 3 de 1924), o número de novas construções decrescera, ficando em 226.

“No corrente exercicio [1925] o movimento de construcções, iniciado sob as melhores expectativas, soffreu, a partir de meiado do anno, sensivel paralysação, consequente da crise de falta de numerário que assolou a praça. Teria contribuído tambem para essa diminuição notada a instabilidade do cambio”²⁸

Se o ano de 1925 conhecera ligeira retração no número de novas construções, em 1926 retoma-se a linha ascendente, com um salto de quase 50% em relação ao total do ano anterior, passando a 328 novas construções. Era também o primeiro ano a superar a marca de 307 novas construções que se conhecera em 1913, antes do início do decréscimo, durante a guerra, e da pasmaceira de até fins de 1920.

No que concerne à ocupação dos arrabaldes, a diferença entre esse ano e o anterior será de proporções ainda maiores uma vez que se tenha em conta que não apenas o total de novas construções dava um salto, mas diminuía-se ao mesmo tempo o número de novas construções em terrenos do território tradicional da cidade – em terrenos do antigo rocio ainda pertencentes à municipalidade, cuja disponibilidade se esgotava (como visto, já em 1924 se haviam vendido os derradeiros lotes à rua Dr. Ricardo, uma das ruas marginais da área central).

No mesmo sentido, tem-se no relatório da Repartição de Obras referente a 1926:

“Accentuou-se, a partir do meiado do anno, a construcção de casas econômicas na periphéria da zona urbana, sendo bastante animador o movimento de construcções no Jardim Chapadão, Villa

²⁷ Emenda apresentada a 26.10.1925, pelo vereador Paulo Villac. AC, livro 171, fl. 114.

²⁸ RRO, 1925. in RPM (impresso), p. 60.

Nova, Villa São Bernardo, Cambuhy, Estrada da Roseira e Palheiro. Todos esses arrabaldes aproveitam da lei nº 379 que permite a construção de casas operárias com ½ tijolo”.²⁹

Assim, se já em 1925, ano que conhecia sete novos loteamentos, contra dois em 1923 e outros três em 1924, “as novas construções estão se localizando principalmente nas imediações do perímetro urbano”, é em 1926, ano que não registra novos loteamentos, que a ocupação daquela base de terras loteadas nos arrabaldes ganha impulso, seja já de modo geral, com o salto no volume de novas construções, já agora necessariamente ocupando esses arrabaldes, fosse em especial com as casas de ½ tijolo aprovadas “a título precário” no 4º perímetro.

Daí que, se na noite do ano novo de 1925 inaugurava-se o prédio da nova sede do Clube Campineiro (o melhor edifício público a ser construído, desde aquele do Instituto Profissional Bento Quirino, em 1918), com estilo que “traduzia” o daquelas novas residências, isoladas, que iam emprestando “pitoresco aspecto” a determinados pontos e logradouros, e com festividades que do mesmo modo pareciam traduzir o ambiente festivo da quadra que a cidade como um todo atravessava – daí que, dizíamos, aquele mesmo marco de celebração poderia ser também marco de passagem, para outra quadra (talvez de menos brilho e maior pragmatismo), em que a ocupação dos arrabaldes (e o novo padrão, de casa isolada no lote) passa a ganhar aspecto extensivo, necessário e popular.

4.2. O primeiro arrabalde extensivamente ocupado nos novos padrões.

De todos os arrabaldes, aquele que será primeiramente convertido numa região extensivamente edificada, e assim no primeiro tecido constituído segundo os novos padrões de ocupação predominantemente residencial e de menores densidades (casas isoladas), será o do Frontão/Cambuís – ou, mais precisamente, uma mancha, a Leste da cidade, em que se incluíam esses dois “bairros”; sendo ainda a mesma região a Leste da cidade para onde a presidência de Rogério de Freitas transferira o *Lawn-Tennis* e onde esse construía sua residência.

A área a que nos referimos está compreendida naquele platô, entre o vale do Tanquinho e o do Proença, que fora primeiramente atravessado pela picada (a “estrada dos Goíases”) a que Campinas devia sua origem.³⁰ Já referimos que quando da mudança de Rogério de Freitas para aquelas redondezas, duas áreas naquele platô já conheciam ocupação, desde há muito. Áreas essas que tomavam, uma, uma parte

²⁹ RRO, 1926. Indicando a continuidade do processo, em seu relatório seguinte, referente ao ano seguinte, de 1927, o mesmo engenheiro anota, de modo semelhante: a “grande maioria das novas construções tem-se localizado na 4ª zona de forma a aproveitar os favores concedidos, a título precário, pela lei 379 permitindo a construção de casas operárias de ½ tijolo”. RRO, 1927.

³⁰ Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p. 47. Pedro F. Rossetto, *Reconstituição do traçado da antiga estrada dos goíases...*. São Paulo: FAU-USP, 2004 (trabalho entregue à disciplina AUH 5853).

mais a Sul, outra, uma parte na extremidade Norte, desse platô – enquanto a parte central (onde o *Lawn-Tennis* era instalado) permanecia desocupada.

A mancha de ocupação antiga existente a Sul correspondia aos arredores do que fora o caminho, desde o antigo “pouso das Campinas do Mato Grosso”, à beira da picada de penetração, até a outra encosta, a Leste, onde fora construída a capela dando início ao núcleo urbano. Essa ligação corresponde em parte à rua Moraes Salles, confundindo-se a seguir com as ruas Ferreira Penteado e Conceição, nos arredores do passeio público (praça Imprensa Fluminense).

A mancha de ocupação antiga a norte correspondia aos arredores do caminho de saída do aglomerado em direção a Mogi-Mirim. Trata-se da rua Major Sólón, que, saindo desde o extremo norte do aglomerado, atravessa o vale do Tanquinho (daí seu antigo nome, “rua da ponte”), alcança na margem oposta o Largo de Santa Cruz (praça XV de Novembro) e segue para Mogi.

Embora ainda não urbanizada no início dos anos de 1920, era atravessada, longitudinalmente, de norte a sul (ou de sul a norte, se tomarmos o sentido em que fora aberta a estrada a que Campinas devia a origem) por duas vias: a rua Coronel Quirino e a Augusto César. A primeira fora aberta na década de 80 do séc. XIX, retomando o curso de uma estrada que havia por ali “antigamente”³¹ – a própria estrada dos Goiases. A segunda, conforme já referido (cap. 3), correspondia também ao traçado de uma antiga derivação daquela estrada, que desde o pouso das Campinas (na confluência das ruas Coronel Quirino e Moraes Salles) seguia para o largo de Santa Cruz, e daí para Limeira, e da mesma forma que a rua Coronel Quirino, teria sido aberta, sobre esse antigo traçado, já abandonado, no século XIX. Ainda no início dos anos de 1920, nenhum desses caminhos (ao atravessarem a parte central do platô) eram ruas dotadas de guias. Eram caminhos de terra, por entre chácaras.

Em dois pontos, próximos do caminho de saída da cidade na encosta norte do platô, havia já dois núcleos de residências: o bairro dos Cambuís e o bairro do Frontão.

O primeiro fora um arruamento em terras de Francisco Bueno de Siqueira, ainda no século XIX; ao que consta, o primeiro “loteamento” da cidade, separado, como se vê, de décadas dos demais. Localizava-se próximo da extremidade Norte do platô, a cerca de 250 metros do canal do Saneamento.

O nome do segundo deriva de um jogo, de origem basca, em que uma bola era arremessada contra um paredão, ou “frontão”. “Frontão” era assim o nome do campo em que se praticava o jogo – campo esse localizado também na parte norte do platô, desde data não conhecida, entre o “bairro dos Cambuís” e o Largo de Santa Cruz. Localizava-se numa quadra entre as ruas Nova Roma, Nova Hespanha, Vieira Bueno, e travessa Vieira Bueno (sendo, talvez, mais correto dizer que em torno do campo terminaram por existir essas ruas, e não o contrário). Os nomes “Nova Roma” (Olavo Bilac, desde 1923) e “Nova Hespanha” (Santos Dumont, desde a mesma data) diriam dos habitantes que primeiramente teriam

³¹ Custódio Manoel Alves, “Notas sobre Campinas”. in Rafael Duarte, “Traços biográficos de Custódio Manoel Alves”. *Revista do centro de Ciências Letras e Artes de Campinas*, Campinas, v. 3, n. 7, p. 141, 1904.

ocupado aquela redondeza. Outra rua próxima, a “Bahia” (Barão de Ataliba, desde 1923), dizia de um só indivíduo – o “bahia”, conhecido comerciante e benemérito do séc. XIX.

Por volta de 1912, pode-se flagrar alguns indícios de paulatino crescimento do “Frontão”.

A 12 de Agosto de 1912 era promulgada a lei 158, autorizando o prolongamento da rua Nova Roma “desde a Nova Hespanha até a rua Bahia” (trecho de menos de 70 metros), e alargamento das ruas Nova Hespanha, entre Nova Roma e Vieira Bueno, e desta última, entre Nova Hespanha e Bahia (todos trechos de uma quadra apenas, com cerca de 30 metros o primeiro, e 60 o segundo).

A 20 de Setembro um abaixo-assinado, encabeçado por Francisco Thut, pedia ao Prefeito a execução “logo” de lei que autorizava o prolongamento da rua Nova Roma até emendar com a de Augusto César, o que permitiria “que se altere o traçado já aprovado da Companhia de Tração, Luz e Força, de modo a estender suas linhas até o centro do bairro [do Frontão], em vez de passar apenas por terrenos desertos e quase tomados pelo mato”³² – os das ruas Augusto César, Germania (atual Silva Telles) e Coronel Quirino, trajeto previsto. A lei a que se refere o peticionário seria promulgada uma semana depois, a 27 de Setembro de 1912, sob nº 164; declarando de utilidade pública os terrenos para o prolongamento da rua Nova Roma até Augusto César, “conservando-se a largura da primeira das ditas ruas”. O requerimento recebeu cota negativa do Prefeito (ainda havia prazo para o serviço). A 13 de Novembro de 1912 Acrísio comunicava ao prefeito “que iniciamos hoje a abertura da rua Nova Roma até encontrar a Augusto Cezar, serviço determinado verbalmente por V.Excia.”.³³

Não se sabe se a linha dos bondes teria aproveitado de imediato esse prolongamento; entretanto, na planta de 1916, editada pela Casa Genoud, em que se representam as linhas dos bondes, a linha que vem pela Augusto César toma o prolongamento da Nova Roma, até abraçar, duzentos metros à frente, o campo do Frontão, e com isso também o bairro homônimo.

De todo modo, não era dos bairros mais populosos, nem a região mais “futura” dos arrabaldes, naquele momento. Em 1913, em requerimento para instalação de algumas lâmpadas, os moradores do Bomfim (próximo da rua Culto à Ciência) justificavam o pedido lembrando tratar-se “do mais futuro e importante subúrbio da cidade”. Os moradores do Frontão, e o dos Cambuís, não poderiam dizer o mesmo (e não diziam).

A 14 de Fevereiro de 1913, 28 moradores do Frontão assinavam um requerimento queixando-se à prefeitura da falta d’água em suas casas e da ausência de esgotos (como em muitos dos arrabaldes, e mesmo na cidade, eram comuns as queixas quanto à insuficiência do fornecimento de água).³⁴ Uma semana depois, Augusto Figueiredo, gerente da Companhia Campineira de Águas e Esgotos (CCA&E), respondia conjuntamente a esse e a outro requerimento de mesmo teor, de moradores da Ponte Preta (Fundão). Quanto ao caso do Frontão, dizia:

³² Fco. Thut & outros, 20.09.1912. Arquivo Municipal.

³³ Memorando ao Prefeito. Arquivo Municipal.

³⁴ Protocolo nº 540, de 14.02.1913. Arquivo Municipal.

Fig. 33. Detalhe de foto tomada desde a subida da estrada de saída rumo a Mogi (atual rua Paula Bueno), com a cidade aos fundos o uma parte do arrabalde do Frontão em primeiro plano. 1919.

“(...) não me é difícil julgar se razão tem os reclamantes; porquanto, sendo também um bairro extenso, constituído por pequenas casas esparsas e para o qual nem mesmo os cuidados dos poderes municipais tem merecido [sic]; pois não possuía nem iluminação, calçamento e nem arruamentos, nada posso informar-vos”³⁵

Em Julho de 1912, os moradores do bairro dos Cambuís haviam requerido instalação de água em suas casas. Segundo o “mappa” (tabela) que consta em anexo à resposta da CCA&E, o bairro contava então 59 casas. Todas se serviam de uma única torneira, “distante dos prédios”, instalada por acordo com Francisco Bueno de Miranda (quem havia criado o bairro, como já referido, em fins do XIX), e que ali permanecia “por mera tolerância”, segundo a CCA&E. Quanto ao pretendido, a Companhia informava que “dos arrabaldes da cidade, não é o dos Cambuís aquelle cujo desenvolvimento anime a Companhia ao emprego de seus capitaes, na expectativa de uma remuneração em futuro próximo”.³⁶

A foto da fig. 33, de 1919, traz a cidade ao fundo e, em primeiro plano, algumas das casas do Frontão (presumivelmente pouco abaixo da rua Bahia), dando uma idéia do padrão de ocupação (disperso) do local.

³⁵ Augusto Figueiredo ao presidente da CCA&E, Bento Quirino, 20.12.1913. incluso no ofício da CCA&E ao Prefeito, de 21.02.1913. Arquivo Municipal.

³⁶ Requerimento de moradores, para instalação de água no bairro dos Cambuís, de 16.07.1912, protocolo nº 225, e documentos anexos: 1) memorial do engenheiro da Companhia Campineira de Águas e Esgotos (CCA&E) ao presidente da Cia., Bento Quirino, de 08.08.1912; 2) ofício de Bento Quirino ao Prefeito, de 10.08.1912; 3) mapa dos imóveis do Cambuí, com valores dos locativos. Arquivo Municipal.

Já vimos que entre 1912 (quando tivera início o alargamento do trecho da rua Bernardino de Campos, entre praça Bento Quirino e rua Irmã Seraphina / vale do Tanquinho; trecho posteriormente renomeado “av. Thomaz Alves”), e início dos anos vinte (quando da construção da Escola Normal, no vale do Tanquinho), deram-se obras que nos dizem que a cidade começava a tomar conhecimento do vale do Tanquinho e das terras a Leste.

Em decorrência dessas obras, ou como parte do movimento que compunham, a ocupação desse setor se incrementa. Registros dos volumes de estatística predial organizados bienalmente pela Prefeitura permitem aquilatar do fato.

Desde 1916 a Prefeitura organiza bienalmente com base nos livros de lançamento do imposto volumes de “estatística predial” da cidade.³⁷ No resumo estatístico ao final de cada série bienal desses volumes os prédios dos subúrbios não há cômputo em separado para os prédios dos subúrbios, o que ocorre pela primeira vez em 1922 (dados do volume biênio 1922-23, que são lançados até fins de 1922):

Estatística predial dos subúrbios – 1922

subúrbios	prédios
Vila Industrial	1003
Ponte Preta	253
Bomfim	200
Frontão	193
Guanabara	153
Taquaral	108
Vila Industrial	1003

fonte: livros de estatística predial, biênio 1922-23, v. 5, f. 97.

A comparação com os dados do resumo estatístico do volume seguinte (1924-25, dados lançados até 1924), onde se acrescentam também dados dos serviços (água e esgotos) instalados, demonstra o avanço diferenciado da ocupação do “Frontão” – designação sob a qual estariam sendo aqui computados conjuntamente as dos bairros do Frontão e Cambuí, e todo o demais setor a leste da cidade, para além do Vale do Tanquinho ³⁸– tanto em termos absolutos como em termos comparativos com a situação dos demais subúrbios:

³⁷ A primeira série que se encontra, no Arquivo Municipal, é a intitulada “1918-19”, mas o RPM, 1916 refere a fatura de uma primeira dessas séries já então. Nos volumes de lançamento do imposto predial, a ordenação é por nome do proprietário, nos de estatística predial a ordem é por endereço (número e logradouro). De cada prédio anota-se as seguintes informações: endereço, proprietário, metragem de frente do terreno, tipo de construção (terreno vazio, construção térrea, assobradada ou de sobrado; em volumes posteriores tem-se também a classificação “bungalô”), valor dos impostos (predial, de metros corridos e de águas e esgotos, quando seja o caso), nacionalidade do proprietário e eventualmente “observações”. Em coluna reservada para tanto as propriedades edificadas são numeradas seqüencialmente, o que resulta ao final na contagem exata do número de prédios existentes na cidade.

³⁸ Talvez por ter sido menos um núcleo que um conjunto de “casas espalhadas” (como é descrito em citação supra, de 1912), o nome “Frontão” foi usado para designar a localidade de casas por vezes bastante afastadas do campo do

Estatística predial dos subúrbios 1924					
subúrbio	prédios - total	servidos com água e esgotos	servidos somente com água	servidos somente com esgotos	sem água e esgotos
Vila Industrial	1053	745	21	14	273
Frontão * ¹	302	120	70	-	112
Ponte Preta * ²	289	33	7	-	249
Bomfim	224	-	5	-	219
Guanabara	197	124	25	5	43
Taquaral	107	-	-	-	107
Roseira	26	-	-	-	26

fonte: livros de estatística predial, biênio 1924-25 (dados lançados até 1924), v. 6, f. 31-32.

*1 - no original, o total anotado é 243, entretanto as parcelas somam 302, valor que adotamos.

*2 - tal como no caso anterior, o total anotado no original é 280, entretanto as parcelas somam 289.

Da quarta colocação, o Frontão passara à segunda, atrás apenas da Vila Industrial. Esse último detinha aproximadamente a metade de todos os prédios fora da “cidade” (1003 contra 907 dos demais subúrbios somados, em 1922, e 1053 contra 1145 em 1924). Era também o subúrbio de ocupação mais antiga – a rua Francisco Teodoro (que margeava a linha da Paulista, perto da estação e do lado oposto do da cidade) já existia em fins do XIX – e talvez daí o único que seguia o padrão de implantação da “cidade propriamente dita”, ou seja, da parte central, com uma maioria de casas construídas no alinhamento. Nos demais, pelo que se verifica da compulsão dos requerimentos para reforma e construção desde a década anterior, a proporção dos prédios de um e outro padrão (alinhados e isolados) conhecia ainda alguma variação, sem contudo haver preponderância das casas no alinhamento, como na cidade e na Vila Industrial.

A diferença do Frontão para aquele subúrbio que se colocava imediatamente a seguir em número de prédios se torna mais pronunciada quando se considera o número de prédios servidos de água: dos 302 do Frontão, 120 eram servidos de água e esgotos, ao passo que na Ponte Preta, dos 289, apenas 33 o eram. (no de Guanabara, do total 197, havia 124 predios servidos com água e esgoto – mais que no Frontão; se somados os com água e esgoto e os que dispunham somente de água, o Frontão mantém a frente, com 190, contra 149 do da Guanabara).

Mais significativa que a existência do maior número de prédios dentre os arrabaldes não-densos (ou seja, todos menos o de Vila Industrial), era o fato de que, atingindo essa dianteira recentemente, era o subúrbio cuja ocupação mais aceleradamente se incrementava:

dito jogo – as residências da quadra à rua Augusto César, entre Benjamin Constant e Barreto Leme, que se edificavam em 1923 (aí incluída a de Rogério de Freitas), por exemplo, eram ditas “no Frontão”. “Frontão” torna-se um nome genérico para o setor a leste da cidade.

Crescimento dos subúrbios – 1922-1924			
subúrbio	1922	1924	incremento (1922=100)
Frontão	193	302	156,5
Guanabara	153	197	128,7
Ponte Preta	253	289	114
Bomfim	200	224	112
Villa Industrial	1003	1053	105
Taquaral	108	107	99
Roseira	-	26	n/a

Assim é que o Frontão era visto como o mais “futuroso” dos arrabaldes da cidade. A expressão já havia sido empregada por Rogério de Freitas quando, ainda em 1922, pleiteava isenção das taxas de águas para a nova sede do *Lawn-Tennis*.³⁹ A 20 de Março de 1924, o então prefeito, Miguel Penteado escrevia (em seu relatório referente a 1923):

“Há outros serviços não concluídos sobre os quaes sómente no Relatorio vindouro poderei referir-me em pormenores. / Entre taes serviços, figuram os estudos parciaes da Repartição de Obras, tendentes a formar o plano geral de expansão da cidade, tão necessario para evitar difficuldades topographicas futuras no serviço de águas e exgottos e viação. Dentre estes estudos um já está terminado e é o que diz respeito ao plano do prolongamento da rua Irmã Seraphina até o canal do Saneamento e de arruamento da enorme area comprehendida entre aquella rua e a rua Coronel Quirino, sita quasi no centro da cidade e até então formando um latifúndio sem construcções. Essa area comporta um numero elevado de predios que com dispêndio relativamente baixo poderão ser dotados do serviço de águas e exgottos, illuminação e calçamentos”.⁴⁰

No relatório referente aos serviços realizados em 1925 e no triênio administrativo que aí se findava, reitera-se a existência desse projeto:

“A Repartição elaborou o plano de arruamento para o bairro do Frontão, na parte limitada pelas ruas Barreto Leme, Cel. Quirino, Cel. Silva Telles, Major Sólón e Luzitana, abrangendo os latifúndios que, no coração da cidade, se oppunham ao prolongamento de vias já existentes. Tal projeto encaminhado ao legislativo, foi aprovado pela Lei 362, de 27/1[sic]/25”.⁴¹

Frise-se que se trata de projeto de arruamento precisamente daquela área a Leste onde Rogério de Freitas instalara o *Lawn Tennis* e onde construía sua residência, que jazia desocupada, entre dois setores do mesmo altiplano que já conheciam ocupação antiga (proximidades do antigo passeio público e do largo de Sta. Cruz).

³⁹ Requerimento do *Lawn Tennis*, pelo seu presidente, Rogério de Freitas, 07.10.1921. AC, cx. 36, pasta “offícios de Companhias”.

⁴⁰ RPM, 1923.

⁴¹ RRO, 1925. in RPM, 1925 (impresso), p. 64.

Não encontramos entretanto outros documentos a respeito desse plano mais geral de “arruamento do Frontão”, mas sim apenas do arruamento de uma área mais restrita, desde a Luzitana não até à Coronel Quirino mas até à Augusto César somente. A própria lei 362, que o engenheiro referia, promulgada a 27 de Outubro (e não Janeiro) de 1925, aprovava “o plano geral de arruamento (...) para os terrenos situados entre as ruas Barreto Leme, Augusto Cesar, Major Sólon e Luzitana”. Os “estudos definitivos” desse arruamento foram elaborados em fins de 1924. Trata-se de urbanizar o vale, prolongando-se a av. Irmã Seraphina (atual av. Anchieta) desde a Barreto Leme em diante e abrindo-se travessas, “costurando” o setor a Leste com a cidade.

De Setembro de 1924 tem-se o memorando do então engenheiro-chefe da Repartição de Obras, Perseu Leite de Barros, enviando a Miguel Penteado uma “lista dos diversos proprietários cujos terrenos serão atravessados por vias publicas no projecto de arruamento do bairro do Frontão (prolongamento da rua Irmã Seraphina e abertura de novas ruas transversaes)”. Em sua cota nesse memorando o Prefeito pedia que se comunicasse “cada um dos proprietários, convidando-os a examinarem a planta dos terrenos e arruamento, na Repartição de Obras, para verificarem a condição dos mesmos, afim de esclarecidos, assignarem o termo de doação dos terrenos para abertura das ruas projectadas”, o que é feito (conforme se verifica de notas no próprio memorando, e de exemplar da série dos comunicados enviados).⁴²

As residências de Rogério de Freitas e vizinhos (foto) haviam sido construídas, na quadra entre Benjamin Constant e Barreto Leme ainda em 1923. Apesar desse precedente, da ligeira dianteira do “Frontão”, em 1924, com relação aos demais subúrbios não-densos e do claro vaticínio de que se tratava de subúrbio “futuroso”, até o início de 1925 o restante do “trecho novo” da Augusto César, entre Barreto Leme e alameda Germania (Silva Telles) permanecia desocupado – salvo pelo edifício do Colégio Progresso. Em Março de 1925 os responsáveis pelas obras de duas primeiras residências (n^{os} 45 e 47) na extremidade norte da rua Augusto César solicitavam a ligação de águas. Para realizá-la, era necessário prolongar o cano de distribuição (um cano de duas polegadas), que até então, vindo dos lados do passeio público, não ultrapassava a altura da rua Barreto Leme. A planta do projeto dessa extensão deixa claro que naquele momento, para o lado do vale, não havia nenhuma travessa desde a dita Barreto Leme e até a alameda Germania.⁴³ (fig. 34) No outro flanco, a única travessa existente, ao lado do colégio progresso (rua Alferes Raymundo, atual Guilherme da Silva – trecho entre A. César e Cel. Quirino) havia sido aberta

⁴² Perseu L. Barros ao Prefeito, 04.09.1923 e documentos anexos. Arquivo Municipal.

⁴³ Na planta da primeira casa construída na margem oeste desse trecho – com as costas para a cidade – de frente para o Colégio Progresso, dita casa aparece numa esquina; essa esquina indica entretanto uma das ruas projetadas pela prefeitura, e não existia, ainda, concretamente. Protocolo n^o 17.509 (planta anexa), Dezembro de 1924. Arquivo Municipal.

Fig. 34. Planta do prolongamento do cano de distribuição de água na rua Augusto César (atual av. Júlio de Mesquita), 1925. Para o lado do vale, nenhuma travessa existe entre Benjamin Constant e Cel. Silva Telles. No flanco oposto, a única travessa (ainda sem nome) existente no mesmo trecho havia sido aberta em 1924.

em 1924.⁴⁴ Em meio da extensa gleba entre a Augusto César e o Tanquinho, “com entrada pelo nº 76 da Augusto César”, havia uma casa, servida de poço.⁴⁵

Em Fevereiro, Noemia Bueno Bierrembach (certamente uma herdeira de terras anteriormente pertencentes à fábrica dos Irmãos Bierrembach, que existira com frente para o largo de Santa Cruz), dava entrada em papéis para a aprovação da divisão de um terreno em lotes, nessa gleba, entre duas das ruas projetadas.⁴⁶

Em Abril de 1925, proprietários “dos terrenos entre as ruas Augusto Cezar e Lusitana”, em número de dez, davam entrada em requerimento em que, sem fazer referência ao projeto de arruamento da Prefeitura, pediam a

“(…) abertura dos prolongamentos das ruas 14 de Dezembro e Irmã Seraphina e rua Marechal Deodoro da rua Irmã Seraphina a rua Augusto Cezar e declaram que cedem a Camara gratuitamente os terrenos necessarios. / (...) / Em vista, de que, as ruas acima farão a aproximação dos bairros de Santa Cruz e Cambuhy com o centro urbano, esperam os signatarios merecer a solicitude de V. S, pelo que estão promptos a assignar os actos que V. S, entenda precisos para que se torne effectiva a cessão”.⁴⁷

Em cota ao Prefeito nesse mesmo requerimento, o engenheiro-chefe da Prefeitura (Perseu Leite de Barros) registra:

⁴⁴ “No Frontão foram reparadas as ruas Maria Monteiro, Bandeirantes, Olavo Bilac, Santa Cruz, Benjamin Constant, Barreto Leme, Barão de Ataliba. Havendo necessidade de terra para a regularização da rua Augusto César, esta Repartição aproveitou para abrir a rua Alferes Raymundo – entre A. César e Coronel Quirino”. RRO, 1924.

⁴⁵ Requerimento de José Fernandez, de 22.04.1925, protocolo nº 18.583, para construção de um poço, em substituição a outro, desmoronado. Arquivo Municipal. A casa fora construída naquele mesmo ano – protocolo nº 17.963 de 1925, Arquivo Municipal.

⁴⁶ Entre 14 de Dezembro e Joaquim Novaes. Protocolo nº 18.017. Arquivo Municipal.

⁴⁷ Requerimento datado de 31.03.1925, protocolo nº 18.454, de 13.04.1925. Arquivo Municipal.

“Em 26-11-924, esta Repartição organisou um projecto e orçamento, na importancia de 60:299\$790, para o serviço de abertura da Av. Irmã Seraphina até 14 de Dezembro, e desta até a Augusto Cezar. / Lembrava esta Repartição a possibilidade de executar o serviço dentro das verbas orçamentarias do corrente exercicio, caso os interessados contribuíssem com 30:000\$000. Desse modo a Prefeitura dispenderia 30:299\$790 com intuito de facilitar a comunicação do Frontão com o centro da cidade e tambem visando a continuação do Saneamento, com a canalização do correjo. (...) A valorização – que tudo faz prever certa – dará ampla margem aos interessados para a contribuição suggerida, pois, sendo de cerca de 40.000 m² a area total que aproveita o melhoramento, resultará uma quota que não attinge 1\$000 por m². Por outro lado os terrenos que presentemente valem 7\$000 p m² alcançarão com facilidade 20\$000 por m², de modo que, excluindo despesas, o lucro será muito compensador / (...)”.⁴⁸

Já a 30 do mesmo mês (Abril de 1925) a contribuição, de 30:000, era paga, metade em dinheiro e metade “caucionam 100 acções da Cia. Mogyana”. Pagas entretanto, não pelos dez signatários do requerimento acima parcialmente transcrito, mas apenas por quatro deles: Domingos Nolasco de Almeida, Adolpho Guimarães Barros, José Celestino de Oliveira Soares e Ralpho Pompeo de Camargo. Dos dois primeiros nada sabemos. O terceiro, um dos que contratara a Augusto Lefèvre o projeto de sua residência, como acima referido (cap. 3), é certo que tinha relações comerciais com o derradeiro, Ralpho Pompêo – em Dezembro de 1925 Ralpho dava entrada em requerimento para construção de “estaleiros para fabricação de material de cimento Walcar”, de sua propriedade e em terrenos de José Celestino;⁴⁹ era também assinado por ambos conjuntamente proposta para construção de casas operárias enviada à Câmara em 1926.⁵⁰ Ralpho Pompêo era como já visto um dos vizinhos de escritório de Rogério de Freitas e dos demais da quadra à praça Bento Quirino; assinava projetos complementares, do volume de garagem, nos fundos, para residências assinadas por Augusto Lefèvre – inclusive a residência de José Celestino. Armio Paes Cruz, irmão caçula de Acrísio e agora engenheiro-auxiliar da Repartição de Obras era também seu sócio, naquele mesmo local. Ralpho era ainda genro de Mário Sydow, um dos gerentes da Companhia de Luz local.⁵¹

Ainda uma vez, portanto, o processo de urbanização do novo setor (Frontão) nos remete a personagens daquele conjunto de jovens profissionais com escritórios à quadra da praça Bento Quirino entre Thomaz Alves e Benjamin Constant. (cap. 3)

A 2 de Maio, apenas dois dias passados do pagamento dos 30 contos, os mesmos signatários pediam o início das obras, recebendo despacho favorável.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Protocolo n° 20.883, de 15.12.1925. Arquivo Municipal.

⁵⁰ Sessão de 15.07.1926. AC, livro 172, f. 24. Possivelmente, projetos no sistema de pré-moldados em concreto “Walcar”, a que se refere o referido estaleiro. Para um projeto de casa pré-fabricada nesse sistema, apresentado por Ralpho Pompêo, veja-se o protocolo n° 22.296, de 1926. Arquivo Municipal.

⁵¹ Cf. registro do casamento, a 18.12.1920. Arquivo da Cúria, livro de registro de casamentos da paróquia de Santa Cruz, n° 15, fl. 24.

Em Junho, Perseu, julgando serem os baixos salários responsáveis pela falta de pessoal “nas turmas desta Repartição”, sugeria fossem esses aumentados. “A turma da conservação de ruas, bastante desfalcada, é insignificante para attender aos serviços ordinários e aos nossos trabalhos já autorizados, entre os quaes avulta o prolongamento da Av. Irmã Seraphina. Para atacar efficientemente este serviço são necessarios cerca de 30 homens, quando o pessoal total da Repartição não excede a 20 homens”.⁵²

Pouco depois, as obras teriam sido iniciadas, pois a mesma Repartição enviava memorandos para o reembolso dos fretes (de transporte de materiais) pela Companhia de bondes.⁵³ No início de 1926 havia sido completado o primeiro trecho do prolongamento da av. Irmã Seraphina, até à r. 14 de Dezembro, e executado o prolongamento da 14 de Dezembro e da Marechal Deodoro desde o vale até à Augusto César.⁵⁴ Os serviços de prolongamento da av. I. Seraphina, ou de “canalização do córrego do Tanquinho”, eram então referidos como “de summa necessidade, não só para remover-se do centro da cidade um foco pestilencial que consistia no deposito alli verificado de toda a sorte de imundícies como tambem para o retalhamento em condições hygienicas de uma enorme area de terrenos, situados naquelle excelente ponto da cidade (...)”.⁵⁵

Assim, ao início de 1926 o setor a Leste ia sendo “costurado” à cidade, com a urbanização do vale do Tanquinho e abertura de novas travessas (14 de Dezembro e Joaquim Novaes, como viria a ser denominado o trecho a leste do vale alinhado com a Marechal Deodoro a oeste), disponibilizando-se uma base de novos terrenos e ao mesmo tempo valorizando-se e facilitando-se a ocupação de todo o restante do “Frontão” – o núcleo, ou bairro, dos Cambuís, o loteamento dos “terrenos de Jaime Badia”, aquele de José de França, bem como, em menor grau, o loteamento da antiga “Chácara das Laranjeiras” (o exemplar em miniatura dos bairros-jardim de São Paulo), esse locado mais a sul do platô e já antes com uma ligação direta à cidade pela rua Conceição.

Se já em 1924 o “Frontão”, tendo sido um dos arrabaldes menos populosos, havia ultrapassado todos os demais, afora o de Vila Industrial, a “costura” que agora ia sendo efetuada somente poderia impulsionar ainda mais a ocupação do setor em causa. Infelizmente, nos volumes de estatística predial dos biênios posteriores ao de 1923-24 não mais encontramos resumos estatísticos da ocupação dos diferentes subúrbios ⁵⁶ donde colhemos os dados das tabelas anteriores e onde poderíamos ter com precisão o retrato da consecução do crescimento diferenciado desse arrabalde, certamente acelerando-se ainda mais. Resta

⁵² Memorando ao Prefeito, de 17.06.1925. Arquivo Municipal.

⁵³ Memorando ao Prefeito, Julho de 1925. Arquivo Municipal.

⁵⁴ RPM e RRO, 1925.

⁵⁵ RPM, 1925.

⁵⁶ Esse resumo estatístico nada mais é que a contagem dos prédios segundo categorias variadas, contagem que foi efetuada, como se percebe de anotações em rascunho que se encontram ao final dos diferentes volumes, mas sem que os resultados se encontrem como antes registrados ao final do derradeiro volume. Nem o encontramos nos relatórios ou outro local. Em princípio é possível recuperar esses resumos fazendo novamente a contagem dos dados dos volumes. À morosidade do procedimento soma-se a dificuldade de saber para muitos logradouros a partir de qual numeração os prédios seriam computados como pertencentes ao subúrbio, e em outros para qual subúrbio deveriam contar, e isso preferencialmente seguindo o mesmo padrão dos resumos anteriores, padrão cuja identificação dependeria também de recontagem.

afirmar que na compulsão dos requerimentos de reforma e construção a presença de requerimentos referentes a construções no Frontão/Cambuís torna-se bastante sensível, podendo-se ainda alinhar alguns testemunhos particulares da urbanização recente desse arrabalde, que passamos a elencar.

No início de 1927 o proprietário de uma lenhadora “no bairro do Frontão, arrabalde desta cidade, dentro de um quintal, á rua Vieira Bueno sem número” pedia revisão do lançamento de impostos. O Thesouro se colocava “em duvida quanto se deverá considerar arrabalde a situação do estabelecimento do sup^{te}, caso em que a collecta deveria soffrer redução”. Pela recente lei 379, o local pertencia ao 3º perimetro – que, se não era o 4º e último, correspondia igualmente a uma área de arrabaldes, ou seja, não-densa; o Prefeito entretanto preferindo considerar que “arrabalde, subúrbio ou arredor é a parte da cidade fora de seu perimetro”, mantinha o lançamento.⁵⁷

Em Novembro de 1927 moradores reiteravam pedido de colocação de postes de iluminação, julgados devidos no caso de “um bairro como o Cambuhy, que tanto se tem augmentado a does annos a esta parte”.⁵⁸ Esse requerimento já tinha aparentemente sido atendido⁵⁹ quando, em Dezembro do mesmo ano, moradores “da rua Ignacio Bueno, travessa da rua do Bahia no bairro dos Cambuhys” pediam a instalação de dois postes de luz no local, apontando ainda uma vez “o crescente desenvolvimento que se vem verificando no bairro a que aquella rua pertence”.⁶⁰

Em 1926, a Augusto César ganhava os postes do serviço de telefonia.⁶¹ Em 1927 era pavimentada a paralelepipedos, tendo sido dos primeiros logradouros (senão o primeiro) a ser pavimentado segundo as novas regras editadas ao final de 1926, que, procurando maximizar as possibilidades do orçamento face ao crescimento da cidade, facultava pedidos de pavimentação mediante a contribuição dos proprietários marginais.⁶² Em Setembro de 1927, por indicação direta do Prefeito (e juntamente com uma relação de nomes para novos logradouros que não dispunham ainda de denominação oficial), a parte nova da rua Augusto César, entre rua Benjamin Constant e alameda Germania, é rebatizado “Av. Júlio de Mesquita” (um dos “mosqueteiros” de Glicério, recentemente falecido).⁶³ Em Novembro, ponderando ser “a avenida

⁵⁷ Requerimento de João Mendonça, protocolo n° 25.205, de 09.02.1927. Arquivo Municipal. Segundo a cota do chefe do Thesouro, a lenhadora se encontrava “a rua Vieira Bueno s/n entre as ruas Olavo Bilac, Garibaldi e Santa Cruz”.

⁵⁸ Antônio Vinagre, morador à rua da Bica, 21, à Prefeitura, 16.11.1927, protocolo n° 27.892, reiterando “representação” de “princípios de Dezembro do anno passado”, encabeçado pelo mesmo, com “64 assignaturas”. Arquivo Municipal.

⁵⁹ Lê-se, à lápis, no bordo inferior do protocolo n° 27.892 a cota: “Ao Engº Ajudante, para dar o alinhamento dos postes a serem collocados / Perseu Leite Barros [s/d]”.

⁶⁰ Protocolo n° 28.041, requerimento de 02.12.1927. em anexo a memorando de Perseu L. Barros ao Prefeito, de 27.12.1927, com croquis anexos, sugerindo a localização de 22 lâmpadas, do total de 27 novas lâmpadas que se previa instalar em 1928. Arquivo Municipal.

⁶¹ Cia. Telefônica Brasileira à Prefeitura, requerimento para instalação dos postes, protocolo n° 22.204, de 14.05.1926. Arquivo Municipal.

⁶² RPM, 1927. Lei n° 394, de 16.11.1926.

⁶³ Edital de 12.09.1927. Para a indicação, officio da Prefeitura n° 382, de 19.07.1927, à Câmara. A indicação para o nome do trecho novo da Augusto César é a primeira de uma série de 30 indicações de nomes para logradouros, nesse mesmo documento. AC, cx.76, pasta “indicações – 1927”.

Julio de Mesquita uma de nossas melhores ruas residenciais, com bons predios em toda a sua extensão”, Perseu sugeria o aumento da iluminação no local.⁶⁴

Fig. 35. Exemplos de casas de padrão popular isoladas no lote que iam povoando o arrabalde do Frontão, mais acentuadamente desde inícios de 1927, tornando-o o primeiro dos arrabaldes a ser extensamente ocupado.

Já em fins de 1924 fora apresentado projeto de lei que, atentando “a que o desenvolvimento da cidade vem tomando grande impulso”, à “necessidade de se tornar mais homogêneo esse desenvolvimento” e “a que os predios locados no alinhamento da rua prejudicam grandemente a esthetica das ruas, avenidas, e praças com habitações modernas”, propunha o recuo obrigatório de 4 metros para os mesmos cinco logradouros que Leopoldo Amaral listava, pouco depois e como já visto (cap. 3), como

⁶⁴ Perseu Leite de Barros ao Prefeito, protocolo n° 27.892, de 11.11.1927. Arquivo Municipal.

exemplos de “bellas avenidas” da cidade: Andrade Neves, Barão de Itapura, Augusto César, José Paulino e Culto à Ciência. Esse projeto fica em suspenso durante largo tempo, “afim de serem estudados [os papéis respectivos] conjuntamente com o novo código de construções, que está em estudos”. Como, ainda desta vez, o novo código de construções não se realiza, os papéis são novamente desentranhados, e a lei, nº 401, fixando o recuo de 4 metros para aqueles 5 logradouros, aprovada no início de 1927.⁶⁵

Essa lei apresenta interesse não tanto pelos recuos que determina – na maioria, já especificados em leis anteriores, como temos visto –, mas por tratar a questão em grau de sistematicidade ainda inédito. Ao mesmo tempo em que fixava e uniformizava o recuo obrigatório em cinco logradouros, proibía o recuo nas ruas da zona central. E tal como fixara os recuos naqueles cinco logradouros em parte numa re-edição conjunta de leis anteriores, retomava também o mote das leis que haviam procurado incentivar a construção de sobrados em certas ruas da área central – já agora, obrigando taxativamente a que quaisquer novos prédios em dadas ruas centrais fossem construídos com pelo menos dois pavimentos. Tem-se numa única lei, conjuntamente, a fixação de recuos para determinadas ruas, a proibição dos recuos na área central e a obrigatoriedade de construções verticalizadas em dadas ruas da mesma área central – ou seja, projetando-se já claramente uma zona central com natureza específica e diferenciada – verticalizada e sem recuos – em relação à envoltória dessa zona, com prédios eventualmente recuados e horizontais (ou, pelo menos, não obrigatoriamente verticais).

Em Março de 1928 era apresentado projeto de lei subordinando “às determinações dos arts. 2º, 4º e ao paragrapho da lei nº 401 (...) todas as edificações compreendidas no perimetro abrangido pelas seguintes ruas: General Osório partindo do Largo Carlos Gomes até rua Maria Monteiro, essa rua até Silva Telles por esta até o Largo de Santa Cruz, rua Major Sólon desde o Largo de Santa Cruz até o prolongamento do Canal do Saneamento [av. Irmã Seraphina, atual av. Anchieta] e por este até o Largo Carlos Gomes”.⁶⁶

Em outras palavras, tratava-se de impor “recuo obrigatório para as construções que, d’ora avante, se fizerem no bairro do Frontão”.⁶⁷ Note-se que o perímetro abrangido, entre Irmã Serafina (atual Anchieta) até a rua Maria Monteiro (a primeira paralela à Cel. Quirino, e para além, ou a leste, dessa), e entre a rua General Osório, a sul, e a rua Cel. Silva Telles e Largo de Santa Cruz, a norte, corresponde ainda uma vez à área a leste que até há pouco jazera desocupada, objeto do recente projeto de arruamento e “costura” com a área central. Quando promulgado em lei, nº 428, em Julho do mesmo ano, o perímetro proposto sofrera algumas alterações, excluindo-se algumas ruas dentro do perímetro especificado, incluindo-se algumas outras, avulsas, da parte central (Sacramento, trechos da José Paulino e Francisco

⁶⁵ Papéis da lei 401. AC, cx. 130.

⁶⁶ Papéis da lei 428. AC, cx. 131.

⁶⁷ Ata da sessão de 14.03.1928. AC, livro 173, fl. 88.

Fig. 36. Mancha da área em que pela lei 428 tornava-se obrigatório o recuo frontal de 4 metros.

Glicério) e, notadamente, incorporando extensa área a norte da Silva Telles, englobando aí os núcleos do Frontão e Cambuís. (fig. 36)

Além da “distancia minima de 4 metros, reservada para jardim ou arborização conveniente”, o texto da lei ditava também que as ruas em questão seriam “consideradas exclusivamente residenciais”.⁶⁸

Assim, em 1928, na esteira de uma ocupação que ia sendo feita predominantemente já segundo o novo padrão (casas isoladas), e que era não apenas crescente mas que se acelerava e ganhava destaque recentemente, o “Frontão” (sentido lato) era o primeiro subúrbio, e a primeira circunscrição em superfície – e já não aquela, linear, de um logradouro apenas – a receber como norma a determinação obrigatória do recuo, bem como a primeira circunscrição em superfície, salvo o caso de loteamentos particulares, a ser dada como obrigatoriamente residencial.

⁶⁸ Lei 428, de 11.07.1928.

5. A TRANSIÇÃO DEFINITIVA PARA OS NOVOS PADRÕES.

5.1. Orosimbo e a cidade.

Em 1928, quando a lei 428 determinava e reconhecia que nas ruas de uma extensa região a leste da cidade a ocupação seria exclusivamente residencial e o recuo frontal de 4 metros obrigatório, o Prefeito era Orosimbo Maia.

Assumindo a Prefeitura, a 15 de Janeiro de 1926 – duas semanas depois da inauguração oficial da nova sede do Clube Campineiro, obra com que marcava sua gestão à frente da diretoria daquela agremiação, e no preciso momento em que tinha início a ocupação extensiva dos arrabaldes ¹–, reeleito Prefeito para o triênio 1929-31, é Orosimbo quem está, ativamente, à frente da administração municipal quando das definitivas inflexões rumo à nova ordem (– novo aspecto do aglomerado urbano, “maquinismos”, centralização política). A cidade que resulta, afinal, ao cabo do processo de crise cujo desenrolar o presente trabalho tem procurado acompanhar, tem a marca de Orosimbo.

A preeminência da atuação de Orosimbo no processo de síntese de uma nova cidade, e até mesmo uma identidade de Orosimbo com a cidade cujo processo de constituição se completa em seu período de administração, é amplamente reconhecida na crônica a seu respeito. Ainda em 1930, “Em tudo nas transformações por que vem passando a nossa urbs (...), clara e positiva se nos depara (...) a actividade do Prefeito”.² Em 1939, quando do falecimento de Orosimbo, publicava-se em nota que “Se Campinas é hoje uma cidade-modelo (...), se se transformou (...) num dos mais atrativos centros de turismo da terra paulista; se dispõe de um serviço irreprehevel de higiene (...); se, enfim, readquiriu os foros de «Princesa d’Oeste», – deve, em mor parte, a Orosimbo Maia o renome que desfruta e o grau de adiantamento que atingiu”; “foi ele o grande idealizador, o grande animador, o grande realizador da obra de urbanização moderna do seu torrão natal”.³ Passados dez anos, em 1949, quando se aprovava a fatura de uma herma em homenagem ao antigo Prefeito, “falar de Orosimbo Maia é falar de Campinas nesta primeira metade do século”.⁴ E, ainda em 1961, em alocução pronunciada quando do centenário de

¹ Cap. 4.

² *Álbum de propaganda, 1930.*

³ Alcebiades Delamare, Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 25.05.1939. apud. Camilo Geraldo de Souza Coelho, “Orosimbo Maia, homem público”. In Campinas, Prefeitura, *Orosimbo Maia: o homem: o administrador: duas conferências*. Campinas: Prefeitura, 1963, p.26.

⁴ Franciso Ribeiro Sampaio “no voto que proferiu no projeto (...) de se erguer uma herma a Orosimbo Maia”, apud. Camilo G. S. Coelho, op. cit., p.22. O projeto de ereção da herma se consubstanciou na lei 223, de 17.12.1949 – o fato de a numeração das leis municipais ter recommçado quando da redemocratização de 1945 explica que essa lei, em 1949, tenha o mesmo número daquela de 1917 por nós tratada no cap. 1.

nascimento de Orosimbo, o orador, lembrando figuras responsáveis pelo arrasamento de cidades em episódios históricos coloca, em contraposição: “Tu, Orosimbo, construístes uma”.⁵

Esses testemunhos, não obstante o caráter laudatório e retórico, expressam também uma verdade. Orosimbo identifica-se de fato com a “urbanização moderna” da cidade. “nesta primeira metade do século (...) sem a sua figura (...) a fotografia de Campinas (...) se nos assemelha deserta, morta ou vazia”.⁶

Também de Heitor Penteado pode-se dizer que construíra uma cidade – dos jardins, dos elétricos, de um ascetismo que não era ainda repressor, mas antes aparecia como idílio, como parnaso. Entretanto, e apesar das permanências e reminiscências daquele momento, pode-se afirmar que aquela cidade corresponde a um momento comparativamente fugaz ao longo de um processo de crise – a cidade de Heitor Penteado passa, a de Orosimbo fica.

Com efeito, por um lado, quando o vereador Belfort de Mattos defendia em 1929 a “necessidade de se elaborar um plano, de acordo com os preceitos do urbanismo, para a remodelação de Campinas”, condenava as grades pintadas de pó prateado e os “postes artísticos” existentes; pouco depois, apresentava fotos de “jardins modernos”, em contraposição aos “jardins caipiras de Campinas”.⁷ Assim, menos de duas décadas depois das reformas de Heitor Penteado, elas⁸ eram dadas, frente ao “moderno urbanismo”, como anacrônicas, “caipiras”. Por outro lado e inversamente, em 1961, quando do discurso referido dois parágrafos acima, a enumeração de diversas realizações do segundo período de administração de Orosimbo (o primeiro fora em 1908-10) davam conta do que eram ainda então, em grande medida, estruturas fundamentais da cidade.⁹

Se a empresa de águas fora encampada pela Prefeitura em fins de 1923, é sob Orosimbo, em 1927, que esse novo serviço municipal será regulamentado, tornando-se obrigatórios estruturas que se tornam comuns e características da cidade, como os hidrômetros e as caixas d’água.¹⁰ Foi também em fins dos anos 20 que a cidade ganha o sistema de telefonia automático (em que se podia discar diretamente o número desejado, sem intermédio de telefonista, nas chamadas locais), com participação decisiva de Orosimbo, como ainda veremos.

A lei 394, de Novembro de 1926, estabelecendo a contribuição dos proprietários marginais para o calçamento, que sofrera oposição isolada de Pedro Anderson, era entretanto bem aceita – demonstração de

⁵ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 7.

⁶ Franciso Ribeiro Sampaio, apud. Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 22.

⁷ Sessões de 29.05 e 21.08 de 1929. AC, livro 174, f. 83v-84v, 109v-110v. Nas atas da sessão de 05.06, somos informados que o discurso do vereador a 29.05 foi “publicado em jornal local”.

⁸ No RRO, 1919, o engenheiro municipal refere, sobre ajardinamento então executado (fig. 11, cap. 2), os “artísticos postes de ferro fundido, pintados de alluminum segundo o vosso desejo” – ou seja, a cor prata para a pintura dos “postes artísticos” era da escolha pessoal de Heitor Penteado.

⁹ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 7-15.

¹⁰ Lei 400, de 26.02.1927. Os hidrômetros eram solução apontada como inescapável desde muito; as caixas d’água, pelo contrário, haviam sido apontadas pelo então engenheiro municipal, em 192_, como um recurso condenável, por prejudicar a pureza e o frescor da água fornecida.

que vinha atender a uma demanda efetiva e sequiosa. Com a lei 394 foram pavimentados entre 1927 a 1930 uma metragem superior ao total dos anos de 1914 até 1925.¹¹

Entre 1925 e 1928 o total de veículos automotores registrados na Prefeitura passa de 829 para 1699, igualando virtualmente o das carroças (1700 nesse último ano). Foi ao longo da segunda metade dos anos 20 que os automóveis passam a predominar também entre os veículos de passeio particulares – entre 1926 e 1927 o número de táxis permanece significativamente estacionado. Se em 1924 os condutores de troles de aluguel acusavam que “os autos tomaram conta”¹², em fins de 1927 eram já os *chauffeurs* de autos de aluguel (táxis) que, reclamando das taxas a que estavam sujeitos, podiam acusar que o movimento “vem diminuindo constantemente, devido ao numero cada vez maior de automoveis particulares e das condições gerais de vida”.¹³

Quanto à frota da Prefeitura, sua mecanização é ligeiramente tardia.¹⁴ Em 1916, eram apenas dois os veículos auto-motores da Prefeitura, adquiridos três anos antes.¹⁵ Em 1922 somava-se à frota três novos veículos automotores: um “auto-torpedo”, um “auto-caminhão” para a Repartição de Obras¹⁶ e um auto-ambulância, este último cedido pelo governo do estado para o serviço da assistência pública municipal, recentemente organizado pela Câmara de 1920-22. Ao longo de todo o triênio Miguel Penteado (1923-25) este quadro pouco se altera – ainda em 1923, autorizava-se a fatura de um novo auto-ambulância¹⁷, e mais tarde a Repartição de Obras ganha um novo caminhão¹⁸. Enquanto isso, somente no serviço de limpeza pública, as carroças dependiam de mais de 100 bestas¹⁹ – uma das quais, ainda em 1927, amassava, com um coice, um dos autos da Prefeitura, na garagem em que dividiam o mesmo espaço.²⁰

É com Orosimbo que a mecanização dos serviços públicos a cargo da Prefeitura se processa. Ainda em 1926 os antigos bondes a burro que, eliminados dos transportes públicos, constituíam ainda o sistema empregado no transporte das carnes do matadouro, eram substituídos por quatro auto-caminhões. Em 1927 os dois velhos auto-caminhões da Repartição de Obras eram trocados por quatro outros, novos, e os carros

¹¹ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 8.

¹² Cap. 3.

¹³ Requerimento de 07.12.1927. AC, cx. 83, “pasta requerimentos não atendidos”, 1928.

¹⁴ Na sessão de 23.01.1929, Belfort de Mattos requeria à Prefeitura informar o no de autos que possui, as datas de aquisição, marcas e fins a que se destinam (AC, livro 174, f. 8v). Procuramos por esse documento em todas as caixas que, segundo as datas-limite do conteúdo, poderia se encontrar, sem sucesso. Esse documento poderia confirmar, e em alguns pontos precisar, as informações que seguem, colhidas em fontes diversas.

¹⁵ “uma pequena maquina Ford, empregada com excelente êxito no serviço de fiscalização de estradas, e uma limousine Renault, de luxo, para o serviço urbano”. RPM, 1913. Inventário dos bens da Prefeitura, 1916. AC, cx. 95. O inventário avalia o Ford em 3:950, e a limousine em 15 contos. Em 1920 o Ford é vendido por 1:750, e trocado por outro, da mesma marca. Cf. ofício da Prefeitura, in atas da sessão de 02.10.1920. AC, livro 168, f. 17.

¹⁶ Sessões de 15 e 22.10 e 03.12.1921. AC, livro 168, f. 98, 100, 102v, 116. Resolução 650, de 19.12.1921.

¹⁷ Sessão de 24.03.1923. AC, livro 170, f. 18v-19.

¹⁸ RPM, 1925 (referente a todo o triênio).

¹⁹ Em março de 1924, o Prefeito recomendava a troca das carroças por “caminhões” – a tração animal. RPM, 1923 (datado de 20.03.1924).

²⁰ Relatório pelo chefe do corpo de bombeiros (responsável pela guarda dos veículos) ao Prefeito, 18.02.1927, protocolo nº 3712, Arquivo Municipal.

a tração animal do corpo de bombeiros substituídos por outros de tração mecânica.²¹ Em 1929 a tropa de 115 muares, 30 carroções e mais carrocinhas e carrinhos de mão²² da limpeza pública era substituída por oito auto-caminhões.²³ Nesse ano a garage era transferida para um barracão no Frontão, adquirido em 1928.²⁴

Para o serviço de conservação de ruas e estradas, havia sido aprovada ainda em fins do triênio Miguel Penteado a compra de um “nivelador Fordson” e um “auto-irrigador”,²⁵ cuja efetiva aquisição não temos confirmada. Em fins de 1927 – acompanhando o crescente das pavimentações, sob o regime da lei 394 – era adquirido um rolo-compressor com tração mecânica.²⁶ Em 1929, dois “possantes carros «internacional» com o necessario receptaculo, para os trabalhos de irrigação”.²⁷

Orosimbo multiplica também os automóveis de representação da Prefeitura: já em 1926, quando os quatro caminhões para o transporte de carnes verdes haviam custado 33:200, há outros 32:500 empregados em “compra e troca de autos” que dirão respeito necessariamente a autos de passeio, para os serviços de representação. Em 1929, eram quatro os automóveis à disposição de Orosimbo para o transporte de autoridades e representação da Prefeitura.²⁸

Mas a identificação de Orosimbo com a “urbanização moderna” da cidade não diz respeito apenas a transformações dos serviços públicos e “melhoramentos urbanos” havidos sob sua administração, com sua participação mais ou menos direta. Existe uma identidade mais ampla, uma afinidade de espírito que não tem por base mas pelo contrário dá bases, ou motiva, as realizações materiais que realiza enquanto Prefeito.

Se Orosimbo fora responsável pela conversão dos veículos dos serviços públicos para os de tração mecânica, fora, muitos anos antes, o proprietário do primeiro automóvel da cidade, “De fabricação francesa. Marca «Darraqué»”. Somente aos abastados era dado então possuir um automóvel; entretanto, Orosimbo não era nem a única nem uma das primeiras fortunas da cidade. Por que teria sido o primeiro a

²¹ RRO, 1927.

²² Cf. RRO, 1927.

²³ Serviço inaugurado a 01.12.1929. RPM, 1929.

²⁴ RPM, 1928. RRO, 1929.

²⁵ Resolução 809, de 26.12.1925.

²⁶ RRO, 1927. O caso tem interesse especial por se tratar da mecanização não só do transporte, mas do serviço em si mesmo, e de uma espécie que diz respeito à construção civil como um todo. Dado o que, reproduzimos, do mesmo relatório, as especificações seguintes: “Os calçamentos serão executados geralmente com paralelepípedos de 3^a, (obedecendo rigorosamente às prescrições contractuales) sob lastro de areia lavada. A caixa será cylindrada com um compressor de 12 toneladas, tendo para isso a Prefeitura – após cuidadoso confronto dos diferentes typos de compressores conhecidos – optado pelo de marca Henschel e Sohn, representada pela conceituada casa Theodore Wille & Cia. O compressor é accionado por motor Deutz de 28 H.P., queimando oleo crú. A machina deverá ser entregue definitivamente à prefeitura dentro de poucos dias, após demoradas experiencias para comprovar a boa qualidade do motor e do material. A aquisição importou 805£ Cif Santos, devendo o compressor ficar posto em funcionamento em 36:000\$000 approximadamente. O compressor será utilizado tambem para serviços de apedregulhamento de estradas municipaes, a começar no proximo anno pelas estradas da cidade”. RRO, 1927 (impresso), p. 32-3.

²⁷ RPM, 1929.

²⁸ Cf. Belfort de Mattos e “segundo o próprio Prefeito”. *Gazeta*, Campinas, 03.05.1929.

Grupo de Guardas Civis

Type dos Carros da Assistencia Policial

Type dos Carros da Assistencia Municipal

Type dos Carros de irrigação da Limpeza Publica

Type dos carros de transporte de carnes verdes

Caminhões de transporte de lixo

Fig. 37. Contingente da guarda civil do Estado de que Campinas agora dispunha e novos veículos – agora motorizados – dos serviços públicos. Realizações da gestão Orosimbo registradas no *Álbum de propaganda* da cidade, editado ainda durante essa gestão, em 1930.

adquirir um auto? – “(...) o terceiro de todo o Brasil. Um sucesso, que foi olhado com desconfiança e resmungo pelos velhos... e com entusiasmo e tropelias pelos novos”.²⁹ Trata-se necessariamente de um sinal de afinidades pessoais e eletivas com elementos – encarados com desconfiança pelos velhos, com entusiasmo pelos novos – particularmente característicos dos padrões a que, depois, a cidade como um todo se convertia.

²⁹ Octavia Maia de Freitas Guimarães, op. cit., p. 39.

No mesmo sentido, pode-se apontar o fato de que fôra no primeiro ano de sua primeira administração (1908-1910) que se editara a lei 129, concedendo favores a “fabricas ou estabelecimentos industriaes” que empregassem “capital superior a 150 contos e mais de 50 operarios effectivos”.³⁰ Como vimos ao longo dos anos 10 nem quaisquer novas indústrias de monta se instalam em Campinas, nem a “moderna indústria, com seu capital, seus operários” se constituem ainda, nem do modo mais leve, marginal ou sub-reptício que fosse, parte das preocupações e dos princípios que guiam a administração em curso (de Heitor Penteado). Impondo-se a seguir como alternativa necessária frente ao esgotamento de recursos, desponta em 1921 como componente do ressurgimento geral que a cidade desde então experimenta e como sustentáculo e modelo para o novo caráter ao qual a cidade vai se convertendo. O patrocínio da lei 129 coloca-se portanto como sinal especificamente relevante, porque visando por assim dizer *avant la lettre* o que tomando lugar efetivo somente depois de longo interregno dá-se também como sustentáculo e modelo dos novos padrões.

Coaduna-se com essas afinidades eletivas e no sentido de indicar uma constante sintonia entre Orosimbo e o avanço dos novos padrões o fato de que sua figura tenha se mostrado presente ao longo deste trabalho em cada uma das cenas em que evoluía-se, gradativamente, para a nova cidade. Ao tempo da administração Heitor Penteado, era Orosimbo quem, desmembrando ampla gleba, à rua Culto à Ciência, promove a conversão do antigo caminho numa rua particularmente característica do período; é naquela gleba que José Augusto construirá a residência que esteve na base da edição da primeira lei a contemplar a existência da casa isolada no lote, aliás em propriedade que divisa com parcela da gleba original que Orosimbo conserva para si; como membro do conselho da Associação do Instituto Profissional, Orosimbo vincula-se ainda ao processo de construção do edificio de dito instituto naquele mesmo local, o que por sua vez imbrica-se, novamente, com o processo de conversão do antigo caminho numa rua – ocupada, alargada, pavimentada –, como dito particularmente característica daquele período. Em meados da década, quando da constituição de uma primeira quadra em que o novo padrão (casa isolada) verifica-se como norma e como conjunto, encontramos Orosimbo, em seu escritório, em meio a um conjunto de jovens que e ativos profissionais e camaristas que em frentes diversas se colocam como paladinos e promotores dos novos padrões, e dividindo seu escritório com precisamente aquele dentre esses jovens profissionais que, entre outros aspectos, está à frente da ocupação daquela primeira quadra a ser dada integralmente segundo o novo padrão (casa isolada). (caps. 2 e 4)

A própria história da gestação dos novos padrões, desde a segunda década do século, é também a história da gradual retomada do campo político por Orosimbo, desde os conflitos com a Câmara quando de sua primeira gestão, a que já referimos. As administrações de Raphael duarte (1920-22) e Miguel Penteado (1923-25) que ocupam o período entre a década de Heitor Penteado (1911-1920) e o segundo e

³⁰ Lei 129, de 24 de Outubro de 1908.

terceiro mandatos de Orosimbo (1926-30) não são apenas um espaço intermédio, mas já uma transição gradual desde o caráter da primeira até ao da segunda.

Com a renúncia de Heitor Penteado em abril de 1920, convidado para a Secretaria da Agricultura do Estado, Raphael Duarte, que fora seu vice desde 1917, assume a Prefeitura declarando que sua orientação no cargo seria “baseada nos ensinamentos e exemplos do meu preclaro antecessor”.³¹ A pretensa continuidade encontra entretanto uma realidade em que os padrões do período anterior, cujos limites já se haviam evidenciado desde 1917, não se sustêm, e em que novos padrões vêm à tona – sem entretanto atingir desde logo posição hegemônica, perfazendo um período particularmente conturbado, inclusive na própria Câmara, como tudo já visto (cap. 2). Pessoalmente, Rafael Duarte de certo modo passa à margem do novo que se anunciava: beletista, amante das “musas”, permanece antes vinculado à *belle-époque*, ao parnaso, que se esvaía. Como Prefeito, o único projeto que encabeça e pelo qual se empenha politicamente é o da construção de um novo Teatro Municipal – projeto que Paulo Pupo, um dos jovens com escritório à praça Bento Quirino,³² lembrando ainda uma vez que “nas indústrias está o nosso futuro”, e embora admitindo que a “terra de Carlos Gomes” precisa de um “theatro condigno”, considera, à vista da “quadra calamitosa que atravessamos”, obra supérflua.³³

Se as condições gerais eram de indefinições, com um “novo” já anunciado mas ainda não assente, Prefeito, pouco imbuído do “novo” que se anunciava, esquivava-se de “uma atitude decisiva”. Numa questão que se arrastava havia já mais de dez anos, a Câmara fechava finalmente o cerco em torno da Companhia de Águas e Esgotos, no sentido de obrigá-la a um aumento do abastecimento. No ápice do processo, depois de “reuniões sucessivas noturnas”, um termo de compromisso fora assinado “às 2 AM de 1º de Janeiro de 1922”.³⁴ “A questão das águas foi solvida, é certo. Mas o Prefeito foi para isso impellido a poder de moções, e terminou hesitando, recuando, fugindo á responsabilidade a assumir uma atitude decisiva, não obstante haver sua assinatura em todos os documentos relativos ao assumpto”.³⁵ O que – bem diferente da condição de que gozara Heitor Penteado – fragilizava sua posição no cargo, chegando a sofrer, como já referido (cap. 2), pedido de que fosse declarada vaga sua cadeira.³⁶

Assim, se Rafael Duarte se colocara expressamente como continuador de Heitor Penteado, já pelas condições gerais que se inauguram, já pelo aspecto pessoal do Prefeito, tal continuidade, na medida em que existe, é também um esfalfamento.

³¹ RPM, 1920.

³² Cap. 3.

³³ Sessão de 23.07.1921. AC, livro 168, f.72v.

³⁴ RPM, 1921.

³⁵ Álvaro Ribeiro, em sessão de 03.04.1922. AC, livro 169, p. 40. A observação tinha fundamento, e não era isolada: a 25.02 e novamente a 04.03.1922 Rafael Duarte se adiantava em apoiar pedido de adiamento do assunto requisitado por Miguel Penteado; nas sessões de 25.03 e 01.04, e sobretudo na de 03.04.1922, as críticas à atitude do Prefeito, que “foge aos debates”, são generalizadas. AC, livro 168, f. 148, livro 169, p. 2, 16-28, 32-36, 39-43.

³⁶ Sessão de 03.04.1922. AC, livro 169, p. 42.

Se Rafael Duarte era continuidade de Heitor Penteado, entretanto já sem a mesma força – uma continuidade minguante –, Miguel Penteado é inversamente o crescente que deságua em Orosimbo.

Já se viu como a legislatura de Miguel Penteado (1923-25) corresponde a uma ruptura com relação à efervescência do triênio anterior, sendo de modo excepcional substituída virtualmente toda a Câmara e instaurando-se, em contraposição à “independência administrativa” e aos contínuos debates havidos durante a Câmara anterior, uma “unidade de vistas” que o Prefeito fazia questão de sublinhar e elogiar no relatório de seu primeiro ano de gestão.³⁷ Não estamos seguros de que a indicação de um edil, em meados de 1924, no sentido de que ao invés de caber a uma comissão de vereadores a importante questão da revisão do contrato da empresa de eletricidade fosse delegada diretamente ao Prefeito tenha se efetivado³⁸, mas em qualquer caso essa abdicação por parte da Câmara das suas prerrogativas em prol de uma maior “liberdade” ao Prefeito, abdicando-se de debates e deliberações e depositando as decisões em mãos do chefe do executivo, já aqui anunciada, torna-se fato definitivo na gestão seguinte, de Orosimbo (como ainda veremos).

Há também já uma influência direta de Orosimbo na administração Miguel Penteado: fato de que até então não temos registro, são recorrentes em 1923 e 1924 ofícios do Diretório do PRP ao Prefeito indicando os nomes a serem designados para cargos diversos – ofícios esses que vinham assinados por Orosimbo.³⁹

Tal “unidade de vistas” se mantém no triênio seguinte (1926-28), bem como no de 1929-1931, apesar da novidade que aqui passa a existir da presença de vereadores de um partido de oposição. É verdade que com a presença dos vereadores do Partido Democrático – que eram 3, do total de 12 – a Câmara volta a conhecer contraposições acaloradas, em nível até maior que aquelas que se sucediam na Câmara de 1920-22,⁴⁰ entretanto, se na Câmara de 1920-22 não é possível identificar grupos fixos, havendo uma contínua recomposição frente a cada nova questão tratada, agora, pelo contrário, são sempre os mesmos grupos (a maioria, do PRP, e a minoria, do PD) que se colocam em uma contraposição já fixada de antemão e independente do teor dos projetos em pauta.⁴¹

³⁷ Cap. 3.

³⁸ Indicação de Antão de Paula Souza, na sessão de 05.09.1924. AC, livro 170, f. 145v.

³⁹ Dois requerimentos em Maio (Março?) de 1923, um de 21.02.1924 e outros três de Março de 1924. Num desses últimos, entre outras indicações, tinha-se o nome de Miguel de Barros Penteado Jr. para o cargo de fiscal do expurgo de caroços de algodão no bairro de Rebouças, nome que o Prefeito teve por bem substituir, (o nome do seu filho encontra-se riscado, à lápis, e outro nome colocado ao lado, com a caligrafia do Prefeito). Todos os requerimentos têm a caligrafia de Orosimbo e são por ele assinados; no primeiro, identifica-se como “director-secretario” daquele órgão. Arquivo Municipal. Não foi possível verificar a composição do diretório municipal do PRP nos anos em causa, não estando descartado que Orosimbo tenha tido influência já na escolha de Miguel Penteado para Prefeito, quando da substituição da Câmara 1920-22.

⁴⁰ O persistente antagonismo entre Ernesto Kuhlman, do PRP, e Belfort Mattos, do PD, cumula na sessão de 18.09.1929, quando o segundo atira um tinteiro sobre o primeiro, que responde atirando uma cadeira. “Scena desagradável” “que ameaçou ruir as tradições de cultura desta terra”. AC, livro 174, f. 124, 125v, 126.

⁴¹ Na questão do plano de urbanismo para a cidade, que emerge com muita força na pauta em 1929, tem-se a permanência desse antagonismo mesmo quando, no caso, ambas as partes estão acordes quanto à necessidade e oportunidade da fatura do plano. Cf. Atas e relatórios do período. Antônio da Costa Santos, *Campinas, das origens*

A cidade que resulta ao cabo do processo de crise cujo desenrolar o presente trabalho tem procurado acompanhar tem a marca de Orosimbo – o fato de que estivesse à frente da Prefeitura no momento da conversão definitiva aos novos padrões não é casual, nem se trata apenas de que sua administração, na segunda metade dos anos vinte, compreende essa transição definitiva; sua presença, ativa, nesse momento, tem por base uma identidade mais ampla, que a presença, relativamente marginal, de Orosimbo, nos momentos anteriores em que esses novos padrões avançavam, e a reaproximação gradual do cargo de Prefeito, que, preliminarmente, apontamos, sugerem.

O projeto que dava origem à primeira lei municipal a contemplar o caso de residências isoladas no lote, com um híbrido de villa e casa de razão econômica, tinha a marca dos desejos de seu proprietário, José Augusto.⁴² A primeira quadra, seis anos depois, a se constituir integralmente segundo os novos padrões identificava-se, em certa medida, com aquele que primeiro ali edificara, que se vinculava ainda por outros meios, à ocupação do novo setor, à repartição daquela gleba e à requisição, atendida, da obrigatoriedade dos novos padrões naquele logradouro.⁴³ Orosimbo cumpre, para o todo, o papel que José Augusto, para a unidade, e Rogério de Freitas, para a quadra.

5.2. O esfalçar-se da comunidade política – em Orosimbo, na cidade.

Em alocução quando do centenário de nascimento de Orosimbo, uma de suas filhas lembra que “desde menina” via nele “duas personalidades, bem diversas”: “O pai sentimental generoso, compassivo, carinhoso, terno, quase infantil (...) / Um coração de cera (...)”, e “O pai enérgico, severo, intransigente, exigente... Um coração de aço, inflexível (...)”. Esses dois aspectos, de um lado, Orosimbo caritativo – ligado a asilos, orfanatos, hospitais, transigindo favores em situações de apelo emocional comumente vinculadas a situações de pobreza – e de outro seu aspecto autoritário são recorrentes ao se invocar a memória de Orosimbo.

O aspecto autoritário é universalmente reconhecido, inclusive por amigos, aliados e correligionários. Na recordação de sua filha, na mesma alocução acima referida, “Para ele o dever estava acima de tudo!... Tinha horror à insubmissão. / Era organizado e organizador”.⁴⁴ Na mesma ocasião – comemorava-se o centenário de nascimento de Orosimbo –, Camilo Geraldo de Souza Coelho, na sua oração laudatória, falava também do “agudíssimo senso do dever” de Orosimbo: “áspero algumas vezes, autoritário quase sempre”.⁴⁵ Em 1929, Mário Siqueira, amigo de Orosimbo e testemunha por ele arrolada em processo que

ao futuro. Campinas: Unicamp, p. 239-242 historia a questão, com transcrição de partes relevantes das atas e relatórios a respeito (deve-se ter em conta que o vereador Belfort de Mattos pertencia à minoria).

⁴² Cap. 1.

⁴³ Cap. 3.

⁴⁴ Octavia Maia, op. cit., p.31.

⁴⁵ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 16.

move contra Álvaro Ribeiro ⁴⁶ diz: “é um homem educado, podendo entretanto ser um pouco violento ou exaltado”.⁴⁷ Júlio de Arruda, ex-vereador perrepista, na mesma ocasião, afirma “é homem autoritário”, e “attribue o autoritarismo (...) á vontade férrea que tem de realizar esses empreendimentos em benefício da collectividade”.⁴⁸

As referências à “generosidade” de Orosimbo, a suas relações com instituições de caridade, não são menos universais. Em 1929, as mesmas testemunhas no processo citado punham a par os “relevantes serviços” prestados à cidade por Orosimbo “quer como Prefeito, quer como membro de associações de caridade”.⁴⁹ Em 1904, Orosimbo fora um dos sócios fundadores do “Asilo de Inválidos”, foi seu primeiro presidente e presidente na maior parte dos anos seguintes e até 1920.⁵⁰ Nos anos da sua primeira administração à frente da Prefeitura (1908-1910), conta-se um número inusual de resoluções concedendo auxílios a formandos e bacharelados. Fora quem cedera o terreno para a construção da Maternidade, de que seria considerado fundador e benemérito. De volta à Prefeitura, promulga em 1927 lei concedendo isenções de impostos a colégios que mantivessem determinado percentual de alunos gratuitos. Somos informados da existência de um livro de Carlos de Paula, vereador à Câmara de 1929-30, intitulado “Orosimbo Maia, sua bondade natural”.⁵¹

Trabalhando, quando Prefeito, em seu gabinete, de portas abertas, irrompe uma criança, chorando pelo cão apreendido. Orosimbo de início nega relação com o caso – “E o que eu tenho a ver com isso?” –, mas afinal não se sentindo à vontade nem em descumprir a lei, autorizando a soltura, nem com o choro do garoto, teria terminado tirando uma nota do bolso – “Toma lá o dinheiro, mas é só desta vez, hein?”. Outra feita, era agora um “velho ancião” que também tivera o cão apreendido. Tal como no caso anterior, teria de início se negado, quase rispidamente, a intervir: “Ora, meu caro, você pensa que eu seja dono do dinheiro da Prefeitura. Pague a multa e leve embora seu cão”. A seguir, entretanto, “condoendo-se (...) da pobreza do ancião”, chama o encarregado e novamente dá fim à questão assumindo a multa em sua conta. Ainda noutra ocasião, era uma senhora que entrava no gabinete, pedindo auxílio para compra de remédios. “«Prefeitura, não é casa de caridade! Não é casa de dar, mas de receber dinheiro!» (...) A mulher chorando

⁴⁶ Não conhecemos os termos desse processo, mas pode-se apontar que Álvaro Ribeiro sustentara, desde a primeira administração de Orosimbo, contumaz oposição política, e que ambos, de parte a parte, se declaravam “inimigos”. O processo certamente diz respeito a acusações proferidas contra atos da administração Orosimbo.

⁴⁷ Mário Siqueira, depoimento em processo de Orosimbo contra Álvaro Ribeiro. Transcrito em Campinas, *Gazeta*, 01.05.1929.

⁴⁸ Júlio de Arruda, idem. Campinas, *Gazeta*, 02.05.1929.

⁴⁹ Outra testemunha dizia “quer como funcionario publico, quer como Presidente de Associações de caridade”. Uma terceira testemunha, agora do querelado, não deixava de referir os serviços de caridade, apenas, diferentemente das testemunhas do querelante, dando preferência a esses e deixando de lado os serviços prestados enquanto Prefeito: Orosimbo “tem prestado bons serviços, mormente em instituições de caridade”. Depoimentos respectivamente de Mário Siqueira, Francisco Xavier e Francisco Moutinho de Castro, transcritos em *Gazeta de Campinas*, 01 e 02.05.1929.

⁵⁰ Leopoldo Amaral, “Asylo de invalidos”. In _____, op. cit., p. 399-401. “Não deixando de reconhecer o bom concurso dos muitos directores em prol da instituição, convém assignalar que o sr. Orosimbo Maia, solicito presidente de diversas directorias, nestes 22 annos de existência do Asylo, conta para mais de quatorze annos de valiosos serviços á estimada associação”. Idem, p. 402.

⁵¹ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p.20.

insiste (...)”. Orosimbo teria terminado mandando a mulher à farmácia e autorizando, pelo telefone, que as despesas fossem tomadas em sua conta. E assim “eu lhes poderia contar, pelo menos, 365 casos, quase idênticos, por ano de sua vida!...”.⁵²

É comum a essas situações uma negação inicial, quase ríspida, seguida, num refluxo, da assunção do problema em conta pessoal. Não dá à conta da Prefeitura, e nesse sentido mantém-se “probo” – palavra comum em notas de época e a seu respeito –; “toma em sua conta”: Orosimbo *personaliza* essas situações.

Orosimbo “gostava de hospedar. Chegávamos a ter em nossa casa 5 quartos de hóspedes”. Como Prefeito, se esforça pela construção de um Hotel Municipal – hotel que seria a “sala de visitas” de Campinas. A analogia com a esfera privada não é casual: é recorrente que personalize aspectos da vida pública. O que pode ser notado não apenas em situações eventualmente simpáticas à sua figura, mas também em outras, com aspecto menos favorável:

Em fins de 1927, Theodoro Oliva & Irmão, comerciantes de artigos para autos, haviam requerido autorização para instalar uma bomba de gasolina na praça Rui Barbosa (largo do Teatro), sendo o pedido indeferido “visto já ter sido cedido a outrem”. Passado quase um mês, a 14 de Janeiro de 1928, lêem no jornal a publicação despacho cedendo o local a outrem. Julgando-se com direito a preferência pela instalação da bomba no local, por o terem requerido com anterioridade, dão entrada em novo requerimento; o Prefeito exara, em cota: “desconheço o direito que assiste aos suplicantes, a concessão feita é o resultado de compromisso verbal anterior, nada há que deferir”. Orosimbo colocava sua palavra (“compromisso verbal”) à frente e como substituto dos trâmites burocráticos regulamentares.⁵³

Em Julho de 1928, sitiantes, convocados para trabalho compulsório de conserva da estrada em que ficavam suas propriedades, conforme sistema de conserva posto em lei em 1901, protestavam por, havendo trabalhado, terem ainda assim recebido multas, ao passo que, alegavam, outros fazendeiros e sitiantes não haviam nem trabalhado nem sido multados. Em relatório anexo ao protesto, Mário de Souza Gomide (ao que tudo deixa crer, um enviado da própria Prefeitura) dizia expressamente que “os suplicantes estão com a razão” e especificava que as fazendas Rio das Pedras, Pau d’Alho, Ponte Alta, Barrinha e S. Francisco não haviam mandado ninguém. A cota de Orosimbo releva a multa de apenas 11 dos suplicantes, diminui pela metade a de um 12º, e nada diz quanto ao caso das fazendas poupadas tanto do trabalho quanto da multa.⁵⁴ Não se deve duvidar de que Orosimbo, fazendeiro, tomasse a si mesmo por medida na aplicação da lei.

⁵² Octavia Maia, op. cit., p. 44-45. O segundo caso encontra-se em Camillo Geraldo de Souza Coelho, “Orosimbo Maia, homem público”. In Prefeitura Municipal de Campinas, *Orosimbo Maia: o homem: o administrador: duas conferências*. Campinas: Prefeitura Municipal, 1962, p. 20.

⁵³ Os suplicantes recorrem por fim à Câmara; nessa última requisição, a cota, exarada no canto superior esquerdo, foi posteriormente encoberta com tinta (“apagada”). Requerimento de Theodoro Oliva & Irmão à Câmara, 24.01.1928, com cópias, em anexo, dos requerimentos dos mesmos à Prefeitura, de 17.12.1927 e 14.01.1928. AC, cx. 83, pasta “requerimentos não atendidos - 1928”.

⁵⁴ Protocolo nº 30.232, de 11.07.1928, e relatório anexo. Arquivo Municipal.

Se afirmamos entretanto que existe um personalismo na aplicação da lei – que a perspectiva pessoal do Prefeito se coloca no lugar da lei e como sinônimo do interesse coletivo –, é preciso frisar que não se trata de usar do poder e do cargo público para a satisfação de interesses individuais. Existe efetivamente uma identificação entre o “pessoal” e o “público”, por assim dizer de boa fé. Ou antes: existe uma perda da diferenciação entre “público” e “pessoal” que deixa atrás de si uma identificação inadvertida de certo “coletivo” com o meramente pessoal.

A nosso ver, a “probidade” – como referido, palavra comumente empregada acerca de Orosimbo e sua administração – não é palavra, e dado, a ser desprezado Muito embora a “probidade” não possa dizer respeito a que Orosimbo se ativesse formalmente à lei – lei a que ele, como visto, antepunha a sua perspectiva pessoal, lei que ele assim subvertia –, pode-se identificar um sentido próprio na reiterada “probidade”.

Na inauguração do Teatro Municipal nega-se a pagar uma cadeira em separado ou ceder um bombeiro que servisse de *chauffeur* para o para o presidente da Câmara, Aníbal de Freitas – seu aliado, nas palavras de Álvaro Ribeiro “distinguido por subserviente partidarismo”.⁵⁵

“A presidência da edilidade estava a necessitar de uma mesinha para máquina de escrever. Procedeu-se à necessária tomada de preços. A escolha teria que recair entre duas: uma mais simples, mais tosca; a outra, de melhor apresentação. Quanto ao preço de cada uma, a irrisória diferença de Cr\$ 5,00. / «Mas, Orosimbo, olhe, aquela é mais bonita, de melhor aparência. / _Não importa. Fique com a mais barata, o dinheiro não é meu.»”⁵⁶

Opõe-se em geral a aumentos de salários dos funcionários, resiste a conceder aposentadorias e a incorporar empregados ao quadro de funcionários da Prefeitura (o que implica obrigações trabalhistas). Empenha-se em por em dia a cobrança de impostos devidos e não recebidos, intervindo nesse sentido na procuradoria judicial.⁵⁷ Extingue prática estabelecida de o procurador “por colleguismo” não cobrar os impostos atrasados de advogados.⁵⁸ Patrocina, em 1926, a introdução da cobrança de uma taxa sobre as garagens.⁵⁹ Às custas da louvação corrente ao *sport*, coloca-se contra isenção de taxas cobradas sobre partidas de futebol.⁶⁰

No início de 1929, quando um vereador do PD verberava contra a ausência de uma prestação de contas circunstanciada no relatório apresentado pela Prefeitura, Pedro Anderson, vereador nem sempre num alinhamento automático com a “unidade de vistas” dominante, como já se viu, e na qualidade de

⁵⁵ Álvaro Ribeiro, op. cit., p. 483.

⁵⁶ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 17-8.

⁵⁷ É o que demonstra o extenso relatório enviado ao Prefeito pelo procurador João Ribas d’Ávila, datado de 21.09.1926. Arquivo Municipal.

⁵⁸ Depoimento do procurador judicial. Sessão de 27.03.1929. AC, livro 174, f. 58v-60.

⁵⁹ Lei 389, de 25.09.1926.

⁶⁰ Sessão de 23.03.1927. AC, livro 172, f. 111.

comerciante, reconhecia que o “Prefeito não compra o menor objecto sem concorrência, e sem um cuidadoso confronto de preços”.⁶¹

Orosimbo controla até mesmo o preço dos lápis empregados pela Repartição de Obras.⁶²

“Homem austero, administrador de pulso”, registra o Álbum de propaganda do município, de 1930.

Seria portanto um equívoco não tomar a afirmação da “probidade” de Orosimbo em conta, refutá-la como carente de qualquer verdade ou como disfarce ou mentira sob a qual se escondessem interesses escusos e atividades visando benefício particular ou individual. Embora “probidade” que se afirma não se equipare a uma submissão *impessoal* à lei (justificando o emprego de uma nova palavra, que já não a proclamada “honestidade” dos tempos de Heitor Penteado), existe um efetivo esforço em prol das finanças do município – muitas vezes até ao limite do burlesco, e em qualquer caso em sentido contrário à dilapidação do patrimônio financeiro e material da municipalidade – à improbidade – que seria característico de administrações que operassem interesses particulares. Esforço que tem por base a mesma projeção ou identidade da ação pessoal com certo coletivo já notada em atos dados como de caridade.

Fig. 38. Orosimbo Maia.

É em dispondo o interesse de certo “coletivo”, meramente exterior, como uma ambição pessoal, que Orosimbo, tal como toma em conta própria alguns pedidos de auxílio, toma também em conta própria (o que no caso não quer dizer de modo predatório) as finanças do município: Carlos de Paula, vereador...

Seria portanto um equívoco não tomar a afirmação da “probidade” de Orosimbo em conta, refutá-la como carente de qualquer verdade ou como disfarce ou mentira sob a qual se escondessem interesses escusos e atividades visando benefício particular ou individual. A “probidade” que se afirma não se equipara a uma submissão *impessoal* à lei – o que justifica o emprego de uma nova palavra, no lugar da “honestidade” proclamada ao tempo de Heitor Penteado; Existe entretanto um efetivo esforço em prol das finanças do município – muitas vezes até ao limite do burlesco, e em qualquer caso em sentido contrário à

⁶¹ Sessão de 20.03.1929. AC, livro 174, f. 56.

⁶² Perseu Leite de Barros, cf. Camilo G. de S. Coelho, op. cit., p.19.

dilapidação do patrimônio financeiro e material da municipalidade – à improbidade – que seria característico de administrações que operassem interesses particulares.

Esse esforço efetivo em prol das finanças do Município tem por base a mesma projeção ou identidade da ação pessoal com certo coletivo já notada em atos dados como de caridade. É em dispondo o interesse de certo “coletivo”, meramente exterior, como uma ambição pessoal, que Orosimbo, tal como toma em conta própria alguns pedidos de auxílio, toma também em conta própria (o que no caso não quer dizer de modo predatório) as finanças do município: Carlos de Paula, vereador...

“... estando, certa feita, no gabinete do Prefeito, exibiu-lhe este uma caderneta do Banco Comercial do Estado de São Paulo, em nome da Prefeitura, em que acusava um saldo de mil e tantos contos. Notando-lhe, o vereador, estampados na face, sinais indisfarçáveis de júbilo e orgulho (...) aventurou uma observação maliciosa: / _«Mas, Orosimbo, este dinheiro não é seu». / A resposta não se fez esperar: / _«Carlos, acredite, nem se fosse meu eu estaria a sentir tamanha felicidade»”.⁶³

Ou ainda: “Seu maior orgulho era administrar (...) dentro das exatas possibilidades financeiras, obtendo o maior aproveitamento da receita ordinária”.⁶⁴

A felicidade em acumular um dinheiro “que não é seu” suplanta a que teria em acumular um que fosse o seu. Uma disposição de um certo interesse “público” ou “coletivo” (dados como mera exterioridade) tomam o lugar de um objetivo ou felicidade pessoal “Seu maior orgulho era administrar uma cidade modelar (...)”⁶⁵; “(...) seu orgulho era Campinas, sua vaidade eram as ruas limpas de Campinas (...). Queria sempre servi-la, engrandece-la, embeleza-la!”⁶⁶. O orgulho e a vaidade por um certo “coletivo” (já mera exterioridade) tomam o lugar, ou se confundem, com um orgulho e vaidade de si mesmo.

Assim entendemos a afirmação de que para Orosimbo “o bem de Campinas (...) os problemas da coletividade, sempre estavam á frente, em todas as suas perspectivas de administrador consciente e devotado”⁶⁷ – trata-se de dispor à frente, como objetivo pessoal, uma questão pública (“coletividade”), que comparece entretanto como mera exterioridade na medida em que o sujeito já não participa, ou já não compõe, a “coletividade”, mas mantém com ela uma relação distanciada; desconhece a efetiva “coletividade” (política). Inversamente, é o afastamento/ desconhecimento da efetiva comunidade que abre espaço para a disposição da nova “comunidade” (objeto exterior) como objeto de ambição pessoal, compensação que se torna uma necessidade pessoal: “mesmo já afastado do cargo de Prefeito, era visto, muitas vezes, pela manhã, acompanhando os serviços de canalização de água, que se procediam em algumas ruas da cidade”.⁶⁸

⁶³ Cf. Camilo G. de S. Coelho, op. cit., p. 19.

⁶⁴ Plínio do Amaral. Campinas, *Correio Popular*, 29.12.1949. apud. Camilo G. de S. Coelho, op. cit., p. 26.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Octavia Maia de F. Guimarães, op. cit., p. 30.

⁶⁷ Luso Ventura, Campinas, *Correio Popular*, 29.12.1949. apud. Camilo G. S. Coelho, op. cit., p.25.

⁶⁸ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p.25.

Na vigência desse mesmo personalismo, no desconhecimento do âmbito político, (desconhecimento de um coletivo que não reduzido a uma mera exterioridade), a ação do sujeito como administrador público se reveste de um aspecto missionário, ou de um sacrifício pessoal – “o cargo de Prefeito lhe tem sido até um posto de sacrifício (...) a política lhe tem sido um ônus”.⁶⁹

Onde se evidencia de maneira mais direta a maneira personalista de Orosimbo, com desprezo ou desconhecimento de uma instância política, é entretanto na sua relação, enquanto Prefeito, com a Câmara municipal, instância política institucionalizada do município. “O Prefeito tudo faz de sua cabeça, como bem entende”⁷⁰, comumente remetendo os assuntos à Câmara apenas para aprovação a posteriori de atos já praticados.

Esse aspecto não é exclusivo do seu segundo período administrativo, de 1926 a 1930, nem mesmo mais agudo aqui, quando se dava a conversão definitiva da cidade como um todo aos novos padrões. Já na sua primeira gestão (1908-10), a situação, quanto à sua postura pessoal, era idêntica. Muda, de um a outro período, a receptividade da Câmara e da população da cidade a essa postura, inalterada.

Primeiro Prefeito eleito por voto direto, em fins de 1907⁷¹, a sua primeira administração iniciava-se sob especiais, e positivas, expectativas.⁷²

Em 1906, a lei 114 adotara como padrão para os passeios das ruas centrais o calçamento com ladrilhos de cimento canelados. Ainda em 1908, a Câmara provia os recursos de dois proprietários contra a intimação da Prefeitura que pretendia obrigá-los a refazer os passeios de suas propriedades, nos padrões ditados da referida lei, entendendo que os “pequenos reparos” havidos não implicavam na obrigatoriedade da substituição do calçamento de todo o passeio. O Prefeito pede nova deliberação, que a Câmara nega, sendo o provimento dos recursos afinal promulgado pela própria Câmara, à revelia do Prefeito, em Fevereiro de 1909.⁷³

Embora a lei 114 ditasse o emprego dos ladrilhos de cimento canelado para os passeios, o Prefeito empregava o mosaico nos passeios em torno do prédio que adquirira para o Paço Municipal, em 1910.⁷⁴

A predileção de Orosimbo pelos calçamentos a “mosaico de cascalho” (mosaico português) se faz notar. Além da preferência por esse sistema para calçamento dos passeios em torno do novo Paço, que

⁶⁹ Fco. Xavier Jr., depoimento em processo movido por Orosimbo contra Álvaro Ribeiro. Campinas, *Gazeta*, 04.05.1929.

⁷⁰ Vereador Belfort de Mattos (da minoria oposicionista, do PD), sessão de 18.09.1929. AC, livro 174, f. 123.

⁷¹ A designação de Prefeito para o chefe do executivo, em lugar dos antigos “intendentes”, era data de então. Os Prefeitos eram escolhidos dentre os 12 vereadores eleitos, pelos mesmos vereadores, em eleição indireta. Excepcionalmente, nos casos de Santos, Campinas e São Paulo deliberou-se que a eleição para o cargo de Prefeito seria direta, o que ocorreu apenas nas eleições de 1907, sendo depois essa medida revogada.

⁷² Álvaro Ribeiro, op. cit.. Câmara “eleita e empossada com todos os clangons da fama”, cf. o *Almanak de Campinas*, 1914.

⁷³ Provimentos n^{os} 33 e 34, de 18.02.1909. Sessão de 04.01.1909. AC, livro 165, f. 26.

⁷⁴ A compra do prédio do novo Paço fora realizada em Junho de 1908, e aprovada pela Câmara a posteriori, pela resolução 287, de Novembro do mesmo ano. O calçamento dos passeios a “mosaico de pedra” é contudo posterior. RPM, triênio 1908-10.

adquirira, é também o sistema que emprega na reforma de pelo menos duas praças – contra expressa disposição da Câmara em contrário.

A primeira, a praça Visconde de Indaiatuba (largo do Rosário). A 7 de Dezembro de 1908 a comissão de obras da Câmara declarava “não se achar habilitada a dar parecer” no balancete de despesas referente ao segundo trimestre daquele ano “por falta de esclarecimentos necessários”⁷⁵. No início do ano seguinte apresentava parecer “lamentando não poder ser favorável a aprovação do balancete do 2º trimestre do anno findo (...) visto contarem diversas parcelas despesas não autorizadas pelo legislativo, por exemplo: folha de pessoal, calceteiros da praça Visconde de Indaiatuba, não tendo sido dadas todas as explicações pedidas no parecer anterior”. Uma semana depois, Orosimbo enviava o balancete do 4º trimestre, enviando “pareceres favoráveis de profissionais competentes” sobre as obras já executadas na dita praça Visconde de Indaiatuba (largo do Rosário).⁷⁶ Antes que fosse dado parecer nesse, a Câmara negava aprovação ao balancete do 3º trimestre, por constar gastos não autorizados na reforma da mesma praça.⁷⁷

A segunda, a praça José Bonifácio (largo da Catedral). Caso a respeito do qual era aprovado em Junho de 1909 a seguinte indicação:

“Tendo a Camara Municipal regeitado no devido tempo um projecto de embellezamento da praça José Bonifácio, pelo systema de mosaico de cascalho, não só por ser dispendiosíssimo, como fragil e havendo a prefeitura iniciado os serviços nesse sentido, como noticiaram os jornaes locaes, sem previa autorização do poder legislativo, indicamos que officie-se ao snr. Prefeito municipal, responsabilizando-o pelas despesas que effectuar (...)”⁷⁸

A 29 de Novembro de 1909 a Câmara se punha contra “oneroso e prejudicial” empréstimo, junto a João Brícola, ponderando deveria ser consultada a respeito de assuntos dessa ordem.⁷⁹ No mesmo dia em que era aprovado o parecer contrário a tal empréstimo, a 15 de Fevereiro do ano seguinte, dava-se uma sessão secreta, de uma hora, na qual, segundo testemunho de Álvaro Ribeiro, o Prefeito propusera o lançamento clandestino de 5.000 títulos ao portador na bolsa de São Paulo. A 7 de Março, a Câmara recebia officio em que o Prefeito afirmava que “não consultou nem consultará” a Câmara a respeito de empréstimos, “diante das disposições legais que delineiam com clareza as esferas de acção dos dois poderes”.⁸⁰ (O empréstimo foi realizado, sendo resgatado já no ano seguinte por Heitor Penteado, com verbas de novo empréstimo, regularizador, em condições mais vantajosas, como já visto).

⁷⁵ Sessão de 07.12.1908. AC, livro 165, f. 20.

⁷⁶ Sessão de 15.01.1909. AC, livro 165, f. 27v.

⁷⁷ Sessão de 02.02.1909. AC, livro 165, f. 31.

⁷⁸ Sessão de 26.06.1909. AC, livro 165, f. 61v.

⁷⁹ Sessão de 29.11.1909.

⁸⁰ Sessão de 07.03.1910.

Os pedidos de reconsideração de deliberações, e as recusas em promulgar atos determinados pela Câmara se repetem. A Prefeitura, ao publicar esses atos, acrescenta em nota as razões das divergências – registro em letra impressa das desavenças correntes que se torna comum em 1910.⁸¹

Em data que não pudemos precisar detectava-se a existência de um desfalque de 123 contos na Tesouraria municipal. Formada uma comissão especial de inquérito “foi esta ao gabinete do Prefeito, e com grande surpresa sua, este se opoz tenazmente a que a comissão levasse a efeito a sua incumbência, ameaçando resistir a mão armada, se esta insistisse em penetrar nas repartições por elle superintendidas”⁸². A 27 de Junho de 1910 o Prefeito proibira as repartições de fornecer à Câmara informações que não pelo seu intermédio.⁸³

Em meio à situação de conflito permanente, diversos vereadores, já desde 1908, renunciaram ao cargo. Dos 12 vereadores da formação inicial do triênio, apenas 4 chegaram ao final do mandato, tendo havido no total 13 renúncias.⁸⁴ Em 1910, a situação era tal que novos convocados se recusavam de antemão a assumir a cadeira, tendo a Câmara chegado a oficiar ao secretário do interior, para orientar-se quanto ao modo pelo qual as vagas poderiam ser legalmente preenchidas.⁸⁵

Eleita “em meio a todos os clangons [sic] da fama”, deixava o município “em meio de medonha crise”.⁸⁶

Não era (ainda) o tempo de Orosimbo. Como que confirmando a “medonha crise” em que se envolvia, crise pessoal acompanhava aquela da sua administração à frente da Prefeitura: a 11 de Agosto de 1909, divorciava-se de sua esposa, cuja fidelidade conjugal põe em dúvida. Em 1911, afastado da Prefeitura e deixando vaga uma cadeira de vereador para a qual fora eleito, sofre processo de anulação do divórcio, movido pela ex-mulher, que alega ter assinado o dito divórcio “sob temor de grave dano”, “em verdadeiro cárcere privado”, “totalmente incomunicável”, “sem exato conhecimento do que se tratava”, reclamando ter ficado privada “da posse de todos os filhos” e ter “o réu ficado para si com todos os bens do casal”.⁸⁷

⁸¹ No volume das leis e resoluções do ano de 1910, contam-se 8 atos com essas notas anexas.

⁸² Álvaro Ribeiro, na sessão de 21.09.1927. AC, livro 173, f. 34v-35.

⁸³ Sessão de 27.06.1910. AC, livro 165, f. 130v.

⁸⁴ Álvaro Ribeiro, op. cit..

⁸⁵ Ofício da Câmara nº 624 de 28.10.1910, ao secretário do interior, Carlos Guimarães. AC, livro 15, f. 31v.

⁸⁶ *Almanak de Campinas, 1914*.

⁸⁷ TJC, apelação civil nº 5.916, 1909 (processo de divórcio) e processo nº 150, 1911 (anulação de divórcio), ambos do 3º ofício. Apud. Adriana Ferraz, *Político, filantropo e empresário: Orosimbo Maia e a educação em Campinas*. Campinas: Unicamo (trabalho de conclusão de curso), 1997, p. 32-49. A autora reproduz extensivamente alguns documentos desses processos; do libelo do processo de anulação, destacamos: “(...) 9º - Porque logo depois de acusa-la de infidelidade fez com que ela fosse removida no carro da Prefeitura (...) para uma fazenda cujo administrador era Artur Maia, irmão do réu; / 10º - Porque alguns dias depois de ser conduzida a essa fazenda, foi ali procurada pelo advogado Antonio Lobo, que lhe levava a petição de divórcio para a autora assina-la (...); / 11º - Porque nessa fazenda permaneceu, até que por ordem do réu foi de novo transportada para a casa de Talvino Egidio de Souza Aranha, fiscal da Câmara (e por isso mesmo subordinado ao réu), d’onde apenas pode sair para ir à residência do M.M. Juiz da primeira vara a ratificar o pedido de divórcio”.

Na sua primeira administração Orosimbo não comparecia às sessões da Câmara. Havia em qualquer caso um antagonismo acerbo entre o executivo e o legislativo, mas essa ausência estava também de acordo com o fato de que naquela ocasião, excepcionalmente, como já referido, o Prefeito não era um dos vereadores. Empossado novamente como Prefeito em 1926, Orosimbo era agora também um vereador – como o foram Heitor Penteado, Rafael Duarte e Miguel Penteado, seus antecessores. Diferentemente desses, Orosimbo se mantém também aqui afastado das sessões. Ao longo do triênio 1926-28, comparecera, como declara em 1929, “quando havia falta de vereadores para que ellas se realizassem ou quando me parecesse necessário expor verbalmente á Câmara alguma questão”.⁸⁸ No triênio seguinte, quando a eleição de três vereadores do novel partido de oposição (o PD) garantia em geral quorum – já porque os três oposicionistas timbravam em se fazer presentes, já porque essa presença da oposição forçava a situação a não descurar da presença efetiva de pelo menos uma parcela de seus vereadores suficiente para garantir seu domínio nas deliberações –, Orosimbo mantém-se ainda mais ausente do plenário. A oposição reclama a presença do Prefeito. “Explica o senhor presidente que o Prefeito não tem tomado parte nas sessões por accumulo de serviço, e que se ele o fez durante parte da anterior legislatura, foi para dar numero, em vista de haver sempre vereadores licenciados”.⁸⁹ A oposição chega a pedir seja declarada vaga a cadeira de Orosimbo.⁹⁰ Este se justifica em carta, afirmando não apenas que “A Prefeitura Municipal de Campinas, para quem a queira exercer conscientemente, administrando com real esforço (...) não dá tempo para mais nada”, como também: “estou convencido de que a Municipalidade lucra com o meu não-comparecimento às sessões”.⁹¹

A 7 de Julho de 1926, Orosimbo pedia autorização à Câmara para permuta ou doação de um terreno ao governo do Estado, para construção do novo isolamento – a compra, já efetuada, do dito terreno a ser doado ou permutado, era apenas comunicada.⁹²

O prolongamento da rua Francisco Glicério até à av. Itapura era tema antigo. Um projeto para tal prolongamento, a ser executado com 23 metros de largura, fora elaborado na administração Heitor Penteado, sem ser realizado. Em 1925, a região do Guanabara, entre a av. Itapura e o canal do saneamento, fora loteada, de tal modo que agora bastava prolongar uma das ruas do loteamento em pequena extensão, por sobre o canal e até à rua Marechal Deodoro, para que a Francisco Glicério ganhasse continuidade até à av. Itapura. Em 28 de Março de 1928, Orosimbo, excepcionalmente presente à sessão,

⁸⁸ Ofício à Câmara, 30.08.1929. AC, cx. 71, pasta “recursos eleitorais”. Atas das sessões do período confirmam a afirmação: a 25 de Fevereiro de 1926, um vereador avisava que Orosimbo compareceria caso falte número; em 22 de Abril do mesmo ano, Orosimbo, verificando haver número, retira-se; a 26 de Setembro de 1928, “declara ter comparecido somente para perfazer numero”. AC, livro 171, f. 137, livro 172, f. 01 e 130.

⁸⁹ Sessão de 08.05.1929. AC, livro 174, f. 73v.

⁹⁰ Sessão de 31.07.1929. AC, livro 174, f. 106v-107.

⁹¹ Ofício à Câmara, 30.08.1929, doc. cit.. A alegação, constante dessa carta, de que também seus antecessores, e “notadamente o Exmo. Sr. Dr. Heitor Penteado” não corresponde à verdade, e foi contestada em plenário com apresentação de testemunho, por carta, do ex-vereador Omar Magro, do comparecimento de Heitor Penteado às sessões, de resto registrado nos livros de atas.

⁹² AC, livro 172, f. 21-22.

comunicava que “devido à boa vontade da proprietária” já havia adquirido o terreno para tal ligação, transação que Câmara aprovava, a posteriori, como de costume.⁹³

No semestre seguinte, eram duas aquisições para o prolongamento da rua Hércules Florence, atravessando o leito da antiga Estrada de Ferro Funilense, que eram aprovadas pela Câmara somente depois de já efetuadas pelo Prefeito.⁹⁴

No início de 1929, Pires Netto (vereador do PD) “diz ter sido estabelecida nesta Câmara a praxe de os vereadores entenderem-se com a Prefeitura a respeito de melhoramentos, antes de apresentação da indicação”.⁹⁵

À Câmara, forma tradicional do governo da cidade, havia se sobreposto o mando do executivo (aliás, executivo agora só no nome, posto que já não só executa, mas também delibera). A Câmara, forma tradicional do governo da cidade, cedia seu antigo poder deliberativo ao Prefeito, em fins dos anos 20. Se em sua primeira gestão Orosimbo antagonizara-se ao extremo com a Câmara, que àquela época não aceitara ser posta de lado, agora a Câmara acolhia com bom grado e emprestava apoio ao personalismo do Prefeito, com sua “operosidade” e “eficiência”.

Orosimbo havia comprado o terreno de 29.000 m2 para instalação do novo hospital de isolamento sem consultar a Câmara, como visto; logrando que esse não fosse apenas cedido ao governo do Estado, mas permutado por terrenos da antiga Cia. Funilense, recebia um voto de congratulações da Câmara.⁹⁶ Em meados de 1927, Paulo Villac, anunciando que o Prefeito receberia em breve visita de pessoal técnico visando o levantamento de uma planta cadastral da cidade, sugere o assunto fosse deixado a cargo do executivo, sem necessidade de expedição de uma lei a respeito.⁹⁷ Ao ser discutido o projeto autorizando a Prefeitura a fazer as operações de crédito necessárias para o pagamento de uma planta cadastral da cidade, era Álvaro Ribeiro quem tratava de garantir, por emenda, ao menos o “ad-referendum da Câmara” – segundo Paulo Villac, as comissões que haviam elaborado o projeto haviam deixado de lado “esta particularidade” “por entenderem conveniente dar mais ampla liberdade de acção ao Snr. Prefeito e economizar tempo”.⁹⁸ Quando o mesmo Álvaro Ribeiro desenvolvia oposição contundente à reforma do contrato da empresa de luz (assunto ao qual tornaremos), a Câmara em resposta aprovava o envio de um ofício expressando a “grande satisfação” com que ela “e a população de Campinas” viam o Prefeito retornar a cidade, depois de uma licença.⁹⁹ Reeleito, Orosimbo era saudado por vereador como “um campineiro que não mede sacrifícios, não obstante a sua idade, para bem servir aos interesses de sua terra”.¹⁰⁰

⁹³ AC, livro 173, f. 91v-92.

⁹⁴ Sessões de 12.09 e 10.10.1928. AC, livro 173, f. 128v, 135v.

⁹⁵ Sessão de 13.02.1929.

⁹⁶ Sessão de 29.12.1926. AC, livro 172, f. 82v-83.

⁹⁷ Sessão de 08.06.1927. AC, livro 172, f. 133v.

⁹⁸ Sessão de 13.07.1927. AC, livro 173, f. 5-5v.

⁹⁹ Sessão de 21.09.1927. AC, livro 173, f. 33-33v.

¹⁰⁰ Artur Teixeira, sessão de 07.11.1928. AC, livro 173, f. 139v.

Já observamos, quanto à influência americana, que, efetivamente existente, somente ganha sentido quando reconhecida como parte de um movimento geral desde o qual é atraída – independentemente de uma “influência”, havia uma conversão a novos padrões, ditada por aspectos endógenos (não obstante a conversão não fosse apenas local, mas ocorresse ao redor do mundo, naquele momento), no curso da qual “atrai” para si as influências daquele país que era onde primeira e mais caracteristicamente aqueles padrões haviam se desenvolvido. Também aqui, não era a influência de Orosimbo que mudava a cidade, mas a cidade que, mudando, “atrai” Orosimbo; a cidade, mudando, coloca à frente de sua administração a figura que já desde antes e mais caracteristicamente espelhava aqueles novos padrões. (que no caso campineiro isso fique claro com o contraste que se torna possível entre a receptividade do mesmo e inalterado Orosimbo em seu primeiro e segundo períodos administrativos é mais um aspecto particular do caso campineiro que o recomenda como objeto de estudo da transformação das cidades no período em foco).

A essa altura, percebe-se que a nota comum do personalismo perpassa diferentes manifestações de Orosimbo, aí se incluindo tanto as manifestações de generosidade quanto o seu autoritarismo – que, à vista da pesquisa efetuada, e tal como mostra sua relação com a Câmara, não era senão o persistente desconhecimento da dimensão propriamente política, substituída por um personalismo missionário, que se coloca à frente, como objetivo ou como norteamento, uma “comunidade” meramente exterior.

O “caritativismo” e o “autoritarismo” de Orosimbo – e do momento como um todo, que valoriza, valida esses traços de caráter – não são portanto “duas personalidades bem diversas”, como pretendia a filha de Orosimbo, em sua alocução; são duas faces de um mesmo fenômeno, duas expressões coincidentes de uma mesma ausência, de diferenciação entre o pessoal e o político, naquele momento em que se conhecia o ocaso concreto das instâncias políticas.

A um mesmo personalismo se resumem os diferentes aspectos abordados. Esse mesmo denominador comum, ou base universal, serve-nos ainda para tratar da continuidade e da diferença com relação ao período Heitor Penteado. De uma diferença de caráter ao longo de um processo, por outro lado, de burocratização contínua e crescente.

À época da administração Heitor Penteado, já se podia localizar um relativo afastamento dos indivíduos com relação à comunidade política – o início de uma burocratização dos serviços da Prefeitura, e o início de uma dispersão das residências pelos arrabaldes. É o esgarçar-se da instância política que confere ao período o seu aspecto formalista. O apego à lei, a supervalorização da secretaria por sobre as demais repartições, era formalista na medida em que perdia-se de vista o motor, o fundamento último ou princípio primeiro da própria lei – a lei como garantia, regulação, sustentáculo, da comunidade política.

Se ali, tendo já havido esse distanciamento, sobrepaira de momento um formalismo, na seqüência esse vazio é preenchido pela subjetividade isolada, que sobre ele se afirma. Se o esgarçar-se da comunidade política dava lugar a um apego a uma lei já desenraizada (porque sua única raiz possível tivera sido a própria comunidade política, cujo processo de dissolução ia correndo), na seqüência – com

Orosimbo – essa ausência é ocupada pelo oposto do comunitarismo político – pela subjetividade do indivíduo isolado, que se confunde com um “coletivo” (não por má-fé, mas por uma condição efetiva, e aliás generalizada).

Se o grau de frieza ou afastamento de Heitor Penteado do período de sua administração se dava também num apego a uma lei que se afastava de sua própria substância (uma lei formalista), o personalismo inconsciente de Orosimbo, e de fins dos anos vinte, se dá como afirmação automática de uma vontade substancial. Correspondentemente, de uma supervalorização da Secretaria da Prefeitura, “centro de todas as outras [repartições]”, onde os processos são apenas a forma vazia, passa-se a uma valorização toda especial da repartição de engenharia e obras (a Repartição de Obras municipal).

Ao longo dos anos da administração Heitor Penteado, o relatório da Repartição de Obras era o sexto ou sétimo do total de dez que seguiam em anexo ao relatório do Prefeito, enviado anualmente à Câmara. Nas administrações Rafael Duarte e Miguel Penteado sobe algumas posições. Com Orosimbo Maia, será sempre e sistematicamente o primeiro dos relatórios anexos – tomando, concreta, mas também simbolicamente, o lugar que fora da Secretaria da Prefeitura na *belle-époque* de Heitor Penteado.

Em 1927, o salário do engenheiro-chefe da Repartição de Obras passa de 12 para 18 contos anuais,¹⁰¹ superando o salário do chefe do Thesouro. Orosimbo, precavido quanto a gastos da Prefeitura, e que resiste sistematicamente à concessão de aposentadorias e aumento de vencimentos a funcionários, anota, no caso: “bem o merecia”¹⁰². Vereadores chegam a apontar “a disparidade de vencimentos actualmente reinante” e que “não prevalece sempre o mesmo criterio quanto aos aumentos”;¹⁰³ Pedro Anderson indica que, por equidade, devesse ser concedido aumento proporcional aos engenheiros-ajudantes,¹⁰⁴ o que não se efetua.¹⁰⁵

Perseu Leite de Barros, o engenheiro municipal, era também, em meio ao trato rígido e à ascendência quase sempre incontestada de Orosimbo sobre os funcionários da Prefeitura, aquele que, de maneira excepcional, propõe, discute e até mesmo contradiz o Prefeito. Era também o funcionário acessado para acompanhá-lo nas visitas às obras – inclusive nos domingos pela manhã.¹⁰⁶

Ocorre que, se na época de Heitor Penteado o prover uma organização “mais impessoal” para o funcionamento dos serviços da Prefeitura, e princípios de organização formal – aí incluindo-se o seu “programa” à frente da administração, tal como exposto no relatório de 1916: “conseguir a exacta

¹⁰¹ Lei 408, de 15.07.1927.

¹⁰² RPM, 1927.

¹⁰³ Sessão de 22.10.1927, AC, livro 173, f. 52.

¹⁰⁴ Sessões de 20.07 e 22.10 1927, AC, livro 173, f. 12v, 49v, 52.

¹⁰⁵ O salário do engenheiro-ajudante seria aumentado para os 12:000 propostos pela lei 433, de 13.10.1928, quando entretanto o salário do engenheiro-chefe passava a 20:400. Nessa lei, que estabelece nova tabela de vencimentos de todo o funcionalismo municipal, o salário do engenheiro-chefe é o mais elevado dos listados, ao lado apenas do de outro engenheiro – o chefe da Repartição de Águas e Esgotos (RAE), e abaixo apenas do do Prefeito (elevado a 30:000 a partir de 1929 pela lei 436, de 27.10.1928).

¹⁰⁶ Camilo G. S. Coelho, op. cit., p. 19.

arrecadação dos dinheiros publicos e dar-lhes aplicação honesta” – eram o aspecto dominante, agora o “fazer”, a atividade, a realização material, ganham destaque.

Uma afirmação personalista sobre o domínio coletivo, como um desdobramento do esfalçar-se da instância política já em curso na segunda década do século, ao tempo de Heitor Penteado, personalismo que, ao mesmo tempo que uma continuidade ou um desdobramento desse afastamento do propriamente político toma entretanto aspecto antagônico à isenção (“honestidade”, formalismo) daquele momento anterior, afirma-se preferencialmente em realizações concretas (obras), correlatas da valorização do engenheiro-chefe. Obras que, como realizações automáticas (não-mediadas politicamente), também aí se coadunam com a valorização do engenheiro, ou da engenharia em geral.¹⁰⁷

Reafirma-se: o personalismo se coloca como base comum a manifestações diversas da atividade de Orosimbo e de sua administração à frente do município.

Personalista, centralista ou autoritário – em qualquer caso e essencialmente uma postura que não toma em conta, não reconhece e não valoriza a alteridade e, por extensão, a congregação política. Mas a forma geral que o aglomerado urbano ia adquirindo – uma nebulosa residencial, de unidades isoladas, gravitando em torno de um centro – é expressão desse mesmo alheamento, ou distanciamento: a conversão da antiga cidade em “centro”, e a constituição de tecidos exclusivamente residenciais tributários deste, é a própria constituição de um centro decisório independente de todos e cada um, e de todos e cada um em alheamento a um centro decisório. Eis a dimensão em que Orosimbo, enquanto personalidade individual, se coloca como equivalente do aspecto que o aglomerado urbano, agora dado como uma nebulosa residencial que gravita em torno de um centro, adquire.

5.3. Decadência da comunidade política, avanço de grandes capitais (norte-americanos).

Também em outra esfera as decisões ou o controle escapavam à comunidade política, que definhava: se a Câmara tradicionalmente regulava as concessões e o funcionamento dos serviços públicos

¹⁰⁷ Há alguns indícios de que a valorização do engenheiro não era fato restrito à Prefeitura de Campinas, mas talvez um fenômeno mais geral daquele momento: em 1916 Victor da Silva Freire, em conferência no Instituto de Engenharia, creditava o sucesso dos “Impérios Centraes” na guerra, “resistindo ha dois annos, á pressão simultanea de esforços superiores”, ao “augmento, [à] melhoria do rendimento das forças em jogo graças ao methodo, ao «engenho», que prescreve a cada uma o seu emprego a tempos, a horas, no lugar, direcção e sentido opportunos. [À] arte do «engenheiro», numa só palavra”. E mais à frente: “A Academia de Sciencias da França exprimiu publicamente (...) a conveniência de se approximar igualmente da classe dos engenheiros”. São Paulo, *Boletim do Instituto de Engenharia*, v. 1, n. 11, 1916, p.6, p. 67. Na mesma revista, v. 4, n. 21, Jun-Jul 1923, tem-se, em artigo sobre o concurso para a nova sede do Instituto: “(...) afim de evitar delongas e perdas de tempo que não são proprias á nossa classe”. Ora, “prescrever a cada [esforço] o seu emprego a tempo, horas, no lugar, direcção e sentido opportunos” ou “evitar perdas de tempo”, são princípios compatíveis com os do Taylorismo – por sua vez sistematização de princípios de administração que serve de chave para a caracterização do período como um todo (dos novos padrões como um todo).

– de águas, telefonia e eletrecidade –, agora as empresas, novas ou antigas, titulares dessas concessões, passavam a impor seus interesses de modo inaudito.

De certo modo, Orosimbo tem relação direta ainda com esse fenômeno, na medida em que é dado como amigo pessoal de parte dos concessionários e na medida em que patrocina os novos contratos. Mas ainda aqui tratar o fenômeno apenas como resultado direto da ação isolada de um indivíduo, seria reduzir indevidamente o seu significado.

Há uma série de ligações entre os Lobo – Antônio Álvares Lobo, primeiro intendente de Campinas (em 1889), várias vezes deputado, seu filho Pelágio, seus irmãos Paulo e José Lobo –, Orosimbo e os interesses de grandes empresas que atuam, atuaram ou vem a atuar na cidade. Era o escritório dos Lobo que advogava contra a Prefeitura, ao tempo de Heitor Penteado, e a favor da Cia. Frigorífica e Pastoril, em disputas acerca do pagamento de impostos que o então Prefeito timbrava em fazer receber.¹⁰⁸ Eram também eles quem em 1910 moviam processo contra o já então vereador Álvaro Ribeiro¹⁰⁹ – este, sempre combatendo em favor de condições contratuais vantajosas à população e cujo antagonismo com Orosimbo se estende aos Lobo.¹¹⁰

Quando do referido divórcio de Orosimbo, era Antônio Álvares Lobo quem levava a D. Maria Maurício, na fazenda de Artur Maia, os papéis do divórcio, para que a mesma os assinasse.¹¹¹ Orosimbo era o indicado pela Cia. Campineira de Águas e Esgotos (CCA&E) como árbitro, nas divergências com a

¹⁰⁸ De 01.04.1914 tem-se um auto de infração contra Gabriel Penteado, representante da Cia. Frigorífica e Pastoril, por recusar pagamento de impostos (Arquivo Municipal). A 13 do mesmo mês era promulgada a lei 201, que “autoriza a venda de carnes resfriadas” e fixa o valor dos impostos incidentes. Outros três documentos, de fins do mesmo mês de Abril de 1914, dão conta da consecução das intimações para o pagamento de impostos, tendo Gabriel Penteado declarado “terminantemente que não pagaria” e tendo sido apreendidos 73 kg. de carne do açougue da Cia. (Arquivo Municipal). Ainda do mesmo mês tem-se ofício da Cia. pedindo autorização para fazer transitar carro, em que o Prefeito exara a cota: “requeira em ocasião oportuna”, e de 02.05.1914 ofício do advogado Paulo Lobo requerendo da Prefeitura “a bem de ineresses da Companhia Frigorífica e Pastoril” certidões do texto da lei 201, dos autos de apreensão das carnes e do destino que tiveram (Arquivo Municipal; nesse arquivo e sobre a Cia. encontram-se ainda os protocolos nº 2.103 de Abril e nº 1.753 de Agosto de 1914, e cartas de 04 e 18.09.1914). Dois anos depois, a 18.03.1916, em discussão na Câmara projeto autorizando o pagamento de restituição de impostos à Cia. (que havia recorrido ao Senado estadual), Álvaro Ribeiro se coloca contra, e verbera: “a lei que autorizou a Companhia a funcionar nesta cidade, contra a opinião do doutor Heitor Penteado, foi patrocinada e até redigida em parte pelo doutor Antonio Lobo, então presidente desta Camara, e a causa da Companhia, que infringiu essa mesma lei, é tocada no escriptorio de advocacia do mesmo ex-presidente da Municipalidade”. AC, livro 166, f. 59v-60. Em 1915, como já referido (cap. 3, nota 94), Antônio Álvares Lobo pedia demissão de sua cadeira na Câmara por divergências políticas com o Prefeito, Heitor Penteado. Gabriel Penteado, representante da Cia. Frigorífica e Pastoril em 1914, fora o escolhido pela CCA&E para arbitramento com a Prefeitura em 1911 (RPM, 1911); em carta dos anos 20, endereça-se a Orosimbo como “amigo”.

¹⁰⁹ Cf. atas das sessões de 14 e 22.10.1910. AC, livro 165, f. 148v-149.

¹¹⁰ Na sessão de 04.11.1909, frente a pedido de moradores de Villa Americana para dar nomes a ruas daquele “bairro” segundo lista que apresentam, Álvaro Ribeiro declara “desconhecer os cidadãos cujos nomes vinham indicados naquella pedido, á excepção do snr. dr. Antonio Álvares Lobo, cujos serviços á causa publica e de benemerencia elle vereador desconhece, e assim votava contra aquella homenagem e pedia á Presidencia que fizesse constar da presente acta as declarações que fazia”. AC, livro 165, f. 91v.

¹¹¹ Do libelo do processo de anulação do divórcio. Processo nº 150, 1911, 3º ofício, TJC. Apud. Adriana Ferraz, op. cit., p. 43.

Câmara, naquela mesma administração.¹¹² Com relação à empresa de eletricidade, é dado como amigo do diretor-presidente da mesma.¹¹³ Quando do falecimento de José Lobo, em 1930, a Câmara consignava um voto de profundo pesar; Orosimbo “acha pequena a homenagem”.¹¹⁴

Mas a imposição dos novos contratos, se contava com o patrocínio do Prefeito, ou de um pequeno grupo mais próximo do mesmo, era também permitida, em acordo tácito, pela própria Câmara, e numa instância ainda mais geral, pela cidade como um todo – cujo eleitorado cada vez mais se identificava com a figura do Prefeito. Afinal, os novos contratos, e os novos padrões de funcionamento das empresas, fugindo à mediação e ao controle da Câmara, apenas compõe a mudança mais geral – sempre no mesmo da imposição, e auto-imposição, de padrões e referências exteriores não-mediados politicamente.

O serviço de águas, muito embora controlado pela Prefeitura, não constitui exceção. Encampado em fins de 1923, funcionando como órgão da municipalidade desde 1924, recebia novo regulamento em 1927. Pedro Anderson se opõe ao projeto desse regulamento, quando em discussão, afirmando que “a Câmara exige hoje ao consumidor aquilo que sempre negou á Companhia concessionária do serviço”. Álvaro Ribeiro, retornado do exílio e assumindo sua cadeira na Câmara a 15 de Junho, a 10 de Agosto exprime-se no mesmo sentido, sobre a Repartição de Águas e Esgotos:

“Essa Repartição impõe obrigações, estraga passeios, executa obras por conta de proprietários de serviços de sua exclusiva responsabilidade. Ella faz o que a Camara jamais consentiria que a Companhia fizesse para a execução de seu contracto. Não se pode permittir que o chefe da Repartição intime proprietario a fazer alterações, sob ameaça de supressão da água. No tempo da Companhia havia recurso para o executivo e o legislativo, agora nem para o bispo”.¹¹⁵

Acusava que a Câmara, que encampara a antiga companhia privada “para beneficiar o público e não para o opprimir”, entretanto passava a tratar do serviço como “fonte de renda”.¹¹⁶ Quanto ao novo modo de gestão do serviço, note-se o comentário do mesmo vereador, em Setembro do mesmo ano: “Há na R.A.E. uma pessoa que manda mais do que a Câmara”.¹¹⁷ Assim, muito embora a cargo da municipalidade, o serviço de águas e esgotos não se fazia exceção, quando também nos serviços de eletricidade e telefonia impunha-se aumento de tarifas e, sobretudo, uma gestão que escapava dos foros da Câmara.

Campinas fora, depois de Londres, a segunda cidade no mundo a contar com serviço de telefonia, instalado comercialmente em 1884.¹¹⁸ Testemunho da condição de especial pujança econômica e social da cidade naquele momento, já comentada (introdução), o serviço chega ao início dos anos vinte em condições de total obsolescência; nessa época, as reclamações a respeito desse serviço, registradas nas atas

¹¹² Em substituição a Paulo Álvares Lobo (“enfermidade na família”), cf. ofício da CCA&E à Prefeitura, de 24.10.1912. Arquivo Municipal.

¹¹³ Cf. Álvaro Ribeiro, na sessão de 14.09.1927. AC, livro 173, f. 28.

¹¹⁴ Propõe a suspensão da sessão. Sessão de 27.08.1930. AC, livro 175, f. 76v.

¹¹⁵ AC, livro 173, f. 17.

¹¹⁶ Idem, f. 17v.

¹¹⁷ Sessão de 14.09.1927. AC, livro 173, f. 28.

¹¹⁸ José Roberto do Amaral Lapa, op. cit., p. 30.

da Câmara, se ombream com aquelas, recorrentes desde há muito, quanto ao serviço de águas (ou à falta d'água).

A constituição de 1891 deixara a cargo dos municípios a concessão de licenças para os serviços telefônicos. A Câmara de Campinas editava a lei 135, em 1910, regulando os termos das presentes e futuras concessões. Os termos dessa lei foram atualizados pela de nº 410, de 17 de Setembro de 1927, sem diferença essencial – ambas mantinham o princípio de que as concessões não implicavam privilégio, ou seja, monopólios.

Quando da lei 135, e desde data que não sabemos precisar,¹¹⁹ o serviço de telefonia da cidade era operado por empresa do grupo Light, tendo a mesma empresa assumido diversos nomes: Cia. Telefônica do Estado S. Paulo, até 1919, Rio de Janeiro & S. Paulo Telephone Co, desde então, sendo já Cia. Telefônica Brasileira, quando da reforma do contrato (e dos serviços) em 1927.¹²⁰ As subsidiárias da Light nunca chegaram a assinar o termo de compromisso com os termos da lei 135 (depois 410), ficando letra morta o artigo que fixara o prazo de trinta dias para a assinatura desse termo, “sob pena de ser cassada a licença de funcionamento”.¹²¹ Simultaneamente operava na cidade a Cia. Telefônica Bragantina, que também operava rede local,¹²² mas ao longo do processo de reforma do serviço que passamos a tratar a Câmara e a Prefeitura se referem sempre à “empresa concessãoária”, no singular.

Em fins de 1922 o vereador Paulo Pupo, lembrando o “pessimo estado do serviço de telephonia local”, indicava que a Prefeitura instasse a Companhia a apresentar bases para uma reforma do seu contrato (e do serviço).¹²³ Uma proposta, obtida pelo Prefeito, Rafael Duarte, era enviada à Câmara em ofício de 22 de Dezembro e re-enviada à Prefeitura na semana seguinte, com pedido de um parecer técnico

¹¹⁹ Resposta a questionário da sessão de estatística do Estado informa que “a Cia. Telephonica do Estado de S. Paulo foi installada [na cidade] no anno de 1884”, como veremos a seguir, essa Cia. pertencerá à Light, porém não teria pertencido à Light já em 1884. Arquivo Municipal, respostas ao questionário sobre o serviço telefônico, 3 folhas datilografadas datadas de 31.07.1912, encartadas no ofício nº 354 de 6.07.1912 da Rep. de Estatística e Arquivo do Estado.

¹²⁰ Res. 570, de 21.11.1919. Vide também o parecer de José Augusto César, de 30.07.1926, anexo à indicação de Antônio Carlos de Camargo Vianna para reforma do serviço. AC, ex. 76, pasta “indicações - 1926”. Dado o paralelismo existente, damos em nota o caso do Rio de Janeiro: “Em 1905, a Rio de Janeiro Light & Power Company Limited adquiriu a BEG [Brasilianische Electricitäts-Gesellschaft] que continuou a operar com personalidade própria até 1907, quando foi incorporada à Rio de Janeiro Telephone Company, empresa controlada pela Light. Em 1912, a Light passou a se chamar Brazilian Traction Light & Power Company. Em 1916 foi criada a Rio de Janeiro & São Paulo Telephone Company, para adquirir e desenvolver as empresas telefônicas de propriedade da Brazilian Traction. Em resumo, o serviço telefônico da capital da República era gerido pelo grupo Light desde 1905”. Carlos Kessel, A vitrine e o espelho. *O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Arquivo Geral da cidade, 2001, p. 63.

¹²¹ Lei 135, art. 8º.

¹²² A Cia. Bragantina foi autorizada a funcionar na cidade pela resolução nº 382, de 15.07.1911. Fica claro tratar-se não apenas de serviço interurbano, mas também de chamadas locais: “Art. 2º. – A Companhia obrigar-se-á (...): (...) d) assentar gratuitamente os primeiros cem (100) aparelhos urbanos, e a não cobrar pelas communicações que forem feitas dentro do município taxa alguma enquanto o numero delles não attingir a cem”. Em Junho de 1913, a Cia Bragantina dava entrada em projeto para instalação de sistema com mesa para 1.000 números e cabos subterrâneos, “livrando as ruas dos postes e fios”. (Arquivo Municipal; com planta em anexo).

¹²³ Sessão de 07.10.1922. AC, livro 169, p. 181.

a respeito. Do longo parecer do eng^o Góes Sayão Filho, datado de 24.03.1923, temos alguns dados a respeito do serviço:

O engenheiro classifica os sistemas de serviço telefônico em duas grandes categorias: manual e automático, subdividindo o manual em manual de bateria central ou de magneto. Este último, o mais atrasado dos três, era o que funcionava em Campinas – traduzindo, tratava-se de sistema de chamadas via telefonista, com acionamento da energia por manivela. “Recentemente, a empresa introduziu um melhoramento na central: installou um dynamo movido por um motor electrico afim de libertar as telephonistas da manobra do magneto” – o que piorou o serviço para os assinantes, pois “ao ruído de peixe frito provocado pela indução nas linhas veio juntar-se o da trepidação do motor (a Companhia não installou bateria central)”. O total de linhas era de 1.245, sem capacidade para aumento.¹²⁴

O sistema automático era o mais moderno. “Graças a esse systema os assignantes podem corresponder-se directamente entre si sem necessidade de intermediarios, o que economiza boa parte do tempo” – naturalmente, de origem norte-americana, onde estavam instaladas as maiores redes do total de cerca de 600.000 aparelhos automáticos que havia no mundo por essa época. No Brasil, Porto Alegre já dispunha do serviço automático.¹²⁵

A proposta de reforma apresentada pela Companhia não era de substituição pelo sistema automático, mas tão-somente pelo manual de bateria central. Quanto às tarifas, o engenheiro admitia que as atuais eram “inegavelmente baixas”, porém as propostas “desmesuradamente elevadas”, maiores que as praticados pela mesma empresa no Rio e em São Paulo, quando, dadas as condições da cidade, poderia-se esperar o inverso.¹²⁶ A 12 de Julho de 1923, parecer encabeçado pelo vereador Antônio Carlos de Camargo Vianna pedia que “fossem dadas a conhecer as possibilidades e condições” de instalação do sistema automático, pedido que a Companhia não atende, alegando, em officio de 1º de Setembro, “não ter dados disponíveis”.¹²⁷

Deixando a empresa de implementar as reformas necessárias, no início de 1925 o vereador Antônio Carlos de Camargo Vianna indicava abertura de concorrência para o serviço, ocasião em que somos também informados que a companhia havia se utilizado “para suas installações locaes, do velhissimo material do antigo centro urbano da capital” e que os pedidos de novas linhas montavam a “varias centenas”, e de tal modo que, não havendo capacidade de expansão, o interessado pagava ao cedente “centenas e centenas de mil réis” por uma linha.¹²⁸ Pouco depois, em Maio, um particular, Olímpio

¹²⁴ Parecer de Góes Sayão Filho, 18 páginas datilografadas, de 24.03.1923. AC, cx. 97, pasta “sobre serviço telephonico - 1923-1928”.

¹²⁵ As maiores redes eram: Los Angeles, 45.000 aparelhos; Chicago, 30.000; San Francisco, 20.000; Ohio, 15.000; Nice, 2.400; Epson, 500. No Brasil, além da rede de Porto Alegre, havia “pequenas installações” automáticas em S. Paulo e Rio para uso da Companhia. Cf. parecer de Góes Sayão Filho, doc. cit..

¹²⁶ Parecer de Góes Sayão Filho, doc. cit.

¹²⁷ Parecer de Antônio Carlos de Camargo Vianna e outros, 12.07.1923, e officio da Rio de Janeiro & S. Paulo Telephone Co., 01.09.1923. AC, cx. 97, pasta “sobre serviço telephonico - 1923-28”.

¹²⁸ Atas da sessão de 05.02.1925. AC, livro 171, f. 52-54v.

Rodrigues, propunha-se “concorrer para o serviço telefônico desta cidade, fazendo-o melhor (...) pois, é sua intenção adoptar um novo systema de telephones em que o proprio assignante fará as ligações e cujos fios serão subterraneos, dispensando o emprego de postes nas ruas da cidade”.¹²⁹

Um ano se passa até que em Maio de 1926 parecer encabeçado por Paulo Villac pedisse, na questão, consultar “o dr. José Augusto Cezar ou outro jurista notavel”. Consultado esse, afirmava, em parecer datado de 30 de Julho, que a Câmara poderia abrir a concorrência, porém “não pode cassar á empresa actual a autorização para funcionar”. Desse modo, era posta de lado a proposta de Olímpio Rodrigues – cujo investimento necessitaria de garantia de privilégio –, e deixada a funcionar a empresa que já exercia o serviço, com seu sistema ultrapassado e mantendo ampla demanda reprimida.¹³⁰

Embora a lei 135 rezasse a ausência de privilégio (monopólio), estavam agora afastadas na prática – fosse por uma questão jurídica, fosse por uma questão política – as possibilidades de que outra empresa que não a subsidiária da Light concorresse a uma concessão para modernização dos serviços.

Já excluídas assim as alternativa de concorrentes, Orosimbo enviava à Câmara, em ofício datado de 18 de Junho de 1927, uma minuta de contrato para renovação dos serviços da “«Companhia Telephonica Brasileira » (alias Companhia Norte Americana)”. “(...) diante desse contrato, supponho que implicitamente fica revogada a lei 135, porém não será supérfluo que a Illma. Camara, na propria lei que autorisar a celebração do contracto, revogue aquella lei, pelos antagonismos que apparecerão”.¹³¹

Diga-se de passagem, Orosimbo já em 1910 demonstrara contrariedade com relação a termos da lei 135 – esta fora uma daquelas leis de quando da sua primeira administração que, como já comentado, foram publicadas com nota dando conta das divergências da Prefeitura a respeito.¹³²

Na sessão de 6 de Julho Álvaro Ribeiro se colocava contrário ao simples aceite do contrato acordado entre a Prefeitura e a empresa, e revogação da lei 135: “a legislação sobre o assumpto deve ser feita com character geral, abrangendo e favorecendo em igualdade de condições todas as empresas estabelecidas ou que se venham a estabelecer no Municipio, para ser respeitado o direito de livre concorrência”. Para atender a novas demandas (serviço automático, fiação subterrânea) que o desenvolvimento tecnológico facultava, sugere uma revisão da lei 135.

Essa revisão seria levada a efeito, sendo promulgada a 17 de Setembro a lei 410. Era na essência a mesma lei 135, mantendo o princípio da livre concorrência, introduzindo algumas exigências – serviço automático, fiação subterrânea na parte central – facultadas pelo desenvolvimento tecnológico havido desde a publicação daquela – e aliás já oferecidas pela proposta de Olímpio Rodrigues.

¹²⁹ Ofício de Olímpio Rodrigues, 04.02.1925, anexado ao original da indicação de Antonio Carlos de Camargo Vianna supra referida. AC, cx. 76, pasta “indicações - 1926”.

¹³⁰ Documentos anexos à indicação de Antônio Carlos de Camargo Vianna, 05.02.1925. AC, cx. 76, pasta “indicações – 1926”.

¹³¹ Ofício da Prefeitura, s/ n°, de 18.06.1927. AC, cx. 75, papéis da Resolução 858.

¹³² A nota lê: “Pelos motivos constantes do officio n. 393, a Prefeitura pediu nova deliberação sobre esta lei.

Era uma iniciativa natimorta, no que tange à sua pretensão de perpetuar a precedência da instância camerária na regulamentação do assunto.

Paulo Villac encabeça o parecer aceitando a proposta da empresa apresentada pela Prefeitura, aprovado em primeira discussão a 28.09.1927 – parecer que Pedro Anderson, membro da comissão, não assina por entender que “a Câmara não pode tomar conhecimento da proposta da Companhia, mas sim esta da lei 410”.¹³³ Álvaro Ribeiro colabora na matéria “com o salutar proposito de melhorar as condições estabelecidas pela Prefeitura (...) não convencido de que ella [a minuta do contrato apresentada] seja inteiramente conveniente aos interesses do municipio, porém, constrangido pelas injunções do momento político”. Procurava garantir o cumprimento de condições previstas pela lei 410, tratando de “amenisar as exigencias absurdas de um verdadeiro monopolio, consentindo num mal, para evitar mal maior”.¹³⁴

A resolução 858, nominalmente dispondo “condições para isenção de impostos” à Cia. Telefônica Brasileira, promulgada a 14 de Outubro de 1927, era na prática o ato que ratificava a minuta contratual proposta pela Prefeitura, em acordo com a empresa, para a remodelação dos serviços. Embora o primeiro artigo rezasse que ela deveria funcionar “com todos os onus e vantagens da lei 410”, o aspecto essencial, da livre-concorrência, que aquela lei tinha em vista se perdera, e os ônus incorporados eram marginais,¹³⁵ como marginal fora a participação da Câmara no processo.

O serviço de iluminação elétrica do município, assim como o de bondes elétricos, datava como já visto (cap. 1) do ano de 1912. O acordo para a introdução desses serviços, que recaíra sobre a mesma companhia que já operava a iluminação a gás, tivera entretanto seus momentos decisivos em fins da primeira administração de Orosimbo, em 1910. A empresa, com o beneplácito de Orosimbo, procurava fazer passar um contrato oneroso. Trazendo à Câmara, de surpresa, uma proposta de fornecimento de energia elétrica de companhia alemã, Álvaro Ribeiro forçava a companhia local a baixar pela metade os valores de sua proposta¹³⁶, num acordo que a resolução 364, de 3 de Dezembro de 1910, já assegurava,¹³⁷ sendo o contrato firmado no início do ano seguinte. O contrato assim obtido era dado ainda em 1927, e “apezar dos progressos da electricidade”, como “o mais vantajoso do paiz”.¹³⁸

¹³³ Sessão de 28.09.1927. AC, livro 173, f. 35.

¹³⁴ Texto de Álvaro Ribeiro, justificando emendas ao parecer de Paulo Villac. AC, cx. 75, papéis da resolução 858.

¹³⁵ Prazos para término da remodelação, obrigação de manter as taxas correntes até o término da remodelação, de dar espaço nos postes para linhas de aviso de incêndios, de dar ligações a linhas construídas por particulares fora do perímetro urbano, de não cobrar taxas dos antigos assinantes pela remodelação (condições constantes do art. 2º da resolução 858).

¹³⁶ Álvaro Ribeiro, op. cit., p. __. Peroração do mesmo, sessão de 20.07.1927. AC, livro 172, f. 8-10v. As atas das sessões de fins do ano de 1910, que poderiam confirmar e complementar essas informações, foram lavradas em volume que se encontra perdido (o volume faltante cobre o período de Novembro de 1910 a Setembro de 1914).

¹³⁷ Resolução 364, “Auctoriza abertura de concurrencia publica para o serviço de electricidade”; “Artº 10º - Esta resolução entrará em vigor dentro do praso legal e mediante a assignatura de um termo compromissorio pela Companhia Campineira de Tracção, Luz e Força, em que esta se obrigue ás bases propostas perante as commissões reunidas e constantes do parecer, desde que não haja quem mais vantagens offereça ao municipio”.

¹³⁸ Álvaro Ribeiro, op. cit., p. xii.

Em 1922, conforme previsão do contrato, tinha início o processo de revisão das tabelas. A cláusula 10ª do contrato estabelecia indiretamente um teto para o valor das tarifas, ao estabelecer que o lucro não poderia ultrapassar 12% do capital investido; contando que o incremento no número de assinantes, uma vez implantado o serviço, seria sempre proporcionalmente maior que o de novos investimentos necessários para a expansão, essa cláusula projetava uma gradativa diminuição das tarifas a médio e longo prazos. Em 1922 a companhia pretendia que fosse reconhecido o capital de mais de 10 mil contos, referente à linha do ramal férreo (ligação com o bairro dos Souzas), que passara a operar, fazendo assim pular de 4 para quase 15 mil contos o seu capital nominal. O capital total das instalações do dito ramal férreo que a empresa passara a operar não correspondia a um investimento por ela realizado. O pedido de reconhecimento daquele capital constituía claramente uma via de escape e uma subversão do visado na cláusula 10ª do contrato. A proposta recebia de imediato parecer contrário do chefe do Tesouro.¹³⁹ Os trabalhos da comissão especial montada para efeito da revisão se arrastaram “até 30.05.1924”, “devido ao Snr. Byington que conforme seu costume «negaceava» continuamente”¹⁴⁰. Passado o episódio da revolução de 1924 (que novamente pontua o processo de mudanças em curso), já ausente Álvaro Ribeiro (no exílio), o curso da questão torna-se favorável à empresa. Em fins de 1925 Miguel Penteado, que de início se opusera ao pretendido pela companhia, promulgava a lei nº 367, ratificando acordo ditado pela mesma no início daquele ano, fundamentalmente reconhecendo o valor do ramal férreo como parte do capital da mesma.

No início de 1926, Pedro Anderson, que não fizera parte da legislatura precedente (1923-25), propõe recurso ao senado estadual contra tal acordo – recurso cujo envio é aprovado apesar da oposição de Paulo Villac, vereador que, assumindo como já referido a vereança pouco depois da revolução de 1924 (e agora reeleito para o triênio 1926-28) fora o relator do projeto de que resultava dita lei 367 e se tornara “alto funcionário” da “Southern Brazil Electric Company”, controladora da CCTL&F.¹⁴¹

Retornando do exílio e logo assumindo, a 15 de Junho de 1927, a cadeira para a qual fora ainda uma vez eleito, Álvaro Ribeiro procura emendar a questão por outro caminho, menos moroso que o recurso ao Senado estadual. Visto como o aumento da intensidade da iluminação pública, único ônus assumido pela empresa no vantajoso acordo de revisão, não havia sido cumprido, propõe, a 20 de Julho, a suspensão imediata do acordo. A indicação recebe parecer favorável do procurador judicial – a que Orosimbo, como de costume, apensa comentários próprios, em sentido contrário. Somente em Novembro a comissão apresentava parecer a respeito – sendo dois, divergentes: um (parecer nº 107, de 1927) de Paulo Villac, pedindo novo parecer jurídico, e outro (nº 108) de Antônio de Oliveira Valente, favorável à suspensão e incluindo projeto de resolução a respeito. Pressentindo embaraços, Álvaro Ribeiro acusava que “de começo, as coisas tomavam o bom caminho”, mas “desde que o Prefeito regressou de sua viagem [fins de

¹³⁹ Parecer de Elisiário Penteado, 13.01.1923. AC, cx. 71, papéis da Lei 367.

¹⁴⁰ Álvaro Ribeiro, sessão de 20.07.1927. AC, livro 172, f. 9.

¹⁴¹ E subsidiária da Light? Sessões de 09 e 23.11.1927. AC, livro 173, f. 59v, 63.

Setembro] tudo tomou rumo contrário”.¹⁴² A 21 de Dezembro era aprovado o parecer 107, contra os votos de Pedro Anderson e Álvaro Ribeiro, e a 1º de Fevereiro de 1928 a Prefeitura enviava o parecer de Alcântara Machado¹⁴³, contrário à suspensão. A essa altura, a questão já se perdera, pois “enquanto os papéis ficaram retidos na Prefeitura e na Comissão (...) a Companhia executou em poucos dias o que o que não tinha feito em quasi dois annos, isto é, augmentou a illuminação”.¹⁴⁴

Quanto ao recurso ao Senado, o parecer final era finalmente emitido a 28 de Dezembro de 1928. “(...) Pelo que se vê, a obrigação de se rever de 5 em 5 annos a tabella de preços tinha por fim diminuil-os, á medida que os rendimentos da Companhia se desenvolvessem e os lucros sobre o capital actual attingissem a 12 % ao anno. Era um contracto elaborado com criterio e cada vez mais favoravel aos consumidores”. Finalizando, depois de passar em revista as razões do recorrente: “É facto que as alterações realizadas vieram onerar gravemente os consumidores, sem proveito para o municipio como fracção do Estado. Não obstante ter o requerente sobejas razões, não tem direito de se oppor a acto da Camara que usou das attribuições e faculdades que a lei orgânica lhe confere, como pessoa jurídica”. A vitória alcançada pelos descontentes com a revisão não passou de lograr que esse parecer – que, embora não anulasse a revisão, prestigiava a posição de quem se houvesse oposto ao acordo – fosse integralmente transcrito em ata, no início de 1930. Indicação da minoria do PD, cujos vereadores se proclamavam “firmes na defesa do interesse do povo”,¹⁴⁵ como homenagem a Pedro Anderson, Aníbal de Freitas (sic. – leia-se Álvaro Ribeiro) e Elisiário Prado, e “como uma reprovação ao acto da Camara de 1925 que approvou a referida lei”.¹⁴⁶

Em fórmula que se aplica aos casos tratados anteriormente (telefonía e águas), notava-se então que “a companhia se transformou num elemento de compressão do povo”.¹⁴⁷ O tratamento, ou regulação, de questões de interesse da coletividade deixara de ser tratado com sucesso pela instância política local, de cujas mãos escapava, passando os termos a serem impostos à mesma desde fora – por assim dizer automaticamente.

¹⁴² Sessão de 09.11.1927. AC, livro 173, f. 58-61. Os originaes dos pareceres encontram-se em: AC, cx. 71, pasta “indicações – anno 1929”.

¹⁴³ Jurista renomado, também literato. Autor do conhecido *Brás, Bexiga e Barra-Funda*, volume de contos publicado em 1927, destaque do modernismo literário paulistano e obra admirada por Mário de Andrade.

¹⁴⁴ Sessão de 09.11.1927. AC, livro 173, f. 59v.

¹⁴⁵ Sessão de 12.02.1930. AC, livro 175, f. 26v-27.

¹⁴⁶ Ata da sessão de 22.01.1930. AC, livro 175, f. 19-21. A ata da reunião (e não sessão, dado falta de quorum) de 12.02.1930 nos informa que a maioria (PRP) havia comparecido em peso para tentar evitar a consignação do voto de protesto. Pedro Magalhães Jr. (vereador do PD responsável pela indicação da transcrição integral da decisão do Senado), que refere “correr o boato de que alguns vereadores estão acumpliciados com a Companhia”, procura ainda encaminhar pedido de revisão das novas taxas, baseado em certidão da recebedoria de rendas do Estado dando conta de que a CCTL&F, taxada sobre capital de 14 mil contos (valor correspondente àquele facultado pela lei 367), recorreu, alegando capital ser de 4 mil (valor real, sem contar o ramal férreo). Iniciativa sem desdobramentos, chegada a revolução de Outubro.

¹⁴⁷ Sessão de 12.02.1930. AC, livro 175, f. 26v-27.

5.4. O “urbanismo” como coroamento do processo.

Em parte como uma necessidade advinda da expansão da área urbana e do ritmo de crescimento, ou antes espraiamento, da cidade, emerge a questão de se prover a cidade de um plano que regulasse esse crescimento. Que entretanto não se trata apenas de formalizar diretrizes gerais de crescimento, mas sim de impor – ou, a nosso ver, coroar – a existência de uma nova forma o diz o próprio título que o projeto eventualmente assume: “plano de remodelação”. Tal “remodelação”, nos termos em que se formula (as questões pelas quais se interessa, o desenho que propõe para a cidade – o caráter, enfim, do plano) coloca-se como o ápice do processo que vimos estudando. Nessa perspectiva, o plano não é o marco zero que institui uma nova cidade, mas uma das marcas do estágio final do processo de crise que vimos estudando.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Essa disposição da questão do “urbanismo” e dos “planos de urbanismo” coloca-se como alternativa ao entendimento dos planos como “formas racionalizadas de uso e manipulação do espaço das cidades” mediante cuja aplicação o país “procurava ingresso entre as nações desenvolvidas” (Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 27), bem como ao entendimento que tende a ver os planos como resultado da obra de um personagem isolado e privilegiado, pelos seus amplos conhecimentos técnicos ou culturais (Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996). Como formas que seguem “regras de uma das disciplinas instauradoras da modernidade no século XX: o urbanismo” (Segawa, loc. cit.), ou como produto de profissional destacado, em ambos os casos o plano aparece como “modelo”, instituído por assim dizer desde fora. Embora já se declare em trabalhos recentes a disposição de romper com o tratamento da história do urbanismo segundo “modelos” (Maia Costa, e, num quadro distinto, mas no mesmo sentido, Bicalho), acreditamos que o caminho para tanto não seja desprezar o conteúdo efetivamente *modelar* dos planos, ou seja, o desenho, que propõe, a forma que projetam para a aglomeração, mas sim apreender convenientemente o significado desses desenhos – que se revelam numa análise direta dos mesmos, e que podem também, como no caso presente, ser percebidos como resultado de processos históricos. (Maia Costa, ao pretender afastar-se “dos pressupostos metodológicos empregados por parte dos historiadores urbanos brasileiros”, que partem da “correlação das intervenções no Brasil com modelos, já a sua época, consolidados”, sem atentar para a “correlação entre os processos mais amplos da urbanização e a constituição do urbano e do urbanismo”, afasta-se entretanto ao mesmo tempo de uma análise do desenho das cidades, que confunde com os “planos” e “modelos” meramente exteriores e que então despreza: “A «forma» da cidade, por um lado, pouco importava, visto que era a sua «função» e não o desenho da mesma que estava no centro da questão”; “(...) aqui não se está pensando em termos de «modelos» urbanísticos, não é o caso de «desenhar» a cidade, mas antes equacionar as tensões inerentes à própria dinâmica da cidade a fim de que as funções sociais e urbanas fossem amplamente alcançadas”; “(...) ambas as «vilas» foram construídas com segundo interesses privados, fruto do interesse de capitais particulares, onde mais que seguir uma forma, mais que construir uma cidade, aplicavam-se de «modelos» norte-americanos de planejamento moderno do espaço construído” (sic). _____, *O moderno planejamento territorial e urbano em São Paulo: a presença norte-americana no debate da formação do pensamento urbanístico paulista, 1886-1919*. São Paulo: FAU-USP, 2005, p. 24, 190, 198, 284. Num quadro distinto, mas no mesmo sentido, Fernanda Bicalho, “retomando a discussão tão cara aos arquitetos, urbanistas e historiadores da arte acerca da existência ou não de normas definidoras dos traçados urbanos das cidades lusas no além-mar...”, despreza a carga de significado próprio e autônomo que os traçados em si mesmos fossem capazes de apresentar: “... para que essa discussão não permaneça no nível das abstrações de um debate exclusivamente calcado na estrutura formal das vilas e cidades implantadas no Novo Mundo, é necessário historiar as condições políticas, econômicas e culturais que geriram sua fundação e seu desenvolvimento espacial”. _____, *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 174. Para uma apreciação um pouco mais detida do modo como o desenho em si mesmo, ou conformação material imediata, das cidades não tem sido reconhecida em geral como matéria preñhe de significados sociais, e aí digna de análise *em si mesma*, como objeto autônomo, veja-se do autor “Verificação do estatuto de dados imediatos da conformação de cidades e de outros objetos da cultura material em alguns trabalhos de história urbana”, São Paulo: FAU-USP, trabalho apresentado à disciplina AUH 5808, Julho de 2005)

Pelo menos desde 1923 aventava-se a necessidade de um “plano geral de expansão”, ou “de irradiação”, da cidade.¹⁴⁹ Os primeiros passos efetivos no sentido da fatura de um tal plano datam entretanto da segunda administração de Orosimbo e acompanham outros sinais da floração definitiva dos novos padrões, de que o próprio plano é um verdadeiro coroamento.

Quando em 1927 a Prefeitura encomenda a fatura de uma planta cadastral para a cidade, ela o fazia, nas palavras de um vereador, com o propósito de “inteirar-se a respeito das necessidades de reforma e abertura de vias publicas”¹⁵⁰, ou, nas do engenheiro municipal, “afim de evitar-se os inconvenientes graves a que está sujeita a expansão da cidade nesta phase de irradiação que vem-se observando”¹⁵¹. Posto em concorrência esse serviço em 1927, o levantamento, “irrepreensível, segundo a opinião dos entendidos”¹⁵², contando mais de 30 pranchas, era entregue à Prefeitura em Agosto de 1929.

Além de um grau de precisão inédito, eram também as primeiras plantas da cidade a serem postas sobre o papel de tal modo a ter o norte na vertical da prancha. Pela primeira vez um referencial exterior à própria cidade determinava a disposição do desenho; pela primeira vez havia por assim dizer um espaço neutro universal pré-existente, sobre o qual a cidade se dispunha.

É também o sentido presente no novo sistema de emplantamento predial adotado no mesmo ano. O anterior, de 1922, de que tratamos acima,¹⁵³ já vinha sofrendo reclamações por parte do engenheiro municipal; a convite desse os mesmos engenheiros contratados para a planta apresentam proposta para conversão ao sistema “por metros corridos”, ou (significativamente) “sistema americano”.¹⁵⁴ Nesse, a numeração correspondia à medida, em metros, da distância do ponto médio do portão do prédio a ser numerado até um ponto do logradouro escolhido para origem da contagem (procurando-se pontos que fossem necessariamente extremidades últimas dos logradouros – por exemplo, junto de uma linha de trem ou de um rio).

O número não pertencia mais à casa, propriamente; por assim dizer, existia independentemente dela. Até então, a numeração de uma casa dependia do número de casas no logradouro. Eram as casas que constituíam a numeração. Agora, passa a existir como que um espaço pré-existente e pré-definido, que

¹⁴⁹ Já a 07.06.1922 Miguel Penteado opinava pela conveniência da fatura de uma “avenida circular”, que consistia na “ligação de quatro avenidas já existentes, o que deve ser feito logo, antes que se valorizem e encareçam os terrenos precisos para tanto”; a 20.01.1923 Omar Magro indicava que a Prefeitura mandasse orçar um “plano de irradiação” da cidade, “tomando por base os estudos feitos na capital do Estado para identico fim”; no Relatório referente aos serviços daquele ano o Prefeito dava conta, como já referido (cap. 4) da existência de “estudos preliminares da Repartição de Obras tendentes a formar o plano geral de expansão da cidade”. AC, livro 169, p. 107-8, 286. RPM, 1923.

¹⁵⁰ Paulo Villac, sessão de 08.06.1927. AC, livro 172, 133v.

¹⁵¹ RRO, 1927.

¹⁵² RPM, 1929.

¹⁵³ Cap. 2.

¹⁵⁴ Ofício n° 39, Prefeito à Câmara, 15.02.1929; carta-proposta de Jorge Macedo Vieira ao Prefeito, 7 p. datilografadas, 26.02.1929. Do parecer da RO, de 06.03.1929, somos informados que na capital do Estado o novo sistema fora implantado pela lei n° 2.451; outro ofício do Prefeito à Câmara refere que Petrópolis já dispunha “há muitos annos” do novo sistema. Arquivo Municipal, pasta “Documentos pertencentes á Lei n° 447” (inclui planta com as origens das contagens da nova numeração).

pode ou não vir a ser ocupado, sem sofrer alteração em sua constituição de base, ou “estrutura”. A própria origem não é mais uma edificação em particular (como antes, em que o primeiro número era o número da primeira casa). As origens (o marco de referência), tal como todo o sistema, passa a ser exterior a qualquer uma delas.¹⁵⁵

Já em 1917, como medida de combate à “clamorosa exploração” que, dada a alta da farinha por conta da guerra e a “demasiada liberdade desse ramo comercial”, a que a venda do pão estava sujeita, Álvaro Ribeiro indicara que o mesmo só fosse “vendido a peso com o preço fixado por kilograma”,¹⁵⁶ medida que fora dada em lei de 1918, juntamente com outras duas relativas ao combate à “carestia”. É somente em fins dos anos vinte, entretanto, sob Orosimbo, que o procedimento efetivamente se impõe. Nova lei, promulgada em Abril de 1929, reitera a obrigatoriedade da pesagem.¹⁵⁷ Como à época o pão era comumente entregue em domicílio, a obrigatoriedade causava especial embaraço, chegando a haver ameaça de greve dos entregadores.¹⁵⁸ Inobstante as resistências, o novo uso ia sendo incorporado, e as próprias “antigas denominações” “«pão de pataca», «pão sovado» etc.” eram esquecidas, “hoje substituídas, em geral, pela denominação do peso”.¹⁵⁹

Tal como na planta cadastral e no novo sistema de numeração, tratava-se não apenas da adoção mas de uma incorporação aos hábitos correntes, em fins dos anos vinte, de um sistema de medida, ou referência, não meramente abstrato, mas exterior e independente de todo e cada objeto a que se aplica.

Em 1929 o Matadouro Municipal passava por reformas, com a introdução de “guinchos elétricos” e outros maquinários automáticos¹⁶⁰ – introduzindo-se portanto uma linha de corte mecanizada, ao modo da linha de produção com esteira móvel “desenvolvida seriamente” pela primeira vez também na indústria de carne, de Chicago, em fins do XIX.¹⁶¹

Ainda em 1929, ganha impulso a movimentação pela elaboração de um “plano de remodelação”. Na Câmara, o assunto é recorrentemente posto em pauta pelo vereador Waldemar Belfort de Mattos, médico do Instituto Penido Burnier e membro da minoria (PD). Já em Maio Belfort de Mattos discorria “longamente sobre a necessidade de se elaborar um plano, de acordo com os preceitos do urbanismo, para a remodelação de Campinas”.¹⁶² Em Junho apresenta projeto autorizando a Prefeitura a contratar um urbanista para a organização do “Plano de remodelação e expansão da cidade de Campinas”, insinuando-se já então a questão da precedência no assunto: se do vereador oposicionista ou da Prefeitura.¹⁶³ Em Julho

¹⁵⁵ “In the past man was first, in the future system must be first”. F. W. Taylor, *The principles of scientific management*. New York: Harper&Brothers, 1919, p. 7.

¹⁵⁶ Sessão de 03.11.1917. AC, livro 167, f. 147v.

¹⁵⁷ Lei 444, de 06.04.1929.

¹⁵⁸ Associação Comercial ao Prefeito, protocolo nº 3240 de 28.07.1926. Arquivo Municipal.

¹⁵⁹ Abaixo-assinado de proprietários de padarias, reclamando da proibição de trabalho aos domingos (que alegavam impossibilitar a disponibilidade do produto às segundas). Arquivo Municipal, pasta-processo (solta), 1928.

¹⁶⁰ RRO, 1929.

¹⁶¹ E. Hobsbawm, *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 163.

¹⁶² AC, livro 174, f. 83v-84v.

¹⁶³ AC, livro 174, f. 87-87v.

é dado parecer pelo arquivamento do projeto do vereador oposicionista, que ataca as comissões responsáveis pelo parecer, e a 21 de Agosto “começa dizendo pretender desejar provar que o Prefeito não está cuidando de urbanismo”.¹⁶⁴ Em Outubro, um colega da minoria observava que, posto que considerasse que o projeto arquivado “tem muito de aproveitável”, concordava com vereadores da oposição em que o mesmo “fêre pontos de direito constitucional”, mais especificamente “quanto ao direito de propriedade”.¹⁶⁵

A atividade do vereador oposicionista na questão dá a ver como o personalismo e a centralização nesse momento não eram privilégio da fração no poder. A atividade do vereador oposicionista é compatível com a da Prefeitura, já pela maneira (personalista) com que abraça o projeto, já pelo caráter do projeto defendido, que, a julgar pelo admitido por colega da oposição (fere direito constitucional), propunha uma ação unilateral.

Paralelamente às proposições e aos discursos de Belfort de Mattos, a Prefeitura, “de posse da planta cadastral”, contatava Anhaia Mello,¹⁶⁶ que visita a cidade e apresenta um memorial e uma proposta de honorários para execução do plano, no prazo de um ano, remetidos à Câmara em ofício do dia 22 de Outubro de 1929.¹⁶⁷ Um ano depois, quando da revolução de Outubro de 1930, a efetivação desse contrato e a implementação dos procedimentos relativos ao plano haviam ficado em suspenso à vista da crise econômica sobrevinda em fins de 1929.¹⁶⁸ No início de 1931, no curto período administrativo de Pires Neto, antigo vereador da minoria nomeado Prefeito pela nova ordem política, chega a funcionar uma “Comissão de Urbanismo” – comissão consultiva, que serviria ao urbanista contratado –, dissolvida ainda em Abril, com o fim daquele curto governo.¹⁶⁹ Em 1934 um urbanista é contratado – já agora Prestes Maia.¹⁷⁰ Os trabalhos de elaboração do plano, novamente previstos de início para se realizarem em um ano, prolongam-se por quase quatro, sendo o plano instituído afinal em Abril de 1938 (ato municipal nº 118).¹⁷¹

¹⁶⁴ AC, livro 174, f. 104v, 109v.

¹⁶⁵ AC, livro 174, f. 136. Tal como o requerimento de Belfort de Mattos acerca dos automóveis da Prefeitura, também esse seu projeto de urbanismo não foi localizado, embora tenhamos compulsado todas as caixas cujas datas-limite abrangessem o período.

¹⁶⁶ Professor da Politécnica, juntamente com Prestes Maia um dos expoentes do “urbanismo” no Estado, e que havia naquele mesmo ano pronunciado uma série de conferências sobre o assunto no Instituto de Engenharia que ganhariam considerável repercussão. Publicadas no *Boletim do Instituto de Engenharia*, foram reunidas em livro logo a seguir, sob o título *A questão do urbanismo* – citado por Belfort de Mattos, em Campinas, na sessão de 29.05.1929. A referência onipresente nessas conferências (e no livro) eram as práticas adotadas nos EUA.

¹⁶⁷ RPM e RRO, 1929. O memorial “teve larga divulgação pela imprensa” e está reproduzido em anexo no relatório da Prefeitura.

¹⁶⁸ Sessão de 27.11.1929. AC, livro 175, f. 6v-7. Belfort de Mattos indicava que fosse “hoje mesmo” nomeada a comissão de urbanistas; a comissão de finanças justificava a demora.

¹⁶⁹ AC, cx. 29, pasta “comissão de urbanismo”, 1931.

¹⁷⁰ RPM, 1934, apud. Ricardo Badaró, *Campinas: o despontar da modernidade*. Campinas: área de publicações do CMU / Unicamp, 1996, p.43. Em 1933 o engenheiro Carlos Stevenson dava palestra sobre o tema no Rotary Clube de Campinas em que apresentava propostas preliminares de teor tal que, segundo o mesmo autor, sugerem entendimentos prévios com P. Maia já então. _____, op. cit., p. 41.

¹⁷¹ Ricardo Badaró, op. cit., p. 49.

Pouco depois da instalação da comissão consultiva que era parte prevista nos trabalhos de desenvolvimento do plano, em 1935, Silvino de Godoy, vereador, vinha indicar o fechamento de terrenos, concerto de passeios esburacados, retirada de postes do meio de ruas, todos em locais específicos. Tinha por bem antepor a essa indicação um longo circunlóquio, referindo os “profundos estudos realizados pelo Dr. Prestes Maia”, “a nossa quase absoluta incapacidade para tratar de tão relevante assumpto” – “oxalá nos fosse possível aqui traçar planos com a mesma capacidade inconfundível do Dr. Prestes Maia”, etc. A edilidade, que ainda em fins dos anos 20 era a responsável pela aprovação dos loteamentos, agora vinha “sugerir” as referidas medidas, comparativamente banais, “com o temor de haver invadido seara alheia”.¹⁷²

O preâmbulo não fazia contudo que as colocações deixassem de ser uma crítica, ou contraposição, embora comedida, ao engessamento imposto a obras mezinhas de manutenção, e à ação do poder municipal a respeito, por conta de esperar-se o plano, que já então tardava em ser entregue. Como contraposição, era caso de exceção. Se até a conformação física do ambiente em que todos habitavam passara a ser entendida como objeto de um conhecimento não apenas técnico, mas, mais precisamente, por assim dizer emanado de um “coletivo” distante, exterior a e independente de todos e cada um, não estranha que pela mesma época os pareceres e deliberações sobre as demais questões a cargo da administração municipal estivessem reduzidas a simples notas, desprovidas de qualquer desenvolvimento – em meio das quais algum eventual e extensíssimo parecer técnico, elaborado por um único vereador, apenas confirma o eclipse do caráter político das deliberações.¹⁷³ Não era necessário que alguém estivesse a oprimir a comunidade para que os debates não medrassem; o insípido advinha simplesmente da ausência da efetiva comunidade (política).

O plano elaborado pode ser descrito como consistindo fundamentalmente num esforço de dar monumentalidade à cidade que era, na expressão de Prestes Maia, “um reticulado uniforme de ruas estreitas com poucos pontos notáveis”.

Eram preciso “pontos notáveis” – monumentalidade, centralidade. Essa busca permeia o texto do “Relatório sobre o caráter e o programa do Plano de Urbanismo de Campinas” que Prestes Maia apresentava em 1935.¹⁷⁴ Não é um aspecto discutido, mas dado como pressuposto. Como pressuposto, aparece, no texto, de maneira apenas implícita, mas recorrente e bem marcada: para rematar uma avenida, recomendava-se um “*round point*” “capaz de receber um motivo central”.¹⁷⁵ Recomendava-se o

¹⁷² Sessão de 26.08.1935. AC, livro 176, f. 82-84.

¹⁷³ Atas do conselho consultivo do município (substituto da Câmara) no período. AC, livro 176, *passim*.

¹⁷⁴ Conforme diversos trechos desse documento citados em Ricardo Badaró, *op. cit.* Na identificação da referência bibliográfica ao longo dessas citações o autor dá a data de 1935; na bibliografia, especifica-se que esse relatório estaria transcrito no Relatório da Prefeitura relativo aos serviços de 1934, impresso em 1936. Não encontramos contudo esse documento no RPM, 1934.

¹⁷⁵ Prestes Maia, “Relatório sobre o caráter e o programa do Plano de Urbanismo de Campinas”, *apud*. Ricardo Badaró, *op. cit.*, p. 70.

alargamento da rua Francisco Glicério de preferência ao uso da sua paralela imediata, José Paulino, pelo “aspecto pouco monumental” que essa última ofereceria.¹⁷⁶

Mas o testemunho mais eloqüente dessa busca aguerrida do estabelecimento de uma centralidade / monumentalidade é o próprio plano (o seu desenho). Por sobre a cidade constituída propõe-se a abertura de duas avenidas ortogonais. Instaura-se, por sobre o antigo tecido “indiferenciado”, rasgando-o e demolindo o que fosse preciso, o grande “ponto notável”: o cruzamento dessas duas avenidas, centralidade unificada, antes inexistente. (fig. 39a)

Nesse cruzamento prevê-se a localização da “praça cívica”, dominada por um “edifício público principal; por exemplo Paço ou Fórum (com outras repartições estaduais)”.¹⁷⁷ (fig. 39b)

Os monumentos, que desde a época de Heitor Penteado multiplicavam-se de maneira dispersa, oferecendo-se aos transeuntes em momentos de devaneio, nos passeios pelos jardins, e que em 1924, ocupando já o centro destacado de uma das principais praças da cidade,¹⁷⁸ pela primeira vez mereciam referência em relatório do engenheiro municipal, agora tomam a forma de um gigantesco edifício-monumento disposto no centro unificado de toda a urbs, tal como somente então instituído, com a criação do par de avenidas ortogonais.¹⁷⁹

Se em 1924 Antônio Carlos de Camargo Vianna sugeria a retirada de postes da rua Barão de Jaguará, para desafogo do trânsito e melhoria estética do local, agora a mesma intenção era realizada numa escala impensável naquele momento: rasgava-se o que fosse preciso para instituir ex-novo uma via “cômoda”, “monumental”, “esteticamente desejável”.

Julgamos importante frisar que o gesto de abertura dessas vias não se justifica, nem mesmo pretendia se justificar, por questões técnicas.¹⁸⁰ Embora chegue a referir o desafogo de tráfego que o alargamento poderia possibilitar, admite-se de imediato que o volume de trânsito do momento – menos de três carros por minuto, na rua 13 de Maio – estava longe de demandar efetivamente tal medida. Mesmo a ilação descomprometida de que o desafogo pudesse atender a uma demanda efetiva num dado futuro não é

¹⁷⁶ Ricardo Badaró, op. cit., p. 70.

¹⁷⁷ Prestes Maia, “Relatório sobre o caráter do Plano de Urbanismo de Campinas”, apud. Ricardo Badaró, op. cit., p. 71.

¹⁷⁸ Monumento a Dom Nery, no largo da Catedral, inaugurado em 1924.

¹⁷⁹ A exemplo de Washington, cidade “primeiro planejada, depois erigida”, onde “tudo [é] amplo, largo, claro, solido, arejado”. “Um símbolo de pedra. A história americana está toda ali (...) na pedra dos monumentos, no bronze das estátuas, nas inscrições abundantíssimas (...)”. Monteiro Lobato, *América*. São Paulo: Brasiliense, 1951 (obras completas, vol. 8), p. 31-2 (escrito em 1930, originalmente publicado em 1931). No interior do Lincoln Memorial, o autor confessa ter-se sentido “como se houvesse ingerido qualquer desses alcaloides que transformam o equilíbrio normal das faculdades. Senti-me cocainizado...”.

¹⁸⁰ Em bibliografia sobre história social e das cidades é comum que se frise o modo como justificativas de ordem técnica são acionadas para legitimar ações autoritárias e unilaterais. Embora admitamos que atitudes autoritárias comumente se afirmam como resultado necessário de um saber técnico, seria contraproducente um entendimento que contraponha técnica e política como instâncias antagônicas. Tanto pode haver florescimento e aplicação das técnicas num âmbito político igualmente efetivo e florescente, quanto, por outro lado, os fundamentos do autoritarismo não podem ser encontrados na técnica, mas sim necessariamente na própria política. É em parte o que nos incita a frisar que no caso em foco a justificativa técnica (vazão de veículos) ocupa um lugar marginal, e na verdade insustentável (como veremos, a justificativa principal é de ordem estética).

Fig. 39. O “plano de urbanismo” de Prestes Maia para Campinas: instauração ex-novo de marcada centralidade por sobre o antigo tecido da cidade, tido como “indiferenciado”, mediante a abertura de duas largas avenidas ortogonais (a); na junção de ambas, a “praça cívica”, local para um “edifício público principal; por exemplo Paço ou Fórum (com outras repartições estaduais)”.

razão que se sustente. A via proposta poderia atender ao trânsito de passagem, ligando a entrada da cidade desde São Paulo até a saída rumo a Mogi. Se o alargamento tivesse em vista atender a um volume projetado de tráfego, deveria ser executado uniformemente em toda a extensão dessa ligação (ou pelo menos apresentar proposta quanto a um futuro alargamento de todo o trecho, por exemplo no sentido de proibir novas construções nos trechos a serem alargados). Entretanto, o que se alarga é apenas um trecho central da rua Francisco Glicério, entre Cônego Cipião e Marechal Deodoro. O trecho entre Marechal Deodoro e a avenida do Saneamento (atual Orosimbo Maia, saída para Mogi), embora bastante curto em comparação com a extensão central de largura plena, é previsto com largura mais discreta. O engargalamento compromete o aproveitamento máximo da largura projetada para um o tráfego de passagem – mas não chega a interferir na sensação de monumentalidade criada em torno da “praça cívica” e da centralidade aí instaurada.

E com efeito é o próprio urbanista quem afirma: “O problema não é assim de congestionamento (...). É apenas de commodidade e esthetica”.¹⁸¹

Vimos (cap. 3) que Antônio Carlos de Camargo Vianna, vereador do triênio 1923-25 que propusera projetos ligados à modernidade e à circulação – o desfogo da rua Barão de Jaguará mediante a retirada dos postes, o projeto de regulamentação de veículos, a proibição de atividade industrial no perímetro central – era também aquele que afirmava que “desde que entrou para esta Câmara (...) se tem voltado para a esthetica da cidade e a ella se vem dedicando”. Nos pareceres de Perseu Leite de Barros, engenheiro municipal desde 1923, o termo “esthetica” torna-se contraditório. Em 1929, as conferências de Anhaia Mello, a “esthetica” era também um termo – e uma questão – de destaque.

Em que consiste essa estética? Que vem a ser?

Nos exemplos referidos não está em causa o “bom gosto” (ou mau gosto) de épocas passadas, ou a discussão do que seria uma “boa estética”; afirma-se, simplesmente, a “esthetica” (do grego *estesis* – sensação) como razão das opções de conformação espacial adotadas. Na documentação, essa afirmativa, que remete à “sensação”, encontra-se comumente como justificativa para disposições espaciais que enfatizam a simetria axial (colocação de objetos em centralidades geométricas e/ou como foco de eixos de perspectiva), ou ainda de disposições espaciais que ofereçam uma circulação desimpedida. A recorrência do termo “estética(o)”, característico do momento em foco, remete a “sensação” e vincula-se a determinadas disposições espaciais em específico: perspectivas simétricas, e circulações desimpedidas – uma e outra, propiciadoras, correlatas ou covalentes de um movimento centrado num foco único, que não conhece alterações nem contraposições. A estética que se torna recorrente não diz respeito a um julgamento, mas ao campo da sensação, valorizando, nesse campo, aquelas situações em que – a exemplo

¹⁸¹ Prestes Maia, “Relatório...”, apud. Ricardo Badaró, op. cit. p. 66. Badaró também aponta que, embora essa avenida viesse atender “à outra direção importante de tráfego da cidade, (...) ao longo do eixo de travessia rodoviária São Paulo – Mogi”, “o maior significado atribuído a ela pelo Plano de Melhoramentos Urbanos estava relacionado à expansão do centro comercial, à localização de edifícios públicos e à estética urbana da porção central da cidade, onde ostentaria maior largura” (op. cit., p. 70).

da experiência cotidiana de cada um no eclipse da instância propriamente política – o movimento tem foco único, inamovível e desconhece contraposição.

Quando Prestes Maia coloca “comodidade” a par de “estética” como razões que justificam a abertura das duas avenidas centrais ortogonais, ambos os termos falam num sentido único. Se a “comodidade” não pode dizer respeito à prevenção contra congestionamentos, nem do presente (pois estavam muito longe de existir), nem do futuro (pois os engargalamentos laterais denunciavam que esta não fora a preocupação dominante), então essa “comodidade” diz respeito, tal como a estética, ao campo das sensações. A ascendência do automóvel e da circulação no planejamento da época não é tanto uma questão técnica (tempo de percurso) quanto estética: possibilitar a sensação de um movimento “livre”, desimpedido, que desconhece a presença física das massas construídas, que passam ao lado como num cinema, ou encarnam eventualmente, aqui e ali, como monumentos isolados, o foco de perspectivas rígidas.

É interessante notar como Prestes Maia encontra em Campinas uma conformação física pré-existente particularmente desfavorável ao estabelecimento dessa centralidade/ monumentalidade. Se no caso da capital paulista (para a qual havia elaborado o “plano de avenidas”, em 1930), a própria topografia já contribuía para o destaque do “centro” (o chamado “triângulo”), que ocupava uma região elevada e claramente delimitada, em Campinas “o centro é mais espalhado, a topografia é mais uniforme, não há setores isolados entre si”.¹⁸² Daí que se em São Paulo o “plano de avenidas” contentava-se em circundar o centro com a perimetral interna, com o sistema radial passando pelo vale ao lado, sem rasgar a parte adensada, em Campinas, mesmo sendo explicitamente considerada a opção tecnicamente eficiente, mais barata e menos traumática de um anel de contorno do centro, opta-se contudo por rasgar a parte adensada com as duas avenidas ortogonais – de outro modo, no caso de Campinas a centralidade / monumentalidade não ficariam suficientemente estabelecidos. Malgrado a centralidade houvesse sido enxertada com sucesso no “tecido indiferenciado”, alguns “defeitos” sobreviviam. O edifício do Fórum fora previsto como visto para remate da av. Campos Salles, vinda desde a estação; como a cota da estação era superior à da “praça cívica”, essa disposição sofria “um defeito que a topografia de Campinas provoca: o remate focal na extremidade inferior das ruas ou avenidas em vez de na superior. É o mesmo que também se verifica relativamente à Escola Normal”.¹⁸³

É na verdade uma ironia da história – e mais um dos fatores que tornam Campinas particularmente interessante para o estudo das transformações do período – que esse esforço estivesse sendo aplicado justamente sobre a antiga “meca da República”, cidade que, por assim dizer em conluio com a própria topografia local, fora o avesso do centralismo monárquico e dos monumentalismos urbanos.

¹⁸² Campinas, como visto, desenvolvera-se ao longo de um discreto platô, entre os brejos do nascente (vale do Tanquinho) e do poente (parte do vale do Serafim e onde posteriormente foi instalado o Mercado Municipal); trata-se de uma encosta suave e alongada, acompanhando a direção do Vale do Tanquinho, e não, como em São Paulo, de um promontório relativamente pontual e destacado.

¹⁸³ Prestes Maia, doc. cit., apud. Ricardo Badaró, op. cit., p. 69.

É também significativa a determinação de que o novo edifício que, demolida a igreja, deveria dominar a “praça cívica”, no cruzamento das duas avenidas ortogonais, fosse “um edifício público principal”, tendo prevalecido a opção pelo Fórum.

Resultando de um movimento de convergência de famílias abastadas que, deixando o meio rural, fixavam residência principal na vila, a cidade, como a conhecemos em 1870, era a própria comunidade política. A inversão do movimento de adensamento – a dispersão dos moradores pelos arrabaldes –, que se acentua desde a 1ª guerra (1914-1918), era também o esvaziamento progressivo desse foro político, que fora a cidade, ela mesma. Dissolvida a instância propriamente política, entregues as decisões, tradicionalmente e por princípio políticas, a referências exteriores (encarnadas aqui num urbanista, ali num Prefeito, e em qualquer caso num senso de “comunidade” que se coloca curiosamente como objeto isolado, exterior e independente de qualquer um), o foro político, esvaziado, ressurge sob nova forma: um monumento, ocupando a centralidade.

No momento em que as decisões, tradicionalmente e por princípio políticas, passam a ser atribuídas a referenciais externos, então coloca-se o símbolo dessa decisão – “Paço ou Fórum (com mais repartições estaduais)” – como o grande monumento, central, de toda a “urbs”, por assim dizer a irradiar para a nebulosa exclusivamente residencial em volta as decisões de uma instância suprema – e afastada.

O Fórum não é a instância política, antes dada pela própria cidade, na sua totalidade, reduzida a um único edifício; é a instância política, ao cabo de sua gradual dissolução, tornada um monumento exterior – um fetiche.¹⁸⁴

Uma razão exterior, resultante não de processos políticos e da conformação política (dos agentes que compusessem a esfera política, em sentido amplo), mas dada como uma estrutura não só pré-existente mas como que imanente, necessária, comandava. É assim que se deveria entender o caráter autoritário (por exemplo) de Orosimbo. É assim também que se poderia entender a afirmação, constante do preâmbulo de obra, publicada em 1938, por um médico que residia à (agora) av. Júlio de Mesquita, de que “não há sofrimento maior para o homem que a perda, mesmo momentânea, da sua personalidade”.¹⁸⁵ Essa “personalidade” era perfeitamente exterior, pois era por definição adquirida e oposta à natureza: segundo o opúsculo, os “alienados e neuróticos” eram os que seguiam o curso de suas “personalidades naturais”, os “demais homens da terra”, os que “seguem a trilha das personalidades adquiridas”. Poderia-se dizer que

¹⁸⁴ Há portanto que se relativizar a afirmação de que o plano “desenha uma cidade que, prezando-se operativa e aprazível, fosse ainda *locus* para a *civilidade*” (grifo do original). Ricardo Marques de Azevedo, prefácio. In Ricardo Badaró, op. cit. A verdadeira civilidade é correlata da comunidade política, que se dissolvera; a “civilidade” que o plano propaga – ao dispor por exemplo o Fórum como edifício central – é apenas uma referência já tornada abstrata/exterior, distanciada, fetichizada.

¹⁸⁵ José Proença Pinto de Moura, *Neurose cardíaca*. São Paulo: escolas profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1938, p. 10. Entre 1933 e 1947 o dr. Pinto de Moura habita um dos sobrados geminados construídos em fins de 1924 na mesma quadra da antiga residência de Rogério de Freitas (cap. 3), na esquina com a rua Benjamin Constant. Cf. entrevista com Maria Luísa Pinto de Moura, sua filha, em Novembro de 2003.

essa “personalidade adquirida” era o “dever” – a expressão subjetiva da existência de um “sistema”, exterior, que como que prescindia dos seus componentes (humanos).

Fig. 40. Vista da cidade desde a torre da Catedral em direção a Leste, anos 40. Em primeiro plano o edifício do Hotel Términus, em construção. Pouco adiante, o edifício Santana, primeiro prédio em altura da cidade, de meados dos anos 30. Em terceiro plano, o edifício da Escola Normal (na vertical do Términus), no vale do Tanquinho e (mais à direita) as palmeiras da Praça Carlos Gomes. Para além da Escola Normal, a ocupação residencial do antigo arrabalde do Frontão, já agora bairro dos Cambuís.

Em “Vinte anos depois”, artigo publicado em 1941, um antigo membro das rodas boêmias dos anos vinte recorda, e compara:

“Campinas desse tempo era diferente. Hoje está toda reformada e moderna, distendida em bairros novos, residenciais e de industria, que lhe dão outra vida e movimento (...) / (...) Para nós, entretanto, perdeu muito... Perdeu aquele ar de cidade velha, aquele jeito de terra amiga de quem sonha, aquele todo acolhedor de gente pobre, resignada e feliz”.

O memorialismo, diz-se, é naturalmente dado a romantismos. No caso, entretanto, o “ar de cidade velha”, a “gente pobre” tem fundamento histórico, pelo que se viu ao longo do trabalho. Do mesmo modo, o “jeito de terra amiga de quem sonha”, quando se lembre do caráter de devaneio, da leveza idílica, dos

jardins e dos elétricos, caráter que se prolongou primeira metade dos anos vinte adentro, já em meio ao “renascimento”, ou crescimento (e transformações), é verdade, mas numa etapa ainda festiva desse desenvolvimento rumo ao “moderno”. Quanto à Campinas já “reformada e moderna”, o que dela se diz é sucinto, mas suficiente e preciso: desdobrou-se em “bairros”, que já não são da mesma tecitura da “cidade” (como ainda se chamava o que ainda tardaria um pouco a ser chamado “centro”, embora já houvesse adquirido essa condição), mas sim tecidos (ou “zonas”) de uso (ou “função”) específicos – “residenciais”, “industriais”.

“Bairros” aqui já não são os antigos núcleos isolados, em meio aos arrabaldes ou subúrbios. Estendida a ocupação desses com a expansão daqueles, estendera-se a cada subúrbio a designação antes reservada para um ou outro dos pequenos núcleos ali dispersos. Isolados restavam apenas os bairros mais distantes, ou “extra-urbanos”, de Souzas, Valinhos, etc. – onde o termo “distrito”, originalmente relativo a circunscrições de que esses bairros extra-urbanos se faziam sedes¹⁸⁶ passa a designar o próprio núcleo, substituindo a antiga designação de “bairro”, já agora incapaz de identificar inequivocamente um local como núcleo isolado.

A foto da fig. 40 data desse mesmo momento (início da década de 40) – não muito depois da entrega do plano (1938), ou do falecimento de Orosimbo (1939). Nota-se em primeiro plano alguns dos primeiros edifícios em altura da região central, e ao fundo a ocupação residencial, em casas isoladas no lote, do antigo “arrabalde” do Frontão, agora “bairro” dos Cambuís. Tal como a planta de 1878, o plano, entregue em 1938, não era uma representação (um levantamento) da conformação física atual, mas a expressão da cidade tal como então ela se projeta, tal como vê a si mesma. Em contraste com a forma (ou o projeto) anterior, que dava a cidade como um aglomerado único, constituído de um único tecido, apresenta uma forma em que, em torno de um centro, de serviços, e em torno do símbolo da instância política, fetichizada, distanciada, gravitam residências isoladas. Se o urbanista desenhava uma cidade, a concepção – fundamentalmente, a concepção de centralidade – pela qual se rege havia por sua vez sido desenhada ao longo da história recente. Ao propor de maneira inaudita, e mesmo absoluta, o estabelecimento dessa centralidade por sobre o antigo tecido da cidade republicana, o plano dá-se como coroamento do processo de gradual desenvolvimento do centralismo, no ocaso do político.

¹⁸⁶ Por exemplo: bairro “x”, sede do enésimo distrito policial do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1927 como marco pontual da passagem aos novos padrões.

Os processos são contínuos, mas não é sem utilidade procurar reconhecer marcos divisórios entre os diferentes estados que vão se tornando reconhecíveis.

A difusão do padrão de casa urbana isolada no lote, caminhando para formar um tecido diferenciado que passa a constituir um colar em torno da cidade de até então, corresponde afinal a uma mudança do padrão do aglomerado urbano como um todo. Vimos estudando essa difusão, em Campinas, desde o ano de 1917, em que um exemplar dava lugar à primeira lei a contemplar o caso (da casa isolada). Antes disso, a introdução de afastamentos laterais, que ocorre pouco mais ou menos desde os albores da República, poderia ser vista retrospectivamente como um antecedente do advento desse padrão. Em 1923-24, as residências que se construíam na Augusto César já não tinham resquícios, no geral, das casas com porão habitável (que compunha o referido exemplar de 1917); eram já os “sobradinhos”. Com a difusão desses, e dos exemplares térreos, isolados, vão-se constituindo os tecidos exclusivamente residenciais. Em 1928, reconhecia-se em lei a existência de um tal tecido (a leste da cidade, junto dela). Em 1934, tem-se a edição de um código de obras (que substitui integralmente a lei 43, tantas vezes reformada em partes, como vimos, ao longo do processo de difusão do novo padrão). Aqui, reconhece-se já o novo tecido como anel, envolvendo a antiga cidade (dividida a urbs em perímetros concêntricos, ratifica-se ou prescreve-se o recuo obrigatório em boa parte dos perímetros externos, proibindo-se os recuos no central ¹). Ao cabo, tem-se, de um lado, uma cidade dada como um aglomerado de um único tecido, e de outro, a antiga cidade reduzida a uma centralidade, envolvida por um tecido de outra ordem, constituído por casas isoladas e exclusivamente residencial.

Onde (se de todo) seria possível localizar um marco pontual para a mudança entre esses dois padrões, processada ao longo de décadas? Em meados dos anos 20, quando tem-se uma primeira quadra dada integralmente segundo os novos padrões (casas isoladas) e sobre a Câmara descerra-se a “unidade de vistas”? Em 1929, quando uma série de acontecimentos – a entrega da planta cadastral, o momentum que ganha na Câmara a questão do “plano de urbanismo”, a reforma do matadouro, com a implantação de linhas de corte mecanizadas – apontam esses mesmos novos padrões? Em 1934, quando, depois de décadas de críticas à lei 43 e edição de sucessivas que leis que de modo parcial, não sistemático, iam alterando aqueles padrões, tem-se finalmente um novo código de obras? Em 1938, quando da entrega e do plano de urbanismo e instauração por ato legislativo do início da efetivação do mesmo?

¹ Decreto nº 76 - Código de Construções, 1934 (publicado em volume à parte), artigos 126º e 133º. Veja-se também o artigo 44º, que fixa o coeficiente de aproveitamento dos terrenos.

Não obstante os múltiplos referenciais e a continuidade do processo ao longo de novos e sucessivos matizes, é possível localizar em 1927, e mais especificamente no segundo semestre daquele ano, centrando-se talvez em Setembro-Outubro, o marco de uma divisão pontual entre os dois padrões de cidade – aquele que vinha minguando desde fins do XIX, e mais aceleradamente desde a primeira guerra, e aquele cujo advento aqui se estuda.

Com a expansão da área urbanizada crescia o número de novos logradouros, quase sempre sem nomes próprios. Em gesto que concorda com o personalismo, seu e da época, Orosimbo enviava à Câmara, em Julho de 1927, ofício indicando “as denominações que me parecem mais adequadas” para um total de 30 logradouros. A listagem se iniciava com a indicação de alteração do nome da “parte nova e larga” da rua Augusto César, entre Benjamin Constant e Santa Cruz (atual Irmãos Bierrembach), trecho que inclui a quadra de Rogério de Freitas (cap. 3) e que fora a seguir todo ele ocupado por residências do mesmo padrão, isoladas. Com poucas alterações, a listagem é aceita, e a parte “nova e larga” da rua Augusto César passa a se chamar “Avenida Júlio de Mesquita” – separando o novo do antigo e distinguindo sob o novo nome o novo padrão de ocupação – por edital de 11 de Setembro de 1927.

Na recordação de um cronista (Benedito Barbosa Pupo), 1927 foi um ano “cheio de eventos”.² Era também o ano em que o velho Leopoldo Amaral reunia em livro suas crônicas do passado campineiro. Por vezes de um passado recente, ficavam todas enfeixadas, sob o título de “Campinas, recordações”.

Em meados de 1927 a Repartição de Obras envia à Prefeitura projeto para reforma da praça Visconde de Indaiatuba (largo do Rosário), reforma que será iniciada ainda em Dezembro do mesmo ano, e terminada no seguinte. As vias limítrofes são alargadas, em prejuízo da praça, para permitir faixas de estacionamento; os jardins são substituídos por piso seco, de mosaico português – ao gosto de Orosimbo –, deixando isolado em meio ao retângulo da praça o chafariz, já existente. Essa reforma teria vida curta, sendo o piso refeito, ainda com mosaico, porém com novo desenho, e o chafariz substituído por um monumento, a Campos Salles, ainda em meados da década seguinte. A reforma de 1927 antecipa em boa parte as características que são mais conhecidas no estado, mais duradouro, que a praça adquire em meados dos anos 30: a substituição de um verdadeiro bosque, com seus passeios, por um piso único, dominado, ao centro, por um monumento, isolado. Forjava-se, já em 1927, num espaço central da cidade, o domínio de um motivo central, naquela que viria a ser a “praça cívica” do plano Prestes Maia. (fig. 41).

Em Julho de 1927 a residência que Rogério de Freitas mandara construir para si à então rua Augusto César, mudando-se aquele para a capital federal, passava à propriedade de um industrial – Adolpho Milani.³ Dono de uma fábrica de sabonetes, em Valinhos, que crescera a olhos vistos ao longo dos anos vinte,⁴ produtora

² Benedito Barbosa Pupo, *Oito bananas por um tostão (crônicas campineiras)*. Campinas: Palmeiras, 1976, p. 67.

³ Requerimento de Adolpho Milani, de 28.06.1927, para reforma do imóvel. Arquivo Municipal.

⁴ Cf. requerimentos para ampliação das instalações. Arquivo Municipal.

Fig. 41. Praça Visconde de Indaiatuba (largo do Rosário) com o piso da reforma de 1927 e antigo chafariz já substituído pelo monumento a Campos Salles.

do sabonete “Gessy” (nome de uma de suas filhas), era dele o primeiro anúncio luminoso de São Paulo, no topo do maior arranha-céu da América Latina, com 25 andares ⁵ – o edifício Martinelli –, terminado em 1929.⁶

Segundo o que se depreende de palavras de Silvino de Godoy, teria a partir de 1927 pouco mais ou menos que a sua fábrica de tecidos elásticos, marco do “ressurgimento industrial” da cidade, passava a funcionar de maneira lucrativa.

“O Correio Popular, lançado em 1927, com seus linotipos, sua rotativa e suas oito páginas revolucionou a cidade”.⁷ Era o primeiro na cidade a ser impresso em máquina rotativa, e com linotipos.⁸ Antes cada folha era levada à máquina plana; a rotativa imprimia maior velocidade e continuidade ao processo, fazendo lembrar o processo também contínuo das linhas de montagem. O tipo de equipamento usado para impressão de periódicos até então representava um capital muito mais modesto que o de uma otativa. Era um equipamento acessível; daí, em parte, a duração efêmera de algumas publicações. Daí também que o Correio teria marcado o fim de uma “era romântica” do jornalismo, na cidade.⁹

⁵ Ou até 30, a contar o curiosíssimo “bungalô” do proprietário, com seu porão e dois andares, construído por sobre o terraço do prédio, e mais os pisos de um mirante-torre, ainda acima. Maria Cecília Naclério Homem, *A ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo: o prédio Martinelli e a sua história*. São Paulo: FFLCH-USP, 1982, v.1, p. 93-108.

⁶ Idem, p. 110-111.

⁷ Benedito Barbosa Pupo, *Oito Bananas por um tostão*. Campinas: Palmeiras, 1976, p. 40.

⁸ É do mesmo ano o lançamento do primeiro jornal comercial de Belo Horizonte a empregar rotativa e linotipo. José Mendonça, “A imprensa na fase revolucionária”. In Centro de estudos mineiros, FFCH-UFG, *IV Seminário de estudos mineiros*. Belo Horizonte: UFMG / Proed, 1987, p. 58.

⁹ Júlio Mariano, *História da imprensa em Campinas*. Campinas: s/e, 1972, p. 41-45, 75.

O contrato para a instalação do serviço de telefonia automático, em condições, como visto, ditadas grandemente pela empresa, fora estabelecido no segundo semestre de 1927. No edifício para as novas instalações da empresa (projeto que dá entrada para aprovação em 1927) há espaço para “converter (...) a Central Automática num grande centro de linhas interurbanas, tornando a cidade de Campinas, que já é um centro ferro-viário, em verdadeiro centro de optimas e rápidas communicações telefonicas [interurbanas]”.¹⁰

No setor dos serviços de energia elétrica, a revisão das tabelas, obtida pela empresa por lei de fins de 1925 (lei 367, de 09.11.1925), sofreria ainda contudo recurso ao Senado, de Pedro Anderson, e indicação de suspensão, de Álvaro Ribeiro, respectivamente em 1926 e 1927. O parecer no recurso ao Senado (negativo) seria exarado somente em fins de 1929. Quanto à indicação da suspensão, igualmente negada, notava o próprio Álvaro Ribeiro que se “de começo as coisas tomavam o bom caminho”, a tendência de aceite do pedido de suspensão é revertida quando do retorno do Prefeito à cidade, em Setembro de 1927 – data que pode ser considerada um ponto crítico na reafirmação das novas condições obtidas (e ditadas) pela empresa.

É de Setembro de 1927 – mesmo mês da criação da av. Júlio de Mesquita – o pedido da “Standard Oil Company of Brazil” para a construção de um depósito de combustível na cidade.¹¹ Seria o primeiro, seguido de perto pelos dos concorrentes, “Atlantic Refining Co.” – que dá entrada em pedido semelhante em dois meses depois –, e “Anglo-Mexican Petroleum” – que dá entrada no pedido de construção em fevereiro do ano seguinte.¹² Comprava-se gasolina em latas, antes de 1920, quando teriam sido instaladas as primeiras bombas.¹³ Estas, entretanto, seguiram sendo abastecidas por tambores, ou “quartolas”, despachadas pela estrada de ferro. Agora, o fornecimento de “gasolina” – como documentado para o caso da bomba da Prefeitura, no pátio do corpo de bombeiros – dava-se por caminhão-tanque.¹⁴ A instalação dos novos depósitos denuncia não apenas um novo patamar no consumo, mas um novo estado alcançado na estrutura de distribuição do produto, avançando a presença direta de grandes empresas, com centros locais de distribuição.

Num processo cujo marco pontual recorrentemente remete a Setembro de 1927, tem-se uma nova estrutura de operação dos sistemas energético e de comunicações. Crescem as ramificações de uma única empresa, estendendo o domínio de um único centro, ou criando-se – ou consolidando-se – um “centro”, e sua envoltória.

Essas observações tomadas do caso de Campinas encontram correspondentes num quadro menos particularizado, a lhe corroborarem o significado.

¹⁰ *Álbum de propaganda de Campinas*, 1930.

¹¹ Requerimento datado 28.09.1927, protocolado sob nº 27.461 a 01.10.1927. Arquivo Municipal.

¹² Protocolos nºs 28.019, de 30.11.1927, e 28.726, de 08.02.1928. Arquivo Municipal.

¹³ Cap. 2.

¹⁴ Atlantic Oil Co. à Prefeitura, 30.04.1928, protocolo nº 4.934 de 02.04(05?).1928. Arquivo Municipal. Antes desse documento, diversos outros comunicados entre a Atlantic e a Prefeitura dão conta de remessas de “quartolas” (tambores) pela linha férrea.

Por volta do mesmo momento em que Orosimbo reconhecia e distinguia o novo padrão de ocupação sob um novo nome, a residência de Rogério de Freitas naquele mesmo local passa à propriedade de um industrial e uma das pioneiras modernas indústrias da cidade teria começado a operar de modo lucrativo, a classe dos industriais se reconhecia e distinguia como tal. Quando das eleições, no início de 1928, para a nova diretoria da Associação Comercial do Estado de São Paulo, apresentavam-se duas chapas concorrentes, uma das quais representava claramente a classe dos industriais. O fato prenunciava a cisão da associação, com a criação, ainda em 1928, do Centro das Indústrias, separado da Associação Comercial.¹⁵ Era ainda também em 1927 que a “Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas” (com os dois “m”s) passava, numa reformulação de sua estrutura e funções, a “Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Indústria”.

Se Setembro de 1927 aparece em Campinas como momento crítico do estabelecimento de uma presença mais direta, exclusiva e ostensiva de uma grande empresa de capital estrangeiro no setor elétrico, Flávio Marques de Azevedo Saes que pôde afirmar, com precisão de meses: “A partir de outubro de 1927, há rápida e profunda mudança na propriedade e operação do setor de energia elétrica em São Paulo”.¹⁶ (Segundo esse autor, de *circa* 1920 até então teria tido lugar um crescimento de diferentes empresas nacionais, a nível regional, incorporando empresas municipais; a partir de 1927 a Light por sua vez é quem vai encampando aquelas “três ou quatro” empresas nacionais. Campinas teria sido aqui um caso de exceção, permanecendo os serviços de energia elétrica a cargo da mesma companhia, ao que parece de âmbito municipal, que operava o serviço desde 1912).

É do início de 1928 o projeto de um pioneiro edifício no Estado com as características plásticas que se tornarão típicas dos edifícios públicos monumentais das duas décadas seguintes: o projeto da nova sede do Instituto Biológico de São Paulo.¹⁷

Fig. 42. Prédio do Instituto Biológico do Estado, construção iniciada em 1928. Pioneiro do aspecto estético – com marcada axialidade – que viria a ser característico dos edifícios públicos nas décadas seguintes (veja-se fig. 39h)

¹⁵ Flávio Marques de Azevedo Saes, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 275

¹⁶ Flávio Marques de Azevedo Saes, *op. cit.*, p. 254.

¹⁷ Vitor Campos, *O Art-déco na arquitetura paulistana: uma outra face do moderno*. São Paulo: FAU-USP, 1996, p. 249-254. Essa obra indica que o Instituto foi criado por decreto de 26.12.1927; não há indicação sobre a data precisa do projeto, mas reproduz-se artigo de comentário ao mesmo, d’*O Estado de São Paulo* de 07.03.1928. As obras, iniciadas em 1928, só terminariam 17 anos mais tarde.

Embora a crise de 1929 seja marco da derrocada de uma economia baseada na exportação do café, e da passagem para uma economia centrada na indústria e num mercado de consumo interno crescente, vale notar que os preços do café, que vinham conhecendo altas constantes, sofrem um primeiro revés em 1927.¹⁸ A imigração estrangeira subvencionada dura também até 1927, “quando julgou-se que a imigração espontânea e a importância crescente da mão de obra nacional permitiam o fim do programa”.¹⁹ O custo de vida, ou inflação, que vinham em firme ascendente desde antes da Primeira Guerra, conhecem retração em 1927.²⁰

Indicações sobre o horizonte final da vigência desses novos padrões.

Através do advento e difusão de um novo padrão de habitação (isolada no lote), o que se acompanha é o advento de um novo padrão do aglomerado urbano como um todo.

Da mesma forma, a perpetuação desse padrão de habitação corresponderia à perpetuação desse padrão do aglomerado (ou da cidade) como um todo. E o início da transformação de um, ao início da mudança do outro.

O padrão de casa urbana isolada no lote, que se instaura (ao menos em Campinas) nos anos vinte e chega ao ponto de determinar em definitivo um novo padrão de cidade já em fins daquela década, perpetua-se ao longo da maior parte do século XX.

Trata-se de uma residência com recuo frontal, “reservado para jardim ou arboreto”, preferencialmente isolada no lote; de dois andares, ou térrea – e sempre contando também com a varanda de acesso: uma área coberta entre a porta de entrada da casa e o jardim (que vimos nomeada, nos anos vinte, também por “pretório”).

Desde os tempos da colônia elemento típico da habitação rural (“alpendre”), inexistente nas habitações da cidade, a varanda de acesso torna-se marca universal das casas que perfazem a ocupação dos “arrabaldes”, envolvendo a antiga cidade. Está presente em todas as casas mais abastadas que visitamos desde 1917 – notadamente, encontramos essas varandas nas de José Augusto (cap. 1) e de Rogério de Freitas (cap. 3). Nas casas mais populares, nos anos 20 (cap. 4, fig. 35), é ainda um elemento que pode faltar. Quando comparece, está por vezes disposta transversalmente à rua.(fig. 43a) A presença já generalizada, e a disposição frontal, paralela à rua, passa a se verificar mesmo nas casas de padrão mais

¹⁸ Cf. tabela in Renato M. Perissinotto, Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930. São Paulo: Fapesp, Campinas: Unicamp, 1999, v. 2, p. 154.

¹⁹ Eduardo Kugelmas, *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p. 89-90.

²⁰ Cf. tabela in Maria Lígia Coelho Prado, A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986, p. 25. O fato interessa se o tomarmos como primeiro indicio de certa estabilização, estabilização por sua vez correlativa de um assentamento da economia nas novas bases (moderna indústria / mercado interno).

popular desde os anos 30 (figs. 43b-h), correspondendo a um de dois elementos em que as fachadas dessas pequenas residências ficam invariavelmente divididas: uma metade da fachada corresponde à varanda, dando acesso à sala da frente (de visitas), a outra metade ao plano que contém a janela de um dos dormitórios (fig. 43b-h). Por volta de 1960 a varanda ainda é presença obrigatória, se bem já agora não mais constituindo um volume próprio, mas incorporada no volume principal da casa (fig. 43i). É por volta do início dos anos 70 (fig. 43j) que esse elemento, absolutamente característico das habitações – abastadas ou populares – dos novos bairros, deixa de existir.

Essa tipologia (casa afastada, preferencialmente isolada, com varanda entre o jardim fronteiro e a porta da sala) assume diversas formas (estilos) ao longo de sua vigência.²¹

Tem-se ao longo de toda a década de vinte uma linhagem geométrica, que desde o predomínio das ortogonais (cap. 2) evolui para formas mais facetadas (“lapidadas”), com a multiplicação de diagonais (cap. 3).

Sobrepe-se, em parte, a essa linhagem geométrica, o neocolonial (brasileiro; fig. 43b).²² Referimos (cap. 3) que o primeiro exemplar que se conhece desse estilo na cidade era construído à então rua Augusto César, em 1923. Em Campinas, esse estilo se tornaria dominante no início dos anos trinta. É absolutamente hegemônico por volta de 1933. Quando a matriz do Cambuí é construída, em neocolonial, em 1940, era já um fecho dessa voga.

Em meados dos anos trinta aparecem exemplares gradativamente mais despojados (paredes com poucos apliques decorativos, por vezes envasaduras simplesmente recortadas sobre os planos das paredes, sem diferenciação de ombreiras e vergas, caixilhos metálicos tipo “vitro”), a par de casos ainda carregados de apliques e elementos decorativos – dentre os quais outros “neocoloniais” (mexicano ou californiano, estilo “pueblo”), relacionados a influência norte-americana através de hollywood.²³

Na confluência da tendência a um maior despojamento, e com elementos dos neocoloniais norte-americanos (como a varanda de acesso com abertura em arcos circulares) tem-se a constituição de um estilo próprio, que em Campinas tem lugar nos primeiros anos do Estado Novo. Além da abertura em arco de círculo das varandas de acesso, tem-se o retraimento dos beirais do telhado, relativa indiferenciação no caso dos sobrados entre os dois andares (tendendo a constituírem um plano único, na fachada), e entre o embasamento, o corpo e o cume. É característico um elemento vertical destacado (um “nariz”) na fachada,

²¹ Os exemplares elencados na fig. 43 não dão conta de todos os “estilos” que vestiram uma mesma tipologia residencial (casa afastada, com varanda de entrada) ao longo da maior parte do séc. XX; restringem-se na maior parte (a-g) a exemplares menos abastados – quando alguns “estilos” estão melhor caracterizados, ou mesmo apenas existem, em exemplares mais abastados. Se muitas vezes exibem apenas fragmentariamente estilemas característicos das arquiteturas mais abastadas (e eruditas) em que eventualmente se inspiram, esses exemplares menos abastados não são de menor valia para a caracterização de uma evolução do sentido plástico geral, que de certo modo independe dos “estilos” em particular.

²² Para origens e características, veja-se Carlos Lemos, “El estilo que nunca existió”. In Aracy Amaral (org.), *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 147-160.

²³ A primeira sessão de cinema falado na cidade data de 1930.

com formato de “foguetes” – base mais larga, afinando linearmente num dado grau até o telhado, onde ganha novo ângulo, perfazendo já (ainda o mesmo plano) o oitão. Embora esse formato tenha desenvolvimento mais completo ou evidente no caso de exemplares de dois pisos, o mesmo elemento avançado (“nariz”), com beirais retraídos e terminando em ponta (oitão) que rompe a horizontal dos demais beirais pode ser identificado nos exemplares populares (térreos) da fig. 43c e d.

Residências pitorescas, com variedade de estilos, perpetuam-se pelos anos 40 adentro.²⁴ A par dos apliques e elementos decorativos, mais difundidos que na década anterior, tende-se, no geral, a um aspecto mais acachapado, com menos destaque para as verticais – o referido elemento vertical em forma de “foguetes” tende a desaparecer. Os beirais voltam a projetar-se para além dos oitões. São comuns residências médias apresentando na fachada três oitões sobrepostos assimetricamente, diluindo, com essa multiplicação e assimetria a presença do cume. Nas residências populares que apresentamos na fig. 43e-f o elemento de fachada que contém a janela do dormitório fronteiro e que antes terminava em ponta, cede o primeiro plano para as varandas de acesso, das quais reproduz agora os mesmos beirais horizontais, por vezes num único telhado.

Por volta de 1950 tem-se uma nova tendência, que rompe com a linhagem anterior, onde comumente as formas apresentavam bases mais largas. Agora, tem-se formas perfeitamente retangulares, ortogonais. Os telhados, de quatro águas e com largos beirais – fazendo lembrar a arquitetura colonial²⁵ – são simplesmente pousados sobre a “caixa” do corpo da casa. Os arcos que determinavam a abertura das varandas são substituídos por recortes retangulares; as bases mais largas – fosse com os elementos de aspecto piramidal (ou que lembram um “foguetes”), fosse com elementos curvos (como o recorte lateral da varanda na fig. 43e) – são substituídos por aberturas retangulares.

Desde meados dos anos 50 contam-se casos em que elementos e perfis são, inversamente ao que ocorria em 30-40, mais estreitos na base, alargando-se para cima.

As varandas são agora comumente fechadas por vidraças; em alguns casos, a varanda envidraçada, anteposta ao volume principal, corre de ponta a ponta do terreno, incorporando a garagem num único elemento (fig. 43g). Por vezes, em lotes mais estreitos, a antiga varanda ganha profundidade de garagem (fig. 43h), mas nesses casos o uso efetivo desses espaços – aqui também eventualmente envidraçados –, à época, é ainda o de varanda.

Já desde meados dos anos 50 contam-se casos em que as varandas de acesso, juntamente com as garagens, não mais constituem um volume acoplado (com telhado próprio), mas recedem para dentro do volume geral da edificação. A linha marcada dos beirais horizontais de por volta de 1950 é substituída por friso (haleta de concreto), acima do qual os telhados, de duas águas, caindo para as laterais, contribuem

²⁴ Dentre casos diversos, incluem-se aqui os exemplares “neonormandos”, de que contamos em Campinas um primeiro caso em 1937, e outros vários entre 1939 e 1945.

²⁵ Havendo ao mesmo tempo certa valorização da arquitetura colonial brasileira, poderia-se ver uma referência a essa como uma razão parcial da nova tendência – que contudo não é um “neocolonial”, no sentido daquele dos anos vinte – não é um “historicismo”, baseado em apliques.

Fig. 43. Arquitetura residencial campineira do século XX: presença da varanda de entrada como elemento característico, que somente no início dos anos 70 deixa se reproduzir. (anos dos requerimentos para construção, cf. fichas de habite-se, no Departamento de Informação, Documentação e Cadastro da Secretaria de Planejamento do Município)

em certa medida para uma aparência ainda separada, ou individualizada, de cada casa, apesar das fachadas, abaixo do friso horizontal, terem se tornado comumente contíguas. (fig. 43i)

Por essa época, o calçamento a mosaico português que Orosimbo introduzira havia se estendido pelos passeios de todos os bairros (no novo sentido do termo), tornado padrão corrente dos passeios (calçadas). Se Orosimbo – que encarna, como visto, a nova cidade, à época da conversão definitiva para os novos padrões –, “um ateu, sempre cercado de bispos, padres e freiras”,²⁶ observa-se que as varandas em causa são também abrigo para uma imagem de N. Sra. Aparecida, sobretudo nas casas populares, onde são presença obrigatória, quase sempre num pequeno nicho, entre a porta e a janela da sala (na fig. 43c o que aparece, na escala da reprodução aqui apresentada, como uma pequena mancha é um destes nichos, já agora ocupado por um vaso). Campinas, cidade modelo,²⁷ era dita “americana”²⁸ – pela qualidade e asseio de suas ruas, mas onde pode-se ler também uma relação derivada do padrão que a cidade adquirira, envolvida pelos “bairros” residenciais proficuamente arborizados. Lúcio Costa dava a definição: “urbanizar é levar um pouco da cidade para o campo, e um pouco do campo para a cidade”.²⁹

A tipologia de residência com varanda de acesso, correlata da formação desses novos bairros, avança até os anos 60 – no início dos anos setenta as varandas, que já haviam recedido, juntamente com as garagens, para dentro dos volumes principais (fig. 43i), não mais se encontram. O acesso dá-se através das garagens, já não mais envidraçadas (fig. 43j).

O domínio do modelo (tipologia) de residência – casa afastada, preferencialmente isolada no lote, em meio a jardins, com entrada através de “varanda”, “terraço” ou “pretório” – teria durado desde os anos vinte (quando se constitui) ou trinta (quando já se tornara absolutamente hegemônica), até o início dos anos setenta.

As casas que já não apresentavam, à frente da porta da sala (porta de acesso), a varanda, ou pretório, seriam aquelas que constituiriam já, para além das variações de estilo, uma nova tipologia. O início da presença dessa nova tipologia corresponderia também ao início de uma mudança de padrão da cidade como um

*

Outros aspectos condizem com essa percepção parcial.

O plano Prestes Maia, institucionalizado por ato de 1938, será implementado ao longo das décadas seguintes – o alargamento da antes rua, agora avenida, Francisco Glicério, por exemplo, não será

²⁶ De início ateu como era regra no republicanismo positivista, Orosimbo entretanto se converteria ao catolicismo, já nos últimos anos de sua vida. Octavia Maia Guimarães, “Meu pai”. In Campinas, Prefeitura. *Orosimbo Maia, o homem, o administrador: duas conferências: Campinas, 1962*. Campinas: Prefeitura, 1963, p. 43.

²⁷ “Campinas ficou com um cadastro modelo nessa época [do plano P. Maia]” – tido como modelo para todo o interior do Estado. Ricardo Badaró, palestra no Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) de Campinas, 24.08.2004.

²⁸ Cf. depoimento de professor aposentado da Unicamp (fundada em 1964); refere-se presumivelmente a fins dos anos 60 e inícios da década seguinte.

²⁹ Lúcio Costa, *Arquitetura*. Rio de Janeiro: Bloch, 1980.

completado senão em fins dos anos 50.³⁰ A vigência das diretrizes desse plano, cuja fatura, pelo desenho que propõe, vimos como um coroamento da transição para os novos padrões, se estende até à “recessão econômica havida entre 1962 e 1967”, “após a qual o desenvolvimento foi retomado em novas bases”.³¹

Em São Paulo e alhures, fala-se de um processo de “degradação do centro” – que se inicia pelos anos setenta. Essa crise dos centros foi certamente a crise de sua “centralidade”, ou seja, do padrão bipolar de cidade (centro de serviços, com bairros residenciais gravitando em volta) que caracterizara o período anterior.

Os shopping-centers foram vistos como encarnação dessa crise dos centros tradicionais. O primeiro shopping-center de São Paulo foi inaugurado em dezembro de 1966; seguiram-se dois nos anos 70 e outros 5 nos anos 80; o primeiro shopping de Campinas é de 1980.³²

O “transporte individual” – o automóvel particular –, os “planos de avenidas”, aparecem como correlatos do padrão de cidade cujo advento estudamos. Embora o automóvel se perpetue, já não é o determinante dos planos. Se Prestes Maia cortava a parte mais adensada (em Campinas, como também em São Paulo) com avenidas largas, vemos agora os centros retomarem áreas destinadas ao fluxo de veículos, com os “calçadões”. (em Campinas, como em São Paulo, um fenômeno dos anos setenta).³³ Se um dos princípios do urbanismo moderno era a divisão em zonas de uso exclusivo (residencial, comercial, industrial etc.), hoje muitas vezes intervenções buscam inversamente retomar a diversidade em zonas de usos exclusivos.

Tem sido também cada vez mais comum a referência ao esgotamento do petróleo como fonte de energia. (em paralelo talvez com uma valorização da água como recurso estratégico). Embora esse discurso seja mais recente, o marco inicial de limitações ao processo de consumo desse produto data também dos anos setenta, quando da “crise do petróleo”, desde quando não mais voltaria aos patamares de preço de até então. Ressalvado o papel preeminente dessa matriz energética ainda hoje, tem início nos anos setenta a busca de “fontes alternativas”.

³⁰ Na administração Rui Novaes. Ricardo Badaró, *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: CMU / Unicamp, 1996, p. 136. Segundo estratégia prevista pelo plano, os alargamentos seriam feitos paulatinamente: as novas construções seriam obrigadas ao novo recuo, e somente quando dois terços de uma quadra já estivessem com as edificações no novo alinhamento facultava-se à Prefeitura a desapropriação do terço restante. Essa estratégia “conferiu à área central da cidade um aspecto peculiar, marcado pela irregularidade dos alinhamentos que entremeavam, numa mesma quadra, trechos modernos, já alargados e antigos trechos ainda estreitos” – tanto mais quando, até 1956, “por não dispor de recursos”, a Prefeitura protelou “a aplicação do dispositivo legal que lhe facultava o direito de desapropriar o terço restante”. Idem, p. 104, 107.

³¹ Idem, p. 14.

³² Silvana Maria Pintaudi, *O templo da mercadoria: estudo sobre os shopping-centers do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1989.

³³ Ambos de 1976, sendo o de São Paulo expandido até 1978. Maria Camilo Loffredo d’Ottaviano, *Áreas de pedestres em São Paulo: origens, história e urbanismo contemporâneo*. São Paulo: FAU-USP (mestrado), 2004, p. 203, 211, 216. A autora refere (p. 197) que na Alemanha os calçadões foram vistos como meios de resgatar peculiaridades dos centros históricos das cidades, em resposta contra a homogeneização imposta pelo “planejamento urbano do pós-guerra” – mais uma evidência da ruptura com o urbanismo moderno.

Os EUA haviam sido o grande modelo dos padrões (inclusive urbanos) a que Campinas (e o mundo) se converte por volta dos anos 20; se atualmente sua hegemonia (econômica, militar) é inconteste, entretanto seus padrões típicos não são mais, como então, vistos como uma bússola a apontar o futuro da humanidade.³⁴ Desde os anos 70 o “fordismo”, de origem norte-americana, cede lugar a novos modelos, já não norte-americanos na sua origem.³⁵ Se a padronização fora uma máxima de Ford, tem-se na nova fase inversamente “políticas de diferenciação do produto”.³⁶ Se no fordismo os estoques são determinados pela capacidade de produção (tal como para Taylor o “sistema” estava acima do indivíduo), na nova fase os estoques passam a acompanhar as oscilações da demanda.³⁷

No campo dos estudos de teoria e história da arquitetura o início da crítica sistemática ao “moderno” é dessa mesma época (anos setenta/oitenta). Foi também somente quando da crise do padrão de cidade (e de residência) cujo advento estudamos que se conhece a valorização de um período e de um estilo (o ecletismo) que o “moderno” havia renegado.³⁸ Assim, tanto a crítica do “moderno” quanto a valorização de um estilo que o mesmo “moderno” havia renegado dão-se quando já a cidade “moderna” se esvaía.³⁹

O “sistema”, ou “sistema de fábrica”, o “planejamento”, de matriz taylorista, o Estado como “centro” da economia (seu promotor e administrador, Estado planejador e assistencialista, keynesiano) – todas essas expressões correlatas daquele padrão de cidade entram em crise a partir de fins dos anos sessenta, ou, mais marcadamente, ao longo dos anos setenta e oitenta.

A caracterização dos novos padrões foge aos propósitos do presente estudo; a simples indicação desses temas (crises) que tem se tornado difundidos, concorrem para sugerir que a mudança de tipologia residencial de fins dos anos sessenta, ou dos anos setenta, seria, a exemplo do que ocorria com a introdução do padrão de casa isolada no lote, parte, ou expressão, de um novo universo humano, e uma nova cidade.

³⁴ O “único povo onde o ‘amanhã’ da humanidade já vai adiantado”, nas palavras de Monteiro Lobato. _____, *América*. São Paulo: Brasiliense, 1951 (obras completas, vol. 8), prefácio, datado de 1930.

³⁵ Jacob Gorender, *Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho*. São Paulo: IEA-USP, 1996 (série “documentos”, n. 47).

³⁶ Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, “A dinâmica de crescimento da indústria de automóveis no Brasil: 1957-1978”. *Pesquisa & planejamento econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 775-812, Dez. 1980. “(...) enquanto os produtores na fase pré-1967 lançaram no mercado 51 novos modelos, a indústria pós-1967, que havia herdado 12 modelos do período anterior, introduziu no mercado 139 novos modelos durante o período 1968-78. A menor importância da atividade de diferenciação de produtos da indústria pré-1967 é ainda mais significativa se considerarmos que 21 dos 51 modelos por ela introduzidos vieram ao mercado em 1966 e 1967, como se num ensaio malsucedido do novo padrão que iria prevalecer a partir de 1968”.

³⁷ Jacob Gorender, op. cit., p. 6.

³⁸ Já referimos o processo de valorização do ecletismo, não mais como mera negatividade, mas em si mesmo, na introdução: desde um artigo de fins dos anos sessenta, em que o estudo do ecletismo é dado como necessário, malgrado pouco palatável esteticamente, até um conjunto de estudos a respeito do ecletismo, não mais visto como esteticamente condenável, nos anos oitenta.

³⁹ Fazendo lembrar a tese de que “a transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (...)”. K. Marx, *Crítica da economia política* (prefácio). No caso, nota-se, pelo menos, que a “cultura” (superestrutura) compartilha do sentido de outras determinantes. Ainda que nem sempre haja plena consciência dos motivos que impelem a revisões historiográficas (como aquela havida com relação ao estatuto do ecletismo), a realidade estaria sempre direcionando a historiografia – de resto, como é natural, somente a realidade presente poderia motivá-la.

Reforçando assim (ainda que aqui apenas de forma indicativa ou preliminar) o limite já sugerido dos padrões cujo advento e difusão procuramos acompanhar:

A cidade que correspondeu ao padrão de casa isolada no lote teria durado desde os anos vinte até os anos setenta, pouco mais ou menos.

Conclusão.

O trabalho acompanha a difusão do padrão de casa isolada no lote. Essa difusão é a gradual constituição de um novo tecido, exclusivamente residencial, que envolve a antiga cidade. Antiga cidade que não se mantém indiferente à constituição desse novo tecido ao seu redor – tal como o novo tecido assume uma função exclusiva (zona exclusivamente residencial), a antiga cidade tende a se tornar local destinado exclusivamente a funções igualmente específicas, comerciais, institucionais. Crescentemente, torna-se uma centralidade, até onde se vai, e desde onde se retorna, às residências dispersas em derredor. A difusão do padrão de casa urbana isolada é portanto afinal a transformação global de todo o aglomerado, desde um padrão dado como um conglomerado compacto de unidades autônomas a um padrão em que o antigo conglomerado deixa de sê-lo propriamente, tendendo a tornar-se um centro, em torno do qual gravita uma nebulosa residencial.

A conversão do antigo aglomerado numa centralidade em torno da qual gravitam residências num padrão relativamente disperso é ela mesma o esvaziamento da instância propriamente política, de que a cidade (tal como a conhecemos em 1870) fora por assim dizer a materialização. É ela mesma a passagem da “meca da República” a um ordenamento oposto – a um ordenamento “taylorista”⁴⁰, não apenas da produção econômica, mas da sociedade de maneira geral. A passagem de uma cidade em que o todo (ou a fração que corresponde à elite local) se constitui como comunidade propriamente política, a um padrão em que o norteamo de cada um (e mesmo da fração que constitui a elite local), deixando de ser dado pela própria comunidade política, que se esvai, passa a se dar por referenciais distanciados, tornados exteriores. A passagem a um padrão em que cada um deixa de ser a um só tempo elemento autônomo e parte de uma congregação em estreito contato, para se tornar elemento isolado, que se ordena a partir de um referencial exterior.

Ironicamente, o início da passagem da “meca da República” a um ordenamento que lhe é antagônico tem início com a própria República, ou pouco antes, na década de 1880-90. Com efeito, num horizonte mais distante, o início do processo de isolamento das residências pode ser retraçado à difusão das villas de elite, nas chácaras dos arrabaldes, e dos recuos laterais, nas casas da cidade – em ambos os casos, um fenômeno de por volta da instituição da República. O que, no contexto mais amplo em que o presente

⁴⁰ Utilizamos o termo tendo em vista sobretudo a separação preconizada por Taylor de um setor de “planejamento” ou “gerência”, que passa a determinar por assim dizer desde fora a atividade dos operários no processo de produção.

trabalho procura dispor a questão, coaduna-se com a constatação de Sérgio Silva, no sentido de que “novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital”, no Brasil, tem “as suas origens na década de 1880 a 1890”.⁴¹

O processo de conversão para os novos padrões prossegue, ganha impulso por volta da primeira guerra, está já caracterizado em fins dos anos 20, apresenta algumas manifestações de derradeira intensidade em meados da década seguinte. O capítulo da história política nacional que se inaugura em 1930 não introduz, aqui, uma ruptura, mas encarna um padrão que se constituía gradualmente desde fins do XIX, mais acentuadamente desde a primeira guerra e já estava caracterizado em fins de 1920. O que concorda com a constatação de Renato M. Perissinotto, de que “ao contrário do que afirmam os estudos tradicionais”, a República Velha “não constituiu um período dominado por um Estado Liberal (...) situado entre dois momentos marcados por forte presença do aparelho estatal”.⁴²

Ao longo do período mais restrito da síntese do novo padrão – em Campinas, nas décadas de dez e vinte –, o presente trabalho distingue três momentos. Um primeiro (cap. 1), “*belle-époque*”, em que os elétricos e os jardins consubstanciam um vagar ocioso, dando-se a dispersão como um alívio, uma ausência de tensão. Um segundo (cap. 2), “democrático”⁴³, em que, anunciada a “moderna indústria”, projeta-se uma comunidade composta de elementos isolados – “independentes” –, porém isonômicos. O terceiro (caps. 3, 4, e 5) em que a comunidade efetiva (política), desfeita, ressurge afinal como uma “comunidade” abstrata, marco exterior, e o distanciamento, que de início fora idílio, e a seguir modularidade e igualitarismo, torna-se norteamo desde fora, centralização.

A cidade que correspondeu ao padrão de casa isolada no lote teria durado desde os anos vinte até os anos setenta, pouco mais ou menos.

Se o ecletismo foi “questão de firmação personalista de cada um na multidão”,⁴⁴ a casa isolada no lote, a que se chega algumas décadas mais tarde, terá sido, na consecução de um mesmo processo, a expressão do funcionário que gravita em torno do centro, institucional e administrativo, da nova cidade.

Emprestando expressão a um conhecido historiador, poderíamos dizer tenha sido a cidade do “curto século XX”.

⁴¹ Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995 (1976), p. 75.

⁴² Renato Monseff Perissinotto, *Estado e capital cafeeiro*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999, v.2, p.193.

⁴³ Como na maioria dos casos, não se empregam as aspas aqui como sinal de uma ironia – de que o sentido próprio não é o que se pretende indicar, ou o que se verifica –, mas como sinal de que o termo é citado de fonte de época. No caso, não se trata de por entre aspas um conceito genérico, ou atual, de democracia, mas de referir o termo num sentido peculiar que, conforme tratamento supra (cap. 3), a recorrência do termo em dadas situações no início dos anos 20 deixa ver.

⁴⁴ Carlos Lemos, “Ecletismo em São Paulo”. in Annateresa Fabris (org.), *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987, p. 70. A expressão não valeria para os sobradões solarengos de Campinas – de resto uma arquitetura que não seria ainda mais propriamente o ecletismo –, mas sim para a arquitetura da virada do século.

Referências

Acervos pesquisados

Arquivo público do Estado de São Paulo.

Arquivo Histórico Municipal de Campinas (antigo arquivo do executivo municipal).

Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. (biblioteca e arquivos).

Arquivos de fotos do Museu da Imagem e do Som de Campinas (MIS)

Arquivos da Diretoria de Documentação e Informação (DIDC) da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) da Prefeitura Municipal de Campinas.

Arquivos do 1º Cartório de Registros de Imóveis de Campinas.

Arquivos do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC) (em comodato no Centro de Memória da Unicamp).

Arquivos e biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP)

Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Arte (CCLA) de Campinas

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp

Biblioteca Pública Municipal “Ernesto Zink” (Campinas)

Biblioteca Pública Municipal “Mário de Andrade” (São Paulo)

Biblioteca Pública Municipal “Monteiro Lobato” (São Paulo)

Centro de Documentação da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas

Centro de Memória da Unicamp (CMU - Campinas) (biblioteca e arquivos diversos)

Campinas.

Almanak de Campinas para o ano de 1871.

Almanak de Campinas para o ano de 1872.

Almanak de Campinas para o ano de 1873.

Almanach histórico e estatístico de Campinas para o ano de 1914. Campinas, tipografia da casa Mascote, s/d.

Álbum de Campinas: 1922.

Álbum: Campinas: 1930. Cleso de Castro Mendes, Álvaro Paes e Márcio A. Biond (orgs.). Tipografia da Casa do Livro Azul, 1930.

- Álbum de Campinas: 1939.* Aguinaldo Pinto Oliveira, Pompeo Tulio Sobrinho e José Garcia Filho (orgs.). Campinas: Tipografia Comercial Ltda, 1939.
- AMARAL, Leopoldo. *Campinas, recordações.* São Paulo: O Estado, 1927.
- BADARÓ, Ricardo. *Campinas: o despontar da modernidade.* Campinas: área de publicações CMU, UNICAMP, 1996.
- BITTENCOURT, Luís Cláudio. *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução.* São Paulo: FFLCH-USP (Mestrado), 1990.
- Brazil Magazine.* (número dedicado a Campinas). Rio de Janeiro, 1909.
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Caixas de documentos avulsos intituladas “desenvolvimento urbano – obras particulares” (requerimentos para reforma e construção) e caixas de demais documentos avulsos (1912 a 1929).
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livros de registro de correspondência do executivo municipal.
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livros de lançamento do imposto predial.
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livros de lançamento do imposto de indústrias e profissões, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926 e 1927.
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livros de estatística predial. Biênios de 1918-19, 1920-21, 1922-23 (seis volumes cada biênio), 1924-25, 1926-27 e 1928-29 (sete volumes cada biênio). (obs.: encontram-se perdidos os primeiros cinco volumes da estatística do biênio 1916-17, a primeira a ser levada a cabo, cf. se depreende do Relatório da Prefeitura referente ao ano de 1916).
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livro de registro dos construtores de Campinas, vol 1 (nº 19). (obs.: registro iniciado em função lei municipal de 1926).
- CAMPINAS. Arquivo Histórico Municipal. Livros de registro do emplacamento de veículos. Ano de 1924.
- CAMPINAS. Arquivo da Câmara. Caixas de documentos, nºs 16, 23, 24, 44, 54, 55, 57, 59, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 136 (requerimentos, ofícios, relatórios), cx. s/n (relatórios 1919-1923).
- CAMPINAS. Arquivo da Câmara. Atas das sessões da Câmara Municipal. Outubro de 1908 a outubro de 1910 (livro nº 165 dos arquivos da Câmara); outubro de 1914 a 1937 (livros nºs 166 a 177).
- CAMPINAS. Arquivo da Câmara. Livros de registro de correspondência enviada pela Câmara.
- CAMPINAS. Arquivo da Câmara. Livro de registro de fatos notáveis ocorridos na cidade (1885-1921) (livro nº 120 do arquivo da Câmara).
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Relatórios anuais do executivo à Câmara (volumes impressos). Volume referente ao triênio 1908-1910 e volumes anuais 1911 a 1929.
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Leis, decretos e resoluções (volumes impressos, anuais). Diversos volumes, entre 1893 e 1934.

- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. *Orosimbo Maia, o homem, o administrador: duas conferências: Campinas, 1962*. Campinas: Prefeitura, 1963.
- CAMPOS JR., Teodoro de Souza. “História da fundação de Campinas (subsídios)”, in IBGE, *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952, pp. 5-187.
- COELHO, Camilo Geraldo de Souza. “Orosimbo Maia, homem público”. In Campinas, Prefeitura, *Orosimbo Maia, o homem, o administrador: duas conferências: Campinas, 1962*. Campinas: Prefeitura, 1963.
- FERRAZ, Adriana. *Político, filantropo e empresário: Orosimbo Maia e a educação em Campinas*. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp (trabalho de conclusão de curso), 1997.
- GODOY, Silvino de. “A indústria em Campinas”, in IBGE, *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952, pp. 525-527.
- _____. *Histórias da minha vida*. s/l: s/i, s/d (prefácio datado de 1970).
- GOMES, Eustáquio. *Os rapazes d'A Onda e outros rapazes. Modernismo, técnica e modernidade na província paulista (1921-1925)*. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1992.
- GOUVEA, Helvídio. “Vinte anos depois”. São Paulo, *Folha da Manhã*, 15 de fevereiro de 1941.
- GUIMARÃES, Octavia Maia de Freitas. “Meu Pai”. In Campinas, Prefeitura. *Orosimbo Maia, o homem, o administrador: duas conferências: Campinas, 1962*. Campinas: Prefeitura, 1963.
- IBGE. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- Instituto Ophtalmico Penido Burnier. *Álbum: comemorativo do 6º aniversario da sua fundação: 1º de Junho de 1920: 1º de Junho de 1926*. s/l: s/e, s/d (1926?).
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros. Campinas, 1850 a 1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LIMA, Siomara Barbosa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCC (mestrado), 2000.
- LÔBO, Pelágio A. *Velhas figuras de São Paulo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977. (Biblioteca da Academia Paulista de Letras, vol. 5)
- _____. *O foro de Campinas, no Império e na República*. In IBGE, *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952, pp. 329-345.
- OCTAVIO, Benedicto. *Campinas e a Independência*. Campinas: casa Genoud, 1922.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas: 1800-1850*. Campinas: área de publicações CMU / Unicamp, 1996.
- MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Maranata, 1970.
- _____. *Badulaques*. Campinas: Maranata, 1979.
- MONTEIRO, Ana Maria de Góes. *Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional: Campinas: 1870 - 1886*. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCC (mestrado), 2000.

- PUPPO, Benedito Barbosa. *Oito bananas por um tostão (crônicas campineiras)*. Campinas: Palmeiras, 1976.
- PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969 (publicações da academia Campinense de Letras, nº20).
- _____. *Campinas, município no império*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.
- QUIRINO DOS SANTOS, Bento. Testamento. (arquivos do tribunal de Justiça de Campinas, em comodata no Centro de Memória da Unicamp).
- RIBEIRO, Álvaro. *Falsa democracia*. Rio de Janeiro: Piro...[página danificada]&Cia., 1927.
- ROSSETTO, Pedro Francisco. *Reconstituição do traçado da antiga estrada dos goiases na região da atual mancha urbana da cidade de Campinas*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (trabalho elaborado como parte das exigências da disciplina AUH 5853), 2004.
- SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro. Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá*. Campinas: ed. da Unicamp, 2002. (originalmente tese de doutorado, São Paulo: FAUUSP, 2000).
- TAUNAY, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle (Visconde de). *Marcha das Forças (expedição do Mato Grosso): 1865-1866: do Rio de Janeiro ao Coxim*. São Paulo: Melhoramentos, [1928?].
- TONON, Maria Joana. *O palácio dos azulejos: de residência a paço municipal – 1878-1968*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (mestrado), 2003.

Outros.

- AGOSTINO, Mário Henrique Simão D'. *Geometrias simbólicas: espaço, arquitetura e tradição clássica, estudo de história da teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: FAU-USP (doutorado), 1995.
- AMARAL, Aracy (org.). *Arquitetura neocolonial – América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina e Fondo de Cultura Económica, 1994.
- BICALHO, Fernanda. *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Vitor José Batista. *O Art-déco na arquitetura paulistana: uma outra face do moderno*. São Paulo: FAU-USP (mestrado), 1996.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massagana, 1990 (edição original 1924).
- CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz*. Brasília: UnB, 1983 (coleção temas brasileiros, nº 33).

- COSTA, Luis Augusto Maia. *O moderno planejamento territorial e urbano em São Paulo: a presença norte-americana no debate da formação do pensamento urbanístico paulista, 1886-1919*. São Paulo: FAU-USP (doutorado), 2005.
- DEBES, Célio. *Washington Luís. 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994.
- DÓRIA, Antônio de Sampaio. *A questão social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.
- _____. *Espírito das democracias*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.
- EGAS, Eugênio. *Quatriênio presidencial do dr. Wasington Luís*. São Paulo: OESP, 1924.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, Edusp, 1987.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de trinta, historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FICHER, Sylvia. Ensino e profissão. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2005.
- HOBBSAWN, E. P. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *A ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo: o prédio Martinelli e a sua história*. São Paulo: FFLCH-USP (mestrado), 1982.
- _____. *O palacete paulistano e as outras formas de morar da elite cafeeira: 1867 - 1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (doutorado), 1986.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870 – 1913*. São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LEFÈVRE, Eugênio. *A administração do Estado de São Paulo na República Velha*. São Paulo: tipografia Cupolo, 1937.
- LEMOES, Carlos A. C.. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Ecletismo em São Paulo*. in FABRIS (org.), *Ecletismo na arquitetura brasileira*.
- _____. *El estilo que nunca existió*. in AMARAL, Aracy, *Arquitectura neocolonial – América Latina, Caribe, Estados Unidos*.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde). “Política e letras”. In Vicente Licínio Cardoso (org.), *À margem da história da República*.

- LIMA, Marcos Alberto Horta. *Os industriais paulistas nos anos 20: aspectos de sua atuação política*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp (mestrado): 1992.
- LOBATO, Monteiro. *América*. São Paulo: Brasiliense, 1951 (1931). (série obras completas de Monteiro Lobato, v. 9).
- MARINS, Paulo Cezar Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (IFCH-USP) (doutorado), 1999.
- MIRANDA, Pontes de. “A geração do centenário”. São Paulo, *Revista do Brasil*, volume XXI, nº 81, Setembro de 1922 p. 81-83.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp: Annablume, Campinas: Unicamp, 1999.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-1945*. São Paulo: FAU-USP (doutorado), 1997.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Ática. 1986.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 7ª edição 1995.
- _____. “Arquitetura residencial no séc. XIX”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, S. Paulo, t. XIX, p. 147-158, 1965.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Studio Nobel, 1997.
- SAES, Flávio A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850 - 1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983 (coleção “temas brasileiros”, vol. 31) (edição original 1887).
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SOUZA, Washington Luís. *Plataforma política*. Lida a 25 de janeiro de 1920 no Theatro Municipal de São Paulo. In Eugênio Egas, *Quatriênio presidencial do dr. Washington Luís*.
- _____. Textos dos pronunciamentos anuais ao Congresso (julho de 1920, julho de 1921, julho de 1922 e julho de 1923). In Eugênio Egas, *Quatriênio presidencial do dr. Washington Luís*.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos, *Jardim América. O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imesp, 2001.